

A PAISAGEM COMO PROBLEMA: CONHECER PARA PROTEGER, GERIR E ORDENAR

VOLUME II



PEDRO FIDALGO
(coord.)

FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

iH
INSTITUTO
DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

A PAISAGEM COMO PROBLEMA:

CONHECER PARA PROTEGER, GERIR E ORDENAR

Pedro Fidalgo (coord.)

AUTORES

Aline Defellipe Câmara	Fernanda Moço Foloni	Margarida Carvalho
Amanda Cristina Franco Guerardi	Fernando Eraldo Medeiros	Maria Bezerra
Ana Amorim	Filipa de Castro Guerreiro	Maria da Graça Saraiva
Ana Beatriz Jardim Alves	Francisco da Silva Costa	María Fandiño
Ana Carolina Carmona-Ribeiro	Francisco Eduardo Torres Cancela	Maria João Centeno
Ana Cristina Santos Guerreiro	Francisco Horta Maranhão	Maria Manuela Laranjeira
Ana Paula Pires	Francisco Paiva	Maria Mota Almeida
Ana Rita Sá Carneiro	Giuliana Giuseppa F. dos Santos	Mariana do Rosário Machado
Andreia Cristina Amorim Pereira	Gonçalo Duarte Gomes	Mariano Gambín García
Andreia V. Quintas	Graciela Márcia Fochi	Marta Carvalho
Antonio Claret Miranda	Gregorio Canales Martínez	Marta Raquel da Silva Alves
António Meireles	Helena Figueiredo Pina	Mateus Pessetti
Arildo Camargo	Hugo Fortes	Meri Lourdes Bezzi
Arlis Buhl Peres	Isabel Loupa-Ramos	Micheline Helen Cot Marcos
Bárbara d'Acampora	Isabel Maria Matias	Miguel Ángel Lozano Jiménez
Beatriz V. Toscano	Jacinta Fernandes	Miguel Bandeira
Caio Fernando Santos de Alencar	Jeanne Almeida da Trindade	Mirela Duarte
Camila Sant' Anna	Joana da Cunha Fernandes	Miriam Victoria Fernandez Lins
Camilo Blanco Pampin	João Gomes de Abreu	Nara Nastari Villela Gardel Barbosa
Carla Rolo Antunes	João Gustavo Andrade Silva	Norma Regina Truppel Constantino
Carlos Alves Lopes	João Paulo Carvalho do Amaral	Nuria Freire Gonçalves
Carlos Bragança dos Santos	João Rafael Santos	Pascal de Moura Pereira
Carlos Gonçalves Terra	Joaquín Romano Velasco	Patrícia Freire
Carlos Vargas	Jorge Batista	Paulo Bianchi
Caroline Ganzert Afonso	José Cavaleiro Rodrigues	Pedro Fidalgo
Cassandra Helena Faes	José Fariña Tojo	Rafael Winter Ribeiro
Catarina de Almeida Pinheiro	José Ignacio Vila Vázquez	Renata C. Oliveira de Carvalho
Chilavert Topolski	José Joaquín Parra Bañón	Ricardo Bento
Cidália Ferreira Silva	José Manuel Vázquez Mosquera	Ricardo Pereira Rodrigues
Clara García Mayor	José Ramón Moreno Pérez	Ricardo Stedile Neto
Claucionei Lucimar Gengnagel	Josyanne Pinto Giesta	Rosana Sommaruga
Cláudia Ávila Gomes	Juliana Christiny Mello da Silva	Roseline Vanessa Santos Oliveira
Cláudia Gaspar	Karina Andrade Mattos	Rubens de Andrade
Cristian Rojas Cabezas	Karla Garcia Biernath	Rui Florentino
Daniela Pereira Alves Ribeiro	Laura Domínguez Correa	Samuel Roda Fernandes
Diana Amaral	Ligian Cristiano Gomes	Sandra Escobar
Dolores Gutiérrez Mora	Luciane Rodrigues de Bitencourt	Sebastiano Antonio Raimondo
Domingos Lopes	Lúcio Cunha	Taís Alvino da Silva
Duarte Natário	Luís Alexandre Castanho	Teresa Madeira da Silva
Eliane Maria Foletto	Luís Brandão Coelho	Tiago Santana Águas
Emilia Román	Luís Vieira	Tomás Reis
Emilio Pérez Chinarro	Luís Ribeiro	Vanessa Carla Sayão Cortez
Érica Lemos Gulinelli	Luz Fernández-Valderrama Aparicio	Veerle Van Eetvelde
Esdras Araujo Arraes	Madalena Pinto da Silva	Véronique Zamant
Esteban Poole Fuller	Mafalda Alves	Victoria Sánchez Giner
Ester Higuera	Manuel Fernández Díaz	Vladimir Bartalini
Eva Luque	Marcelle Dutra	Yasmin Lubachevski
Fernanda Maria Follmann	Margareth Afeche	

**A PAISAGEM COMO PROBLEMA:
CONHECER PARA PROTEGER, GERIR E ORDENAR**

EDITA

Instituto de História Contemporânea da
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa

LOCAL

Lisboa

DATA

Setembro de 2018

ISBN

978-989-98388-7-1

ÍNDICE DO VOLUME II

Carlos Gonçalves Terra O ajardinamento das casas urbanas na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX	6
Carlos Vargas Paisagem e Fotografia	30
Cassandra Helena Faes Os desafios da gestão da paisagem cultural: o caso de Testo Alto, Pomerode/SC/Brasil	34
Cassandra Helena Faes e Graciela Márcia Fochi Arquitetura, paisagem e patrimônio cemiterial: Um estudo do cemitério municipal de Indaial/SC/Brasil	61
Catarina de Almeida Pinheiro, Maria Manuela Laranjeira e Miguel Bandeira Especificidades e contradições da urbanização difusa: um retrato do município de Guimarães	82
Chilavert Topolski, Mateus Pessetti e Claudionei Lucimar Gengnagel O conceito de Paisagem a partir das percepções de alunos do 6º e 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Passo Fundo/RS/Brasil	100
Cidália Ferreira Silva e Joana da Cunha Fernandes Ilusões de prosperidade: a suspensão da <i>terra do Sol</i> e da <i>Água de Gualtar</i>	114
Clara García-Mayor y Gregorio Canales Martínez Agua y paisaje en la Vega Baja del Segura: la Huerta sitiada	140
Cláudia Ávila Gomes Contributos para os Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha dos Açores	160
Cláudia Gaspar Olhar para conhecer. O património arquitetónico do monte do Alentejo litoral	181
Cristian Rojas Cabezas, Luz Fernández-Valderrama Aparicio y José Ramón Moreno Pérez Ruinas contemporáneas en Valparaíso, umbrales de otro paisaje	203

Daniela Alves Ribeiro	
O Sistema Carbonífero do Douro: Paisagem (Vs) Património	219
Dolores Gutiérrez Mora	
Territorios culturales:	
Vectores de lectura y actuación en el territorio a través de las prácticas artísticas	239
Duarte Natário	
Proposta de metodologia para planeamento e	
gestão florestal periurbana: caso de estudo do Parque das Serras do Porto	259
Esdras Araujo Arraes	
“O mundo do olho”: Natureza e paisagem em Goethe e Humboldt	278
Esteban Poole Fuller	
La desprotección del patrimonio paisajístico	
de la zona de acantilados de Lima (Costa Verde):	
el caso de las edificaciones ilegales realizadas en el distrito de Barranco desde 2003	292
Ester Higuera García	
Paisaje y servicios ecosistémicos	315
Notas curriculares	318

AJARDINAMENTO DAS CASAS URBANAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Carlos Gonçalves Terra

Resumo: Quando se estuda a vinda, em 1808, da Família Real para o Brasil e a sua instalação na cidade do Rio de Janeiro, raramente se comenta a importância da vegetação existente. Sabemos que o espaço além dos limites da Cidade Velha era coberto de matas. Assim, tendo essa grande reserva verde ao redor, a cidade talvez não se preocupasse em ordenar a natureza junto às residências. Como capital, enfrentou um processo agudo de modernização urbana, com a expulsão de boa parte da população pobre da região central e com o embelezamento afrancesado, apropriando-se de diferentes relações entre *cidade x natureza*. A proposta para este artigo é abordar os exemplos relacionados às casas nobres, espaços inicialmente particulares que, posteriormente, tornaram-se públicos. Por outro lado existiam as propostas de construção de casas populares para as classes menos abastadas, numa tentativa de terminar com os famosos cortiços, bem como de casas um pouco mais elaboradas para a classe média. A metodologia dessa pesquisa está fundamentada no registro de algumas imagens da cidade, mapas, plantas, desenhos arquitetônicos e relato de viajantes. A importância do trabalho é bastante evidenciada pelo imenso vazio historiográfico no que se refere às questões do paisagismo brasileiro.

Palavras chave: Paisagem; Rio de Janeiro; Século XIX; Jardim; Urbanismo.

LANDSCAPING OF URBAN HOUSES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY

Carlos Gonçalves Terra

Abstract: When we study the arrival, in 1808, of the Royal Family for Brazil and its installation in the city of Rio de Janeiro, the importance of the existing vegetation is rarely discussed. We know that the space beyond the limits of the Old City was covered with forests. So, having this large green reserve around, the city might not have bothered to sort nature around the residences. As capital of the country, it faced an acute process of urban modernization, with the expulsion of a large part of the poor population of the central region and with French-style embellishment, appropriating different relations between city and nature. The proposal for this article is to make an approach with the examples related to noble houses, initially private spaces that later became public. On the other hand, there were proposals for the construction of popular houses for the less affluent classes, in an attempt to finish with the famous slums, as well as more elaborate houses for the middle class. The methodology of this research is based on the registration of some images of the city, maps, plans, architectural drawings and travelers' reports. The importance of the work is well evidenced by the immense historiographical empty regarding the issues of Brazilian landscaping.

Keywords: Landscape; Rio de Janeiro; 19th century; Garden; Urbanism.

O AJARDINAMENTO DAS CASAS URBANAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Carlos Gonçalves Terra

Ao analisarmos as áreas verdes de uma cidade, devemos distinguir o jardim público do jardim privado. Como regra geral, podemos dizer que o primeiro foi planejado para permitir que um grande número de pessoas circule em seu interior, enquanto o segundo estará acessível apenas a um grupo restrito de pessoas que o apreciará. Podemos afirmar também que o jardim público dá ênfase aos amplos caminhos e aos grandes gramados, enquanto no jardim privado isso normalmente não acontece.

Como nos países europeus, o jardim aqui no Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro, será de vital importância por constituir-se em símbolo de *status* de seus proprietários. Além disso, as residências, incorporando a natureza, oferecerão um refúgio para a vida doméstica, sobretudo porque é comum haver um pomar, uma horta ou canteiros com ervas medicinais.

A partir de um pequeno recorte na segunda metade do século XIX, será feita uma análise de casas nobres, e serão mostradas algumas propostas para a realização de casas destinadas à classe proletária e para a construção de casas para a classe média com a inserção dos jardins na sua estrutura.

As casas denominadas “nobres” são espaços particulares que, com frequência, tornaram-se abertas ao público. Entre elas, destacamos a Quinta da Boa Vista e a Casa de Rui Barbosa, dois espaços fundamentais em freguesias diferentes.

A área da Quinta da Boa Vista pertencia, no século XVII, aos padres jesuítas, que ali mantinham um engenho de açúcar¹. No século XVIII, cumprindo determinações do Marquês de Pombal, o Estado procedeu ao sequestro da fazenda dos jesuítas, loteando-a e colocando à venda. A maioria dos lotes foi adquirida por Elias Antônio Lopes, rico comerciante, que no início do século XIX começou a construção de um grande “palácio” naquele lugar. Com a chegada da Família Real, Elias cedeu a residência ao príncipe regente D. João.

A paisagem começou a ser organizada de maneira ordenada a partir de 1874, por Auguste Glazou, principal paisagista no período de D. Pedro II. Em 1868, ele apresentou ao Imperador um projeto em que todas as novas características estão presentes. Glazou traçou uma linha reta partindo da fachada principal do Palácio, formando uma aleia de sapucaias. Esse grande eixo estabelece uma ampla perspectiva, bem ao gosto dos jardins franceses e do século XVII, da qual Glazou soube tirar partido. Até hoje, da janela central da fachada do Palácio, essa visão chama a atenção do visitante. Imediatamente junto ao edifício do Palácio, existe uma área demarcada na planta de difícil identificação, área esta que, na alteração executada no início do século XX, seria ocupada por um jardim de traçado mais rígido, com características do jardim italiano. No parque onde se situa, em ambos os lados desse eixo principal, foram construídos lagos. Aquele situado à esquerda do observador é de grandes dimensões, enquanto o outro, à direita, é menor. Em ambos encontra-se uma ilha, sendo a do lago maior encimada por um pavilhão de características neoclássicas.

O parque incorpora todas as características de que Glazou tanto gostava, assumindo um tratamento romântico. Lá estão os longos caminhos sinuosos onde os transeuntes descobrem novos pontos de vista. Estão também presentes os lagos, acima mencionados, e os cursos d'água possibilitados pelo Rio Joana, e que refletem as frondosas árvores de diversas espécies. O cenário é completado por uma grande gruta e por bancos colocados em lugares estratégicos, além de pontes que imitam troncos de árvores. Neste jardim, talvez por sua grande extensão, não existe um caminho em que o usuário possa percorrer o seu perímetro. Pode-se identificar, na planta, duas áreas organizadas de maneira geométrica, situadas uma de cada lado do Palácio, que seriam, provavelmente, utilizadas como jardins utilitários ou viveiros de plantas (Fig. 1).

¹ Ver trabalho de Terra, Carlos G. *O jardim no Brasil no século XIX: Glazou revisitado*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000. Ver também Ferreira, João Carlos; Martins, Ângela Maria Moreira. Quinta da Boa Vista: de espaço de elite a espaço público. *Paisagem ambiente*, São Paulo, v. 13, p. 125-145, dez. 2000.



Fig. 1: Projeto de Auguste Glaziou para a Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, RJ.
Fonte: Museu da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

O jardim passou por períodos de abandono, fazendo com que muitos dos elementos criados por Glaziou se deteriorassem, ou fossem substituídos, como aqueles que deram lugar aos elementos incluídos na reforma de 1910. Os jardins da Quinta da Boa Vista ainda se mantêm com as características de seu projeto original, possibilitando analisarmos a estrutura do jardim de um palácio do século XIX (Fig. 2).



Fig. 2: Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, RJ. Jardins frontais do século XX, 2012.
Fonte: Fotografia do autor.

A Casa de Rui Barbosa fica situada na Rua São Clemente nº 134 no bairro de Botafogo. A análise de um jardim nesse bairro tem grande importância, porque nele se situavam as grandes residências. Era ali que habitavam aqueles que tinham condições de manter belos jardins. Paulo Santos, ao falar da classe média que se formava e que iria comandar a sociedade

na segunda metade do século XIX, comenta que: *havia sempre jardins, majestoso ou modesto, um quintal asseado e um porão a afastar da casa, a umidade do chão*².

Em 1849, o comerciante Bernardo Casemiro de Freitas adquire em hasta pública, uma fração das terras da qual fazia parte o número 134, que na ocasião era ocupado por três casas de aluguel, construídas pelo proprietário anterior. Freitas demoliu as casas e construiu no seu lugar uma grande chácara contendo uma residência em estilo neoclássico, que se mantém até hoje. A propriedade era cercada por uma mureta de granito encimada por grades de ferro fundido, em ponta de lança, interrompida lateralmente por dois portões também de ferro fundido, no alinhamento da mureta, ladeados de pilares de alvenaria. Além da casa, um pequeno jardim à inglesa, uma horta, um pomar e um parreiral já faziam parte da sua estrutura. Dizia-se, à época, ser este um dos jardins mais elaborados da Corte (Fig. 3).



Fig. 3: Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ, 1908.

Fonte: Revista Fon-Fon. Acervo da Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ.

Em 1879, a propriedade é comprada pelo Comendador Albino de Oliveira Guimarães, que reformou a casa e alterou os jardins. Residiu pouco tempo ali e, em 1890, a vendeu para um inglês chamado John Roscoe Allen. Em 1893, Rui Barbosa comprou a chácara sem residir nela imediatamente. Para adaptar a residência ao seu gosto, contratou o engenheiro e construtor

² Azevedo Pimentel *apud* Santos, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981. p. 51.

Antonio Jannuzzi, que fez a reforma, enquanto Rui esteve exilado, fora do Brasil³. Ele passa a residir ali em 1895, e a chácara recebe o nome de Vila Maria Augusta, em homenagem a sua mulher.

Além dos elementos já citados, havia no jardim vasos, bancos e uma rica vegetação, entre outros componentes. Sua transformação se dá desde o início da construção da chácara. Em 1878, o jardim sofre alterações, acrescentando-se a ele um banheiro sob a forma de quiosque – a casa de banhos – e o galinheiro. Acredita-se que seja dessa época a inclusão de um lago.

A casa apresenta uma planta com características próprias, fazendo com que os jardins se adaptem a ela, fugindo do tradicional modelo utilizado na época. As casas com porão alto apresentam, de uma maneira geral, jardins laterais. Aqui, diversamente das soluções apontadas por Nestor Goulart Reis Filho⁴, surge uma nova estrutura de organização na implantação do jardim. Ele comenta: *o contato da arquitetura com os jardins laterais, dificultado pela altura dos prédios, era resolvido pela presença de varandas apoiadas em colunas de ferro, com gradis, às quais se chegava por meio de caprichosas escadas com degraus de mármore*⁵. E acrescenta: *A forma de habitação mais comum, na segunda metade do século XIX e mesmo no início do século XX, era a residência com entrada lateral, à qual em geral estava associado um jardim*⁶.

Nas entradas pela rua São Clemente, o jardim dianteiro, na fachada principal da residência, apresenta um aspecto romântico, já que busca sua inspiração no jardim inglês. Seus caminhos sinuosos, com pontes de cimento imitando troncos de árvores, permitem ultrapassar um pequeno rio também sinuoso que, em uma de suas extremidades, abre-se dando a ideia de um lago. Pedras são distribuídas individualmente ou em grupo, criando com a vegetação arbórea um todo integrado. Situada na área central, encontra-se uma escultura em ferro de uma águia segurando uma serpente.

³ Antonio Jannuzzi nasceu na cidade de Fuscaldo, Calábria, Itália. Chegou ao Brasil junto com seu irmão José, ao redor de 1874. No Brasil criaram a firma Antonio Januzzi & Irmão, projetando e construindo edifícios que na sua maior parte, já foram destruídos.

⁴ Os modelos apontados são: 1) o que apresenta um recuo da fachada em relação à rua (jardim frontal); 2) o recuo do edifício dos limites laterais, mantendo o seu alinhamento com a via pública (jardim lateral) e 3) o afastamento em relação a todos os limites do lote (jardim circundando a residência).

⁵ Reis Filho, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970. (Coleção Debates n. 18). p. 46.

⁶ Id. Ibid., p. 46.

Na entrada à esquerda do observador, o jardim lateral apresenta os canteiros geométricos, que caracterizam os jardins italianos. Nesse espaço eram cultivadas as rosas, que seriam o grande destaque no período, e das quais Rui Barbosa era grande apreciador e cultivador. Na parte posterior da casa, os elementos se misturam. A geometrização dos canteiros, a ideia de infinito da alameda principal e a diversidade na vegetação criam uma individualidade característica dos jardins dessa residência. O grande destaque, ao se chegar à parte posterior, é a casa de banhos, construção octogonal de madeira, contendo uma porta e três janelas. Ela se situa numa grande ilha com um espelho d'água elíptico, e para ultrapassá-lo utiliza-se uma ponte que imita troncos de árvores.

A partir desse ponto, uma alameda irá separar o jardim com canteiros em cada lado. Suas formas retangulares são rebatidas em outras de igual comprimento com desenhos também marcantes do modelo italiano, com seus três espelhos d'água – dois elípticos e um circular – pedras, pontes rústicas e a profusão de plantas. No final do jardim, situado no fundo do terreno, há a implantação de um pomar à esquerda e uma horta à direita.

Quando Rui Barbosa passa a residir definitivamente na chácara, várias árvores são plantadas com a ajuda de dois jardineiros. Tinha grande prazer em plantar roseiras, tendo cultivado 400 variedades. Sempre que podia, frequentava estabelecimentos hortícolas para adquirir novas espécies ou conhecimento sobre plantio. A preocupação com suas rosas é percebida em cartas enviadas de Londres para seu cunhado Carlito, no período de seu exílio. Em uma carta datada de 20 de abril de 1895, dizia: *Manda-me plantar em São Clemente, especialmente à parede da casa, na parte onde se acha a sala de jantar, jasmineiros e roseiras trepadeiras (sobretudo Marechal Niel e Captain Christy trepadeira), de modo que subam para o terraço*⁷.

Essa residência é importante porque possui jardins que evoluíram junto com a estrutura da residência. De maneira simples, traçados mostram o ecletismo que esteve presente na arte brasileira do final do século XIX. O jardim da Casa de Rui Barbosa é um exemplo da organização dos espaços ajardinados, que fizeram do bairro de Botafogo o lugar mais procurado no final do século XIX (Fig.s 4 e 5).

⁷ Arquivo da Casa de Rui Barbosa.



Fig. 4: Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ. Jardim frontal, 2018.
Fonte: Fotografia do autor.



Fig. 5: Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ. Jardim na parte traseira, 2018.
Fonte: Fotografia do autor.

Relacionado as propostas de casas para a classe proletária verificamos que em 1886, foi realizado o “Projeto dos Novos Alojamentos para a Classe Pobre da Cidade do Rio de Janeiro” apresentado ao Governo Imperial pela extinta Junta Central de Higiene⁸. O referido projeto apresentava duas propostas para resolver os problemas de insalubridade da cidade do Rio de Janeiro. A primeira proposta solicitava que todos os cortiços que infestavam a cidade, mesmo escondidos sob nomes como “estalagens, *villas*, casinhas etc.”, fossem condenados. A segunda, que fossem construídas habitações apropriadas para as classes inferiores, ordenando o fechamento e a demolição dos cortiços, gradualmente, à medida que as habitações fossem sendo concluídas e acabando, imediatamente, com os cortiços considerados insalubres.

Vinte e quatro condições gerais, que deveriam ser exigidas dos construtores nos seus projetos, também estão presentes nesse relatório. Os edifícios destinados à habitação das classes pobres seriam diferentes, conforme ocupassem o centro da cidade ou as outras zonas urbanas.

Na parte central da cidade, o número de casas a serem construídas em cada conjunto não poderia exceder a 50 unidades; exceção poderia ser feita quando o pátio que elas circundavam pudesse ser uma passagem pública, ligando as ruas da cidade e que, mesmo assim, não ultrapassasse o número de 100 residências. Seriam utilizados pedra, cal e tijolos para a construção exterior, e madeira de boa qualidade no interior. As casas possuiriam dimensões diferentes, variando o número de aposentos a fim de acomodar de uma só pessoa até uma família mais numerosa.

O pátio que circundaria as residências nunca poderia ter menos de 300 m² e seria aproveitado para construir um jardim regular e arborizado. O relatório especificava a estrutura do jardim, que deveria ser “cortado de caminhos centrais de um metro de largura e tendo um outro de dois metros de largura, que o cercará completamente, separando-o das casas”⁹.

A água é fundamental pois “no centro do jardim haverá uma fonte sem bacia, munida de torneiras em número suficiente, e cujo abastecimento sera calculado na proporção de uma penna d’água para cada grupo de seis casas”¹⁰.

O relatório afirma, na condição nº 14, que o “pateo ajardinado será illuminado pelo systema de illuminação pública”¹¹. Convém lembrar que a iluminação era a gás, sendo divulgado, periodicamente, o gasto com a iluminação pública que corria por conta do Governo Imperial, incluindo a iluminação das ruas, das praças e dos jardins.

⁸ Publicado na íntegra na Revista dos Constructores. Rio de Janeiro, n. 2, 06 mar. 1886. p. 14 e 16.

⁹ Revista dos Constructores. Op. cit., p. 16.

¹⁰ Id., p. 16.

¹¹ Id., p. 16.

A última condição do relatório se refere aos favores concedidos pelo Governo Imperial aos patrocinadores dessas casas populares, pois assim poderia haver a exigência de um aluguel razoável para aqueles que usufruiriam desses espaços.

Em 23 de julho de 1886, foi elaborado o projeto com a proposta de *Alguns Melhoramentos para o Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro*. O referido projeto foi entregue ao Governo Imperial pela “Inspeção Geral de Hygiene” e assinado pelo Inspetor Geral, o Dr. Barão de Ibituruna.

São propostos 30 itens de melhoramentos e cada um com uma justificativa para a sua realização.

O primeiro item refere-se ao abastecimento de água em abundância para as necessidades diárias. Ele diz “collocar a água como agente essencial nos trabalhos de saneamento de uma cidade, é designar-lhe o lugar que ella deve ocupar”¹². A água é um elemento fundamental para a higiene e também seria empregada como acessório dos monumentos, das praças e dos jardins públicos, pois ela permitiria “tornar a athmosphera fresca e supportavel durante o verão”¹³. Parece-nos que o autor lembra a essência primeva da jardinagem – água e sombra.

A conservação e a limpeza de todos os jardins e parques públicos ficariam a cargo do governo ou da municipalidade, pois ao que parece eles eram lugares que ficavam a desejar no tocante à higiene. A febre de Paris também tinha chegado aqui, e por isso exigia-se a plantação de árvores em todas as ruas dos arrabaldes e, nas ruas centrais da cidade, desde que a largura delas permitisse. A arborização deveria estender-se por todas as praças e pelo cais, além de terrenos pantanosos que fossem aterrados, pois as árvores tinham “o fim de neutralizar os efeitos das exalações miasmáticas que se desprendem do sub-sólo”¹⁴. É interessante observar que o relatório chamava a atenção para o replantio de árvores nas proximidades dos mananciais que forneciam água à cidade, incluindo também o cuidado de manter a arborização ao longo da sua rede de canalização.

Itens como o aperfeiçoamento e ampliação de esgotos, reforma dos calçamentos existentes e novos, dessecamento dos pântanos, saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, proibição da criação de novos cortiços e estalagens, que seriam substituídos por habitações higiênicas, continuação do Canal do Mangue da Cidade Nova até o mar, transporte do lixo para fora da cidade para ser incinerado, fechamento de cemitérios, entre outros, levariam a cidade a uma

¹² Ibid., p. 16.

¹³ Ibid., p. 17.

¹⁴ Ibid., p. 25.

melhor adequação de uma vida saudável e à prevenção de doenças. Preocupado com a degradação das condições de habitação e salubridade, o Estado resolveu intervir e, por decreto de 09 de dezembro de 1882, ofereceu a isenção de impostos aduaneiros e concedeu outros benefícios às indústrias que construíssem casas para seus operários – as casas populares. Já no decreto de 08 de fevereiro de 1888, concedia privilégios de isenção de impostos sobre importação de materiais de construção e outras benesses (doação de terrenos e edifícios) à firma que as edificasse. Em 1889, foi criada a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, de propriedade de Arthur Sauer. Em 1890, a empresa inaugurou moradias higiênicas em vários locais: “nas proximidades do centro (Vila Rui Barbosa, na rua dos Invalidos), nos bairros operários do Jardim Botânico (Vila Arthur Sauer), em Vila Isabel (Vilas Maxwell e Senador Soares) e no Sampaio (Vila Sampaio)”¹⁵.

De acordo com o Decreto Imperial n. 9859, de 08 de fevereiro de 1888, que concederia favores ao arquiteto Arthur Sauer ou à Companhia que ele organizasse, sabemos que Sauer teria inicialmente um prazo de três anos, a partir do começo das construções, para edificar residências para 3.000 pessoas, e que as referidas habitações compreenderiam seis classes: a) para uma pessoa; b) para duas pessoas; c) para famílias de até cinco ou seis pessoas, entre adultos e crianças; d) para famílias de oito pessoas, entre adultos e crianças; e) para famílias de dez pessoas, entre adultos e crianças; f) para famílias de 12 pessoas, entre adultos e crianças. Em cada classe seria cobrado um aluguel já estabelecido no projeto.

Sauer argumenta que o operário não gosta de fileiras de casinhas, como nos cortiços ou edifícios de grande monotonia, semelhante a casernas ou familistérios¹⁶. Em sua opinião o operário *prefere a diversidade, procura casinhas isoladas, não tendo nada de uso commum o inquilino de uma com a de outra, prefere também a variedade nas disposições internas como nas fachadas e no aspecto exterior*¹⁷.

O projeto era complementado por uma série de plantas que possibilitavam analisar as disposições gerais, criando uma variedade de prédios com alturas diferenciadas, vários partidos arquitetônicos e a disposição higiênica de cada uma das habitações. Na Fig. 6,

¹⁵ Abreu, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988. p. 57.

¹⁶ Familistério é uma espécie de habitação coletiva, formada por construções geminadas, usada para abrigar diversas famílias e baseada nas teorias de Charles Fourier. Talvez a assertiva seja uma crítica ao projeto denominado “Casa para Operários, Typo de um Familistério”, do engenheiro L.R. Vieira Souto e de A.D. dos Santos Silva, que foi apresentado ao Governo Imperial em 1888, para a construção de sessenta familistérios no centro e nos arrabaldes mais próximo da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁷ Revista dos Constructores, Op. cit., p. 59.

quatro grupos de residências nos são apresentados através da fachada, planta dos pavimentos e planta de situação de cada grupo, e que serão analisadas individualmente.

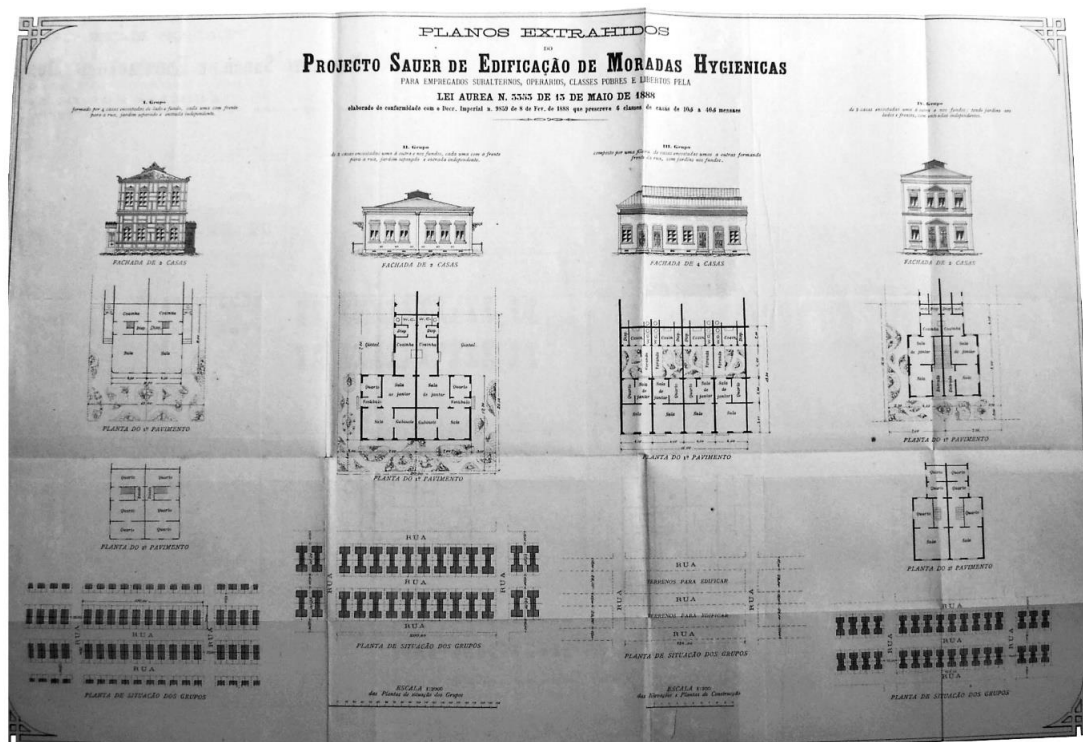


Fig. 6: Grupo de Residências do Projeto Sauer.

Fonte: Revista dos Constructores, n. 2, 06 mar. 1886, p. 15, (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ).

O primeiro grupo é formado por quatro casas de dois pavimentos, encostadas de lado e fundo, cada uma possui a frente voltada para a rua, possuindo jardins separados e entradas independentes.

Nesse grupo, o jardim executado é o frontal e o lateral. Apresenta uma sinuosidade nos caminhos e nos canteiros, contendo estes últimos massas arbustivas na sua composição, criando áreas claras e escuras a fim de dar um dinamismo maior ao espaço.

O segundo grupo é aquele composto de duas casas térreas encostadas uma a outra e nos fundos. Cada uma apresenta a frente voltada para a rua, possuindo jardim separado e entrada independente. Neste caso o jardim ainda é frontal e lateral, porém observamos pelo projeto que ele é mais elaborado, mantendo os caminhos dinâmicos e uma massa de vegetação destacada.

O terceiro grupo se compõe de uma fileira de casas térreas encostadas umas às outras, de frente de rua, possuindo jardim nos fundos. Aqui também os jardins são bem dinâmicos, acentuando o aspecto privativo, destinado aos moradores, diferente dos outros modelos, que permitiam a fruição pelo transeunte.

O quarto e último grupo é composto de duas casas de dois pavimentos encostadas uma a outra e nos fundos, tendo jardins dos lados e frentes, com entradas independentes. Os jardins ainda são bastante movimentados, criando um dinamismo na fachada e na lateral das residências.

Pelo plano apresentado, podemos afirmar que houve uma preocupação, por parte do arquiteto Arthur Sauer, em projetar quarteirões com uma apresentação agradável, evitando a monotonia através das diferentes tipologias por ele utilizadas.

A base da análise do estudo dos jardins das casas de classe média¹⁸ foi feita utilizando-se as imagens da cidade, onde se pode detectar áreas verdes integradas à arquitetura; os mapas e as plantas que situavam os jardins dentro do contexto urbano; os desenhos arquitetônicos que contribuem com as informações urbanas ou os traçados dos jardins junto às diferentes residências; os relatos e os registros dos viajantes, que são significativos pelo estudo e pela representação da paisagem; os textos literários, que contribuem para confirmarmos o que as outras fontes mostraram e, finalmente, os anúncios do Jornal do Commercio, que, reunidos num banco de dados e acessados por meio do programa *Microsoft Access*, nos permitiram mapear os jardins nas diversas freguesias do Rio de Janeiro.

Ao fazermos uma análise dos jardins privados das residências urbanas do século XIX e compará-los com os das casas de campo, notamos que não se encontra a mesma uniformidade. O jardim da casa da cidade segue um padrão mais rígido na sua estrutura, enquanto o da moradia do campo terá forma mais livre. O primeiro mostra o pensamento dos proprietários que associa gosto e necessidade, sendo o foco principal deste estudo.

A partir de meados do século XIX, o jardim pitoresco difundiu-se chegando até nossa vegetação natural, praticamente intocada e dispersa. Algumas soluções influenciadas pelas tendências europeias chegavam até os nossos jardins, bem como o crescimento do número de “jardineiros amadores”, que se sofisticam com as novas publicações específicas.

Casa e Jardim – novas palavras no vocabulário do homem no final do século XIX. As tendências, as estruturas, os novos elementos logo são buscados nos livros de jardinagem e nas revistas especializadas, que são o grande interesse do momento.

Apesar de ser um passatempo popular, tendo seus viveiros espalhados em vários lugares do Rio de Janeiro, as sociedades hortícolas se afirmavam, os livros e as ideias de jardinagem se difundiam. As referências que possuímos são sempre voltadas ao feitor e ao escravo, que

¹⁸ Definimos como casas “de classe média” aquelas soluções intermediárias entre as residências palacianas e as proletárias.

faziam o trabalho mais pesado. O proprietário opinava, ordenava, escolhia, mas de uma maneira geral não era ele que fazia o trabalho de mexer com a terra, cultivar, plantar. Preferia ver o resultado final: o seu jardim adulto, florido e bonito.

Nelson Saldanha nos lembra que o jardim, considerado como símbolo do *status* do proprietário, poderia ser o prolongamento das intenções espaciais contidas na casa, um espaço dedicado ao prazer espiritual ou até mesmo ao isolamento. Ele acrescenta:

A criação de jardins, espaços privados, deve ter sido mais um símbolo das diferenças sociais, e por outro lado mais um elemento de distinção entre área pública e área privada: grades e muros, a circundarem o jardim e simultaneamente a prendê-lo à casa, terão sido bastante distintos da abertura das praças, lugares “de fora”, e terão delineado com nitidez as reservas da privacidade instaladas para si pelos patriciados¹⁹.

Tratando especificamente dos espaços privados brasileiros, Saldanha adverte:

Um privatismo sem jardins: dir-se-ia ser este o caso brasileiro. Sem jardins pelo fenômeno da pobreza ou por falta de influências adequadas. Os jardins dos subúrbios das cidades Centro-Sul se devem claramente a influências européias, enquanto no Nordeste as cidades menores apresentam rudes e singelas moradias quase sem flores, como certas casas de província da parte mais pobre de Portugal²⁰.

No Rio de Janeiro, após a expansão da cidade em direção ao norte, o sul foi privilegiado, inicialmente com os bairros da Lapa e o da Glória, vindo a seguir o de Botafogo. Desde o momento em que membros da Família Real se instalaram no bairro, houve grande procura, principalmente pelos nobres, comerciantes ingleses, representantes diplomáticos e funcionários importantes. Primeiramente surgiram as chácaras e alguns sítios. Os casarões localizados na praia e nas primeiras ruas abertas no bairro desenvolveram-se criando junto à arquitetura uma natureza exuberante, considerada assim pelos que aqui chegavam. As casas possuíam uma forma mais livre, como já dissemos. Mesmo sendo dissociadas de regras rígidas, mantinham uma preocupação na sua elaboração: *construção apurada, boas proporções arquitetônicas e harmoniosamente decoradas*²¹. A valorização de uma classe

¹⁹ Saldanha, Nelson. *O jardim e a praça*. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 22.

²⁰ Id. *Ibid.*, p. 107-108.

²¹ Burmeister, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. (Coleção Reconquista, v. 23). p. 65.

social mais elevada (o brasileiro rico²²) é mostrada por sua residência, onde ostentará sua abastança.

Infelizmente, todo o material iconográfico está muito disperso e a incidência maior de plantas e projetos, nos quais estão registrados a arquitetura e o jardim, é posterior ao nosso período de estudo. Ele aparece de maneira diferente em outras cidades brasileiras, como São Paulo, onde encontramos a arquitetura mapeada e estudada por diversos autores daquela cidade, em relação a essa época²³. Os historiadores cariocas, quando trabalham com a casa no Brasil, de uma maneira geral, se atêm a sua estrutura interna e não se preocupam com o seu entorno²⁴.

Quando estudamos a paisagem pelas imagens da cidade verificamos que esta é uma das etapas mais difícil de analisar, pelo pequeno número de imagens que mostram especificamente as áreas verdes, contando apenas com algumas fotografias ou outros trabalhos de artistas que registraram o Rio de Janeiro e mostraram a localização dos jardins, às vezes com a presença de uma natureza exuberante junto às residências. Na maioria das vezes, ficamos impossibilitados de fazer uma análise formal ou um estudo mais profundo das espécies vegetais contidas nesses espaços, porque as imagens não nos permitiram uma boa leitura e, também, por acreditarmos não ser a intenção do artista, ao retratar os jardins, registrar esses detalhes tão específicos.

A primeira imagem analisada é uma rua no bairro do Catete, reproduzida na década de 1870, tendo como elemento principal uma casa com jardins nas laterais (Fig. 7). Eles possuem um grande portão e um muro com grade, permitindo aos transeuntes admirar a exuberante vegetação que ali está plantada. Apesar de não termos uma imagem muito nítida, as espécies que aparecem no primeiro plano lembram flores, enquanto no lado esquerdo há um conjunto mais denso de vegetação, provavelmente de árvores frutíferas. Os jardins dão um destaque à residência, tornando-a mais imponente com relação às outras edificações.

²² Expressão utilizada por vários viajantes que analisaram não só os jardins, mas também a arquitetura, o mobiliário, os hábitos e os costumes dos habitantes do Brasil, em geral, e do Rio de Janeiro, em particular.

²³ Entre os diversos autores destacamos: HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira – 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996; SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da metrópole. Arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê, 2000; LEMOS, Carlos A.C. *Casa paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999; LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996 e GUERRA, José Wilton (Org.). *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira*. São Paulo: Fundação da Casa Brasileira, 2001.

²⁴ Nesse caso incluímos VERISSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço da moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. Ótimo estudo sobre a evolução da casa através da distribuição de seus diversos setores funcionais internos, excluindo a área dos jardins.

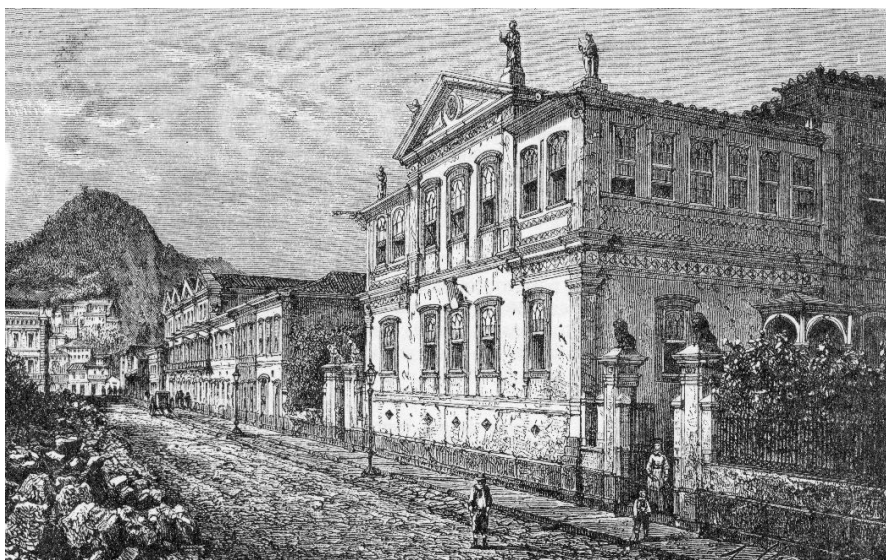


Fig. 7: Rua do Príncipe, atual Silveira Martins, bairro do Catete, Rio de Janeiro, RJ. c. 1870.
 Fonte: Agassiz, Luiz, e Agassiz, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil*: 1865-1866. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 278.

Em uma vista do Outeiro da Glória, assinada por Humbert e, provavelmente, da década de 1880, temos, ao centro da composição, uma residência com jardim frontal. O partido da construção é composto por um corpo central e dois laterais que avançam até a rua e que são ligados, junto a ela, por um muro baixo, com o portão central que dá acesso ao jardim. Esse muro é encimado por elementos decorativos. O jardim contém uma vegetação exuberante, com algumas árvores de grande porte, não sendo possível identificar o tipo de composição usada, bem como as espécies vegetais. Aqui, o proprietário tem a possibilidade de mostrar o seu *status* social, já que os transeuntes podem apreciar o seu jardim bem organizado e cuidado (Fig. 8).

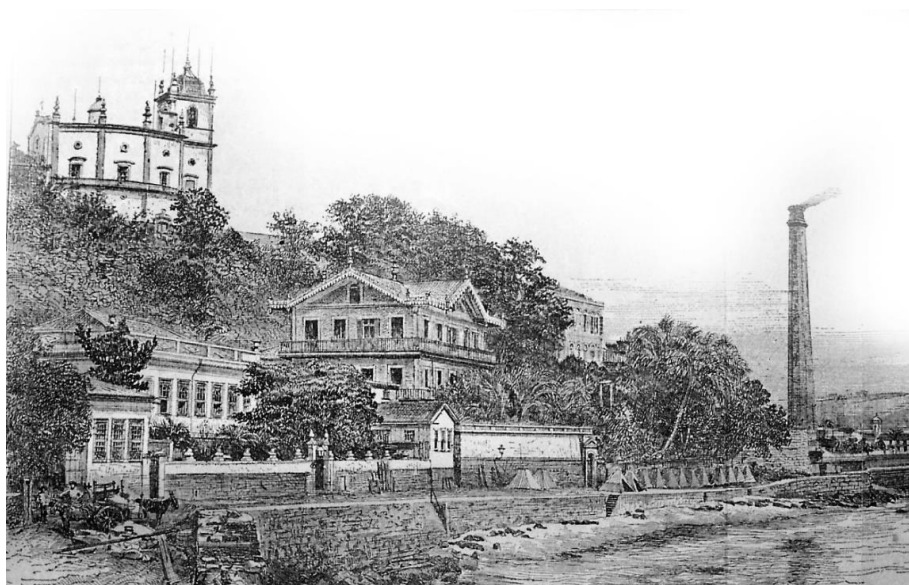


Fig. 8. Residência na Rua do Russell, década de 1880, Rio de Janeiro, RJ.
 Fonte: Revista dos Constructores, 1888, p. 6. Ano II. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Já os mapas ou plantas da cidade, quando analisados, raramente nos mostram os lotes com as áreas verdes. Eles somente se limitavam à representação da arquitetura e ao registro dos jardins públicos, ou daqueles que tinham maior destaque no conjunto urbano.

A planta mostrada na Fig. 9, faz parte de um conjunto de 281 folhas manuscritas, coloridas, no tamanho de 75 x 103 cm. Ela foi copiada, em 1870, por Leopoldo José da Silva, A. Rangel, bacharel Afonso Carneiro de Oliveira Soares, C. d’Azambuja, Daniel Muller, J. A. da Cunha e João Baptista Nogueira. Sua análise nos permite entender a estrutura do centro da cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. Possibilita, ainda, a apreensão da malha urbana, tornando visível a disposição das vias de articulação e de seus diferentes lotes. Ela é dividida em grandes blocos regulares e irregulares. Cada bloco com suas características próprias – contendo lotes com seus elementos construídos e vazios. Três tipos de edificação se destacam: a Academia Militar (o prédio está bem discriminado), as igrejas e o teatro. Dois outros elementos também são bem marcados na planta: o Largo de São Francisco e a Praça da Constituição. A praça ocupa um espaço importante e se destaca por sua área verde. O fragmento da planta apresentada possibilitou o estudo do contraste entre a natureza exuberante de domínio público e os edifícios residenciais.

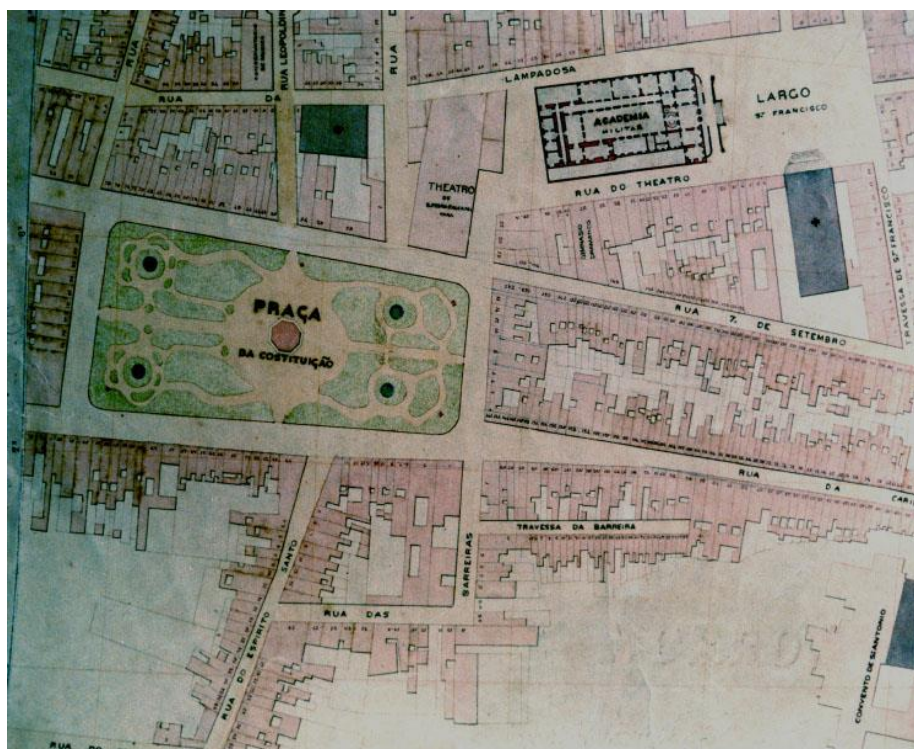


Fig. 9: Planta da cidade do Rio de Janeiro, 1870.
FOonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Os desenhos arquitetônicos realizados em oito pranchas, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos dão um panorama do bairro de Botafogo no final do século XIX. São 74 imóveis mapeados e numerados de 142 a 302, pertencentes a 60 proprietários, correspondendo ao trecho compreendido entre o Morro do Pasmado e a Igreja da Imaculada Conceição.

De acordo com as informações contidas no livro *IHGB, 150 anos*²⁵ – texto e ilustrações –, o casario representado na planta, com a especificação do uso de cada prédio, revela as transformações pelas quais passou o trecho do bairro de Botafogo na virada do século XIX para o XX.

As seis pranchas a que tivemos acesso nos permitiram analisar as fachadas das diferentes residências e observar que em todas elas, as áreas verdes se fizeram presentes. Na primeira prancha, que começa na casa da Sra. Victorina S. Souto, percebemos que o jardim de sua residência possui uma vegetação exuberante apesar de ser protegido por um muro, o que não acontece na casa ao lado, de nº 300 e pertencente a Antonio F. dos Santos Graça, cujo jardim lateral é visto pelo gradil. O autor coloca ainda uma Palmeira Imperial na calçada em frente, no limite entre as duas residências, o que propicia maior imponência (Fig. 10).

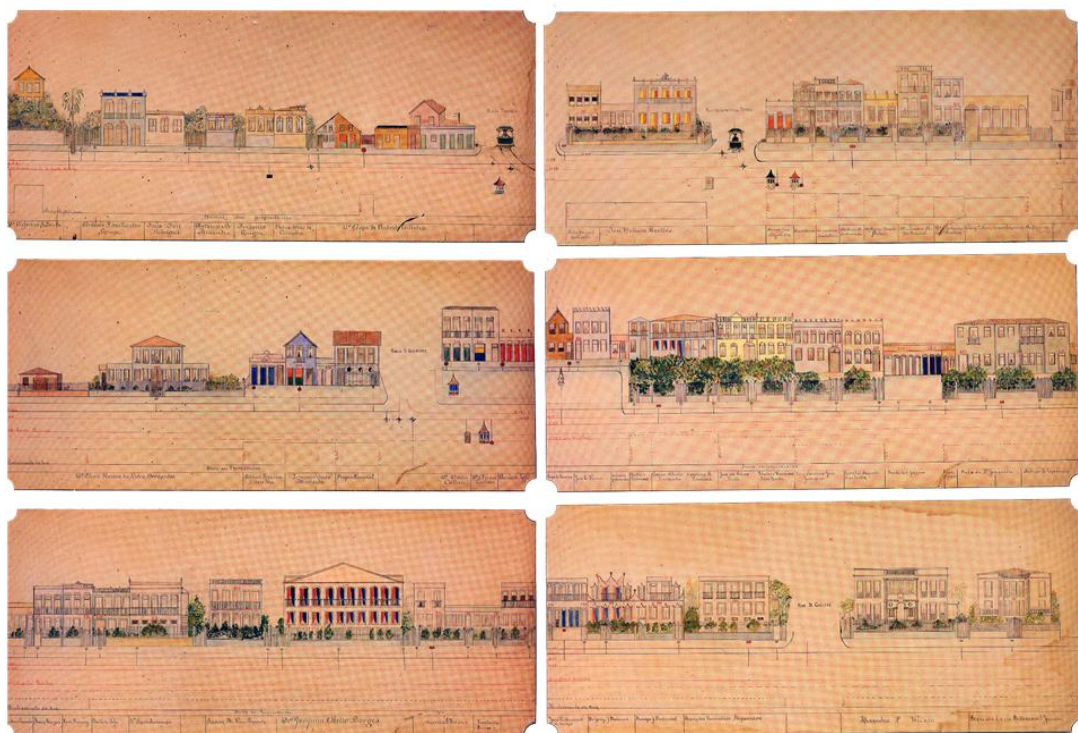


Fig. 10: Desenhos Arquitetônicos do Bairro de Botafogo.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ.

²⁵ Adonias, Isa (Projeto e Realização). *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 150 anos*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990. p. 335.

Na sequência de casas dessa prancha, os jardins laterais é que vão se destacar, embora sejam de menores dimensões. A prancha que denominamos nº 2, por ter numeração decrescente, nos permite visualizar à esquerda um conjunto de residências que possuem um jardim frontal prolongando-se até a fachada lateral, junto à Rua Voluntários da Pátria. Esse jardim possui uma grade vazada, permitindo a fruição pelo transeunte e contribuindo para o dinamismo das construções. O grupo seguinte de residências, na maioria sobrados, possui jardins dianteiros com grades. Infelizmente, não pudemos verificar a tipologia usada na sua elaboração das espécies.

Na prancha nº 3, apesar de ser apresentado um conjunto de residências variadas, somente uma se destaca com seus jardins. Essa residência pertencia a D. Elisa da Silva Bernardes e o jardim ocupava a fachada principal e as laterais da casa.

A prancha nº 4 destaca-se pela presença de áreas verdes. A massa arbórea é bem marcante nas residências que ali estão representadas. Casas de dois andares, uma ao lado da outra, possuem em quase sua totalidade belos jardins na sua fachada, dando a ideia de um *continuum*, como se fosse um único espaço verde. À direita, uma residência se destaca pelo seu jardim frontal de exuberante vegetação.

A prancha nº 5 começa à esquerda como uma continuação da residência no extremo direito da prancha anterior. Aqui os jardins dianteiros predominam, com exceção para as casas de nºs 206 e 202, em cujos fundos existe uma vegetação, provavelmente um pomar. Cabe destacar a imponência da construção nº 202, em estilo neoclássico. Todas as casas permitem que as pessoas que circulam pela rua também possam admirar os seus jardins.

A última prancha nos oferece a arquitetura “exótica” da casa de nº 188, contendo um jardim na sua fachada. A casa da Sra. Maria dos Remédios Marcondes, na esquina com a rua D. Carlota, possui jardins frontais e laterais e, pelo porte da vegetação mostrada no desenho da parte posterior, acreditamos que lá também exista um jardim. No final dessa prancha (lado direito da rua D. Carlota), duas residências mostram seus jardins frontais. Aqui podemos verificar, na casa nº 182, a forma dada ao jardim. Seu traçado possui um dinamismo pela curvatura dos canteiros, criando massas não uniformes e que lhes dá um destaque importante. Esse jardim cercado por grades mostra-se, como os outros, aos transeuntes.

Pela observação desses desenhos arquitetônicos, concluímos que a área analisada do bairro de Botafogo destinou-se à construção de residências imponentes cujos proprietários mostravam a sua importância pelos jardins que possuíam, talvez cultivando as plantas chegadas da Europa.

Diversos viajantes estiveram no Rio de Janeiro, todos contribuindo de alguma maneira para o conhecimento científico do Novo Mundo. Não pretendemos analisar e citar todos que estiveram aqui, somente dar um exemplo da sua importância para o estudo de nossa paisagem e das informações sobre os nossos jardins.

Entre eles, ressaltamos Hermann Burmeister, nascido no início do século XIX em Stralsund, Alemanha. Chegou ao Brasil em novembro de 1850 e permaneceu por dois anos, quando retornou à Europa e publicou seus apontamentos. Retornou à Argentina e ficou até o final de sua vida. Morreu em 1892, com 85 anos, na cidade de Buenos Aires, onde prestou relevantes serviços como diretor do Museu daquela cidade.

Segundo ele, as casas têm jardins, mas fogem das normas apuradas da construção: “os jardins, geralmente, demonstram mau gosto”. Isso não era uma regra geral, porém para o europeu, esse “mau gosto” caracterizava-se, sobretudo, pelos jardins mais complexos e com uma quantidade maior de elementos neles incluídos. Era utilizado um excessivo número de pequenos caminhos e canteiros sob diferentes formas. Os desenhos utilizados são destacados como de gosto duvidoso: *forma de estrela e rosetas*²⁶. Os elementos escultóricos aparecem em profusão, principalmente vasos e deuses da Antiguidade. Pelas suas descrições, as estátuas eram originárias da Itália ou de Malta, e eram feitas de matérias-primas inferiores (tufo calcário) sem um acabamento apurado. Burmeister ainda comenta que em várias residências encontrou outros materiais de baixa qualidade, como figuras em barro, e que estas esculturas tinham aproximadamente três pés de altura e eram cobertas de “um louçado branco”. Segundo o seu julgamento de valor, as esculturas não tinham qualidade, eram mal esculpidas, pois se referia a elas dizendo: “em nenhuma parte vi uma estátua de real valor artístico; a maioria era rudemente esculpida, embora cópias de modelos antigos”. Sua narrativa é rica em detalhes, embora demonstre grande decepção em relação aos jardins. Ele dizia: “um jardim brasileiro causa ao europeu, acostumado aos jardins ingleses, uma triste impressão”²⁷, chegando a uma crítica mais intensa daqueles em que observou uma artificialização maior da natureza, como o uso de canteiros com molduras de pedra, que não eram poucos, já que, segundo ele, isso vulgarmente acontecia. Completando, afirma que os jardins possuem poucas flores, já que “seu cultivo está num nível muito baixo”. Não nega o uso das flores, sobretudo as que vêm da Europa – rosas e cravos. Outras plantas também foram compradas aqui e lá. Nos pomares, a romã, o pêssgo e o figo estão presentes por serem apreciados e a vinha é utilizada em pérgulas, talvez para sombra ou decoração, já que há referências de que produziam uvas

²⁶ Burmeister, Hermann. Op. cit., p. 65.

²⁷ Burmeister, Hermann. Op. cit., p. 65.

azedas. As bananeiras e as laranjeiras aparecem em grande quantidade, em oposição às plantas importadas. As laranjeiras não são grandes e nem possuem beleza para estarem no jardim. Elas ainda criam um espaço pobre, não condizente com os proprietários, pois praticamente não oferecem sombra. A composição não se utiliza de arbustos, grupos de árvores e pequenas extensões de gramado, isso os torna diferentes do gosto inglês pois para o brasileiro, um jardim escuro e denso demais é sinal de tristeza e pobreza. As mangueiras (*Mangifera indica*) são usadas com frequência na frente ou ao lado da casa, mas sempre isoladas para não cobrir os canteiros com sua copa ampla e densa.

As descrições e os juízos de valores de outros viajantes têm pontos de aproximação e de oposição àquelas feitas por Burmeister. De uma maneira geral, no primeiro contato, o viajante ficava extasiado com a natureza exuberante que cercava o Rio de Janeiro, tecendo algum comentário negativo após um convívio mais direto com a cidade. Pelos registros desses “aventureiros” que aqui estiveram, podemos estudar a vida cotidiana e recuperar os jardins do século XIX, já que eles vinham por “lazer”, curiosidade ou na busca de novas espécies de nossa flora.

Ao trazer à luz essa documentação, o presente estudo contribui significativamente para o tema, acrescentando um novo ângulo de visão para a historiografia do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

Bibliografia

Abreu, Mauricio de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.

(Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 21).

Azevedo, Moreira de. *O Rio de Janeiro sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1969.

Benchimol, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1990.

Burmeister, Hermann. *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

Chevalier, Sophie. From woollen carpet to grass carpet: bridging house and garden in na English suburb. In: *Material cultures: why some things matter*. Londres: UCL, 1998.

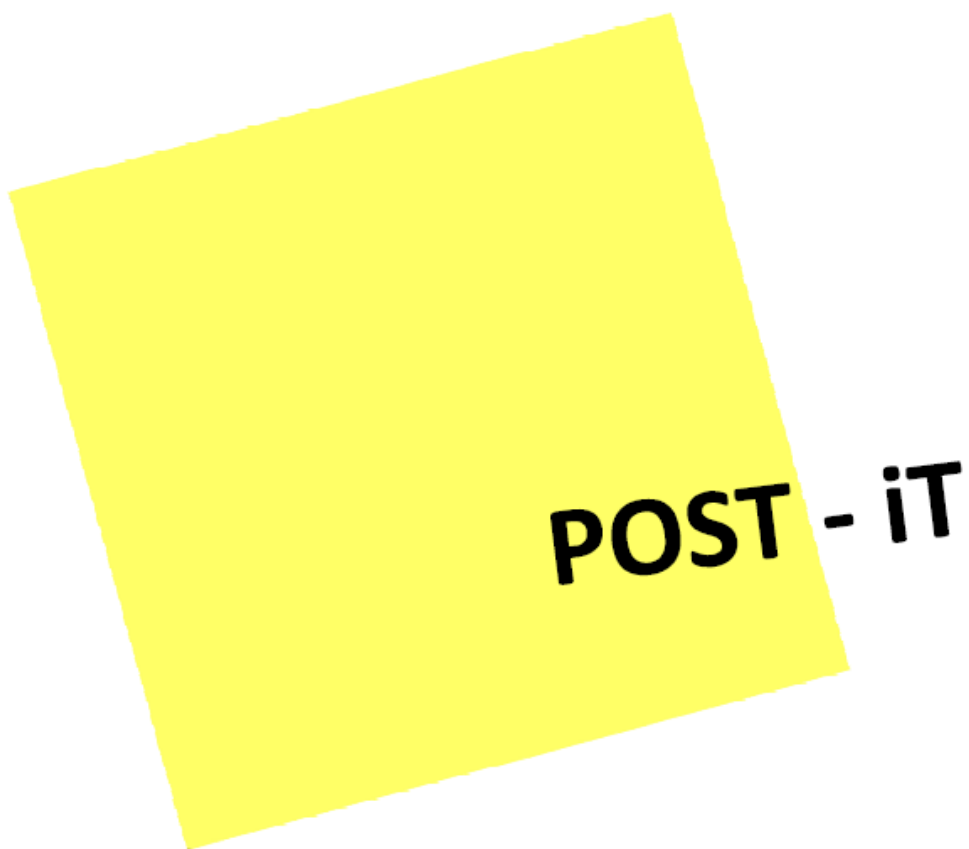
Chiavari, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

- Consolidação das leis e posturas municipais. Seção VII (Arborização, Mattas, Florestas e Jardins Públicos). Título II – Arborização, Mattas e Florestas. Rio de Janeiro: 1905. p. 566.
- Costa, Nelson. *Rio de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Leo Editores, 1958.
- Cruls, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. 2 v.
- Estatutos da Associação Brasileira de Acclimação. Rio de Janeiro: Typografia do Imperial Instituto Artístico, 1873.
- Lemos, Carlos A.C. *Casa paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.
- Molinier, Jean-Christophe. *Jardins de villes privées 1890-1930*. Paris: Association Duchêne, 1991.
- Macedo, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAU/USP, 1999.
- Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.
- Pereira, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- Perrot, Michelle (Org.). *História da vida privada 4 – da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- Projecto: alguns melhoramentos para o saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. a Vapor de Pereira Braga, 1886.
- Reis Filho, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: USP, 1968.
- Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970. (Debates, 18).
- Revista dos Constructores. Rio de Janeiro, n. 2, 06 mar. 1886.
- Ribeyrolles, Charles. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 2 v.
- Rios Filho, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1946.
- Saldanha, Nelson. *O jardim e a praça. O privado e o público na vida social e histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- Santos, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.
- Santos, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- Segawa, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1996.
- Siqueira, Luciane de. *Casas ecléticas no Rio “Belle Époque” – Botafogo 1910 a 1920*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2000.
- Souto, Luiz Raphael Viera. *Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro: refutação da resposta a crítica dos trabalhos da respectiva comissão*. Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira, 1876.

Trindade, Jeanne Almeida da. *Campo de Santana: um patrimônio cultural carioca*. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2000.
(Dissertação de Mestrado).

Terra, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

Verissimo, Francisco Salvador, e Bittar, William Seba Mallmann. *500 Anos da Casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.



AGUARELAS DE LISBOA

Carlos Vargas

A representação das cidades baseia-se quase sempre numa possibilidade de síntese que permite, num relance, identificar o que alguém considerou *essencial e representativo* de cada uma dessas cidades.

Constrói-se, assim, e por força dessa miragem, uma representação hipervalorizada da paisagem urbana, composta exclusivamente por casos excepcionais, por rupturas ou singularidades. Ao mesmo tempo, afasta-se do ávido olhar a continuidade anónima e porventura decepcionante que constitui a realidade material da qualquer cidade, heterogénea mas coesa, anónima mas notável.

O olhar do viajante é, então, convocado para os grandes gestos políticos que desenharam a cidade moderna, que rasgaram grandes vias de comunicação, planificaram avenidas, rotundas e imponentes parques ajardinados. Desta forma, a cidade dá-se a conhecer através de um imaginário urbano modernizado, facilmente identificável e legível por um olhar cosmopolita.

Na década de 1960, Lisboa era representada muito frequentemente por imagens do eixo Rossio – Restauradores – Avenida da Liberdade – Marquês de Pombal – Parque Eduardo VII, com grande destaque para a arquitectura internacional materializada no Hotel Tivoli (1956-1958) de Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) e ainda de António Pardal Monteiro (1928-2012) e Anselmo Fernandez (1918-2000). Neste mesmo contexto, merecia igualmente importante destaque o Hotel Ritz, inaugurado em 1959, risco também de Porfírio Pardal Monteiro.

A singularidade das tradições, o valor patrimonial e cenográfico da história e a nova contemporaneidade conviviam perfeitamente num caleidoscópio de imagens que parecia resumir a essência da cidade. E a onipresença do Teatro Nacional D. Maria II, de Fortunato Lodi (1805-1883), inaugurado no topo norte do Rossio, no longínquo ano de 1845, assegurava a continuidade temporal dos grandes volumes contruídos em Lisboa, em métricas regulares, que descansavam e descansam ainda hoje o olhar, diante da pacata agitação da cidade.

No final da década de 2010, manter-se-ão inalteradas muitas dessas estratégias de atração, agora também devido a uma urgência contemporânea e voraz do que é *único e irrepetível*. Mas surgiram inevitavelmente novos eixos de representação daqueles mesmos valores (tradição e contemporaneidade), colocando mais uma vez em confronto o que é local com o que é global, no contexto das novas (e novíssimas) realidades de Lisboa.

A Torre de Coordenação e Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Lisboa, de Gonçalo Byrne (1997), a Fundação Champalimaud, do arquitecto Charles Correia (2010), o Museu dos Coches, de Paulo Mendes da Rocha, MBB Arquitectos e Bak Gordon Arquitectos (2015), o MAAT, de Amanda Levete (2016), a sede da EDP, de Aires Mateus (2015), a renovação urbana do Cais do Sodré, Ribeira das Naus, Terreiro do Paço (2012-2017) e Campo das Cebolas (2018), o Terminal de Cruzeiros, de Carrilho da Graça (2018), o Hub Criativo do Beato, o conjunto habitacional de Braço de Prata, de Renzo Piano (em construção), o Teatro Camões (1998), do Gabinete de Arquitectura Risco, o Pavilhão do Conhecimento (1998), de Carrilho da Graça, o Oceanário de Lisboa (1998), de Peter Chermayeff, as Torres São Gabriel e São Rafael (2000-2004), de José Quintela, o Pavilhão de Portugal, de Álvaro Siza Vieira (1998), a Gare do Oriente, de Santiago Calatrava (1998) e a Torre Vasco da Gama (1998-2012), de Nick Jacobs, Leonor Janeiro, Nuno Costa e posteriormente Nuno Leónidas, alimentam o imaginário actualizado de uma Lisboa (novamente) cosmopolita.

Uma cidade, contudo, que continua a surpreender o visitante com a serenidade das suas colinas, a largueza do seu rio e uma luz que tudo ilumina: «(...) the hills, the Rio Tejo and the azure skies that inspired the title 'City of Light'». ²⁸

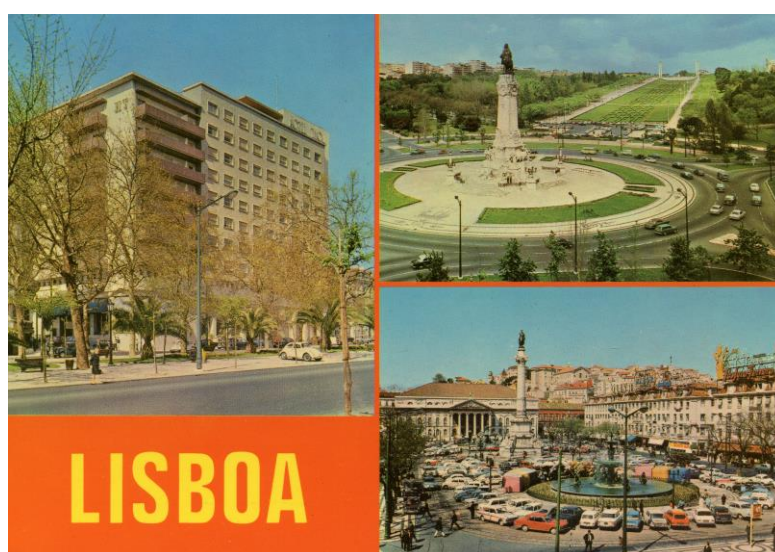
Tal como qualquer outro clássico, nas sábias palavras de Umberto Eco, também Lisboa aceita múltiplas e renovadas leituras, retóricas neocolonialistas, discursos nacionalistas românticos ou visões futuristas assentes num iluminismo pós-tecnológico que atrai, com sucesso, o

²⁸ *Lisbon*. The Monocle Travel Guide Series, 2017.

cidadão do mundo. Mas, Lisboa, múltipla e diversa, parece ter recolhido de Voltaire um optimismo quase insuportável, que as arquitecturas, o rio e a luz acentuam. E por esquecimento dos que lá passam ou por sábia temperança dos que a habitam, Lisboa tem-se libertado de todas essas leituras, tem-se reinventado ao longo dos séculos, perfeita nas suas múltiplas contradições.

Talvez, por tudo isto, seja tão difícil ser pessimista, em Lisboa, de frente para o rio, no alto de um miradouro.

Mesmo quando a luz parece ser já tão diferente.



Lisboa, Postal ilustrado, c. 1960. Colecção particular, Lisboa.



Aquarelas de Lisboa, Postal ilustrado, c. 1960. Colecção particular, Lisboa.

OS DESAFIOS DA GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL: O CASO DE TESTO ALTO, POMERODE/SC/BRASIL

Cassandra Helena Faes

Resumo: O reconhecimento do patrimônio pelo conceito de Paisagem Cultural já é difundido na Europa desde a convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1992, mas ainda é recente no Brasil, onde alcançou relativo impulso em 2009 com a chancela do Instituto do Patrimônio Histórico Brasileiro (IPHAN) e sua aplicação em 2011. Este artigo, oriundo do doutoramento em urbanismo, tem por objectivo principal investigar o processo de transformação da paisagem cultural e os desafios dessa gestão. A partir desta investigação que se enquadra no método hipotético-dedutivo, pretende-se apontar diretrizes - conclusões que são objectivos derivados - para a *gestão da paisagem cultural*, tomando como objecto de pesquisa o município de Pomerode/SC/Brasil, no sentido de definir um conjunto de ações tendentes à valorização e preservação da paisagem cultural suportando o desenvolvimento do território. Para atingir esse objetivo, partimos de um enquadramento sobre paisagem cultural e tomamos como caso de estudo o núcleo rural de Testo Alto no município de Pomerode/SC/Brasil. Analisaremos e identificaremos os desafios da gestão da paisagem cultural, bem como o impacto do turismo no desenvolvimento territorial nos acervos. A partir do objecto de estudo tentaremos compreender as ações e esforços governamentais e das comunidades locais para a preservação do patrimônio de paisagem existente. Esta investigação permitirá, pensamos, subsidiar os trabalhos desenvolvidos na Prefeitura de Pomerode e no Projeto “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina” IPHAN/SC, procurando integrá-lo às dinâmicas de desenvolvimento das cidades do Médio Vale do Itajaí.

Palavras chaves: Paisagem Cultural; Planejamento Territorial; Desenvolvimento Territorial; Patrimônio Cultural; Turismo.

THE CHALLENGES OF CULTURAL LANDSCAPE MANAGEMENT

THE CASE OF TESTO ALTO, POMERODE / SC / BRAZIL

Cassandra Helena Faes

Abstract: Recognition of heritage for the concept of Cultural Landscape has already been widespread in Europe since the 1992 United Nations Convention on Education, Science and Culture (UNESCO), but it is still recent in Brazil, where it achieved a relative boost in 2009 with the seal of the Brazilian Historical Heritage Institute (IPHAN) and its application in 2011. This article, from the PhD in urbanism, has as main objective to investigate the process of transformation of the cultural landscape and the challenges of this management. Based on this hypothetical-deductive research, it is intended to point out guidelines - conclusions that are derived objectives - for the management of the cultural landscape, taking as a research object the municipality of Pomerode / SC / Brazil, in order to define a set of actions tending towards the valorization and preservation of the cultural landscape supporting the development of the territory. In order to reach this goal, we start with a framework on cultural landscape and take as a case study the rural center of Testo Alto in the municipality of Pomerode / SC / Brazil. We will analyze and identify the challenges of cultural landscape management as well as the impact of tourism on territorial development in the collections. From the study object we will try to understand the actions and efforts of the government and local communities to preserve the existing landscape heritage. This research will allow, we think, to subsidize the work developed in the Municipality of Pomerode and the Project "National Immigration Routes in Santa Catarina" IPHAN / SC, seeking to integrate it with the development dynamics of the cities of the Middle Vale do Itajaí.

Keywords: Cultural Landscape; Territorial Planning; Territorial Development; Cultural heritage; Tourism.

OS DESAFIOS DA GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL

O CASO DE TESTO ALTO, POMERODE/SC/BRASIL

Cassandra Helena Faes

Introdução

Desde o início do século XIX, o Estado de Santa Catarina foi sempre ocupado “artificialmente” – por indução oficial. Em muitas situações, os imigrantes passaram dos ranchos à casa enxaimel e em outras, quando as colônias já estavam consolidadas, foi possível chegar à construção da casa permanente sem que as famílias tivessem que passar por ranchos ou edificações provisórias. A paisagem e o espaço urbano foram fortemente condicionados pelas encostas dos morros, cobertos pela mata Atlântica, que seccionam o tecido urbano. Entre rio e montanha, a malha urbana se desenvolveu inicialmente linearmente ao longo de fundos de vale, em área parcialmente inundável.

Nesta época, as propriedades eram marcadas pela agricultura de subsistência. Em um segundo período, marcado pelas Guerras Mundiais, houve o processo de “camuflagem” da origem alemã, onde passou a ser costume levantar a platibanda nas edificações para esconder o telhado. Muitas edificações foram alteradas, mas a implantação da propriedade mantinha-se inalterada. Com o advento da industrialização, as famílias permanecem ligadas às atividades rurais, mas alguns de seus membros são operários nas indústrias localizadas nas áreas urbanas.

As propriedades se modificam. A renda “extra” traz a busca pelo conforto e adaptações nas edificações surgem. A problemática de evolução das cidades entre os séculos XIX e XX, intensificada pela globalização, resultou num conjunto de mudanças profundas na vida dos atores da sociedade

mundial e do patrimônio cultural. Mutilam-se espaços públicos e perdem-se edificações de valor histórico. A paisagem cultural urbana das cidades se modifica, e das áreas rurais se descaracteriza, onde percebe-se que a complicada dinâmica entre preservação e urbanismo continua a ser uma questão de difícil solução. Após as perdas, na sua maioria irreversíveis, temos timidamente o processo de valorização dos bens e da história das cidades.

1 - Paisagem cultural no Brasil

Numa perspectiva histórica sobre a preservação das paisagens no Brasil, vamos perceber que o Decreto-Lei nº 25 de 1937 já contemplava as paisagens culturais, vejamos:

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Porém, mesmo que o Decreto tenha estabelecido que poderiam ser inscritas no Livro do Tombo as paisagens, tanto por suas características naturais quanto pelo resultado da ação humana, esta não se deu de forma efetiva, mesmo sendo ele bastante abrangente no que diz respeito à conservação das obras da natureza ou até mesmo as resultantes da interação entre o homem e o ambiente natural.

Somente em 2009, com a criação da Coordenação de Paisagem Cultural do Iphan, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi instituída e já instiga inúmeras reflexões quanto à sua aplicação e ao próprio conceito.

A chancela é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultural do Brasil. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão. (Cartilha Paisagem Cultural, IPHAN)

A portaria 127/2009/IPHAN, que estabeleceu a chancela como instrumento de preservação da paisagem cultural, conceitua no artigo 1º Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Importa ressaltar que a chancela não é um instrumento de proteção, tal como o tombamento. Sobre a porção do território chancelada como paisagem cultural não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação. Se for o caso (e em muitas vezes será) a chancela deverá ser acompanhada, antecedida ou complementada pelo tombamento, pelo registro e/ou por outras formas de proteção, incluindo os mecanismos disponíveis em outras esferas (instrumentos de proteção ambiental, de planejamento urbano, de fomento e outros). Tal entendimento encontra respaldo nos artigos 2º (da finalidade) e 3º (da eficácia) da Portaria 127/2009:

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

Para que a chancela não resulte em mera declaração e possa integrar-se no rol de instrumentos de preservação, torna-se necessária a definição prévia de um pacto de gestão entre os diversos agentes que atuam – com maior ou menor ênfase – na porção do território a ser chancelada. O pacto tem como objetivo traçar, minimamente, um plano de atuação de curto, médio e longo prazo, nunca deixando de considerar “o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica”, buscando a convivência harmoniosa com “as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis” e valorizando a “motivação responsável pela preservação do patrimônio”. Por isso, para que possam ser estabelecidas ações de planejamento, ordenamento territorial, gestão e fomento da porção do território a ser chancelada e das práticas culturais que a particularizam como paisagem cultural, é necessário o estabelecimento do “pacto de gestão”.

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Caso contrário, a possibilidade da chancela tornar-se inócua é grande e, desaparecidos os fatores que motivaram o reconhecimento daquela porção peculiar do território como Paisagem Cultural Brasileira, a chancela poderá ser cancelada num prazo máximo de dez anos (artigos 15º e 17º da Portaria Iphan 127/2009).

1.1 - A paisagem cultural de Santa Catarina

A primeira proposta, referente à paisagem cultural da imigração em Santa Catarina, derivou de projeto igualmente pioneiro no Iphan: os Roteiros Nacionais de Imigração. O projeto se desenvolveu a partir de um inventário de conhecimento, iniciado em 1983 (no âmbito da Fundação Nacional Pró-Memória), interrompido na década de 1990 (especialmente a partir do governo Collor) e finalmente retomado em 2003/2004, quando se finalizou uma etapa importante do mapeamento. Desde o princípio, imaginou-se trabalhar com a constituição de rotas, caminhos, roteiros, buscando promover uma maior integração entre os diversos bens (que estão localizados em áreas rurais de distintos municípios, em várias regiões do Estado) e proporcionar alternativas de sobrevivência às famílias de agricultores e pequenos produtores rurais, considerando as pressões que desde então vêm sofrendo pelo acelerado processo de urbanização e industrialização dessas regiões.

A proposta de reconhecimento da paisagem cultural da Imigração em Santa Catarina foi levada ao Conselho Consultivo do Iphan em dezembro de 2007, e fazia parte do processo que propõe o tombamento de 63 bens (dentre pequenas propriedades rurais, um conjunto urbano e um conjunto rural) representativos da imigração no Estado. Em virtude da inexistência, à época, de uma forma previamente estabelecida para avaliação da proposta da paisagem cultural, o Conselho optou pelo tombamento dos bens já notificados e pela prorrogação da decisão sobre a paisagem, até que o IPHAN desenvolvesse um instrumento à luz do qual a proposição deveria ser analisada.

Segundo a Portaria Iphan 127/09, constitui Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

A decisão de cancelar a primeira Paisagem Cultural Brasileira em Santa Catarina é um marco para as políticas públicas de patrimônio cultural.

Sua consecução é, contudo, tarefa difícil, tendo em vista a complexidade que envolve a seleção, caracterização, delimitação e, especialmente a gestão dessas “porções peculiares do território nacional representativas do processo de interação do homem com o meio natural, as quais a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. (WEISSHEIMER, M.,2012)

Hoje, com a chancela instituída²⁹ em 2011, a proposta passa por revisão, devendo resultar em proposição mais abrangente que aquela inicialmente encaminhada ao Conselho Consultivo, além de constituir-se em outro processo, considerando a existência de um procedimento legalmente estabelecido e de implicações diferenciadas entre o tombamento e a chancela.

Deste modo a chancela complementa o arcabouço legal utilizado pelo IPHAN para a preservação do patrimônio cultural, e não exclui a possibilidade de aplicação do tombamento, do registro ou de qualquer outro instrumento de proteção do patrimônio. Assim sendo, é importante ressaltar que a chancela de paisagem cultural deve ser compreendida como um instrumento de gestão compartilhada.

1.1.1 - A paisagem cultural de Pomerode

Pomerode é conhecida como a “Cidade mais alemã do Brasil”, cujo slogan criado no mandato do prefeito Eugenio Zimmer (1983-1988) é justificado pelo fato de que 70% da população ser de origem alemã.



Fig. 1: Primeiras edificações enxaimel em Pomerode.

Fonte: www.vemprapomerode.com.br/turismo/a-cidade/pagina/historia-de-pomerode

²⁹ O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou nesta terça-feira (3) a primeira chancela de Paisagem Cultural Brasileira da história do país. (03/05/2011-www.IPHAN.gov.br)

A cidade é reconhecida por atrativos arquitetônicos turísticos vinculados a construção enxaimel, técnica construtiva originária da Alemanha, somando mais de 240 exemplares. Destas, a maior concentração fica situada na localidade de Testo Alto, área chancelada pelo IPHAN.

Do alto da serra é possível avistar, por um lado o Vale do Rio da Luz e, por outro, Testo Alto, ambos de paisagem que impressiona pela beleza e preservação dos aspectos naturais intimamente atrelados à presença humana. Em Testo Alto, juntamente com a paisagem singular, encontra-se um dos mais expressivos acervos da arquitetura da imigração no Brasil, que se destacam por sua qualidade estética e construtiva. (IPHAN, 2007:61)

Adiante o texto relata sobre a peculiaridade da ocupação espacial do território,

A distribuição dos minifúndios e das edificações – de função residencial, religiosa, comercial, recreativa e educacional – ao longo das estradas rurais configuram uma espécie de urbanismo disperso e linear que caracteriza a ocupação espacial das regiões de imigrantes no sul do Brasil. (IPHAN, 2007:61)

A somatória desses fatores, motivou a chancela de paisagem Cultural Brasileira.

De todas as regiões e estradas inventariadas, as localidades de Testo Alto (Pomerode) e Rio da Luz (Jaraguá do Sul) destacam-se pela qualidade da paisagem cultural, entremeando pequenas propriedades, cumeadas de matas, cultivos na várzea e pastagens até a meia encosta. A área destaca-se pela densidade de edificações de valor cultural. Testo Alto (no vale do Rio do Testo) e Rio da Luz (no Vale do Rio da Luz) são localidades contíguas, separadas pelo divisor de águas que divide os municípios e por isso a proposta do tombamento federal abrangendo o conjunto formado pela área mais preservada dos dois municípios. Um perímetro de tombamento delimita a área para a qual sugere-se a inscrição nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. (IPHAN, 2007:56)

Acrescentando, “[...] além do seu reconhecimento como Paisagem Cultural Brasileira.” (IPHAN, 2007:69)



Fig. 2: Testo Alto, Pomerode/SC/Brasil.

Fonte: www.advocaciaimobiliariaebs.jusbrasil.com.br/artigos/145965719/a-problematICA-da-legalidade-no-denominado-tombamento-do-rio-da-luz-jaragua-do-sul-e-testo-alto-pomerode

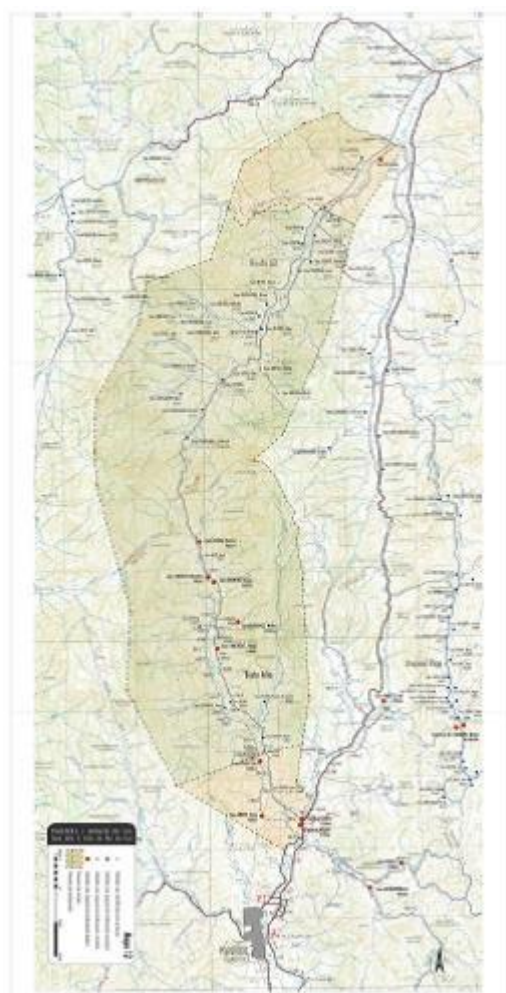


Fig. 3: Mapa com a delimitação dos perímetros da área chancelada como paisagem cultural, núcleo de Testo Alto em Pomerode e Rio da Luz em Jaraguá do Sul. Em vermelho estão assinaladas as propriedades que foram tombadas individualmente em nível estadual. Em azul, as propostas de tombamento estadual e em cinza os bens indicados para proteção municipal. Fonte: IPHAN/SC.

Na área chancelada incide legislações específicas, como a Portaria IPHAN nº 70 de 22 de Fevereiro de 2013, que dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a preservação do conjunto de Testo Alto.

Dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a preservação do Conjunto Rural de Testo Alto, no município de Pomerode, no estado de Santa Catarina, tombado em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN através do Processo de Tombamento nº 1.548-T-07 e inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, com o estabelecimento de parâmetros para novas intervenções nas áreas tombadas e de entorno.(Portaria IPHAN 70/13)

Segundo Weissheimer,

No primeiro semestre de 2012, o IPHAN elaborou as normativas de preservação que passaram a estabelecer os parâmetros a serem seguidos para novas intervenções, de caráter urbanístico ou arquitetônico, nas áreas tombadas e entornos dos núcleos de Testo Alto e Rio da Luz. [...] Note-se, contudo, que o que está – com dificuldades – sendo preservado neste caso ainda não é a paisagem cultural, mas os valores paisagísticos (cênicos) atribuídos aos dois núcleos pelo tombamento. (WEISSHEIMER, M.,2012)

Concomitantemente ao processo de chancela da área rural de Testo Alto, a Prefeitura de Pomerode aprovou a Lei Complementar nº 238, de 11 de maio de 2012, que institui o sistema municipal de cultura de Pomerode, criando o fundo municipal de cultura - FMC, e estabelecendo as diretrizes para políticas públicas de cultura. O Art.13 da referida lei demonstra os valores que serão recebidos pelo fundo e como deverão ser aplicados.

Art. 13 No início de cada exercício financeiro, decreto de iniciativa do Prefeito Municipal fixará os montantes que deverão ser destinados aos mecanismos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, que terão como parâmetro, o mínimo de 0,1% (zero vírgula um por cento) e máximo de 0,5%(meio por cento) da receita tributária anual do orçamento municipal.

[...]

§ 3º Do montante efetivamente repassado para o Fundo Municipal de Cultura - FMC serão redistribuídos de forma a atender aos seguintes critérios:

- I - 5% a 10% (cinco a dez por cento) para cobrir os custos administrativos;
- II - 25% (vinte e cinco por cento) para projetos da Fundação Cultural de Pomerode e de suas unidades;
- III - 65% a 70% (sessenta e cinco a setenta por cento) para financiamento a fundo perdido de outros projetos, inscritos e aprovados em Editais de Apoio à Cultura.

Como podemos observar o patrimônio edificado e a paisagem cultural não são favorecidas, uma vez que estes, devem concorrer através de projetos as verbas acima expostas.

Conforme a Portaria 70/13, as edificações recentes e que não possuem vinculação com as edificações tombadas ou de interesse históricos, são as únicas passíveis de “substituição ou transformação”. Porém, todas devem seguir critérios nela estipulados.

Art. 8º O SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela predominância da atividade rural e residencial, complementada por pequenos comércios, igrejas e associações recreativas locais, mantendo os principais elementos naturais, morfológicos e etnográficos que configuram o modelo de ocupação territorial estabelecido pelas colônias de imigrantes.

§ 1º Com relação à linguagem arquitetônica do conjunto, o SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela ocorrência de edificações rurais de valor cultural, de uso residencial, comercial, religioso e recreativo, típicas da arquitetura teuto brasileira, sendo que todos os exemplares enquadrados nesta caracterização deverão ser integralmente preservados, conservando-se seus elementos e características originais de volumetria, materiais e técnicas construtivas.

§ 2º Entremeadas às edificações de valor cultural e de interesse à preservação, é possível identificar construções recentes, de linguagem arquitetônica e características que não possuem vínculo histórico ou correspondência arquitetônica com os bens que importa preservar e, portanto, passíveis de substituição ou transformação, conforme parâmetros adiante elencados. (Portaria IPHAN 70/13)

Com a finalidade de conservar a paisagem rural do Testa Alto, a Portaria IPHAN 70/13 também norteia a supressão de vegetação e a abertura de novos loteamentos. Estes últimos, só poderão ser realizados em área urbana e com linguagem diferenciada, conforme dita o artigo 15,

- II - O desenho urbano dentro dos loteamentos e/ou condomínios horizontais deverá seguir linguagem diferenciada, evitando traçados retilíneos

demasiadamente contínuos ou ocupações marcadamente regulares perceptíveis a partir de qualquer ponto das ruas Progresso e Testa Alto. (Portaria IPHAN 70/13)

Já no artigo 17, foi estipulado como 5.000m² a área mínima dos lotes pertencentes as edificações tombadas e /ou protegidas.

Art. 17. Caso venham a ser parcelados lotes que contenham bens de valor cultural e interesse à preservação, a área total final do terreno onde estiverem implantadas as edificações de valor cultural e interesse à preservação não deverá ser menor que 5.000 m² (cinco mil metros quadrados). (Portaria IPHAN 70/13)

O quadro abaixo nos mostra os coeficientes urbanísticos a serem aplicados na área chancelada.

Portaria nº. 70, de 22 de fevereiro de 2013. D.O.U. nº. 39, Seção I, pgs. 9 a 11

Anexo II

Parâmetros de parcelamento e ocupação do solo

Setores	L Mín [m ²]	UA Mín [m ²]	Te Mín [m]	TO Máx [%]	AF Mín [m]	AL Mín [m]	TA Mín [%]	TP Mín [%]	APE Máx [m]
Setores de Tombamento									
SPPR	20.000	20.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
SPP	20.000	5.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
SUP	3.000	3.000	30	10	10,0	10,0	30	80	6
Setores de Entorno									
SPPE	20.000	5.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
SUE	1.000	1.000	20	10	6,0	3,0	25	80	6

L Mín	Tamanho mínimo do lote
UA Mín	Tamanho mínimo da unidade autônoma
Te Mín	Testada mínima do lote
TO Máx	Taxa de ocupação máxima das edificações dentro do lote
AF Mín	Afastamento frontal mínimo das edificações dentro do lote
AL Mín	Afastamento lateral mínimo das edificações dentro do lote
TA Mín	Taxa de arborização mínima
TP Mín	Taxa de permeabilidade mínima
APE Máx	Altura máxima das paredes externas
SPPR	Setor de Preservação Paisagística Rigorosa
SPP	Setor de Preservação Paisagística
SUP	Setor Urbano com Proteção
SPPE	Setor de Preservação Paisagística do Entorno
SUE	Setor Urbano de Entorno

Fig. 4: Tabela de parâmetros de parcelamento e ocupação do solo. Fonte: Plano Diretor de Pomerode.

Podemos observar na tabela acima, a preocupação com a intervenção das edificações na paisagem, uma vez que é permitido apenas dois pavimentos em toda área chancelada (APE máximo 6m). Complementando, a Portaria IPHAN nº 420 de 22 de Dezembro de 2010, “Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.”

No Código de Obras³⁰ do município de Pomerode, podemos notar a preocupação da preservação da paisagem da cidade conforme indica o artigo nº 93,

§3º Toda edificação com uso de chapas e platibanda será objeto de análise individual por parte do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Pomerode quando inserida no Setor de Preservação do Conjunto Paisagístico e Cultural 1 e 2, Setor do Centro Histórico e imóveis classificados como P3. (Lei Complementar 227, de 23/12/2011)

Já a Lei nº 1639 de 05 de abril de 2002, dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural de Pomerode, cria o serviço do patrimônio histórico, artístico e natural do município - SPHAM e o conselho municipal do patrimônio histórico e cultural de Pomerode e a Lei nº 808/1988 institui o cadastramento de bens culturais.

As isenções de tributação estão dispostas na Lei complementar nº 75/2001 de 12/12/200, que institui o código tributário do município de Pomerode. Onde no Art. nº 241 especifica a isenção do IPU.

Art. 241 Ficam isentas do pagamento do Imposto Predial Urbano, todas as construções típicas, do tipo enxaimel original, assim integralmente preservadas, existentes no Município de Pomerode, independentemente do ano de sua edificação. As construções de relevante patrimônio histórico, devidamente cadastradas pela Municipalidade, terão uma redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial Urbano.

§ 1º Para que o proprietário seja beneficiado com a isenção ou redução prevista no caput deste artigo, deverá cadastrar sua construção junto a Secretaria de Planejamento, que depois de inspeciona-la deverá emitir parecer definindo o enquadramento cabível.

§ 2º Para a manutenção do benefício, o proprietário deverá conservar os traços originais da construção, caso venha a efetuar qualquer reforma ou melhoria, não podendo alterar a sua constituição física primitiva. A reforma deverá ser precedida de um projeto para análise e aprovação do departamento Técnico da Municipalidade.

³⁰ Lei Complementar nº 227 de 23 de dezembro de 2011.

Sobre a manutenção do benefício acima citado, queremos apresentar nossa dúvida em relação a terminologia utilizada, mais especificamente onde cita que o proprietário devem conservar “traços originais da construção”, e na sequência tenta consertar com “não podendo alterar a sua constituição física primitiva”, porém a utilização da palavra “reforma”, ao invés de restauro, não deixa dúvidas quanto a fragilidade da proposição.

Neste sentido, a Portaria IPHAN 70/13 possui direcionamento adequado para uma área cancelada.

Art. 4º As intervenções propostas para o SÍTIO TOMBADO e seu ENTORNO deverão levar em conta a preservação, a valorização e a qualificação da paisagem das áreas tombadas, visando garantir a perduração das características rurais e a permanência dos valores históricos, etnográficos e paisagísticos que justificaram seu tombamento.(Portaria IPHAN 70/13)

Já sobre as infrações e penalidades, estas são absorvidas pela Portaria nº 187 de 11 de Junho de 2010,

Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. (Portaria nº 187 de 11 de Junho de 2010)

Mesmo com as diversas legislações, a área cancelada sofre os efeitos do crescimento urbano e da consequente descaracterização do espaço. Vejamos no dossiê dos Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina (IPHAN, 2006 e 2007), documento que antecede a cancela, que demonstra claramente a preocupação com a transformação da paisagem das áreas protegidas:

Por duas gerações, formou-se um todo harmônico e produtivo, até que, nas últimas décadas, a urbanização desenfreada induziu ao esvaziamento do campo, produzindo a situação de desequilíbrio – tônica das três últimas décadas. (IPHAN, 2006:123)

Corroborando, em 2007,

Tanto Pomerode como Jaraguá do Sul possuem perímetro urbano – além da área efetivamente urbanizada. Como exemplo, pode-se apontar que quase 50% da área de Testo Alto, uma das áreas que congregam maior valor cultural em Pomerode, é considerada perímetro urbano, embora o Plano Diretor já estabeleça que se trata de Área Especial. É fundamental que a área mínima estabelecida para

os lotes sejam suficientes para garantir o uso rural na região. O crescimento urbano – em especial no caso de Jaraguá do Sul, cidade essencialmente industrial que comporta o maior PIB de Santa Catarina – afeta diretamente as áreas rurais próximas ao perímetro urbano, transformando a ocupação do território e, conseqüentemente, a paisagem. Atualmente, em muitas dessas áreas de transição persistem as características rurais – já mescladas com a transformação urbana.(IPHAN, 2007:69)

Weissheimer(2012) também expõe sua preocupação,

Em linhas gerais, o principal problema que atualmente coloca em xeque a possibilidade de sobrevivência ou de preservação das paisagens culturais da imigração é o esvaziamento das áreas rurais, com a consequente desvalorização da produção tradicional, e na sua paulatina transformação em periferia urbana. (WEISSHEIMER, M.,2012)

É sabido que a agricultura familiar em Pomerode está voltada, em sua maioria, para a agricultura de subsistência, ocasionando o movimento pendular com a área central em busca de emprego. Como citou Weissheimer, a preocupação está com a desvalorização da produção tradicional que ocasiona também a desvinculação com a localidade, paisagem, arquitetura e valores. As famílias tradicionais residentes na área chancelada vêm se esforçando para a conservação das tradições, o que tem sido de extrema valia para manutenção da área como patrimônio cultural.

Percebe-se que estas famílias ainda não enxergaram a oportunidade de se destacarem no mercado através da manutenção, conservação e valorização da herança cultural, arquitetônica e paisagística. Neste sentido, abordaremos a qualificação das propriedades e dos proprietários para o turismo, como um dos mecanismos de sustentação da área de imigração.

2 - O turismo sustentável do Médio Vale do Itajaí

Em termos de organização social, o Médio Vale do Itajaí/SC tem experiência e familiaridade com o trabalho colaborativo e de respeito à identidade. Exemplos disso são as associações de moradores, os clubes de caça e tiro, a cooperativas comerciais e de agronegócios. Com esses princípios os gestores municipais da região criaram o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMMVI).

Essa iniciativa inovadora, ainda de forma incipiente desenvolveu ações na área de resíduos sólidos e turismo. Entre suas atribuições, segundo o Estatuto, estão:

- II - a gestão associada de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico;
- VI - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;
- IX - a gestão e a proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico ou turístico comum;
- X - o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;
- XI - as ações e políticas regionais de desenvolvimento urbano e socioeconômico, inclusive nas áreas de turismo e cultura;
- XV - o desenvolvimento de planos, programas e projetos destinados à recuperação, preservação e melhoria das condições ambientais; (CIMVI, 2015:1)

Os trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio na área turismo resultaram na criação do Circuito Vale Europeu Catarinense, organizado conforme demonstrado na figura abaixo.

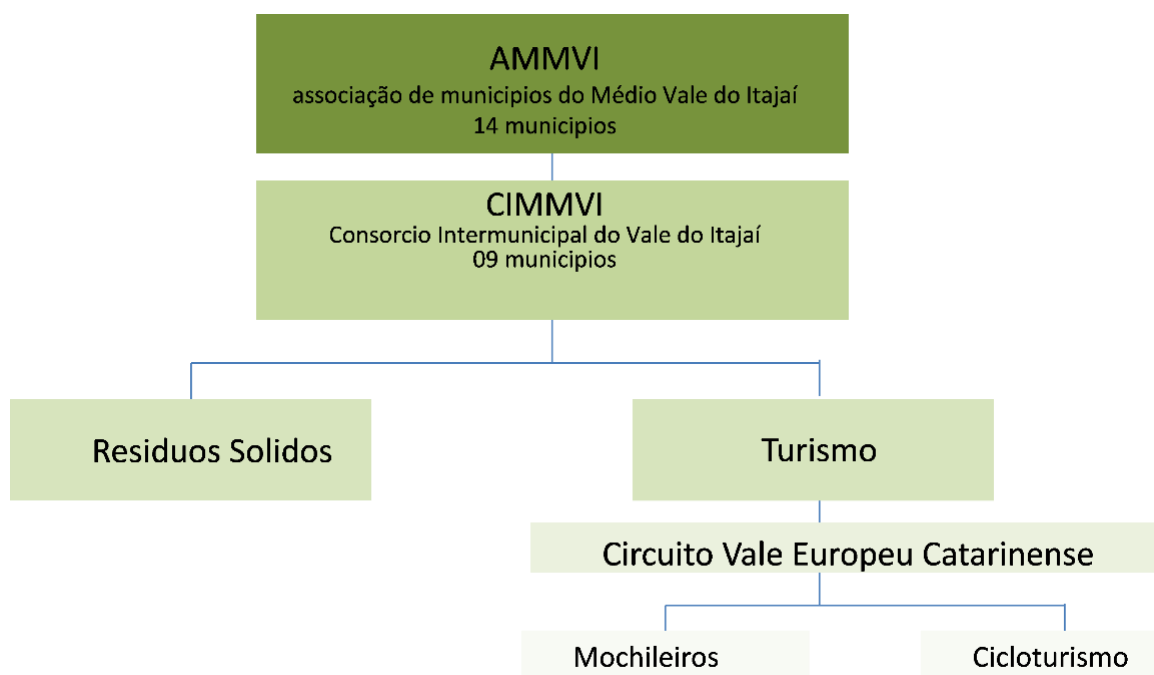


Fig. 5: Ilustração da organização institucional da CIMMVI. Fonte: Autora.

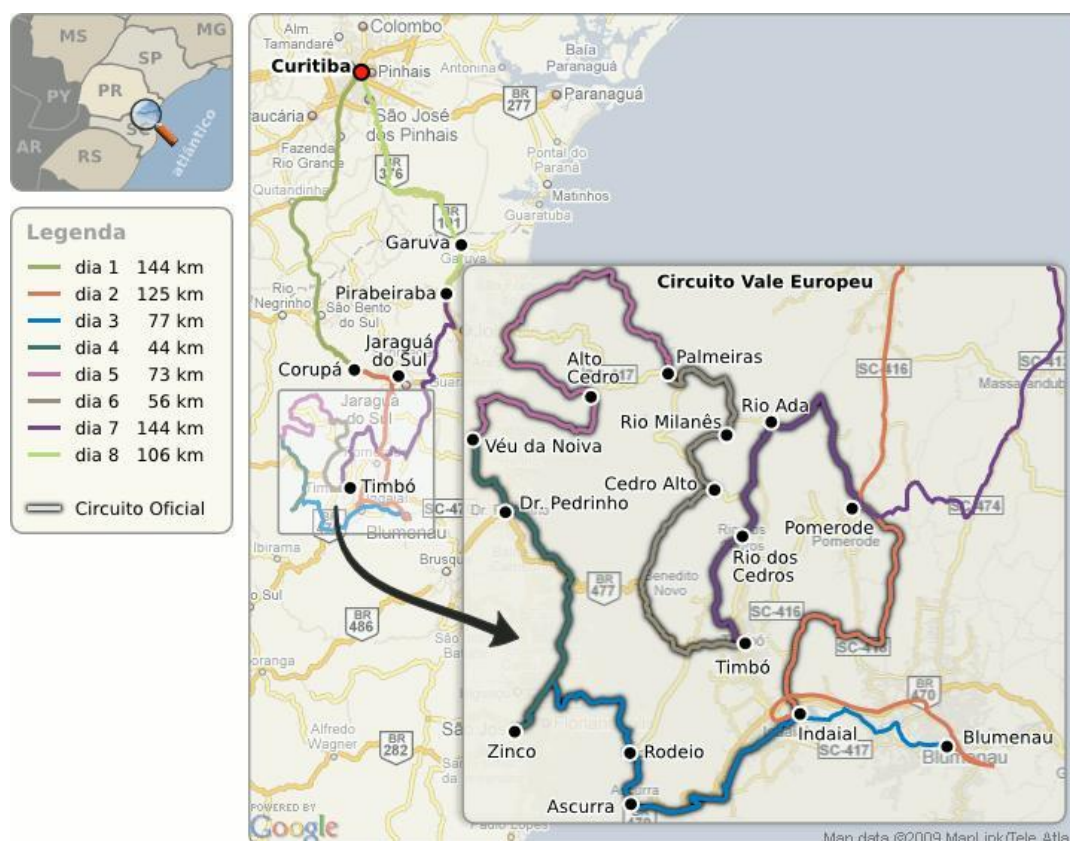


Fig. 7: Mapa do Percurso de Cicloturismo do Vale Europeu Catarinense. Fonte: <http://odois.org/?080719>

A região onde passa o Circuito possui belíssimas paisagens e uma natureza bem preservada, com muitas áreas de Mata Atlântica ainda intocadas. Nas partes mais altas há também as imponentes araucárias, típicas do Sul do Brasil. A presença da água é um dos destaques deste roteiro, além de ser uma das áreas com maior concentração de nascentes do país, são inúmeras cachoeiras, rios e riachos pelo caminho.

Outro aspecto interessante do Circuito é a marca da cultura européia que se manifesta fortemente nos hábitos e tradições da população. A imigração, inicialmente alemã, seguida da italiana, é visível em muitos aspectos como a arquitetura, a gastronomia, a música e os esportes.

A tradição do ciclismo é também um dos traços da cultura local. Diariamente, famílias inteiras utilizam a bicicleta como meio de transporte. Por isso, o cicloturista é encarado com muita naturalidade e encontra uma ótima receptividade.

Além do Circuito a ser percorrido de bicicleta, a região possui diversas opções e infraestrutura turística para a prática de outros esportes de aventura, como rafting, rapel e caminhadas.

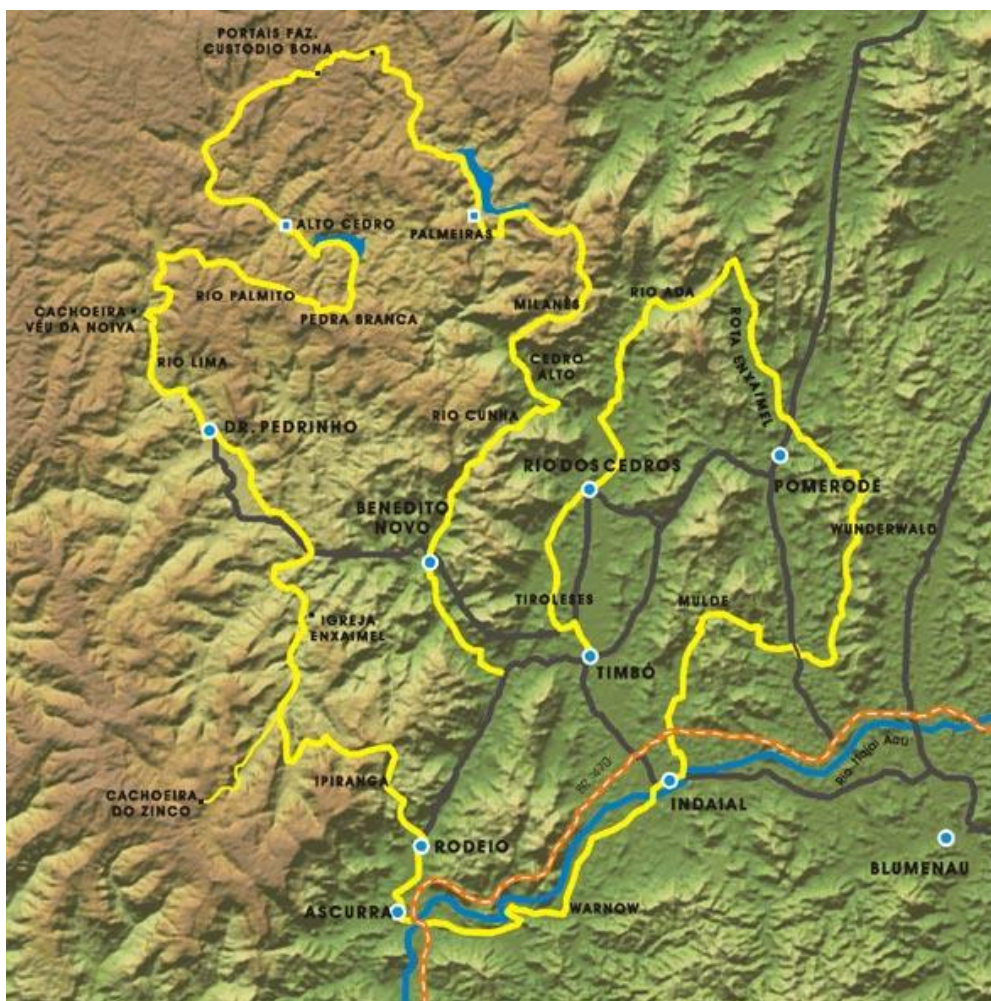


Fig. 8: Mapa do percurso com topografia.

Fonte: www.clubedecicloturismo.com.br/roteiros/circuitovaleeuropeu/percurso.html

Seguem abaixo algumas imagens para ilustrar a riqueza visual do Circuito Vale Europeu.



Fig. 9: Mochileiros. Fonte: Pousada Campo do Zinco.



Fig. 10: Mochileiros. Fonte: Egon Koprowski.



Fig. 11: Cicloturismo. Fonte: Ademir Winklenhaus.



Fig. 12: Cicloturismo. Fonte: Ademir Winklenhaus.



Fig. 13: Encontros na paisagem. Fonte: Edgar Maas.



Fig. 14: Sinalização turística - mochileiros e cicloturismo. Fonte: Ademir Winklenhaus.

Além do circuito de mochileiros e cicloturismo, em Pomerode incidem outros roteiros de turismo, os quais são anteriores a chancela, porém ainda em início de estruturação.

3 - Os desafios da gestão da paisagem cultural

Além das legislações de amparo ao patrimônio cultural citada anteriormente, o município de Pomerode possui 12 edificações tombadas em nível Federal, 14 edificações em nível Estadual, e em nível Municipal 26 edificações consideradas P1³³ e 63 consideradas P2³⁴. Além desses imóveis,

³³ Edificações que não podem ser alteradas internamente e externamente. Anexo V da LC 162/08.

³⁴ Edificações que não podem ser alteradas externamente. Anexo V da LC 162/08.

Pomerode tem cadastradas cerca de 250 edificações enxaimel (aparente e rebocado) e mais 50 edificações de interesse em todo o município, segundo o Inventário de Bens Culturais de Pomerode.

As ações para preservação do patrimônio cultural - material e imaterial - do município de Pomerode, segundo a arquiteta Roseana Struck Lunghard (Lunghard, R., entrevista pessoal, 15 de Janeiro, 2008), responsável técnica pela Divisão Patrimônio Histórico do Município de Pomerode no período de 1992 até 2010 e na prestação de serviços ao IPHAN/SC de 2013 a 2015, foram:

- Inventário do patrimônio arquitetônico/cultural: inventário das edificações enxaimel e Inventário das edificações classificadas P1 e P2 constante do Plano Diretor;
- Assessoria técnica para conservação e restauração: o município dispõe de 01 técnico especializado em preservação e restauração (inexiste desde 2010);
- Incentivos aos proprietários de edificações históricas;
- Auxílio financeiro para recuperação do patrimônio edificado em parceria com proprietários, através de verba do Orçamento do Município da Divisão de Cultura;
- Incentivo fiscal com redução ou isenção Imposto Predial Urbano.

Em 2015, a arquiteta Roseana Struck Lunghard (Lunghard,R., entrevista pessoal, 23 de Novembro, 2015) acrescenta:

- A secretaria de cultura e turismo implementou e promoveu ações para estruturar - a partir de 2001 - a Rota do Enxaimel;
- Promoveu ações junto à comunidade local para valorização da Rota Enxaimel;
- O IPHAN-SC promoveu ações de valorização da produção tradicional e recuperação de estruturas históricas.

Através do relato da arquiteta Roseana Struck Lunghard, podemos constatar que sua preocupação vai além do patrimônio edificado, materializado, abrange o patrimônio imaterial, intangível: “Percebo claramente, a necessidade de uma conscientização da geração que está em poder (herdeiros) dos imóveis, que não tem interesse em preservar; percebe-se que o apego ao valor sentimental dos bens familiares não está mais presente.” Nos fala ainda que a especulação imobiliária que o centro da cidade de Pomerode está sofrendo, traz como consequência a pressão para demolição de casas protegidas. Onde na sequência do pensamento, afirma: “A legislação de proteção deve garantir sua aplicabilidade e sustentabilidade.” As dificuldades na gestão do patrimônio edificado são inúmeras, a restauração desses bens é uma delas, como nos conta a seguir:

Há também a necessidade de treinamento de mão de obra – especializada para atuar na restauração dos bens culturais. A mão de obra existe, mas é insuficiente. Quando a municipalidade dispõe recursos para auxiliar na recuperação, deve garantir que este serviço seja qualificado; para evitar descaracterizações e mutilações. (Lunghard, R., entrevista pessoal, 15 de Janeiro, 2008).

Estes registros nos mostram que a consciência de preservação e manutenção do legado cultural da arquiteta vai além do material, ela engloba o imaterial e o “como” fazer e manter. Porém, com a saída da referida técnica da Divisão do Patrimônio Histórico do Município de Pomerode percebemos o quão importante é para um município um técnico experiente e engajado. Fato este demonstrado pela “ausência” de materiais e desconhecimento dos técnicos que hoje estão a frente do setor. Em entrevista concedida, o atual responsável pelo setor de patrimônio cultural expõe que a única iniciativa do governo para preservar a paisagem e as edificações de Testo Alto é o “auxílio para restauro das casas, dentro do possível” (Klotz, T., entrevista pessoal, 24 de Novembro, 2015). Constatamos então, que a legislação de amparo ao patrimônio cultural não é suficiente para sua conservação e manutenção, principalmente no que tange o imaterial – a transmissão de uso, saberes e fazeres.

Neste sentido, um dos maiores embates para preservação e conservação do nosso patrimônio cultural continua sendo a transição governamental. Ela traz, em sua maioria, a descontinuidade do planejamento equilibrado das cidades, além de muitas vezes não possuírem arcabouço técnico preparado e suficiente.

Um dos primeiros passos do projeto Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina – IPHAN/SC foi um pacto de cooperação técnica entre os municípios participantes, visando promover e realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração. O lançamento oficial do projeto ocorreu no dia 27 de agosto de 2008, onde foram assinados termos de cooperação técnica entre MinC³⁵, MTur³⁶, e MDA³⁷, SEBRAE³⁸, governo estadual e prefeituras municipais.

Porém, com as mudanças de governo, algumas atitudes dos prefeitos não foram respeitadas, vejamos o caso de Timbó e Pomerode:

Ao invés de falar somente de “preservação”, seria melhor usar o termo “gestão da paisagem” por sugerir menor restrição à preservação física dos elementos isolados e particulares da paisagem. Para evitar equívocos, paisagem é utilizada

³⁵ Ministério da Cultura.

³⁶ Ministério do Turismo.

³⁷ Ministério Desenvolvimento Agrário.

³⁸ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas.

aqui no sentido completo do geógrafo, o que deveria ser também utilizado pelo urbanista (Cozen, M.,2009: 52).

Segundo Schama (1996) a paisagem nasce a partir do olhar do viajante e da tradição construída, da mesma forma que um mosaico constituído de lembranças sobrepostas de um mundo alterado pela ação humana e com sua bagagem cultural. Pode-se dizer que a relação do homem com o espaço, amplia o poder de contemplação e desenvolve as sensações, tanto as impulsionadas pela memória, como pelas vivências pessoais. Para Heidtmann Junior a paisagem só existe se estiver carregada de um conceito cultural, pois “Paisagem é a cultura antes de ser natureza, um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha” (Heidtmann Junior, D. E. D. ,2013:49).

Assim a integração do patrimônio ao dia a dia das pessoas e às suas celebrações, e ao planejamento de cidades, faz com que este exerça força geradora de identidade, de valorização e de referência cultural.

A tarefa é difícil. Principalmente no que diz respeito a nos afastarmos de uma lista estática de valores e da síndrome da Arca de Noé (Choay, F., 2006), afinal a paisagem cultural é viva e fazemos parte dela. Ou seja, não podemos tratar como estanque, mumificada ou ainda como zoológico, com exemplares a mostra. É preciso dinamizar o processo, o que exige ações interdisciplinares, intersetoriais e compartilhadas.

Considerações finais

Podemos observar que o planejamento de cidades é um desafio crescente. Planejamento este que ainda é pensado como segregador de espaços, onde a leitura de “território” é deficiente. Percebemos claramente a correlação das edificações com o território, ou seja, conforme a estruturação da cidade o edifício muda o seu uso, decorrente na maioria das vezes do padrão de desenvolvimento. Outro ponto a ser considerado é o tempo, os diversos tempos na cidade. Afinal, a cidade é palco dos atores mais diversos: homens, firmas, instituições, que nela trabalham conjuntamente. Alguns se movimentam segundo tempos rápidos, outros, segundo tempos lentos, de tal maneira que a materialidade que possa parecer como tendo uma única indicação, na realidade não a tem. Este pensamento nos faz refletir sobre a preservação de edificações localizadas nas áreas rurais e em consequência da paisagem cultural; estas estariam sob o tempo lento, e por conseguinte mais preservadas e menos suscetíveis as transformações aceleradas das edificações urbanas. Essa compreensão de tempo-espaço e a sua aceleração atual, refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência dinâmica de tudo isso. Este movimento dinâmico faz com que tenhamos vários processos de materialização nas cidades.

Grande parte das edificações de interesse histórico encontram-se nas áreas rurais de Pomerode, distribuídas em lotes familiares ao longo das antigas estradas coloniais. As paisagens são únicas, formando o que se chama de “ilhas culturais”. No entanto, esta que é a principal especificidade é também a mais ameaçada, frente ao crescimento dos centros urbanos, do desenvolvimento industrial, da especulação imobiliária e do envelhecimento da população detentora dos bens culturais. A viabilidade econômica da pequena produção familiar e a necessidade de adequação da propriedade aos requisitos de vigilância sanitária e ao modo de vida moderno são fatores que influenciam o êxodo de muitas famílias, ocasionando a transformação dos lugares, e consequentemente, da paisagem.

Através da análise dos roteiros oferecidos pela CIMVMVI percebe-se que o turismo é incipiente na área de estudo e na região abrangida, fato demonstrado pela falta de interligação das rotas e de políticas públicas abrangentes e eficazes. Cartões postais, folderes e mídias diversas propagam bens históricos e paisagens. Contudo, o turista pode não encontrar o que lhe foi comercializado, e isso se deve a falta de instrumentos de Gestão da Paisagem Cultural.

Constatamos que, uma das grandes dificuldades do município de Pomerode, como a maioria dos municípios brasileiros, é a transição das gestões municipais. Fato este que acarreta na diminuição ou falta de repasse de informações e dados, dificultando a continuidade do trabalho, principalmente no campo da preservação patrimonial. Corroborando, as gestões municipais têm dado pouco ou até nenhum amparo as famílias detentoras desse patrimônio, seja por intermédio de orientações quanto a conservação dos imóveis, por apoio técnico, ou por subsídios financeiros para manutenção dos imóveis.

Neste sentido, a preservação da paisagem cultural pressupõe a gestão compartilhada conferindo e delegando responsabilidades e competência a todos os agentes, quer sejam representantes dos poderes públicos, nos diferentes níveis, ou da sociedade civil. Os esforços são somados e o investimento de recursos é otimizado por meio de ações coordenadas e convergentes, voltadas para a formação, capacitação e sensibilização. Dessa maneira, todos os agentes atuarão, fazendo com que a comunidade compreenda o significado da paisagem cultural da qual ela forma parte, apropriando-se dos seus valores, adotando e incorporando o papel de responsáveis pela sua preservação.

Conservar os costumes e a memória torna mais provável a salvaguarda desta paisagem cultural de importância no contexto nacional e internacional, fortalecendo os valores de identidade das comunidades onde estes se inserem. O uso adequado de suas potencialidades, levando em consideração a diversidade cultural que a forma, poderá promover o desenvolvimento sócio cultural e econômico sustentável da região.

O turismo enquanto atividade econômica, não pode ser considerada única solução, entretanto é uma ferramenta importante para o fomento do desenvolvimento local e a proteção do patrimônio. Principalmente quando o turismo torna-se parte da paisagem de um local ao mesmo tempo em que a consome, torna-se dependente desta paisagem para sua própria existência. Neste contexto entra o planejamento integrado que resulta de ações de equipes multi e interdisciplinares preocupadas com as paisagens a planejar. Isto porque, no planejamento integrado, devem ser considerados todos os fatores: geológicos, biológicos e físicos de um ambiente, considerando suas ações conjuntas, sem esquecer das estruturas socioeconômicas que a compõem.

Bibliografia

CHOAY, F. (2006). *A alegoria do patrimônio*. Trad: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP.

COZEN, M. (2009). As paisagens urbanas históricas na Inglaterra: um problema de geografia aplicada. In: CASTRIOTA, L. (Org.) *Paisagem cultural e sustentabilidade*. Belo Horizonte: IEDS; UFMG.

HEIDTMANN JUNIOR, D. E. D. (2013). *Gestão de paisagem cultural de imigração alemã*. Florianópolis. 281 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) programa de pós graduação, UFSC.

IPHAN/SC. (2006). Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina. *Dossie de Tombamento*. Vol 01. Histórico, análise e mapeamento das regiões.

IPHAN/SC. (2007). Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina. *Dossie de Tombamento*. Vol 02. Síntese tombamentos federais.

SCHAMA, S. (1996). *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras.

WEISSHEIMER, M.R. (2012). *Paisagem cultural brasileira: do conceito a prática*. Belo Horizonte: 2º Colóquio Ibero-americano sobre paisagem cultural, patrimônio e projeto. UFMG.

Suporte eletrônico

<http://www.vemprapomerode.com.br/turismo/a-cidade/pagina/história-de-pomerode>. Acedido a 16 de outubro de 2015.

<https://leismunicipais.com.br>. Acedido a 15 de janeiro de 2016.

Estatuto da CIMMVI, 2015. <http://files.jfsites.com.br/cimvi/files/2015/09/Estatuto-CIMVI-consolidado-OK.pdf> . Acedido a 19 de novembro de 2015.

CIMVI. (1)<http://files.jfsites.com.br/cimvi/files/2015/09/Estatuto-CIMVI-consolidado-OK.pdf> acessado em 19.11.15.

Legislação

Termo de cooperação técnica roteiros nacionais de imigração em SC.

Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000.

Portaria IPHAN nº 127, de 30 de Abril de 2009.

Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010.

Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010.

Portaria IPHAN nº 70, de 22 de fevereiro de 2013.

Lei Ordinária nº 808/1988.

Lei complementar nº 75 de 12 de dezembro de 2001.

Lei nº 1639 de 05 de abril de 2002.

Lei complementar nº 162, de 12 de dezembro de 2008.

Lei complementar nº 238 de 11 de maio de 2012.

ARQUITETURA, PAISAGEM E PATRIMÔNIO CEMITERIAL:

UM ESTUDO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE INDIAIAL/SC/BRASIL

Cassandra Helena Faes e Graciela Márcia Fochi

Resumo: Neste artigo almeja-se analisar o espaço do Cemitério Municipal de Indaial-SC na relação com a paisagem das imediações em que se encontra, as formas e os conteúdos presentes em alguns jazigos e frisar o potencial que o mesmo representa em termos de memória, patrimônio e turismo. Analisar-se-á imagens feitas de modo panorâmico do cemitério e de seu entorno, em seguida das edificações dos jazigos considerados mais relevantes para reconhecer aspectos dos estilos arquitetônicos, aspectos artísticos, culturais, religiosos através da análise dos materiais e recursos utilizados na edificação e/ou sobrepostos as sepulturas. As respectivas imagens que foram submetidas à análise exploratória de imagens seguidas da confrontação com os referenciais teórico e com o estado da arte existente sobre o tema. As análises indicam que no cemitério municipal de Indaial ocorre certa sobriedade e despojamento em termos de elementos arquitetônicos e artísticos, porém existem sepultamentos/jazigos que demonstram forte vínculo familiar, que evidenciam elementos das atividades sociais do sepultado e que atraem devoção popular.

Palavras chave: Patrimônio Cultural; Memória; Paisagem Cultural; Arquitetura Tumular; Turismo.

**ARCHITECTURE, LANDSCAPE AND CEMITERIAL HERITAGE:
A STUDY OF THE MUNICIPAL CEMETERY OF INDIAIAL / SC / BRAZIL**

Cassandra Helena Faes and Graciela Márcia Fochi

Abstract: This article aims at analyzing the space of the Municipal Cemetery of Indaial-SC in relation to the surrounding landscape in which it is found, the forms and contents present in some deposits and emphasize the potential that it represents in terms of memory, and tourism. We will analyze panoramic images of the cemetery and its surroundings, followed by the buildings of the deposits considered most relevant to recognize aspects of the architectural styles, artistic, cultural and religious aspects through the analysis of the materials and resources used in the construction and or overlapping the graves. The respective images that were submitted to the exploratory analysis of images followed by the confrontation with the theoretical references and the existing state of the art on the subject. The analysis indicates that in the municipal cemetery of Indaial there is a certain sobriety and despoiling in terms of architectural and artistic elements, but there are burials / deposits that show a strong family bond, evidencing elements of the burial's social activities and attracting popular devotion.

Keywords: Cultural heritage; Memory; Cultural Landscape; Tumular Architecture; Tourism.

ARQUITETURA, PAISAGEM E PATRIMÔNIO CEMITERIAL:

UM ESTUDO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE INDIAIAL/SC/BRASIL

Cassandra Helena Faes e Graciela Márcia Fochi

Introdução

Os vestígios mais antigos da espécie humana indicam sobre os hábitos de sepultamento, de enterrar os mortos, cobri-los com pedras, sinalizar a existência de um corpo, ou seja, lhe atribuir distinção dos demais locais; visita-los periodicamente, realizar rituais, depositar preces, fazer oferendas, entre outras manifestações e expressões de emoções e sentimentos. Munford (2008) defende que o fato de amontoar pedras sobre o corpo falecido antecede até mesmo a formação das cidades, ou seja a cidade dos mortos seria anterior mesmo à cidade dos vivos.

Os espaços dos cemitérios são portadores de múltiplas linguagens e discursos potencial nos quais ocorrem manifestações culturais, de ideologias, crenças religiosas, valores, sentimentos, emoções, entre outros.

Bachelard (2008) advoga que as paisagens cristalizam-se num imaginário que vai além da composição e da aparência da paisagem. O espetáculo da natureza possui potencial de revelar todo o espectro da grandeza íntima, promover experiência estética do sublime, do não dizível, do transcendental, alcançar o não dizível, experimentar o fenômeno de suspensão no tempo e no espaço. A paisagem também sugere ao campo onírico, no qual se plasam símbolos, utopias e sonhos. A paisagem do cemitério é contributo também no que refere à dimensão vernacular, entendida como o espaço em que ocorrem as manifestações de tradições religioso-culturais da morte e do morrer.

Todavia, as posturas de medo e tabu fazem com que as temáticas de morte e os espaços de cemitérios não sejam compreendidas de forma clara e franca na sociedade cristã ocidental. No que diz respeito ao campo do patrimônio histórico e artístico os espaços de cemitérios ou os eventos de morte somente ganham evidência quando comportam grande investimento em termos de edificação arquitetônica e artística com obras de artistas renomados, no caso de cemitérios que se relacionem à celebridades midiáticas ou autoridades políticas, ou que tenham reservado sepultamentos que tenham transcorrido de forma trágica ou em condições muito incomuns, como guerras, acidentes, desastres entre outros.

Este cenário favoreceu com que diversas cidades como São Paulo, Curitiba, Buenos Aires na Argentina, Arlington nos Estados Unidos, Paris, na França e cidades de Portugal, Itália e Alemanha incluíssem seus cemitérios nos mapas, guias e roteiros de turismo, pois as autoridades de cultura e a população destas cidades reconhecem que aqueles cemitérios são lugares de memória, fontes históricas, potenciais de testemunhos históricos, sociais, culturais e artísticas.

Neste contexto Nora (1993) problematiza que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituirlos. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, salvá-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13)''.

Pensar como a memória e a morte se relacionam no contexto de uma sociedade com os valores que caminham no sentido de reconhecer como memória, o evento e o espetáculo criado para negar e disfarçar o fato da morte, de soterrar e desconsiderar as concepções e práticas tradicionais, antes quer dizer que se está muito distante de estabelecer uma relação de diálogo e reflexão franca e honesta sobre estes temas.

Nora (1993) é ainda mais enfático em tecer suas críticas, quando afirma que os empreendimentos e movimentos oficiais e festivos possuem mero caráter nostálgico, acabam por representar rituais de uma sociedade que já não possui mais rituais; de sacralizações passageiras, de ações que dessacralizam e desespirtualizam; de fidelidades particulares, que enquadram e aplainam os

particularismos; de diferenciações efetivas que nivelam por princípio; de sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo, de coletividade que tendem a reconhecer indivíduos iguais, comuns, idênticos, homogêneos e pasteurizados.

Na tentativa de superar o contexto de desprestígio ou de uso instrumental e especulativo que é atribuído à memória, à morte e aos cemitérios tem ocorrido algumas ações e movimentos como é o caso da *Association of Significant Cemeteries in Europe*-ASCE- (Associação dos Cemitérios Significativos da Europa) criada em 2002 como uma rede que inclui organizações públicas e privadas que visam cuidar dos cemitérios considerados de valor artístico e importância histórica na Europa. Os cemitérios europeus registraram no ano de 2009 mais de 25 mil visitantes espontâneos, esta demanda mais os trabalhos da ASCE, fez com que surgisse em 2010 a *The European Cemeteries Route* (Rota de Cemitérios Europeus) que relaciona 47 cemitérios de 37 países, criando uma rota de turismo específica para os mesmos³⁹.

Na América, com sede em Medellín, na Colômbia, funciona a *Red Iberoamericana de Cementerios Patrimoniales*/RED (Rede Ibero-americana de Cemitérios Patrimoniais)⁴⁰; com sede na Argentina existe a Revista *Adiós* (Adeus), que é uma publicação oficial da Avaliação Argentina Vermelha, Gestão de Propriedade de Cemitérios da América Latina e da Rede Internacional de Avaliação e Gestão de Cemitérios Patrimoniais; no Brasil está em atividades desde 2004 a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais/ABEC⁴¹, que por sua vez congrega pesquisadores brasileiros para as temáticas da morte e do morrer e tem promovido encontros científicos e atividades de pesquisa de dois em dois anos em diferentes cidades do país.

Recentemente no município de Curitiba/PR a pesquisadora Clarissa Grassi (2016), por meio de projeto de apoio e incentivo à cultura da Fundação Cultural de Curitiba da prefeitura municipal, tem realizado semanalmente visitas guiadas no Cemitério Municipal São Francisco de Paula. No cemitério da Consolação, um dos principais cemitérios da cidade de São Paulo, além de visitas guiadas já tradicional a projeções de filmes em horários noturnos.

Entre os dias 28 à 02 de novembro de 2018, na Universidade Autônoma do Estado de Hidalgo/México, vai ocorrer o VIII Encontro Internacional Imagens da Morte⁴², que pretende reunir estudiosos e

³⁹ *The European Cemeteries Route* (Rota de Cemitérios Europeus).

Disponível em: <https://cemeteriesroute.eu/european-cemeteries-route.aspx> Acesso em: 13 fev 2018.

⁴⁰ *Red Iberoamericana de Cementerios Patrimoniales*/RED.

Disponível em: <http://redcementeriospatrimoniales.blogspot.com.br/> Acesso em: 13 fev 2018.

⁴¹ Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais.

Disponível em: <http://estudoscemiteriais.com.br/> Acesso em: 13 fev 2018.

⁴² Para maiores informações é possível consultar a Convocatória em português. Disponível em:

https://www.uaeh.edu.mx/convocatorias/2052/convocatoria_portugues.pdf Acesso em 14 fev 2018.

pesquisadores das mais diferentes nacionalidades que se dedicam aos temas da morte, dos mortos e do morrer, nas mais variadas possibilidades de interpretações que estes temas proporcionam.

No município de Indaial/SC, a Fundação Indaialense de Cultura/FIC e a secretaria de turismo, tem demonstrado forte interesse em desenvolver projetos para cemitérios semelhantes às propostas que já vem sendo realizadas em outras cidades e países, porém ainda não existem subsídios suficientes em termos de pesquisas e estudos sistematizados para dar suporte aos mesmos. Com este artigo, espera-se contribuir pra que este cenário seja superado.

O município de Indaial, está localizado no estado brasileiro de Santa Catarina; na mesorregião do Médio do Vale do Itajaí, na microrregião de Blumenau, situa-se nas margens da rodovia BR-470. A população estimada da cidade para o ano de 2017 foi de mais de 66 mil habitantes. Os habitantes nativos pertenciam aos grupos indígenas dos tapajós e carijós. A cidade possui registros de colonizadores europeus, de origem germânica inicialmente, por volta dos anos de 1858 e 1859. Por volta de 1875 chegam levas de imigrantes italianos e em 1878 poloneses. No ano de 1934 o território de Indaial desmembra-se do município de Blumenau. A partir de então, a região ficou composta por três distritos: Indaial, Apiúna e Ascurra, que por sua vez no decorrer da segunda metade do século XX também foram desmembrados e criados municípios independentes.

O Cemitério Municipal de Indaial, assim como a administração municipal, sofreu abalos com as mudanças políticas provenientes das alterações na conjuntura de desmembramento territorial e assim como a alternância partidária ao longo do tempo. Este fato é percebido em especial na descontinuidade de procedimentos inerentes ao mapeamento, controle, tributação, fiscalização e manutenção deste patrimônio imaterial e material do município.

Segundo a Lei Complementar nº 29 de 29 de Dezembro de 2000 (Indaial, 2000), a região em que funciona o cemitério municipal é de Zonas Mista (ZMC), ou seja aquelas que concentram atividades complementares à função residencial, como as atividades comerciais, varejistas, de prestação de serviços e atividades industriais, que permitem a edificação de imóveis de até 12 pavimentos e que em decorrência disto facilmente interferirá na paisagem que é proporcionada e usufruída a partir do cemitério. Não foi observado na legislação existente qualquer menção para ‘área de amortecimento’ no perímetro do cemitério, tão pouco preocupação com a visualidade e paisagem natural e cultural que dele é obtida.

A partir de conversa informal com os funcionários do cemitério, soube-se que ocorreu um incêndio na capela que funcionava existia no interior cemitério, no qual foram perdidos os Livros de Registros dos primeiros sepultamentos, relatam também que não há mapeamento e tão pouco informações

digitais e/ou sistema informatizado sobre os sepultamentos já realizados, e que, apenas estão organizadas as informações de aquisição de terrenos entre os anos de 1994 a 2000.

Nas próximas páginas iremos apresentar como o Cemitério Municipal de Indaial compõem a paisagem urbana da cidade e o que contém em termos de patrimônio cultural, a partir de edificações arquitetônicas, itens artísticos, expressões em lápides, epitáfios, devoções populares entre outros. Assim, a pesquisa, sistematizada neste artigo, subsidiará as intenções de trabalhos dos órgãos da Prefeitura de Indaial, enfatizando a necessidade de integrar o espaço do cemitério municipal, assim como os demais cemitérios da cidade à dinâmica de desenvolvimento territorial, urbanístico e cultural, por fim fornecer elementos à implementação de políticas públicas de valorização do patrimônio imaterial e material, no campo do planejamento urbano, turístico e cultural da cidade e de toda região.

Desenvolvimento⁴³

Até o 15 de novembro de 1889, quando mudou o regime de monarquia para república, o Brasil foi um país de confissão religiosa católica e os cemitérios eram de responsabilidade das instituições religiosas. O Cemitério Municipal de Indaial/SC foi criado nas primeiras décadas do século XX, como um cemitério laico/ecumênico, ou seja administrado pelo poder público municipal, que recebe sepultamentos das mais diferentes tradições religiosas.

O Cemitério Municipal de Indaial é o primeiro cemitério ‘público’ da cidade. Quando o cemitério foi criado, foram transferidos os sepultamentos de 01 cemitério católico e de 02 cemitérios evangélico-luteranos que funcionavam junto às respectivas Igreja e Templos, ambos se localizavam nas imediações da região central da cidades.

Quando de sua criação, a região na qual foi edificado não contava com o entorno povoado, foi somente na segunda metade do século XX que a urbanização da cidade se expandiu para a região do cemitério municipal. Pode-se compreender que o local escolhido à edificação se deu pelo fato de estar distante do centro urbanístico da cidade, ou seja longe da cidade dos vivos, e numa região de vias acesso e saída da cidade, ou seja dentro das orientações modernas de salubridade e higienização que se encontravam em voga desde o século XIX.

Na Fig. 1 é possível identificar o espaço do cemitério, a relação de extensão do cemitério com a cidade, e de ambos com as cadeias de montanhas que compõem a paisagem obtida a partir da localização do cemitério:

⁴³ A pesquisa contou com a valorosa e salutar contribuição de Elaine C. Theilacker, funcionária da Fundação Indaialense de Cultura, de Luiz Cláudio Altemburg funcionário do Arquivo Histórico de Indaial e de Rayane Redivo, bolsista de Iniciação Científica no projeto.

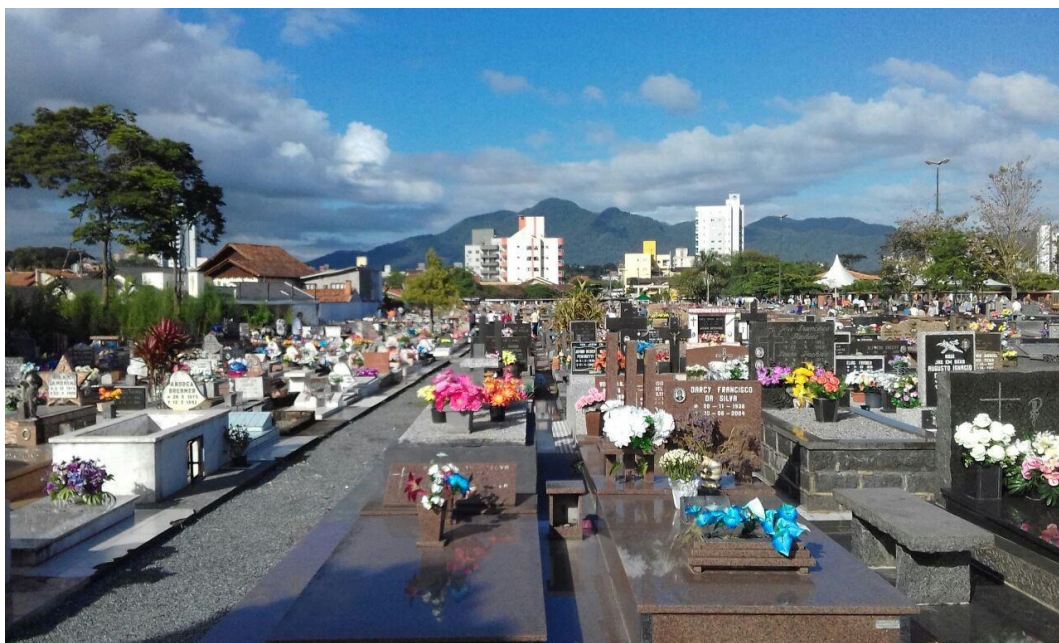


Fig. 1: Vista panorâmica do cemitério em relação à cidade e à cadeia de montanhas da região.

O fato de o Cemitério Municipal de Indaial ser de caráter laico favoreceu a diversidade de expressões arquitetônicas, artísticas, culturais, sociais e religiosas no seu interior. Começamos a análise pela Fig. 2; no primeiro plano à esquerda, tem-se o cruzeiro central e logo ao lado, no plano da direita, um amplo jazigo templo de propriedade particular, que por sua vez ocupa grande espaço no terreno e volume na paisagem do cemitério, observe:



Fig. 2: Cruzeiro central e jazigo particular.

Na Fig. 2 ainda é possível observar que no espaço da cruz central existe um local destinado à queima de velas e depósito de flores. A posição do cruzeiro central está direcionada à receber os visitantes que acessam o cemitérios pela Avenida Carlos Schroeder, rua que já foi o principal caminho de saída e entrada da cidade. Atualmente o acesso por esta rua é pouco utilizado, dificilmente o portão maior é aberto, somente uma portinhola fica destrancada.

O fato de a entrada principal oficial do cemitério não ser utilizada se deve à circunstância de que nos anos de 1960 o acesso principal da cidade foi modificado para as ruas Maria Simão e Manoel Simão, logo a entrada principal do cemitério também foi modificada, agora para a região dos fundos, na rua França, nº 280, que se comunica diretamente com a rua Manoel Simão. Observe as mudanças de entrada e saída do cemitério na imagem aérea da Fig. 3:



○ Região da antiga entrada principal do Cemitério. □ Nova entrada principal do Cemitério.

Fig. 3: Imagem aérea do Cemitério Municipal de Indaial. Fonte: Google maps. Acesso em: 18 fev 2018.

A cidade de Indaial conta com pouco mais de 60 metros de altitude na região de perímetro urbano e o local escolhido para o cemitério não registra variação significativa. O padrão e modelo de cemitérios salubres e higienistas europeus previam que os estes funcionassem em regiões elevadas à fim de dificultar o contato do necrochorume com os lenções freáticos; assim como que estivessem distantes de rios e córregos, para que as enxurradas das águas provenientes de chuvas não desaguem. A Fig. 3 nos permite verificar que o cemitério municipal de Indaial não atende à todos os critérios de um cemitério laico e moderno (salubre e higienista), observe que na lateral direita superior está um rio; Trata-se do Rio Benedito que em poucos quilômetros, desemboca no Rio Itajaí-Açú, que banha toda a extensão do Vale do Itajaí.

Ainda com relação à Fig. 3, consta que no plano da direita aos fundos da imagem consta um dos maiores jazigos em extensão do cemitério, conta com sepultamentos nas duas laterais, com jazigos edificadas verticalmente e um amplo vão que serve de caminho de acesso ao cruzeiro central. A edificação que conta com salientes colunas de suporte e finalização da cobertura no modelo de frontão, lembra o modelo tradicional de templo greco-romano. Os jazigos ganham ênfase pelos granitos que são empregados em seu revestimento e lápides. O jazigo se distingue pelos materiais que foram empregados, mas em especial pelo volume da edificação e pelo local em que está disposto, que em frente ao cruzeiro central.

A ocupação do espaço do cemitério ocorreu do sentido da posição nordeste para a região noroeste. Como é possível verificar nas Fig.s 4 e 5:



Fig.4: Região recente e região antiga.



Fig. 5: Região recente e região antiga.

A Fig. 5 nos indica as condições nas quais se encontram os jazigos da área mais antiga do cemitério, aqueles sepultamentos que foram deslocados de seus cemitérios das comunidade religiosas para o cemitério municipal laico/ecumênico. Quem sabe se estes jazigos tivessem permanecido junto às suas comunidades religiosas de origem, seu destino não seria este.

Os dados do IBGE⁴⁴, para a declaração de confissão religiosa da população de Indaial indicam que 38.683 são católicos apostólicos romanos, 14.221 são cristãos evangélicos e 258 são espíritas. A partir destes dados pode-se pensar que inscrições que se referem às tradições religiosas do cristianismo serão expressivas, como é possível identificar na Fig.s 6 e 7, apresentadas a seguir:



Fig. 6: Jazigos com estátuas de Jesus Cristo.

⁴⁴ Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. População residente por religião. Dados de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/indaial/panorama>. Acesso em: 13 fev 2018.

Na Fig. 6 identificam-se na paisagem do cemitério duas esculturas réplicas do Jesus Cristo de braços abertos, que por sua vez tende ilustrar a réplica do Cristo Redentor, que fica existe na cidade do Rio de Janeiro, no alto do morro Corcovado, que em 2002 foi tombado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade.



Fig. 7: Jazigos com estátua de Jesus Cristo e mulher.

Na Fig. 7, a sepultura está rente ao chão, porém a distinção foi atribuída com o recurso de uso de estatuária, que por sua vez sugere uma narrativa da fé cristã, em que Jesus Cristo recebe, entrega, conduz uma mulher/filha à terra, ou também à aceitação da condição da morte.

Não foi possível identificar a autoria de nenhuma das esculturas. As duas esculturas que constam na imagem 06 possuem grande chance de serem feitas em grande escala por moldes de concreto padronizados. Já as esculturas da Fig. 7 sugerem o trabalho de artista especializado. Porém é o único jazigo com esta forma de escultura, o que torna mais difícil o trabalho de reunir maiores informações sobre o mesmo e o trabalho com esculturas e arte funerária do artista responsável pelo mesmo.

No que diz respeito aos jazigos, capelas, arquitetura, estatuária presentes nos espaços de cemitérios Vovelle (1987) menciona que estes possuem uma abrangência mais ampla da qual se costuma supor, pelo fato de que estas se encontram articuladas a um conjunto de fatores que transcendem o âmbito artístico de sua produção, o discurso religioso, moral e econômico do grupo social de que procedem;

assim como valem por si mesmas e sua presença é suficiente para integrar-se ao inconsciente coletivo e à memória de uma comunidade.

Com relação as principais edificações que são encontradas no Cemitério Municipal de Indaial e da ocorrência de edificações de jazigos suntuosos em outras cidades do estado de Santa Catarina, Castro (2017, p. 19) explica que:

Em Santa Catarina, aos cemitérios do tipo convencional ou público, de forte influência de arte tumular italiana e do credo católico, somaram-se outros modelos. A presença em nosso estado de comunidades com diferentes formações étnicas, religiosas e culturais também é percebida nos cemitérios e ritos, de tipos diversos como os cemitérios de áreas de imigração italiana, germânica e até mesmo ucranianas, os de confissão protestante, sítios de sepultamentos pré-históricos e aqueles onde ocorreram mortes em combate.

A partir da criação dos cemitérios laicos/ecumênicos; que no caso brasileiro ocorreu no final do século XIX e em Indaial, nas primeiras décadas do século XX; as famílias passam a conferir às capelas, aos jazigos, túmulos e sepulturas elementos de seu repertório religioso, artístico e cultural para as questões da vida, do mundo e da morte, elementos que sempre estiveram gravitando no plano das cosmovisões dos fiéis, algo que antes, quando do funcionamento exclusivo dos cemitérios confessionais, ou seja, quando os sepultamentos eram realizados no interior das Igrejas (*ad sanctos*) e/ou nos terrenos no entorno da igrejas e templos das instituições religiosas (*apud eclesian*), acabavam ficando censurados ou omitidos.

Dito de outro modo, com as possibilidades dos cemitérios laicos/ecumênicos dá-se vazão para que narrativas e conteúdos de cunho leigo, secular e profano passem a se fazer presentes nos espaços dos cemitérios, jazigos e lápides. Com o desenrolar do século XX e do maior alcance da modernização e secularização da sociedade, tal aspecto ganha cada vez mais matizes e facetas da diversidade socio-religiosa assim como dos valores que passaram a se legitimar na época contemporânea, como o da valorização da individualidade e do enfraquecimento dos vínculos religiosos tradicionais.

Na Fig. 8 tem-se um jazigo que em suas formas remonta aos monumentos e templos da antiguidade clássica, com a presença de colunas greco-romanas junto à lápide em que constam as informações dos que ali jazem. Na lápide, as informações declaradas sobre os sepultados datam ainda do século XIX e em língua estrangeira, no caso alemã, trata-se de uma lápide que foi trazida de um dos antigos cemitérios e que recebeu nova edificação no Cemitério Municipal.



Fig. 8: Jazigo monumento/templo.

Ainda no jazigo da na Fig. 8, é possível observar que na lateral direita das colunas encontra-se um alto relevo sobre a arquitetura que ilustra um homem em trajes de trabalho camponês curvado e se apoiando numa espécie de um caixão que guarda um corpo sendo velado. Já na lateral esquerda observa-se um relevo sobre a arquitetura que representa uma mulher em vestes de camponesa, também curvada, porém apoiada em uma bancada que lembra um altar, expressando a emoção e sentimento de pranto, perda e despedida. O jazigo também está acompanhado por floreiras, foi alvo de pichações e de maneira geral, aparenta ausência de limpeza, reparos e cuidados que se estendem por décadas.

A Fig. 9 ilustra um jazigo com destaque na presença de uma coluna que está depositada na cabeceira do mesmo. Trata-se de uma coluna circundada por caneluras verticais, está envolta por um laço sobreposto à camadas de tecidos de véus; logo acima a coluna está obstruída, interrompida, que por sua vez pode ser compreendida como uma mensagem de recurso metafórico à provável causa de morte do sepultado, leia-se trágica, uma fatalidade, um acidente, observe:



Fig. 9: Jazigo monumento com coluna.

As inscrições na lápide do jazigo, informam que trata-se de uma mulher, cuja data de nascimento foi 1906 e de falecimento 1930. Na mesma lápide existe a frase de pesar e lamentação assinada por esposo e filhos. Ao fundo da mesma imagem, no lado direito ainda é possível identificar um outro jazigo no qual está disposto um obelisco, os obeliscos são monumentos elevados sobre um pedestal, inspirados nos obeliscos utilizados pelos povos egípcios e que datam de uma aproximadamente de 2000 a.C.

O obelisco do jazigo da Fig. 9 possui um formato médio, monolítico, ou seja, feito com um único bloco de pedra, com três faces lisas sem inscrições e/ou simbologia religiosa propriamente dita, numa das faces constam as inscrições que comumente são apresentadas nas lápides dos jazigos convencionais.

Nas Fig.s 10 e 11 é possível reconhecer um sepultamento que recebe oferendas e devoção popular. Trata-se de uma mulher, as oferendas pertencem ao universo feminino, tais como pulseiras, colares, brincos, anéis, xales, foram vistos depositados também batons, esmaltes, flores, além de velas e bebidas alcoólicas. Conforme os funcionários do cemitério relatam o jazigo é reconhecido como o 'túmulo da cigana', que veio à falecer quando estava de passagem pela cidade. É notável a procura periódico pelo jazigo, pois nas diferentes visitas que realizamos ao cemitério identificou-se a mudança e renovação das oferendas, observe nas Figuras que são apresentadas:



Fig. 10: “Túmulo da cigana” em 2017.



Fig. 11: “Túmulo da cigana” em 2018.

O registro fotográfico da Fig. 10 foi realizado no ano de 2017 e o registro da Fig. 11 foi realizado no mês de fevereiro de 2018; observa-se que as oferendas depositadas no jazigo das duas imagens são diferentes, não estão acumuladas, sobrepostas, eis um fato que não pode passar despercebido e emitido neste artigo. Pode ser que esteja ocorrendo a retirada das oferendas, que por ter sido feita tanto dos funcionários que fazem limpeza do espaço do cemitério como pela motivação de

intolerância religiosa de algum frequentador do espaço do cemitério. Situação que requer maior observação, investigação e averiguação.

Eis que nos deparamos com um fenômeno de religioso e cultural, de devoção popular, de uma população e cultura que faz parte das minorias excluídas na história e da oficialidade, o povos dos ciganos; e que requer maiores estudos e pesquisas, à fim de tratar com maior propriedade do mesmo, informações biográficas da sepultada, saber da frequência, procedências das visitas, a relação que outros visitantes estabelecem para com este jazigo, das possíveis hostilizações que o jazigo é vítima entre outras questões.

Com profundo pesar, no Brasil, nos últimos anos avolumam-se sem precedentes atos de intolerância e ataques às manifestações religiosas e até de destruição de espaços que não sejam afiliadas ao cristianismo tradicional e de suas derivações pelas seitas neopentecostais, entre os alvos estão terreiros de Umbanda, Candomblé, ou à comunidades quilombolas e de indígenas remanescentes.

Na Fig. 12 a seguir, encontra-se uma lápide que ilustra a atividade artística na qual o ente falecido atuava. A lápide com tal forma situa e distingue em relação às demais lápides e sepultamentos que se encontram no entorno. Ocorre também a diferenciação de qual elemento dentro das artes que este sepultado executava, no caso no campo da música e através do domínio do conhecimento musical e da prática do instrumento de contrabaixo.



Fig. 12: Lápide em forma de instrumento musical.

Na Fig. 13 tem-se a referência de um fazer desportivo e na Fig. 14, tem-se a referência do papel de patriarca, provedor, mantenedor e defensor dos seus enlutados. Em ambas as imagens identifica-se que a procedência das mensagens não são as palavras do próprio falecido, e sim da família, dos enlutados, a fala, o discurso pertence aos que aqui ficaram e estes se referem e se despedem diretamente aos falecidos.



Fig. 13: Lápide com texto da família.



Fig. 14: Lápide com texto dos enlutados.

As preocupações das narrativas e dos discursos das lápides acima relacionadas não estão mais direcinadas aos Santos, à Deus, ou dimensão da vida eterna, de céu e paraíso; referem-se ao horizonte plenamente terreno, das realizações em vida, da biografia dos sepultados. Com isso entende-se que a paisagem cemiterial, no que diz respeito às expectativas de simbologias e elementos identitários do campo religioso, passam a agregar elementos cujas variáveis tendem à se

reportar à experiências em vida, como do trabalho, da política, das profissões, do lazer, do entretenimento, das artes e da cultura dos indivíduos, ou seja o homem moderno e secularizado, centrado nas suas realizações enquanto indivíduo de carne e osso em meio à sociedade na qual existiu.

O uso de recurso identitários, do fazer profissional, social e artístico substituindo as convencionais lápides com inscrições religiosas são amplamente encontradas nos espaços dos cemitérios laicos, que por sua vez permitem que os valores da sociedade moderna e liberal, dentro da qual o indivíduo em sua atuação como sujeito isolado e é reconhecido como o fenômeno responsável tanto pela realização do campo material como ponto de vista humanitário civilizacional. Dito de outro modo, de um homem que cada vez mais se afasta das explicações religiosas, comunitárias e sagradas e se orienta e se justifica a partir das explicações leigas, seculares, científicas e modernas.

Considerações finais

A elaboração deste artigo foi percorrido por um caminho trilhado pela revisão da literatura sobre o tema, análise exploratória e qualitativa de documentos, mapas, gráficos, imagens e conversas/entrevista referentes à cidade de Indaial e do espaço do cemitério municipal, que por sua vez permitem apresentar algumas reflexões e questões a título de considerações finais.

O cemitério municipal de Indaial localiza-se na região de acesso à saída da cidade, em que a urbanização horizontal é preponderante, o que por sua vez favorece ampla visão pela linha de horizonte em que cadeias de montadas compõem a paisagem cultural e natural daquele ponto de vista, diante da ausência de legislação que reclama o amortecimento das edificações ou resguarda a paisagem e visualidade deste local, a curto prazo edificações verticais provocarão interferências no desfrute no alcance da paisagem e da visualidade que o cemitério proporciona.

A dimensão territorial atual do Cemitério Municipal de Indaial está comprometido, sem possibilidade de abertura de novos lotes à construção de jazigos ou capelas, diante disto e para ofertar espaço de sepultamento aos munícipes está em tramitação na prefeitura municipal a abertura de novo cemitério em um bairro no interior da cidade. Indaial não conta com cemitérios parque/jardim, verticalizado em gavetas e crematórios. A demanda por cremação é suprida na cidade vizinha de Blumenau, onde funciona um crematório privado.

A partir do momento em que o Brasil se tornou oficialmente uma nação laica os discursos seculares, ou seja, narrativas desvinculadas da matriz religiosa cristã católica tradicional passam a povoar os espaços públicos, e os espaços dos cemitérios público, de caráter ecumênico não foi diferente. Agora, sob a tutela dos governos públicos e desarticulados de suas comunidades religiosas católica e

luterana eis que outras narrativas passam a compor a paisagem dos cemitérios, porém as análises dos jazigos no interior do cemitério municipal de Indaial indicam que existe certa sobriedade e despojamento em termos de elementos arquitetônicos e artísticos, porém existem sepultamentos/jazigos que demonstram forte vínculo familiar, que evidenciam elementos das atividades sociais do sepultado e que atraem devoção popular.

Borges (2004) explica que a relação entre o morto e seus descendentes, filhos, netos e bisnetos vai se enfraquecendo aos poucos, alcançando, quando muito a terceira geração ascendente. Os túmulos do fim do século XIX e início do século XX encontram-se nas mãos da geração contemporânea. Com a situação de esgotamento do espaço para novos sepultamentos em cemitérios convencionais, e a crescente adesão à práticas de cremação, pode ser que os jazigos da segunda metade do século XX e os do século XXI venham à ser deslocados e revolvidos diante e interesses do campo de comercial e imobiliário.

Uma vez que os cemitérios são entendidos como depositários de referências das expressões humanas sobre a morte e o morrer, espera-se que este artigos sensibilize os leitores interessados e seus beneficiários no sentido estes espaços sejam garantidos e que continuem existindo, e que possam ser buscados e visitados qualquer momento, no sentido de reconciliar e confortar as angústias e ansiedades diante das história e expectativas da vida, do mundo e da morte; assim como possam saciar as necessidades artísticas e arquitetônicas que se encontram depositadas nos jazigos e lápides; desfrutar da natureza, da paisagem ou seja do silêncio que o espaço de cemitérios convencionais proporcionam.

Por fim, que os cemitérios e jazigos, entendidos como depositários de referências das expressões humanas sobre a morte e o morrer, possam ser entendidos pelas autoridades governamentais e de órgãos do patrimônio histórico e cultural no sentido de lançar mão de leis, medidas e estratégias que os incorpore na dinâmica de planejamento da cidade, sendo um contributo às pesquisas patrimoniais, do desenvolvimento territorial e do turismo.

Bibliografia

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CASTRO, Elisiana Trilha. O patrimônio cultural funerário catarinense. Coleção Horizontes do Patrimônio Cultural. V. 1. Florianópolis: FCC, 2017.

ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOCHI, Graciela Márcia. Morte, cemitérios e jazigos: um estudo do cemitério municipal de Joinville/SC. Joinville, 2011. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade).

GRASSI, Clarissa. *Memento Mortuorum: inventário do cemitério Municipal de São Francisco de Paula*. Curitiba/PR: Edição do autor, 2016.

INDAIAL. Prefeitura Municipal de Indaial/SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/indaial/lei-ordinaria/1972/66/663/lei-ordinaria-n-663-1972-estabelece-valores-para-a-cobranca-da-taxa-de-cemiterio>. Acessado em 19 fev 2018.

INDAIAL. Prefeitura Municipal de Indaial/SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/indaial/lei-ordinaria/2016/538/5379/lei-ordinaria-n-5379-2016-dispoe-sobre-o-funcionamento-organizacao-e-servicos-nos-cemiterios-municipais-e-da-outras-providencias>. Acessado em 19 fev 2018.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). *Memória (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas/SP: Unicamp, 2001. p. 37-58.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

ESPECIFICIDADES E CONTRADIÇÕES DA URBANIZAÇÃO DIFUSA:

UM RETRATO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

Catarina de Almeida Pinheiro, Maria Manuela Laranjeira e Miguel Bandeira

Resumo: A estrutura polimorfa da urbanização difusa constitui um dos maiores desafios do urbanismo, sendo que a definição de políticas urbanas eficazes depende, antes de mais, do conhecimento dos seus padrões espaciotemporais e dos fatores que estiveram na sua origem. Assim, primeiramente, efetua-se uma síntese dos fluxos e refluxos civilizacionais que conduziram ao atual modelo territorial de Guimarães. De seguida, com base no arquivo do satélite Landsat, traça-se a dinâmica urbana recente (1984-2016). A singularidade do modelo territorial de Guimarães decorre da dualidade de processo e formas urbanísticas em que este se desenvolve: por um lado, a cidade canónica, de matriz medieval; e, por outro, o restante município, extensa mancha urbanizada, cujas remotas origens se encontram nas características naturais do território, de que o Homem ao longo dos séculos soube tirar o máximo proveito. Entre 1984 e 2016 verificou-se um incremento linear do tecido urbano em Guimarães (de 4% para 32%), fruto do crescimento por extensão-agregação, bem como por dispersão. Hodiernamente, este município configura-se como uma extensa constelação urbana, porém, são ainda evidentes remanescências de um passado rural. Esta abordagem sobre o ‘urbano’ pretende contribuir para a reflexão sobre os desafios que a urbanização difusa – irreversível e com tendência para se acentuar – impõe ao ordenamento do território, assente na velha dicotomia urbano/rural, no zonamento funcional e na delimitação de perímetros urbanos.

Palavras chave: Urbanização Difusa; Ordenamento do Território; Detecção Remota; Landsat; Guimarães.

DIFFUSE URBANIZATION'S SPECIFICITIES AND CONTRADICTIONS:

A PORTRAIT OF THE GUIMARÃES MUNICIPALITY

Catarina de Almeida Pinheiro, Maria Manuela Laranjeira and Miguel Bandeira

Abstract: The polymorphic structure of diffuse urbanization is one of the urbanism's greatest challenge. So, the definition of effective urban policies depends, first of all, the knowledge of their spatio-temporal patterns and the factors that were in its origin. Therefore, primarily a synthesis of the civilizational ebbs and flows that led to the present territorial model of Guimarães is made. Then, based on the Landsat archive, the recent urban dynamics (1984-2016) is revealed. Guimarães territorial model's singularity derives from the duality of processes and urban forms in which it develops: on the one hand, the canonical city, with a medieval origin; and, on the other hand, the rest of the county, an extensive urban area, whose origins lies in the natural characteristics of the territory which Man over the centuries made the most of. Between 1984 and 2016, Guimarães' urban area shows a linear increase (from 4% to 32%), due to the growth by extension-aggregation, as well as by dispersion. Nowadays, this municipality appears as an extensive urban constellation, but remnants of a rural past are still perceptible. This approach to the 'urban' aims to contribute to the reflection on the challenges that diffuse urbanization - irreversible and with a tendency to accentuate - imposes on the spatial planning, based on the old urban/rural dichotomy, functional zoning and delimitation of urban perimeters.

Keywords: Diffuse Urbanization; Land Management; Remote Sensing; Landsat; Guimarães.

ESPECIFICIDADES E CONTRADIÇÕES DA URBANIZAÇÃO DIFUSA:

UM RETRATO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

Catarina de Almeida Pinheiro, Maria Manuela Laranjeira e Miguel Bandeira

1 - Introdução

A caracterização de um modelo territorial é tanto mais imprescindível quanto mais o território em causa se distinga dos paradigmas que servem de referencial teórico às políticas urbanas. Nesta aceção, revela-se fundamental o estudo da urbanização difusa – típica do Minho, com incidência particular no Vale do Ave, e da qual Guimarães constitui o caso mais exemplar (Portas, 1986, 2005) –, considerando as distintas escalas, morfologias e diversidades funcionais que esta apresenta, resultado da acumulação de traços de variegada origem.

O fator tempo é com efeito indispensável para a compreensão de um modelo territorial, só plenamente entendível à luz do conhecimento das vicissitudes históricas que transformaram o espaço, sendo que, segundo Portas (2012a), 50 anos representam muito pouco na vida de uma cidade. No último século o ritmo de mudança acelerou-se, pelo que à estabilidade da paisagem verificada no passado (fruto dos ritmos lentos de mudança) contrapõe-se o hiperdinamismo atual, consequência da globalização dos processos económicos e sociais. Com efeito, apesar de a paisagem continuar a ser um elemento local, os fatores responsáveis pela sua construção deixaram de o ser (Domingues e Martins, 2015).

A abordagem cronogeográfica do crescimento urbano requiere a distribuição das atividades humanas (sintetizadas nas coberturas/usos do solo) ao longo do tempo e do espaço (Benguigui *et al.*, 2001). Porém, o elevado custo de atualização e gestão de uma base com a cobertura/uso do solo de cada parcela do território, sempre constituiu um entrave ao estudo espaciotemporal das dinâmicas territoriais. Esta limitação tem vindo a ser ultrapassada graças à deteção remota, dado que as

imagens de satélite permitem extrair retratos sucessivos da cobertura/uso do solo, que ilustram a evolução da urbanidade, ainda que de modo indireto – *i.e.*, a partir das áreas construídas (Weeks, 2010).

Com vista à compreensão do modelo territorial do município de Guimarães, efetua-se, por um lado, a síntese dos fluxos e refluxos civilizacionais que determinaram a atual estrutura de povoamento, e, por outro, uma análise da dinâmica urbana recente (1984-2016), com base nas imagens do arquivo do satélite Landsat – a mais longa e contínua série de aquisição de dados por detecção remota. Para tal, selecionaram-se seis imagens distribuídas por três sensores Landsat: TM (1984, 2003, 2010), ETM+ (1999) e OLI (2016), a partir das quais se derivaram-se um conjunto de índices espectrais, cuja classificação e combinação permitiu discriminar as seguintes componentes biofísicas/coberturas do solo: superfícies impermeáveis antrópicas (edificação, vias de comunicação, entre outros); industrial/pedreiras; vegetação arbórea, densa e/ou com elevado nível de humidade; vegetação herbácea/arbustiva, esparsa e/ou seca; solo nu; e, água. O sistema de classificação implementado apresenta uma precisão de 90% e um índice Kappa de 0,87 – valores muito satisfatórios, atendendo às especificidades da urbanização difusa e aos constrangimentos da resolução espacial do Landsat.

De seguida, procedeu-se à união das *layers* industrial/pedreiras com as superfícies impermeáveis antrópicas, partindo do pressuposto que o desenvolvimento urbano é um processo cumulativo e irreversível (Dietzel *et al.*, 2005) – *i.e.*, uma área classificada como ‘urbano’ não pode deixar de o ser. A justaposição das manchas urbanas resultantes do processo de crescimento entre os cinco intervalos temporais em estudo (*i.e.*, 1984-1999; 1999-2003; 2003-2007; 2007-2010; 2010-2016), permite traçar a evolução urbana, bem como quantificar magnitude deste processo. Para neutralizar a diferença no número de anos abarcados em cada intervalo temporal procedeu-se ao cálculo da taxa anual de crescimento urbano, com base na seguinte equação (Caetano *et al.*, 2017; Chen *et al.*, 2018):

$$\text{Taxa anual de crescimento urbano} = (U_{fim} - U_{início})/U_{início} \quad (\text{eq.1})$$

em que, $U_{início}$ = área urbana (%) na primeira data; U_{fim} = área urbana (%) na segunda data; e, n = número de anos do intervalo temporal.

Com esta abordagem sobre o ‘urbano’ procura-se contribuir para a reflexão e debate sobre os desafios que a urbanização difusa impõe ao ordenamento e gestão do território, considerando as contradições que a sua especificidade histórica impõe ao modelo vigente, assente na dicotomia urbano/rural, no zonamento funcional e na delimitação de perímetros urbanos, num país onde tudo se faz ‘indo a acertar’, quer dizer, errando (Ribeiro, 1995).

2 - Município de Guimarães: modelo territorial singular

O município de Guimarães, localizado no Norte de Portugal (NUT II), enquadra-se na NUT III do Ave, cujo nome advém do principal curso de atravessa o território vimaranense (Fig. 1). Os 240 km² do município repartem-se por 48 freguesias – 9 das quais com o estatuto de Vila, designadamente Selho São Jorge (conhecida como a Vila de Pevidém), Moreira de Cónegos, Ponte São João, Lordelo, Cadelas (ou Caldas das Taipas), Brito, Ronfe e São Torcato.

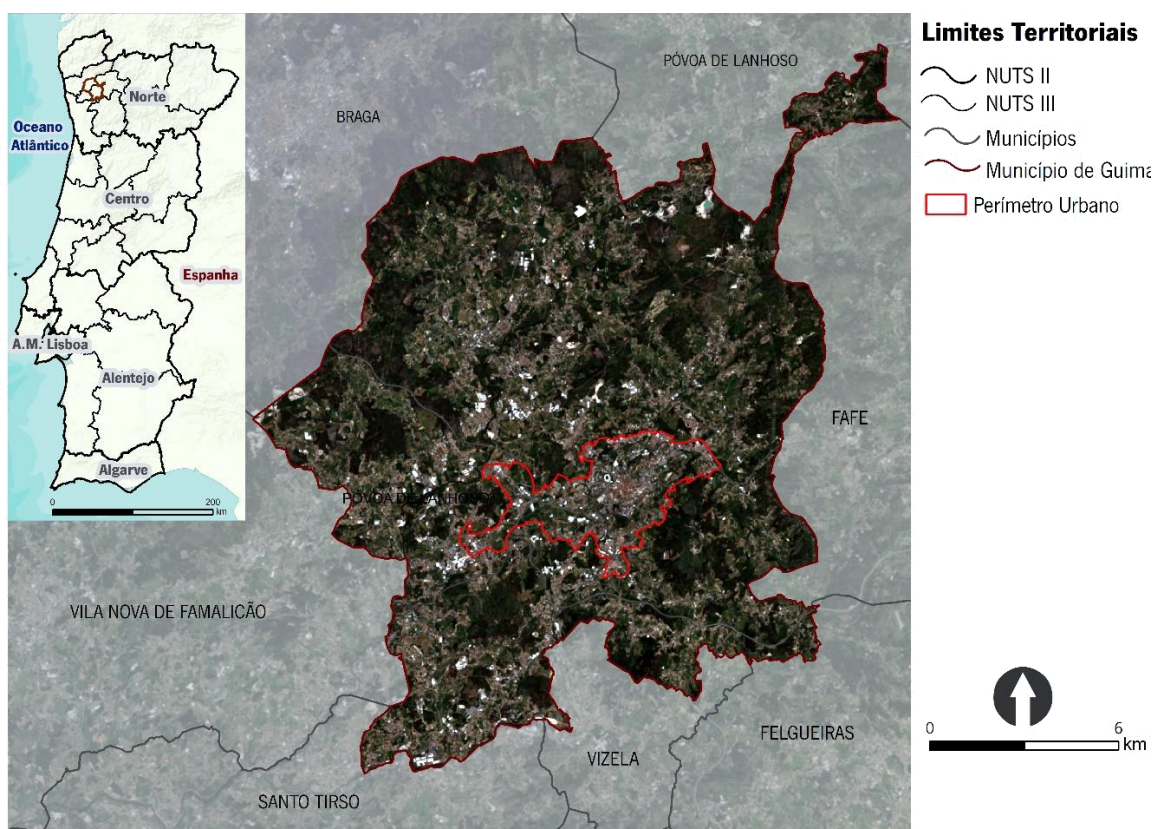


Fig. 1: Localização do município de Guimarães.

Guimarães, “por um lado, cidade canónica de matriz medieval e, por outro, parte maior de uma região urbanizada de base industrial, também já secular” (Portas, 2012b, p.13), exhibe um dualismo de processos e formas urbanísticas – o da ‘cidade extraordinária’ e o da ‘urbanização ordinária’ –, que apesar de aparentemente opostos, importa ler e interpretar de modo complementar (Portas, 2012b).

A urbanização difusa sendo apreendida como ordinária, não é, certamente, genérica (Calix, 2015). Apesar da multiplicação dos estudos acerca desta temática (*e.g.*, Portas, 1986; Marques e Domingues, 1987; Domingues, 1999; Portas *et al.*, 2003; Carvalho, 2013; Pinheiro *et al.*, 2016), uma enunciação do difuso permanece por clarificar. Por certo, não se crê na sua fixação, mas antes numa aprendizagem progressiva, assente na construção de sucessivos retratos ou imagens, numa lógica ora de continuação, ora de antagonismo (Calix, 2015).

2.1 - Génese da estrutura de povoamento

A extensa mancha urbanizada que Guimarães atualmente ostenta (Fig. 1) tem origens remotas, encontrando-se estas intrincadamente ligadas às características naturais do território (*e.g.*, os elevados valores de precipitação, a rede hidrográfica densa e caudalosa) de que o Homem soube tirar o máximo proveito (*e.g.*, aumentar a fertilidade do solo, com recurso aos socacos e aos sucessivos adubamentos da terra. Assim, compreender o território equivale a compreender as condições que o determinam, pois, “o difuso não é obra do acaso, é uma soma de pequenas transformações, ao longo do tempo, maioritariamente promovidas pelo Homem” (Ribeiro, 2013, p.4). De facto,).

A ocupação da fachada Atlântica da Península Ibérica – região onde se insere Guimarães –, remontará ao fim do Neolítico e início da Idade do Bronze (Mattoso *et al.*, 1997; Ribeiro, 1998). Por volta dos séculos IV e III A.C surge a Cultura Castreja, com influência céltica, que se caracterizava pela aglomeração das populações no alto dos montes, numa estreita relação com a orografia e com a rede hidrográfica. A Citânia de Briteiros (em Guimarães) à data constituiria quase uma cidade, atendendo ao número de casas (*i.e.*, cerca de 150), ao traçado das ruas e muralhas e aos acabamentos de algumas construções (Ribeiro, 1994). De acordo com Lautensach (1999), quando os Romanos alcançaram o Noroeste de Portugal já existiria uma aldeia em cada cabeço – assemelhando-se este território a um formigueiro humano.

Com o estabelecimento da paz, a ocupação do alto dos montes, por motivos estratégicos de defesa, deixou de fazer sentido, pelo que os Castros foram abandonados em detrimento das áreas baixas e planas do fundo de vale, mais férteis e, como tal, mais produtivas (Mattoso *et al.*, 1997; Lautensach, 1999). A Citânia de Briteiros constitui um dos melhores exemplos deste abandono, apesar de existirem alguns indícios – *e.g.*, inscrições latinas e moedas romanas – que esta povoação terá sido romanizada antes de ser abandonada (Ribeiro, 1994 e 1995). A policultura e o regadio permitidos pela abundante pluviosidade neste território, resultaram no acréscimo da área agrícola em detrimento dos incultos, que foi acompanhada pelo aumento populacional.

Concomitantemente, decorrente da necessidade de tributação, verifica-se a fragmentação e a fixação da propriedade em *villas rusticas* (Ribeiro, 1998) e em casais. As *villas* ou quintas eram compostas pela habitação do senhor, as casas dos trabalhadores, estábulos, terras de cultivo e bravias. Por seu turno, um casal era um tipo de exploração de menor dimensão, que combinava parcelas de campo, prado, vinha – em terrenos distintos ou coexistentes –, com bouças para o abastecimento de matos e lenhas (Ribeiro, 1998; Lautensach, 1999). Sem embargo, desde cedo surgiu a tendência para fracionar estas unidades, que se traduziu no aparecimento de casais isolados

e, por oposição, na escassez de aldeias arruadas (Ribeiro, 1998). Efetivamente, estas divisões constituirão as premissas da atual divisão território (Domingues, 2007), em termos espaciais e de toponímia (Lautensach, 1999).

O declínio do Império Romano, decorrente das invasões Suevas e Visigóticas, ditou o gradual eclipse da vida urbana (Lautensach, 1999; Albergaria, 2007), consequência da insegurança vivida neste período, a que se somou a preferência destes povos pela vida no campo. A precoce aceitação do Catolicismo pelos Suevos, fomentou a organização paroquial, que se manterá praticamente inalterada até à atualidade. A ausência de um poder central neste período favoreceu, desde muito cedo, a implantação do regime senhorial, também ele responsável pela fragmentação administrativa da terra, ainda hoje, bem patente no elevado número de freguesias e municípios no Norte do país, quando comparado com o Sul. Com a Reconquista Cristã (e posterior fundação do Reino de Portugal), a organização administrativa do território irá assentar nas divisões Suevas/Visigodas, que se mantinham praticamente inalterada desde o domínio dos Romanos.

Segundo Lautensach (1999), em Guimarães, a atual freguesia de Creixomil apresenta uma configuração espacial muito similar à *villa* de *Creiximir*, delimitada no século X. Ademais, é neste período que Mumadona Dias manda erigir nos terrenos de *Vimarões* um mosteiro (atual Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira) e um castelo, para defesa da população. Em volta destes elementos – premissas da ‘extraordinária’ cidade de Guimarães (Domingues, 2007; Portas, 2012b) – desenvolveram-se, numa primeira fase, dois núcleos urbanos: a Vila Alta, junto ao castelo, e a Vila Baixa, na envolvente do mosteiro, que no decorrer dos tempos acabaram por se fundir num único burgo (Ribeiro e Melo, 2014).

No século XVI, o cultivo de novas espécies alimentares (*e.g.*, feijão, batata, milho) ditou profundas alterações na paisagem (Lautensach, 1999). De salientar a importância do milho, dado que esta cultura provocou (i) o arroteamento de grandes parcelas de terrenos, (ii) a supressão do pousio; (iii) o aumento da área irrigada, favorecida pela criação de socalcos; (iv) o declínio do pastoreio, por falta de espaços para a circulação dos rebanhos; e, (v) a separação definitiva do campo e do bosque (Ribeiro, 1998; Domingues, 2007). Estes fatores promoveram o parcelamento do território e repercutiram-se no incremento do trabalho familiar, determinando a decadência irreversível do espírito de comunidade (que se prolongou até muito mais tarde em Trás-os-Montes). Orlando Ribeiro (1998, p.122) frisa “tudo o milho favoreceu, permitiu ou provocou”.

As inquirições de 1527 deixam bem patente o caráter disperso do povoamento na região de Entre Douro e Minho, dado que apenas 21% da população habitava em ‘lugares juntos’, enquanto os restantes 79% viviam dispersos em casais (Ribeiro, 1994; Mattoso *et al.*, 1997). Por ocasião destas

inquirições, apenas dez cidades no país tinham mais de 1000 habitantes (exceção feita, obviamente, a Lisboa e Porto), entre as quais Guimarães – a segunda maior aglomeração do Norte. À data, esta era uma vila muito bem cercada por muros e torres fortes, no entanto, a indústria de curtumes já tinha sido responsável pelo crescimento urbano para além dos limites das muralhas, nomeadamente para a Rua de Couros. Assim, tal como era apanágio deste período, os tanques e as oficinas de curtir as peles – insalubres – localizavam-se fora da urbe (Ribeiro, 1995).

Os séculos XVI e XVII foram marcados por reformas administrativas e legislativas, como a extinção dos morgadios, que fomentaram ainda mais o fracionamento da propriedade. Por sua vez, nos séculos seguintes as modificações na paisagem decorrem do desenvolvimento da indústria. De salientar que o processo de industrialização no Noroeste de Portugal, e particularmente no Vale do Ave (onde se insere Guimarães), em tudo foi diferente do verificado em Inglaterra, aquando da Revolução Industrial, porém, muito similar ao verificado nos distritos industriais da Terceira Itália (Domingues, 2015).

A passagem da manufatura artesanal para a maquinofatura e industrialização em massa ocorreu de modo disseminado pelos campos, sem êxodo rural, sem cidades industriais e, como tal, sem fratura entre o urbano e o rural. Esta situação permitiu aos trabalhadores não só conservar a residência junto do local de trabalho, muitas das vezes na velha casa rural dos pais, pouco a pouco alargada e melhorada, bem como manter a atividade agrícola (*i.e.*, horta, vinha, e a pequena criação), que constituía um importante complemento aos magros salários e à insegurança do trabalho no setor têxtil (Daveau, 1999a). As sucessivas vagas de industrialização, ligadas ao têxtil (*i.e.*, linho → algodão → fibras sintéticas), foram sistematicamente reciclando instalações, numa simbiose com as estruturas minifundiárias preexistentes, perpetuando desta maneira o modelo difuso já instalado. No Vale do Ave, a indústria constitui ao mesmo tempo um motor da economia e da urbanização, promovendo uma densificação *in loco*, pelo que as fábricas e as habitações passam a intercalar-se com edifícios mais antigos, numa conciliação tão sublime que se torna impossível dizer onde acaba a cidade e começa o campo (Daveau, 1999b; Domingues, 2007).

O advento dos transportes motorizados, a melhoria da rede de estradas e autoestradas, não só sustentaram este modelo, como também o incrementaram. De acordo com Ribeiro e Ferrão (2014), no último meio século em Guimarães, à semelhança do restante Noroeste português, verificaram-se ritmos de crescimento diferenciados no tempo: moderados entre 1950 e 1980, e marcadamente acelerados a partir de 1980.

Nestes últimos 30 anos, mais de metade dos quais sob a vigência de Plano Diretor Municipal, verificaram-se profundas mutações no território, fruto de intensos processos de urbanização por

extensão-agregação, onde a expansão urbana se desenvolve a partir dos núcleos tradicionais e ao longo das infraestruturas viárias. Trata-se de um crescimento por contiguidade, em que se verifica o crescimento dos tecidos existentes e a sucessiva ocupação e colmatção de espaços vazios ou dos interstícios urbanos (Ribeiro e Ferrão, 2014). Assim como, por dispersão, nas áreas de transição urbano-rural, assentes em processos de promoção privada (*i.e.*, os loteamentos), incluindo vários de génese ilegal (Portas, 2012a), e na melhoria da infraestruturização destes territórios.

A disseminação residencial e industrial ao longo das tradicionais estradas e caminhos, bem como da rede fluvial e alinhamentos da orografia, traduziu-se numa estrutura edificada contínua e linear (Ribeiro e Ferrão, 2014). Em consequência, o modelo territorial do município de Guimarães evidencia uma realidade complexa, dado que alternam locais com povoamento compacto com outros com o povoamento muito disperso.

2.2 - Dinâmica urbana recente

A estrutura urbana plurissecular do município de Guimarães sofreu profundas transformações entre 1984 e 2016, sendo que hodiernamente este território se assemelha a uma gigantesca constelação urbana (Fig. 2). Nestas três décadas verificou-se um incremento linear do tecido urbano (Fig. 3-A), decorrente dos processos de crescimento por extensão-agregação, bem como por dispersão, mencionados anteriormente. Com efeito, decorrente do acréscimo 66km² de tecido urbano, a percentagem de território impermeável passou de apenas de 4%, em 1984, para 32%, em 2016 (Fig. 3-A).

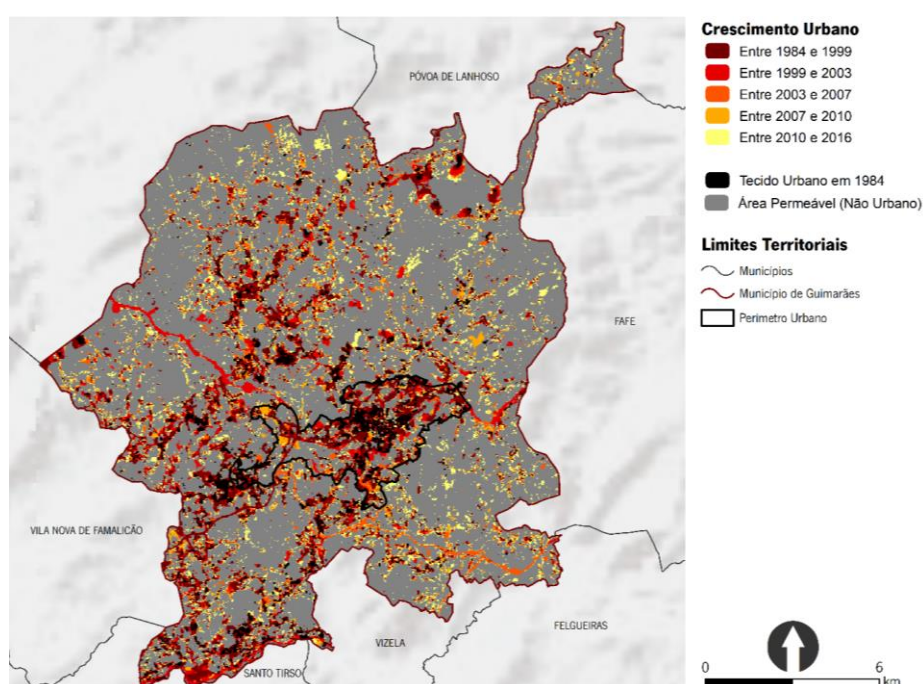


Fig. 2: Crescimento urbano no município de Guimarães entre 1984 e 2016

Conquanto, o crescimento urbano em Guimarães foi espacial e temporalmente desigual, com os contributos mais significativos a ocorrer nos intervalos temporais de 1984 a 1999, 2010 a 2016 e 1999 a 2003 (Fig. 3-B). Note-se, porém, que os intervalos não apresentam a mesma amplitude temporal, pelo que se procedeu ao cálculo da taxa anual de crescimento urbano (Tabela 1), de modo a neutralizar a diferença no número de anos abarcados em cada um (Caetano *et al.*, 2017; Chen *et al.*, 2018).

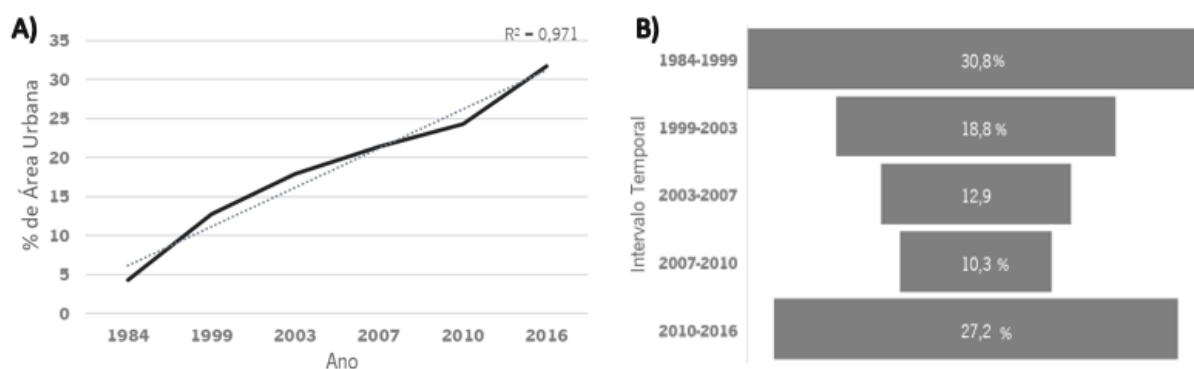


Fig. 3: Dinâmica urbana do município de Guimarães entre 1984 e 2016

A) – Evolução do tecido urbano (% de área); B) – Repartição por intervalo temporal do crescimento urbano (% de área)

Quando considerada a repartição por intervalo temporal do crescimento urbano em Guimarães (Fig. 3-B), constata-se que é no período 1984-1999, que ocorre o contributo mais significativo para este aumento. Todavia, a distribuição deste valor (*i.e.*, 31%) pelos 15 anos abarcados no intervalo temporal, traduz-se na taxa anual de crescimento urbano mais reduzida das três décadas em estudo (apenas 0,57% por ano; Fig. 4). Assim sendo, Guimarães parece não ter acompanhado o grande surto de construção verificado na década de 80 e 90 do século XX, promovido pela facilidade no acesso ao crédito bancário – menos juros e mais bonificações – concedido em simultâneo a construtores e a compradores (Domingues e Travasso, 2015).

Intervalo Temporal	Taxa anual (% por ano)
1984-1999	0,57
1999-2003	1,29
2003-2007	0,88
2007-2010	0,94
2010-2016	1,25
1984-2016	0,86

Fig. 4: Taxa anual de crescimento urbano no município de Guimarães entre 1984 e 2016.

Com entrada do novo milénio esta situação transfigura-se, em grande parte, fomentada pelo acolhimento de grandes eventos internacionais. Do ponto de vista urbanístico, não foram relevantes os eventos *per si*, mas sim o caminho que conduziu até eles e os resultados que deles advieram, pelo que as mudanças urbanas mais significativas não se situam nos anos em que ocorreram os eventos, mas sim no período que os precedeu e no que os sucedeu.

Efetivamente, é no período 1999-2003, que antecede o Campeonato Europeu de Futebol, que se regista a taxa anual de crescimento urbano mais elevada (Fig. 4), sendo que estes 4 anos foram responsáveis 19% do crescimento urbano verificado entre 1984 e 2016 (Fig. 3-B). Para Silva (2005), o Euro 2004 foi a apoteose do lóbi do betão, alicerçado nos novos estádios, quase todos eles construídos de raiz na periferia da cidade, bem como na criação de novas vias de acesso. Assim, apesar de em Guimarães se ter optado pela requalificação do estádio existente, neste período sobressai o aparecimento de dois novos eixos viários de alta velocidade: (i) a autoestrada A11, que se inicia na Apúlia (Esposende) e termina em Castelões (Penafiel), permitindo a ligação entre Guimarães e Braga (cidade que também acolheu jogos do Campeonato Europeu); e, (ii) a circular urbana de Guimarães, com ligação à variante de Fafe.

Nos anos seguintes, digo entre 2003-2007 e 2007-2010, observa-se valores da taxa anual de crescimento urbano inferiores aos registados entre 1999-2003 (Fig. 4), resultado dos cortes nos apoios públicos ao setor da banca, bem como da estagnação da economia nacional e início da crise internacional (Domingues e Travasso, 2015). Por oposição, no intervalo temporal 2010-2016, que capta todo o período que medeia o maior evento internacional realizado em Guimarães até à data – a Capital Europeia da Cultura em 2012 –, observa-se o segundo valor mais elevado da taxa anual de crescimento urbano (Fig. 4), em consonância com o verificado 1999-2003, aquando da Euro 2004. Ademais, é também neste período que se verificam melhorias na economia, embora estas tenham progredido paulatinamente.

Assim, o crescimento urbano verificado no município de Guimarães entre 1984 e 2016 decorre da compactação de núcleos urbanos pré-existentes, da edificação contígua às vias rodoviárias, da criação de novos eixos viários, alguns de alta velocidade, bem como do aparecimento de novos núcleos urbanos isolados, disseminados por todo o município. Contrariamente à visão tradicionalista de que as cidades se expandem do centro para a periferia – segundo manchas contínuas bem delimitadas (preservando-se a ideia da cidade-corpo), e que para lá desses limites se estenderia um campo desmedido e esparso de construção (Travasso, 2015) –, em Guimarães verifica-se igualmente o desenvolvimento a partir de outros centros urbanos de menor dimensão existentes no município. Apesar de a terciarização ter aumentando o grau de polarização da cidade, os seus efeitos

residenciais foram muito limitados, pelo que o município de Guimarães continua a exibir um sistema de povoamento policêntrico, alicerçado em boa parte nas Vilas, que constituem importantes pontos de condensação humana. Na realidade, observa-se um crescimento descosido entre a cidade de Guimarães e estes núcleos, constituindo a malha viária – ora mais evidente, ora mais diluída na paisagem – o único elemento de ligação (Fig. 2). Assim, tal como refere Ribeiro (1994, p.307), a “estrada não fez, mas incrementou a cidade”, particularmente a que decorre da urbanização difusa.

Cúmulo da urbanização difusa secular Guimarães apresenta uma extensa superfície urbanizada, sem confins definidos, tal como revelam as imagens Landsat (Fig.s 1 e 2). Note-se, porém, que as remanescências de um mundo rural são ainda evidentes, traduzidas na elevada percentagem de território permeável (68%) – ocupado com vegetação, mais ou menos densa, ou com solo lavrado dos campos agrícolas (Fig. 5), num cenário que ilustra bem as palavras de Orlando Ribeiro (1998), quando este alude à verdura dominante desta paisagem (*vide*, Fig.s 1 e 5).

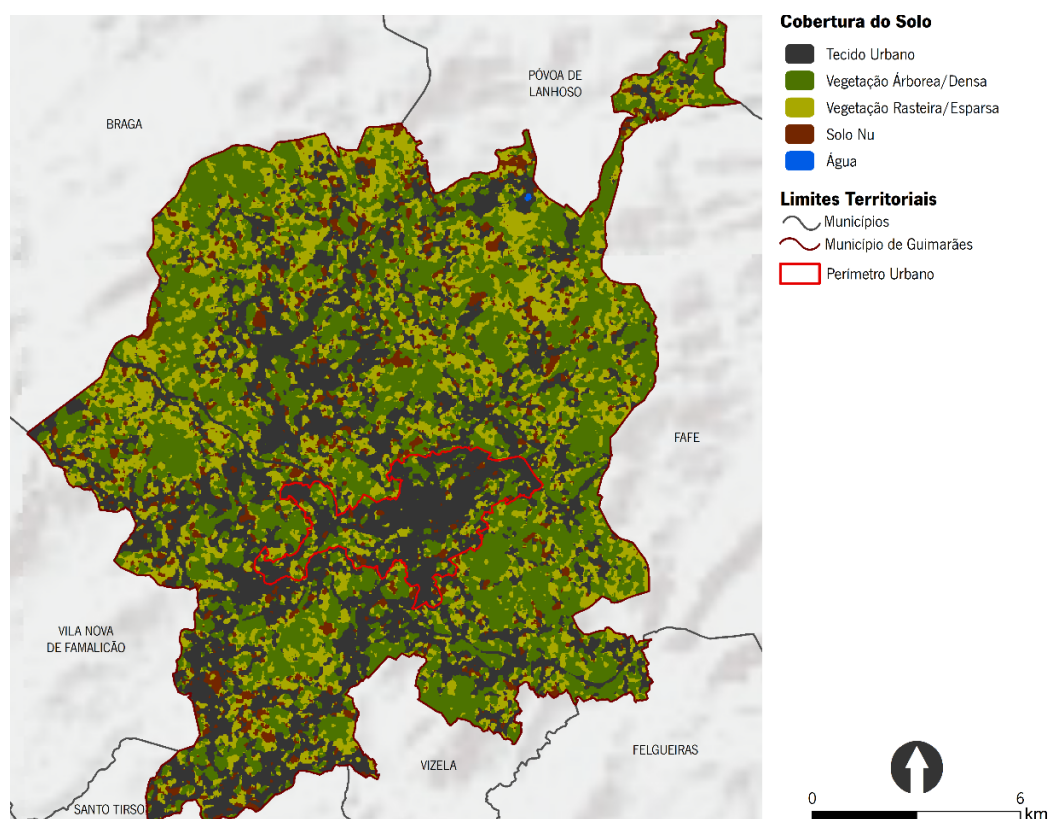


Fig. 5: Cobertura do solo em Guimarães em 2016.

Neste território, as categorias de urbano, rural, industrial, agrário misturam-se e confundem-se, num quadro onde desordem supera a ordem. Assim, tal como refere Porta (2005, p.81) “a dispersão é o caos – e os deuses (como os planeadores) têm horror ao caos”. Porém, é fundamental saber se este pequeno ‘caos’ não esconde uma lógica consistente. Assim sendo, conta-se que as faixas urbanas –

onde se localizam as indústrias, os equipamentos e as habitações – serpenteiam o território, procurando o contato máximo com os campos agrícolas, apoiando-se na teia cerrada de estrada, como no passado se tinha apoiado nas linhas de água. Estes cordões por norma não cortam as veigas, solos com maior produtividade, pelo contrário desenvolvem-se a meia encosta, constituindo uma espécie de cerca aos melhores terrenos (Portas, 2005). Nos relevos mais elevados e acidentados, onde o povoamento é cada vez mais rarefeito (Domingues, 2015), sobressai presença da vegetação arbórea densa da floresta – o designado ‘monte’.

A histórica dualidade verificada entre a cidade terceirizada – do comércio à Universidade – e a urbanização extensiva, cujo o motor é a indústria transformadora e/ou logística, continua a perpetuar-se e replicar-se até aos dias de hoje (Portas, 2012b). Posto que, o crescimento urbano assente no aproveitamento gradual de ‘quarteirões’ irregulares (em sintonia com a orografia e a divisão da propriedade), e na transformação progressiva das ruas em estradas (Domingues, 2009), permite a penetração de hortas e quintas até à coroa mais central da cidade de Guimarães.

3 - Urbanização difusa: da encruzilhada teórica ao ordenamento território

A realidade é coisa aparentemente simples, no entanto, as dificuldades surgem quando esta não coincide com os modelos de referência, então, diz-se que é caótica ou irracional, quando na maior parte das vezes está apenas por conhecer e/ou explicar (Travasso, 2015).

O modelo difuso apresenta permanentes contrariedades e discrepâncias relativamente aos cânones do urbanismo, uma vez que a extensão e a diversidade da paisagem urbana não coadunam com a visão tradicional da cidade estabilizada, autocontida e com limites nitidamente definidos (Domingues, 2015). Esta formulação continua amplamente reconhecida, consensualizada e aceite como sendo a ‘boa forma urbana’ (Calix, 2015), apesar de a cidade ter perdido o monopólio da urbanização – que atualmente se consubstancia num imenso ‘exterior’, sem centro e sem forma (Domingues e Travasso, 2015). Françoise Choay descreve este processo como a metamorfose da ‘cidade para o urbano’, uma vez que esta “de centrípeta passou a centrífuga” e de “coesa e contínua passou a difusa e fragmentada” (Domingues, 2010, p.59).

Por conseguinte, a principal incongruência da urbanização difusa decorre da ausência de uma disjunção nítida entre a cidade (urbano) e o campo (rural), fruto da mescla ao nível mais capilar das atividades económicas (primárias, secundárias e terciárias) com a habitação. Assim, esta dicotomia não faz sentido, nem como grelha analítica nem como modelo prospetivo, pois, a cidade perdeu a exclusividade da localização dos serviços, ao mesmo tempo que no campo se observou um acentuado recuo da agricultura como fonte de rendimento em detrimento da intensificação da industrialização e terciarização (Domingues, 2015).

Sem embargo, o urbanismo confrontado com a presença ubíqua da urbanização foi alargando o âmbito territorial da cidade, procurando encontrar uma nova escala e novos limites, porém sem nunca prescindir da coerência da ‘cidade-corpo’ (Domingues, 2015). Estas diretrizes, consubstanciadas na prática por via do ordenamento do território, traduziram-se numa multiplicidade de concetualizações e de classificações, desde a área metropolitana à freguesia. Com efeito, são evidentes uma série de justaposições, bem como de sobreposições em Guimarães (Fig. 6), decorrentes da classificação das freguesias em função do ‘grau de urbanidade’, nomeadamente (i) o reconhecimento da sua relevância no panorama concelhio com o estatuto de Vila; (ii) a sua inclusão na área urbana da cidade de Guimarães; (iii) a que se sobrepõe a Tipologia das Áreas Urbanas (TIPAU), definida pelo Instituto Nacional de Estatísticas), e (iv) e ainda, o perímetro urbano concelhio.

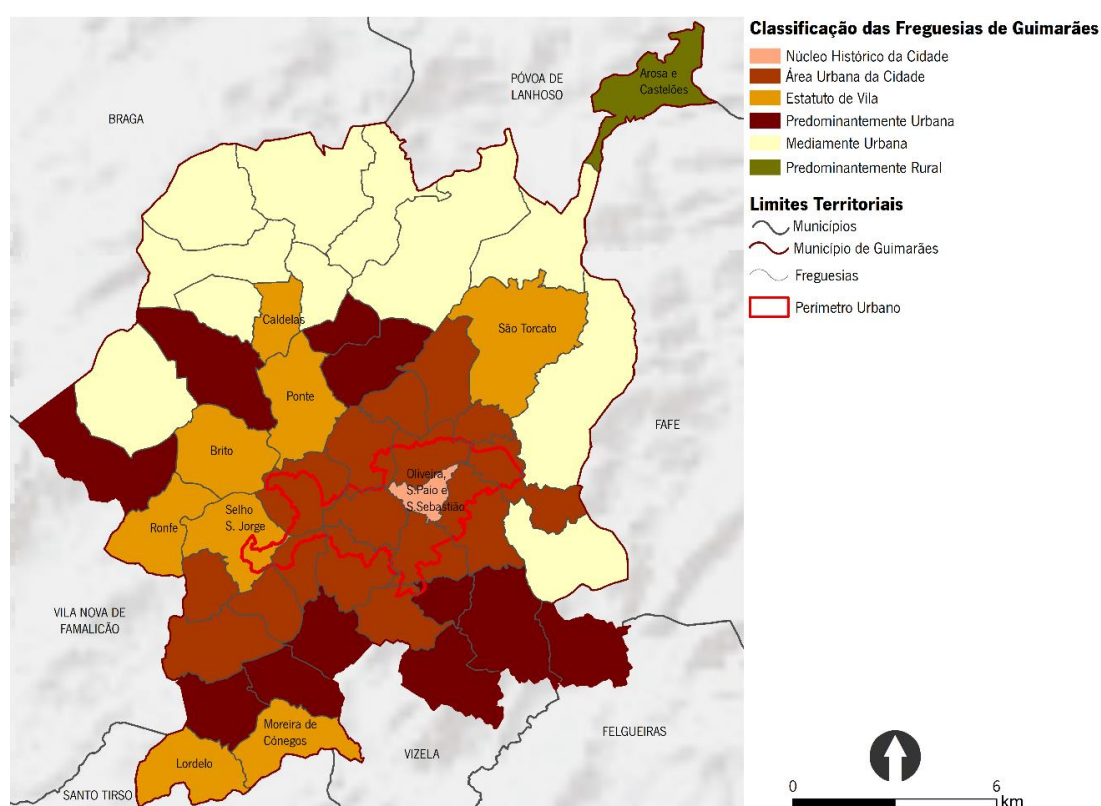


Fig. 6: Classificação das freguesias de Guimarães.

Em sentido oposto, Portas (2005) defende que vários aspetos dos Planos Diretores Municipais necessitam de ser reformulados, nomeadamente (i) a preocupação tradicional com os perímetros urbanos, apesar das leis insistirem em fazê-lo, particularmente quando se constata que as principais mudanças urbanas ocorrem fora desta circunscrição administrativa (Pinheiro *et al.*, 2016); (ii) o zonamento, dado que o território é caracterizado pela mescla das atividades económicas; e, (iii) o controlo da densidade por índices, uma vez que esta em termos globais é muito baixa.

Ademais, salienta que os esforços devem ser dirigidos “no sentido do reforço do modelo instalado e da correção persistente e participada dos seus desvios ou perversões” (Portas, 2012a, p.86). Nesta aceção, os loteamentos, modelo no qual tem assentado o crescimento urbano nas últimas décadas, apresentam inconvenientes ainda maiores do que crescimento espontâneo típico da urbanização difusa (Portas, 2005), dado que (i) assentam na abertura de novos arruamentos, maioritariamente desconectados do tecido urbano envolvente, (ii) ocupam muitas vezes os terrenos mais férteis no fundo de vale ou os topos arborizados, e (iii) levam à criação de áreas monofuncionais, de carácter residencial ou industrial, rompendo com a tradicional mescla de atividades. Este modelo, além de não contribuir para a qualificação dos lugares, é em tudo antagónico aos processos que estiveram na génese do difuso (Ribeiro, 2013).

A chave para a definição de políticas urbanas eficazes para o ordenamento da estrutura polimorfa resultante da urbanização difusa reside na compreensão dos seus padrões espaciotemporais, bem como nos processos sociais, económicos e culturais que estiveram na sua origem. Concomitantemente, revela-se igualmente necessário a construção de novas narrativas que confirmem sentido à multiplicidade de formas, elementos, espaços e tempos que a compõem esta ‘cidade continuada’ (Travasso, 2015).

4 - Apontamentos finais

A paisagem enquanto produto social encontra-se em permanente transformação. Os vestígios destas mudanças vão se acumulando e sobrepondo na paisagem, como se de camadas se tratasse, pelo que o território se assemelha a um ‘palimpsesto’, que vai sendo escrito e reescrito vezes e vezes sem conta. As dinâmicas territoriais fazem-se (i) de fatores económicos, sociais e políticos, (ii) de quadros legais e institucionais, bem como (iii) de grandes interesses e de pequenos poderes (Domingues e Travasso, 2015), cuja importância relativa varia significativamente no tempo e no espaço. Nesta aceção, a compreensão do modelo territorial decorrente da urbanização difusa apenas é plenamente entendível quando descortinadas as vicissitudes que conduziram ao cenário atual.

A resenha histórica efetuada para Guimarães, não só atesta as raízes ancestrais do atual modelo territorial, como permitiu ainda identificar os fatores que ao longo dos tempos o foram viabilizando e fomentado. Desde logo, Ribeiro (1999) identifica duas situações cruciais: (i) a primeira, decorrente dos progressos gerais da agricultura, na Época Romana; e, (ii) a segunda, milénio e meio depois, com a introdução do milho. Não obstante, podem-se ainda somar outras três circunstâncias: (i) a industrialização difusa, cujo Vale do Ave constitui o caso mais paradigmático; (ii) o advento e proliferação do automóvel privado, e consequente incremento da rede rodoviária; e, (iii) os

processos de urbanização de iniciativa privada (*i.e.*, os loteamentos), que viabilizaram novas e velhas frentes de urbanas.

Por sua vez, a análise espacial realizada com base nas imagens Landsat, para o período de 1984 a 2016, patenteia bem que urbanização e industrialização difusa são fenómenos irreversíveis, com tendência para se acentuar, em conformidade com o que que Portas (1986) antevia há 30 anos atrás. Deste modo, procura-se contribuir para a reflexão sobre os desafios que este modelo territorial impõe ao ordenamento do território, que continua a assentar na velha dicotomia urbano/rural, no zonamento funcional e na delimitação de perímetros urbanos.

5 - Agradecimentos

Este trabalho foi suportado pela Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT), através da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/111263/2015.

6 - Bibliografia

- Albergaria, H. (Coord.). *Vilas Medievais Planeadas de Portugal - Reinados de D. Afonso III e D. Diniz*. Coimbra: IERU, 2007.
- Benguigui, L., D. Czamanski e M. Marinov “City Growth as a Leap-frogging Process: an Application to the Tel-Aviv Metropolis”. *Urban Studies* 38 (2001): 1819-1839.
- Caetano, M., C. Igreja, F. Marcelino e H. Costa. *Estatísticas e dinâmicas territoriais multiescala de Portugal Continental 1995-2007-2010 com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS)*. Lisboa: Direção Geral Território, 2017.
- Calix, T. “A nossa casa precisa de uma realidade”. Em A. Domingues e N. Travasso (Coord.), *Território Casa Comum – Morfologias e Dinâmicas Territoriais*. Porto: FAUP, 2015 (17-21).
- Carvalho, J. (Coord). *Ocupação Dispersa, Custos e Benefícios à Escala Local*. Direção Geral do Território: Lisboa, 2013.
- Chen, L., C. Ren, B. Zhang., Z. Wang e M. Liu. “Quantifying Urban Land Sprawl and its Driving Forces in Northeast China from 1990 to 2015”. *Sustainability* 10 (2018): 18 páginas.
- Daveau, S. “Advertência”. Em O. Ribeiro, H. Lautensach e S. Daveau, *Geografia de Portugal – III. O Povo Português*. 3ª Edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999a (XI-XXI).
- Daveau, S. “Comentários e Actualização”. Em O. Ribeiro, H. Lautensach e S. Daveau, *Geografia de Portugal – III. O Povo Português*. 3ª Edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999b (887-918).
- Dietzel, C., M. Herold, J. Hemphill e K. Clarke. “Spatio-temporal dynamics in California’s Central Valley: Empirical links to urban theory”. *International Journal of Geographical Information Science* 19(2005): 175-195.
- Domingues, A. “Formas e escalas da urbanização difusa—interpretação e intervenção no NO de Portugal”. *Inforgéo* 14 (1999): 43-64.
- Domingues, A. “Norte – Entre Douro e Minho”. Em F. Jorge (Ed.), *Portugal Visto do Céu*. Lisboa: Argumentum: Lisboa, 2007 (14-53).
- Domingues, A. *A Rua da Estrada*. Porto: Dafne Editora, 2009.

- Domingues, A. “A Rua da Estada”. *Cidades, Comunidades e Territórios* 20/21 (2010): 59-67.
- Domingues, A. “Compreender o Território”. Em A. Domingues e N. Travasso (Coord.), *Território Casa Comum – Morfologias e Dinâmicas Territoriais*. Porto: FAUP, 2015 (50-62).
- Domingues, A. e I. Martins “A Paisagem da Vaca”. Em A. Domingues e N. Travasso (Coord.), *Território Casa Comum – Morfologias e Dinâmicas Territoriais*. Porto: FAUP, 2015 (130-134).
- Domingues, A. e N. Travasso. “Quatro histórias do território”. Em A. Domingues e N. Travasso (Coord.), *Território Casa Comum – Morfologias e Dinâmicas Territoriais*. Porto: FAUP, 2015 (108-113).
- Lautensach, H. “As bases históricas e psico-sociais da Geografia Humana de Portugal”. Em O. Ribeiro, H. Lautensach, e S. Daveau, *Geografia de Portugal – III. O Povo Português*. 3ª Edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999 (627-644).
- Marques, T. e A. Domingues. “Breve caracterização do Vale do Médio Ave”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia* 3 (1987): 268-271.
- Mattoso, J., S. Daveau e D. Belo. *Portugal o Sabor da Terra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.
- Pinheiro, C., M.M. Laranjeira e M. Bandeira. “Mudança do ambiente térmico em Guimarães (1984-2014): o impacto da urbanização difusa”. Em J. Correia e M. Bandeira, *Os Espaços da Morfologia Urbana - Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*. Guimarães: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho & Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2016 (409-416).
- Portas, N. “Modelo Territorial e Intervenção no Médio Ave”. *Sociedade e Território* 5 (1986): 8-13.
- Portas, N. *Nuno Portas. Prémio Sir Patrick Abercrombie - UIA 2005*. 2ª Edição. Lisboa: Ordem dos Arquitetos, 2005.
- Portas, N. *Os Tempos Das Formas – vol. II. A Cidade Imperfeita e a Fazer*. Guimarães: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2012a.
- Portas, N. “Retratos Vimaraneses”. Em F. Jorge (Ed.), *Guimarães Vista do Céu*. Lisboa: Argumentum, 2012b.
- Portas, N. “A cidade para hoje – um caminho de múltiplas escolhas”. Em N. Grande (Curador), *O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012c (602-611).
- Portas, N., A. Domingues, J. Cabral, E. Grilo e J. Ferrão. *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- Ribeiro, D. “O processo de urbanização no difuso «do plano ao lugar»”. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2013. Acedido em 18 de setembro de 2017 <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27620>.
- Ribeiro, J. e J. Ferrão. *Noroeste Global*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.
- Ribeiro, M. e A. Melo. “O papel dos sistemas defensivos na formação dos sistemas urbanos (Séculos XII-XVII)”. Em M. Ribeiro e A. Melo (Coords.), *Evolução da Paisagem Urbana – Transformação Morfológica dos Tecidos Históricos*. Braga: CITCEM – IEM, 2014 (183-222).
- Ribeiro, O. *Opúsculos Geográficos. V Volume – Temas Urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

- Ribeiro, O. *Opúsculos Geográficos. VI Volume – Estudos Regionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- Ribeiro, O. *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. 7ª Edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1998.
- Ribeiro, O. “Povoamento e Circulação”. Em O. Ribeiro, H. Lautensach e S. Daveau, *Geografia de Portugal – III. O Povo Português*. 3ª Edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999 (857-644).
- Silva, V. “O Euro 2004 foi a apoteose do lóbi do betão”. Em V. Andrade, *Onde Falham as Cidades*. Lisboa: Temas e Debates – Atividade Editoriais, Lda, 2005 (48).
- Travasso, N. “Anatomia do Vele do Pele”. Em A. Domingues e N. Travasso (Coord.), *Território Casa Comum – Morfologias e Dinâmicas Territoriais*. Porto: FAUP, 2015 (64-107).
- Weeks, J. “Defining Urban Areas”. Em T. Rashed e C. Jürgens (Eds.), *Remote Sensing of Urban and Suburban Areas*. Heidelberg, Dordrecht, London & New York: Springer, 2010 (33-46).

O CONCEITO DE PAISAGEM A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE ALUNOS DO 6º E 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO/RS/BRASIL

Chilavert Topolski, Mateus Pessetti e Claudinei Lucimar Gengnagel

Resumo: Dentre os pilares conceituais da Geografia, destaca-se a paisagem. A mesma surge com a institucionalização científica-metodológica da ciência geográfica, perdurando ao longo das transformações paradigmáticas desta, sendo discutida sob a ótica de diferentes correntes do pensamento. Considerando a sua relevância, o conceito de paisagem tornou-se primordial, sendo trabalhado na educação básica, tendo como fio condutor a disciplina de Geografia. Assim, o presente trabalho busca identificar e analisar as percepções do conceito de paisagem dos estudantes do 6º e 9º ano de uma escola municipal de Passo Fundo/RS/Brasil. O trabalho organiza-se metodologicamente em etapas, sendo elas: a) estabelecimento da matriz teórico-conceitual, fundamental para a elaboração da pesquisa; b) realização de trabalho de campo para aplicação de questionários aos educandos a respeito da temática aqui discutida; c) tabulação e análise dos dados obtidos em campo; e, d) inferência sobre os resultados, assim como considerações relativas às percepções. Durante a execução do trabalho, observou-se diferentes concepções sobre o termo paisagem, pois o aluno tem a possibilidade de construir o conceito e fundamentá-lo em diferentes conteúdos trabalhados durante a sua trajetória no Ensino Fundamental.

Palavras chave: Paisagem; Percepções; Educação Básica; Aprendizagem Significativa; Geografia escolar.

**THE LANDSCAPE CONCEPT FROM THE PERCEPTIONS OF
STUDENTS OF THE 6th AND 9TH YEARS OF FUNDAMENTAL TEACHING OF A
MUNICIPAL SCHOOL OF PASSO FUNDO / RS / BRAZIL**

Chilavert Topolski, Mateus Pessetti and Claudionei Lucimar Gengnagel

Abstract: Among the conceptual pillars of Geography, the landscape stands out. The same arises with the scientific-methodological institutionalization of geographic science, remaining along the paradigmatic transformations of this, being discussed from the perspective of different currents of thought. Considering its relevance, the concept of landscape became paramount, being worked in basic education, having as its guiding principle the discipline of Geography. Thus, the present work seeks to identify and analyze the perceptions of the landscape concept of the students of the 6th and 9th year of a municipal school in Passo Fundo / RS / Brazil. The work is organized methodologically in stages, being: a) establishment of the theoretical-conceptual matrix, fundamental for the elaboration of the research; b) carrying out fieldwork for the application of questionnaires to students on the subject matter discussed here; c) tabulation and analysis of data obtained in the field; and, d) inference about results, as well as perceptions regarding perceptions. During the execution of the work, different conceptions about the term landscape were observed, since the student has the possibility to build the concept and to base it on different contents worked during his trajectory in Elementary School.

Keywords: Landscape; Perceptions; Basic Education; Meaningful Learning; School Geography.

O CONCEITO DE PAISAGEM A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE ALUNOS DO 6º E 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO/RS/BRASIL

Chilavert Topolski, Mateus Pessetti e Claudinei Lucimar Gengnagel

1 - Apresentação

Estabeleceu-se na historiografia do saber geográfico uma multiplicidade de entendimentos sobre a paisagem. Um dos conceitos foi traçado por Santos (2014, p. 67 e 68) ao afirmar que “Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” Desta forma, infere-se que tal definição, também, é produto de processos sócio históricos, sendo esses transformadores da paisagem.

Portanto, considerando a sua relevância, o conceito de paisagem tornou-se primordial, sendo trabalhado na educação básica, tendo como fio condutor a disciplina de Geografia. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais Brasileiros - PCN⁴⁵ (documentos que orientam a constituição curricular da educação brasileira), a abordagem do referido conceito se dá nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ganhando um caráter mais geográfico a partir do 6º ano. Com isso, conforme o referido documento, a aprendizagem sobre a paisagem se efetiva através do reconhecimento dos

⁴⁵ Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular. São uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e à avaliação nacional. Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores. (1998, p. 29).

elementos que a constitui, sendo eles sociais ou naturais, bem como, a interação entre estes. (PCN, 1998).

Tendo em vista as considerações realizadas sobre tal definição, o presente trabalho busca identificar e analisar as percepções do conceito de paisagem dos estudantes do 6º e 9º ano de uma escola municipal de Passo Fundo/RS/Brasil. Os referidos anos foram escolhidos para compor a pesquisa, pois é a partir do 6º que os educandos passam a ter contato com o professor de Geografia, uma vez que até o 5º as aulas são ministradas por professores pedagogos. Em relação ao 9º ano, subentende-se que podem ocorrer diferentes construções relativas ao conhecimento da paisagem, visto que o aluno parte da perspectiva local de estudo (anos iniciais do Ensino Fundamental e 6º ano) para um âmbito global (anos finais do Ensino Fundamental).

Nas suas especificidades, o trabalho visa observar a (in)existência da (re)construção do conceito de paisagem e verificar se há uma aprendizagem significativa e progressiva à respeito do termo. O trabalho organiza-se em etapas, sendo elas: a) estabelecimento da matriz teórico-conceitual, fundamental para a elaboração da pesquisa; b) realização de trabalho de campo para aplicação de questionários aos educandos a respeito da temática aqui discutida; c) tabulação e análise dos dados obtidos em campo; e, d) inferência sobre os resultados, assim como considerações relativas às percepções.

1.1 - Descrição da metodologia utilizada

Utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica, foram estudadas algumas das várias compreensões sobre a paisagem no que se refere a trajetória da geografia no contexto da ciência e também como a paisagem é versada pelo ensino de geografia. Com isso constituiu-se a teoria basilar, a qual fundamentou o presente trabalho.

Partindo de uma pesquisa de campo realizada na manhã do dia 13 de dezembro de 2017, foram aplicados questionários para uma turma de 6º ano e para uma de 9º ano. Desta maneira, os questionários tinham como objetivo verificar as percepções do termo paisagem a partir do olhar dos alunos que compunham tais turmas.

Nesse sentido estruturou-se um questionário com questões objetivas relativas a dados pessoais dos educandos, como: idade, ano que cursa, local de residência, sexo, e se estuda na escola desde o primeiro ano. Além dessas, havia uma questão subjetiva, na qual os estudantes deveriam descrever explicitamente o que é a paisagem para eles. Tal pesquisa contou com a participação de 19 alunos do 6º ano e 20 alunos do 9º ano, totalizando 39 questionados.

Os questionários não foram identificados com o nome dos estudantes. Para a análise dos mesmos, optou-se por reconhecê-los utilizando o número correspondente ao ano em que estuda e uma letra do alfabeto romano. Por exemplo: 6A (6º ano, aluno A), 9B (9º ano, aluno B).

Deste modo, os educandos que responderam o questionário, tinham como características as idades que variavam de 11 a 18 anos, com uma maior expressividade na faixa de 12 a 15 anos. Os 39 questionados, consideravam-se, 23 do sexo masculino, 15 do sexo feminino e um não respondeu. Sobre seus locais de residência, 24 moram no bairro em que a escola está inserida, 13 moram em outros bairros do município e 2 não responderam. Questionados sobre se estudam desde o primeiro ano na escola, 24 responderam que sim e 15 que não.

Posteriormente a aplicação do questionário, fez-se a primeira análise dos dados, na qual compilou-se as respostas obtidas em 9 grupos de percepções diferentes. Por conseguinte, sendo eles: Grupo 1: Percepção que considera a temporalidade; Grupo 2: Percepção que remete a paisagem natural de primeira natureza; Grupo 3: Percepção que reputa ao todo, o que inclui a paisagem natural, artificial, a bela e a não bela; Grupo 4: Percepção que pondera uma paisagem totalmente artificial; Grupo 5: Percepção que reflete uma paisagem julgada como bela; Grupo 6: Percepção que refere-se a uma visão teológica; Grupo 7: Percepção que estabelece relação com o conceito de lugar; Grupo 8: Percepção que leva em conta aquilo que se observa; e, Grupo 9: Percepção que materializa uma ligação conceitual com o espaço. Ressalta-se, porém, que uma mesma resposta de um determinado educando, poderia condizer a mais de um grupo de percepção.

Após este processo, finalmente faz-se a interpretação de maneira esmiuçada sobre tais percepções. Contudo, julgou-se relevante construir um suporte teórico acerca do conceito central desta pesquisa, inicialmente dentro do campo da ciência geográfica, seguida de uma análise sobre o conceito de paisagem no ensino de geografia.

2 - O conceito de Paisagem na Ciência Geográfica

A Geografia, enquanto ciência, é estruturada por conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa socioespacial. Dentre os pilares da referida ciência, destaca-se o conceito de paisagem. O mesmo surge com a institucionalização científica-metodológica da Geografia, perdurando ao longo das transformações paradigmáticas desta, sendo discutida sob a ótica de diferentes correntes do pensamento, ou seja, a compreensão da paisagem acompanhou as metamorfoses estabelecidas pelas diversas escolas do conhecimento geográfico, desde a influência positivista até a dialética marxista.

Deste modo, na chamada Geografia Clássica (século XIX), a paisagem era estudada sob a ótica descritiva, ou seja, calcada na observação dos fenômenos, dando ênfase para as questões

naturalistas. Conforme Cristofolleti (1999) essa abordagem descritiva mostra que, em sua função estético-descritiva, a palavra paisagem teve seu desenvolvimento inicial relacionado com o paisagismo e com a arte dos jardins. Dentre os autores que contribuíram para os estudos da paisagem, destacam-se Alexander Von Humboldt e Richthofen.

Na virada e início do século XX, com a institucionalização da Geografia Teorética–Quantitativa, novas visões sobre o referido conceito foram surgindo. Salienta-se que no paradigma em questão, a filosofia norteadora era o positivismo-lógico e, portanto, os estudos paisagísticos eram de cunho mais técnico, priorizando as questões físicas com relação aos aspectos socioeconômicos, entendendo-se que ambos os elementos mantinham-se integrados e, assim, poderiam ser compreendidos como um sistema. Durante este período o conceito de paisagem sofreu grande influência da Teoria Geral dos Sistemas. Segundo Becker (2006, p. 84),

A análise de sistemas em Geografia utiliza o princípio da conectividade, entendido como a correlação e a conectividade entre as variáveis, alcançada por meio da abordagem sistêmica. Na abordagem sistêmica, os fenômenos são analisados e considerados como resultado de uma relação entre diversos elementos e atributos (...).

Com o surgimento da Geografia Crítica em meados dos anos 70 do século XX, renovam-se as discussões do corpo científico da Geografia. Conforme Becker (2006, p. 87) “(..) a Geografia Nova, propõe novas metodologias e filosofias alternativas em relação ao positivismo, dando uma orientação de caráter mais antropocêntrico na visão filosófica do marxismo de Marx e Engels”. Desta forma, o conceito de paisagem ganhou um significado mais crítico, ligado a produção de diferentes espaços. De acordo com Cavalcanti (2011, p. 69)

(...) a paisagem é o ponto de partida para a aproximação de seu objeto de estudo que é o espaço geográfico, contendo ao mesmo tempo uma dimensão objetiva e subjetiva. A paisagem é expressa na forma do espaço ou sua manifestação visível, concebida e percebida, onde a identificação das regiões deve se basear no que é essencial no processo de produção do espaço ou a divisão sócioespacial.

Na atual Geografia Humanística, calcada na subjetividade, nas relações com os lugares e no espaço vivido, a paisagem, segundo Cavalcanti (2011, p. 71) “(...) é definida como um organismo social considerando como um espaço subjetivo, sentido e vivido por cada ser humano, um espaço individualizado.” Desta forma, reiteram-se as relações culturais e sociais dos indivíduos e suas implicações no desenho de múltiplas paisagens.

Um outro olhar sobre a paisagem, foi formulado por Suertegaray (2001), que numa perspectiva também atual, assegurou que a paisagem é um complexo material, no qual se concretizam relações das mais diversas formas, da mesma maneira que pode servir de instrumento para a análise do espaço geográfico. Nas palavras de Suertegaray:

De nosso ponto de vista, percebemos paisagem como um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais e tecnificados, socioeconômicos e culturais. Ao optarmos pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, poderemos concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização). Não necessariamente entendendo forma-funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. (2001, p.5)

Tendo em vista tais conceituações, construídas por diferentes geógrafos em diferentes tempos, pode-se verificar uma profusão de significados. Adverte-se, entretanto, que estas são apenas algumas de muitas outras denotações atribuídas ao termo paisagem na ciência geográfica.

2.1 - O conceito de Paisagem no ensino da Geografia

A paisagem é uma das categorias de análise do espaço, tendo um papel fundamental na pesquisa na Ciência Geográfica. Assim, o estudo da mesma é, também, substancial, no que tange ao Ensino de Geografia. Embora, outros campos do conhecimento utilizem tal conceito, a leitura da paisagem tem um papel relevante na educação geográfica, como corrobora Puntel:

A paisagem é considerada um instrumento essencial de leitura e de aprendizagem no ensino da Geografia. Acredita-se que seja importante desenvolver, nas crianças e nos adolescentes, a capacidade de compreensão das diferentes paisagens, reconhecendo seus elementos, sua história, suas práticas sociais, culturais e suas dinâmicas naturais, assim como a interação existente entre eles. (2007, p. 285-286).

O estudo da paisagem requer a percepção das transições e metamorfoses daquilo que é avistado, deste modo, propicia ao educando a compreensão de uma série de processos desenvolvidos espacialmente e temporalmente. De acordo com Maciel e Marinho (2011, p. 69) “(...) o estudo da

paisagem não só traz consigo o ensino da geografia, como também o aperfeiçoamento da percepção, dos sentidos e do aparelho cognitivo, auxiliando de maneira ampla a aprendizagem do educando.” As mesmas autoras afirmam ainda, que as investigações acerca da paisagem, demandam um cunho dinâmico, de modo que acompanhem as evoluções ocorridas nesta. (2011, p. 69)

O ensino da paisagem sofreu mudanças ao longo da trajetória do ensino de geografia, que acompanharam as modificações da própria Ciência Geográfica. Nesta perspectiva, Puntel (2007, p. 294) pondera que o estudo da paisagem teve grande destaque no século XIX, tornando-se escassos os estudos sobre a mesma no século XX, pois outros conceitos ganharam notoriedade, já na década de 1970 o conceito sofre um novo resgate. Ainda conforme o mesmo autor (2007, p. 294-295): “Assim como aconteceu a retomada da paisagem na ciência geográfica, acredita-se que também no ensino, de uma forma bastante lenta, isso também venha a acontecer [...]”.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia a paisagem está fortemente relacionada a outras categorias de análise do espaço, como território: “A categoria território possui relação bastante estreita com a categoria paisagem. Pode até mesmo ser considerada como o conjunto de paisagens. É algo criado pelos homens, é uma forma de apropriação da natureza.” (1998, p. 28) e com o conceito de lugar: “[...] tanto na visão da Geografia Tradicional quanto nas novas abordagens. O sentimento de pertencer a um território e a sua paisagem significa fazer deles o seu lugar de vida e estabelecer uma identidade com eles.” (1998, p. 29).

Pode-se considerar a paisagem como um fragmento ou recorte do espaço geográfico. Com isso tem-se a possibilidade, no ensino de Geografia ao abordá-la, de oferecer ao estudante condições para que o mesmo seja capaz de analisar e assimilar o modo como seu espaço de vivência é produzido. Nas palavras de Azambuja e Klug (2016, p. 94)

Entender a Paisagem enquanto recorte do espaço geográfico, nos permite refletir de que maneira essas conexões em tempos líquidos estão ocorrendo. Dessa forma, compreender a Paisagem que está em constante transformação e também entender essas relações “líquidas”, conforme mencionado anteriormente se faz relevante, tendo em vista, à criação de alternativas capazes de dialogar com conceitos que estão tão presentes no nosso dia-a-dia, e assim proporcionar ao aluno mecanismos de compreensão de como está sendo construído esse espaço em torno deles.

Segundo Pereira e Dias (2015, p. 223), a aprendizagem sobre o termo paisagem representa a associação entre fatores naturais (clima, vegetação, relevo, hidrografia) e elementos culturais, aqueles criados pela ação antrópica (cidades e os elementos que constituem-nas). Portanto, o processo de ensino e aprendizagem envolvendo este conceito engloba o conhecimento das interações entre o estrato natural, sem a interferência do ser humano e o meio cultural, sendo este socialmente construído.

3 - Análise dos grupos

À vista das considerações feitas, deste momento em diante, faz-se a análise das nove percepções observadas em campo dentro dos grupos. Tal investigação é de cunho descritivo, buscando identificar as particularidades das nove percepções supracitadas, sendo elas:

Grupo 1 - “Percepção que considera a temporalidade”: Observando os questionários respondidos, verificou-se que apenas alunos do 9º ano consideraram a temporalidade na sua interpretação da paisagem, somando no total dois alunos. Desta forma, notou-se que ambos remetiam à algo “antigo”, fazendo o uso da palavra. De acordo com o aluno 9A, a paisagem “(...) é alguma coisa que a gente olha, que é bonito, uma coisa da mãe natureza (...) coisas antigas bonitas”. Levando em conta as considerações feitas por Santos (2014), constatou-se que tais percepções se aproximam da visão do autor, uma vez que o mesmo trabalha com a ideia de movimentos, exprimindo a ideia de tempo.

Grupo 2 - Percepção que remete a paisagem natural de primeira natureza⁴⁶: Analisando este grupo, averiguou-se uma expressividade da referida percepção, somando 17 alunos. Nesse sentido, os questionados relacionam a ideia de paisagem com elementos da primeira natureza, tais como: oceanos, vegetação, relevo, clima e animálias. Na concepção do aluno 9B, a paisagem “é uma vista de relevo, pampas, planalto e seres”, complementando o aluno 6A, “(...) bonito que “tenha” bastante flores, árvores, montanhas, nuvens e etc.”. A visão físico/natural da paisagem nos remete a geografia clássica, na qual alguns autores julgavam o caráter natural como definidor da paisagem. Destaca-se a contribuição de Humboldt (1769-1859), que segundo Pedras (2000), possuía uma visão relacionada ao quadro físico-espacial.

Grupo 3 - Percepção que reputa ao todo, o que inclui paisagem natural, artificial, a bela e a não bela: Reparou-se em tal grupo uma percepção integrada dos elementos da paisagem (6 alunos), o que abrange, segundo o aluno 6B tudo o que “(...) pode ser bonito ou feio, cidade ou campo”, acrescentando o aluno 6C “É um conjunto de coisas”. O educando 9C ressalta que a paisagem pode

⁴⁶ De acordo com Souza (2013) entende-se por primeira natureza, de maneira geral, o que é totalmente extrínseco ao ser humano.

ser “(...) uma cidade suja, poluída e desmatada”, elucidando assim a interferência antrópica. Pondera-se que tal percepção vista pelo olhar historiográfico da ciência geográfica é mais recente, alicerçada num cunho crítico e integrador, bem como, ressaltada por Carl Troll, ao inferir que, segundo Souza (2013, p. 45) “(...) pretendia, com a *Landschaftsökologie*⁴⁷, fundar uma abordagem holística e verdadeiramente integrada da natureza (e arranhando, também, o espaço produzido pela sociedade)”

Grupo 4 - Percepção que pondera uma paisagem artificial/cultural: Entende-se por paisagem cultural, de acordo com Wagner e Mikessel (2014, p. 36), o “(...) conteúdo geográfico de uma determinada área ou a um complexo geográfico de um certo tipo, no qual são manifestas escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural”. Desta forma, observou-se que neste grupo os educandos percebem a paisagem dotada de elementos construídos pela sociedade, dando ênfase aos aspectos urbanos, tais como: cidades, praças e casas. Conforme infere o aluno 9D “A paisagem é a cidade limpa, árvores bem tratadas”, com isso, percebe-se que a visão expressa pelo discente está totalmente vinculada a ação humana, uma vez que cita elementos naturais que são antropizados. Totalizaram 5 questionados com esta percepção, sendo que, todos pertenciam ao 9º ano.

Grupo 5 - Percepção que reflete sobre uma paisagem julgada como bela: Constatou-se uma expressividade no número de alunos que responderam o questionário julgando que a paisagem é algo belo. Portanto, foram 20 estudantes, sendo 11 do 9º ano e 9 do 6º ano. Este olhar da paisagem é estritamente vinculado ao pensamento comum, enfatiza-se que, bem como na concepção de Giometti, Pitton e Ortigoza (2012, p. 36) “A paisagem constitui uma categoria com caráter específico para a Geografia e distinto daquele utilizado pelo senso comum”. Reitera-se, desse modo que, embora verificou-se um significativo número de alunos com tal ideia, esta seja talvez a visão mais simples a respeito do conceito, pois é a reprodução de um entendimento equivocado, sem levar em conta outros aspectos que a paisagem compreende. Salienta-se que a beleza julgada pode estar presente, porém não somente ela. De acordo com Souza (2013), invisibiliza-se a paisagem, fragmentando-a, contemplando assim, apenas o que é considerado pelo observador, podendo essa ser “pura” ou “impura”. Segundo o questionado 6D, a paisagem é algo “(...) bonito e calmo”, bem como para o aluno 9E “(...) bonito para se apreciar, uma imagem bela que dá gosto de olhar”.

Grupo 6 - Percepção que refere-se a uma visão teológica: Reconheceu-se apenas um questionado do 9º ano que fez referência as questões teológicas. O mesmo utiliza o termo “Deus” para justificar a existência da paisagem. Segundo o aluno 9F “Paisagem é tudo muito bonito, uma coisa que Deus

⁴⁷ Segundo Troll, entendida como ecologia da paisagem (SOUZA, 2013).

criou”. Deste modo, enquadra-se tal percepção na atual geografia humanística, pois a mesma utiliza de um olhar subjetivo para compreender a percepção individualizada do ser humano, decorrente de suas relações socioculturais em sua vivência. (CAVALCANTI, 2011). Assim, notou-se que o discente ao falar de Deus, explicitou-se culturalmente para fundamentar a construção da paisagem.

Grupo 7 - Percepção que estabelece relação com o conceito de lugar: Totalizaram 13 respostas com essa compreensão, sendo 8 do 6º ano e 5 do 9º ano. Nesse sentido, avalia-se a existência de uma dificuldade na separação de conceitos distintos, neste caso, paisagem e lugar. Os mesmos, consideram a paisagem como um lugar. Segundo o aluno 9B, paisagem é “(...) tipos de lugares diferentes”, já para o 6E, paisagem é “(...) um lugar bonito”. Tais afirmações podem ser justificadas pelos documentos que regem o ensino de geografia a nível nacional, uma vez que os mesmos estabelecem relações entre os referidos conceitos, do mesmo modo que os estudantes o fizeram. Assim, o PCN (1998) argumenta que tanto nos primórdios da ciência geográfica, quanto na sua atualidade, estabelece-se uma relação topofílica e de pertencimento da paisagem, fazendo da mesma, um lugar.

Grupo 8 - Percepção que leva em conta aquilo que se observa: Foram verificados 14 estudantes que associaram à esta percepção, sendo 8 do 6º ano e 6 do 9º ano. Assim, a paisagem é entendida como aquilo que está sendo observado. De acordo com o educando 9G, paisagem é “(...) uma vista bela da natureza”, reforçando o aluno 6F “(...) é tudo aquilo que podemos ver”. Souza (2013) aponta que tradicionalmente a paisagem está ligada ao ponto de vista do observador. Nesse sentido, constata-se que tal ideia vai ao encontro do que é mais aceitável, conceitualmente falando, nas discussões epistemológicas da geografia atual.

Grupo 9 - Percepção que materializa uma ligação conceitual com o espaço: Identificou-se apenas uma resposta com tal assimilação, sendo ela de um aluno do 6º ano. Segundo o discente 6B, paisagem “É um espaço, pode ser bonito ou feio, cidade ou campo”. Deste modo, aproxima-se o conceito de paisagem ao de espaço, podendo ser considerada um recorte geográfico. Assim, autores como Azambuja e Klug (2016) e Cavalcanti (2011) reiteram a relevância da compreensão da paisagem como um ponto inicial para o entendimento da totalidade dos fenômenos geográficos. Tais afirmações tem como cerne a renovação epistemológica da geografia, ocorrida a partir dos anos 1970. Vale frisar, também, que a paisagem pode ser compreendida com um termo funcional, dotado da capacidade de analisar o espaço geográfico, como corrobora Suertegaray (2001).

4 - Interpretação dos resultados

Tendo em vista a proposta inicial do trabalho, a partir deste momento será versado as ponderações sobre a possível (in)existência da (re)construção do conceito de paisagem e da manifestação da

aprendizagem significativa dos estudantes na sua vivência escolar. Nesse sentido, observou-se por meio da interpretação de cada um dos grupos, a existência de educandos com maior e outros com menor grau de entendimento conceitual, bem como aqueles onde as ideias são mais atuais acerca do que está constituído cientificamente para o termo paisagem na perspectiva geográfica.

No que tange os alunos que através de suas respostas demonstraram maior atualidade e aproximação do conceito, destacam-se os dos Grupos 1, 3, 4, 7, 8, e 9. Portanto, nota-se que os mesmos possuíam respostas que vem ao encontro do que denota o conceito, pois, percebe-se que os elementos contemplados em suas visões são fundamentais para o conhecimento da paisagem, sendo estes de cunho temporal, holístico, antropizado, da visão abarcada, da relação com o conceito de lugar e de espaço. Assim, notou-se que foi ressaltado pelos alunos destes grupos a presença humana como produtora e dinamizadora da paisagem. Tais grupos explicitaram maior construção da aprendizagem sobre a paisagem, somando, desse modo, o total de 42 percepções, das quais, 20 foram do 6º ano e 22 do 9º.

No que se refere aos grupos, cujas respostas atestaram um maior distanciamento da aceção do termo paisagem, ressalta-se os Grupos 2, 5 e 6. Estes não consideraram fatores cruciais na análise da paisagem ou consideraram apenas elementos isolados de outros. Os educandos, pertencentes à estes grupos, inteiraram 37 percepções, constituindo-se 16 do 6º ano e 21 do 9º ano, tais percepções não construíram um olhar integrador que a paisagem demanda, tendo em vista que estes expressaram apenas elementos naturais, de paisagens definidas como belas, além de considerar questões religiosas. Os grupos não apresentaram uma aprendizagem significativa acerca do tema, uma vez que não foram evidenciados diversos elementos, como a ação antrópica.

Considerando a diferença de nível escolar dos questionados, reitera-se que não houveram significativas distinções entre as concepções. Em certos momentos, existiu a evidência de alunos do 6º ano e em outros do 9º ano que teoricamente compreendem melhor a paisagem em função da maior bagagem conceitual e de desenvolvimento cognitivo a respeito dos conteúdos de geografia. Contudo, salienta-se que, mesmo possuindo alunos com uma menor aproximação do que é aceito como conceito de paisagem, todas as respostas abrangeram ao menos um elemento que constitui a mesma.

5 - Considerações finais

O propósito deste trabalho estabeleceu-se na análise das percepções do conceito de paisagem em alunos no Ensino Fundamental (6º e 9º ano) de uma escola municipal de Passo Fundo/RS/Brasil, através da aplicação de questionários, bem como, do levantamento teórico-bibliográfico. Desta

forma, a partir da tabulação dos resultados, fez-se o estudo das reflexões realizadas pelos educandos, que foram organizadas em nove grupos.

Desta forma, ao descrevermos os nove grupos, percebeu-se uma heterogeneidade de concepções sobre o termo paisagem. Com isso, pode-se enquadrar teoricamente todas as percepções, partindo da perspectiva historiográfica da geografia. Houveram alguns que perceberam a paisagem de maneira mais crítica e integrada, levando em conta elementos de cunho natural, humano e social, ao passo que, também, existiram ponderações mais simplórias, que consideraram apenas fatores isolados na definição do conceito.

Nas especificidades do trabalho, notou-se que não ocorreu diferenças entre as concepções dos alunos do 6º e 9º ano, considerando o nível de cada um. Em alguns momentos ressaltou-se respostas de alunos do 9º ano e em outros do 6º ano, que demonstram uma maior ou menor construção da aprendizagem do termo paisagem sobre o olhar geográfico.

A partir do que foi versado na pesquisa, ressalva-se a relevância do estudo da paisagem para compreensão da geografia, bem como, do ambiente de vivência do educando. Além disso, fica clara a necessidade de um estudo contínuo durante todo o Ensino Fundamental sobre esta e outras categorias de análise do espaço geográfico. Desta maneira, almeja-se buscar o aprofundamento e expansão da pesquisa realizada, de modo que a mesma não foi exaurida.

6 - Bibliografia

- AZAMBUJA, Rodrigo Floriano; KLUG, André Quandt. O Conceito de Paisagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Reflexões Sobre a Geografia Escolar. *Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia*, v. 7, n. 13, p. 89-102, jul./dez. 2016.
- BECKER, Elsbeth Léia Spode. *História do Pensamento Geográfico*. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2006.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução Aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Geografia. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAVALCANTI, Augustinho Paulo Brito. Abordagens Geográficas no Estudo da Paisagem. *Breve Contribuição de I. E. G.*, n. 22, p. 57-74 - Anõ 2010/11.]
- CRISTOFOLETTI, Antônio. *Modelagem de Sistemas Ambientais*. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1999.
- GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; PITTON, Sandra Elisa Contri; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. *Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território*. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf Acesso em 21 de Janeiro de 2018.

- MACIEL, Ana Beatriz Câmara; MARINHO, Fábio Daniel Pereira. A PAISAGEM NO ENSINO DA GEOGRAFIA: breves reflexões para docentes do Ensino Fundamental II. Revista OKARA: Geografia em debate, v.5, n.1-2, p. 61-71, 2011.
- PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch; DIAS, Dayanna Lustosa. A Representação da Paisagem através do desenho. In: SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos; ANTUNES, Charlles da França; SANTANA FILHO, Manoel Martins de. (Orgs.) Ensino de Geografia: Produção do Espaço e processos formativos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- PEDRAS, Lúcia Ricotta Vilela. A paisagem em Alexander von Humboldt: o modo descritivo dos quadros da natureza. Revista USP. n. 46, p. 97-114, 2000.
- PUNTEL, Geovane Aparecida. A Paisagem no Ensino da Geografia. Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 283-298, jan./jun. 2007.
- SANTOS, MILTON. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. Scripta Nova (Barcelona), Barcelona, v. 93, n. 93, 15 de julho de 2001.
- WAGNER, Philip I; MIKESELL, Marvin W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Introdução à Geografia Cultural. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2014.

ILUSÕES DE PROSPERIDADE: A SUSPENSÃO DA *TERRA DO SOL E DA ÁGUA* DE GUALTAR

Cidália Ferreira Silva e Joana da Cunha Fernandes

Resumo: Este trabalho reflete sobre os processos de urbanização da encosta de Gualtar em Braga. Um lugar que desde a Idade do Bronze era reconhecido como a terra do Sol e da Água, foi sujeito a partir de 1987, a uma mutação radical: as quintas agrícolas foram transformadas em loteamentos habitacionais, fundamentalmente de moradias em banda. Este processo fez tábua rasa dos traços do tempo pré-existent e gerou uma área de espaços suspensos, correspondente aos lotes vazios superior aos construídos. O objetivo principal deste texto é entender as dinâmicas inerentes ao processo de suspensão. Para isso, desenvolve-se na seguinte estrutura: 1) na introdução justifica-se o caso de estudo e o seu enquadramento na cidade de Braga; 2) seguidamente descreve-se o processo de transformação de solo rural em solo urbano aprofundado nos oito loteamentos que transformaram Gualtar; 3) complementarmente, procura-se um entendimento alternativo sobre os espaços suspensos de carácter indeterminado, usualmente considerados vazios e consequentemente adjetivados de forma negativa, o que obsta a possibilidade de reconhecer as suas potencialidades; 4) finalmente, a terra do Sol e da Água, à procura do passado que é presente dá um passo atrás para conhecer esta terra antes da transformação provocada pelas operações de loteamento, quando aqui se contavam narrativas de um tempo longo e cíclico ligado às quintas agrícolas, uma materialidade invisível, mas presente ainda assim no seu potencial de regeneração.

Palavras chave: Loteamentos; Espaços Suspensos; Indeterminação; Ordenamento do Território.

DELUSIONS OF PROSPERITY: THE SUSPENSION OF THE *SUN AND WATER'S* EARTH OF GUALTAR

Cidália Ferreira Silva and Joana da Cunha Fernandes

Abstract: This work reflects on the processes of urbanization of the slope of Gualtar in Braga. A place that since the Bronze Age was recognized as the land of the Sun and Water, was subjected to a radical change in 1987: the agricultural farms were transformed into housing developments, mainly of row houses. This process made *tabula rasa* of the pre-existing traces of time and generated an area of suspended spaces, corresponding to the empty plots, superior to the constructed ones. The main objective of this text is to understand the dynamics inherent in this suspension process. For this, the text presents the following structure of development: 1) in the introduction the case study is justified and it is framed in the city of Braga; 2) the process of transformation of rural land into urban land is presented in the eight housing developments that transformed Gualtar; 3) in the suspended spaces of indeterminate character is sought an alternative understanding of empty spaces, usually adjectivized in a negative way that prevents the possibility of recognizing their potentialities; 4) finally, the land of the Sun and Water, in search of the past that is present, takes a step backwards to know this land before the transformation brought about by the housing developments, when narratives of a long and cyclical time connected with the agricultural farms, an invisible materiality, but still present in the actual regeneration potential.

Keywords: Housing Developments; Suspended Spaces; Indetermination; Urban Planning.

ILUSÕES DE PROSPERIDADE:

A SUSPENSÃO DA *TERRA DO SOL E DA ÁGUA* DE GUALTAR

Cidália Ferreira Silva e Joana da Cunha Fernandes

Introdução: Gualtar como amostra

“Como constrói então a vida as linhas de força de que vivemos?”⁴⁸



Fig. 1: Alçado panorâmico da Encosta de Gualtar

Este trabalho reflete sobre os processos de urbanização da encosta de Gualtar em Braga. Este lugar, desde a Idade do Bronze reconhecido como a terra do Sol e da Água, foi sujeito a partir de 1987, a uma mutação radical: as quintas agrícolas foram transformadas por operações de loteamento, fundamentalmente de moradias em banda. Detenhamo-nos no alçado da encosta (Fig. 1) e atentemos no que resulta: uma imagem *de algo que ainda não é mas que deixou de ser*. Foi este “quadro” o catalisador da pesquisa. Os espaços suspensos que visualizamos entre os lotes

⁴⁸ Antoine Saint-Exupéry, “Carta a um Refém” (Lisboa: Relógio d’Água Editores, 2015), 25.

central, do território urbano envolvente. A maior parte dos loteamentos habitacionais foram construídos na parte exterior dessa mesma cintura, como é o caso de Gualtar (Fig. 2). Na mesmo desenho pode verificar-se a equivalência entre a área ocupada pela cidade de Braga nos anos 60 e a área dos loteamentos realizados em Gualtar, verificando-se que a área loteada é a de maior dimensão, o que justifica a sua pertinência enquanto amostra de pesquisa.

Assim, uma primeira pergunta não pode deixar de ser feita: como é que num tempo tão curto se pode equiparar a área urbana da cidade de Braga, desde a sua fundação romana até aos anos 60 do século XX, com a área da urbanização de Gualtar?

Uma das grandes transformações deu-se ao nível do sector da construção civil, começando a surgir em Braga inúmeras empresas, inicialmente familiares e presentemente à escala de mega empresas nacionais. Paralelamente ao “boom da construção” deu-se o crescimento do mercado imobiliário. Como consequência, a construção de habitação unifamiliar e plurifamiliar aumentou significativamente, sendo a principal forma de “desenvolvimento” da cidade. Por toda a urbe é possível ver novos arruamentos construídos com edificação de moradias e também os espaços vazios aguardando construção imobiliária. Um oco que, não sendo de conteúdo, nos deixa inquietos enquanto destino incerto à *espera de*.

Este foi o outro critério de escolha de Gualtar enquanto caso de estudo. Nele existe uma preponderância de espaços suspensos que não é igualável a nenhuma outra área urbanizada em Braga. Gualtar esteve sujeito a operações de loteamento, com datas de projeto e execução entre 1987 e 2011, onde surgem conjuntos de moradias em banda por construir desde há 30 anos. Mais do que os loteamentos, interessa-nos discernir e compreender a natureza indeterminada destes espaços suspensos, bem diversos dos Jardins da Babilónia. Para além dos critérios de seleção já assinalados, revelou-se importante também o facto de Gualtar⁵⁰ ser uma das freguesias cuja densidade urbana mais aumentou nos últimos 50 anos, intensificada pela presença do Campus da Universidade do Minho em Braga (Fig. 3), com um forte investimento por parte de várias construtoras e promotores.⁵¹

⁵⁰ É de referir que a escolha desta amostra também coincidiu com a facilidade de recolha de informação pelo conhecimento particular com diversas entidades relacionadas com a freguesia, desde ex-moradores, atuais moradores e o Presidente da Junta de Freguesia.

⁵¹ Acompanhando o crescimento vertiginoso da Universidade do Minho, a freguesia de Gualtar tem enfrentado o desafio de evitar tornar-se um dormitório de estudantes e de outras famílias que o ensino superior atraiu para Braga: Projeto Educativo 2009/2013 Educar na excelência - Agrupamento de Escolas de Gualtar.



Fig. 3: O caso de estudo na sua relação com a Universidade do Minho.

Tentar entender o seu carácter suspenso e indeterminado, pretende ser uma alternativa ao modo comum como compreendemos os lotes vazios, “sem qualidades”⁵², “abandonados” e cujo único objetivo é cumprirem o desígnio que o loteamento lhes deu: virem a ser edificadas. Será esta a única possibilidade? O que nos revelam estes espaços sobre este lugar, para além de serem resultado de um processo urbano interrompido? Quais as lógicas de planeamento, territoriais, sociais e económicas que lhes estão subjacentes? A paisagem de Gualtar, através das oito operações de loteamento, foi alvo de uma mutação irreversível. É esta metamorfose que vai ser alvo de aprofundamento nos dois tópicos seguintes: do processo de transformação de solo rural em solo urbano; e espaços suspensos de carácter indeterminado.

Do processo de transformação de solo rural em solo urbano

Até 2001 Gualtar detinha 3,1% do edificado existente no concelho de Braga, sendo que 34 % do seu edificado em 2001 foi construído na década de 90.⁵³ Para perceber a expansão urbana, é necessário entender primeiro o processo de planeamento subjacente às operações de loteamento efetuadas sobre esta amostra, sendo fundamental começar por explicitar os princípios de administração Municipal que regem o território.

⁵² “Até um homem sem qualidades tem um pai com qualidades.” Robert Musil, “O Homem sem qualidades”, vol.1 (Lisboa: Publicações D. Quixote, 2008), 38.

⁵³ Informação recolhida no Relatório da Avaliação da Execução do PDM de Braga (Maio 2008), 55-59 .

Os Planos Municipais de Ordenamento de Território (PMOT) encontram-se definidos pelo Decreto-Lei n.º 69/99 de 6 de março e pelo Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro. Neste insere-se o Plano Diretor Municipal⁵⁴ (PDM), o Plano de Urbanização⁵⁵ (PU), e o Plano Pormenor⁵⁶ (PP).

Os espaços urbanizáveis⁵⁷ são classificados pelo PDM de Braga (4 de Janeiro de 2001), na Secção II, artigo 54º, segundo o índice de Densidade Urbanística, confirmada na Fig. 4 correspondente à Planta de Ordenamento do Território. Em Gualtar os terrenos onde os loteamentos foram implantados pertencem à categoria C/D e C, sendo que: C-Índice Urbanístico de baixa densidade; e D-Índice Urbanístico de densidade rural.

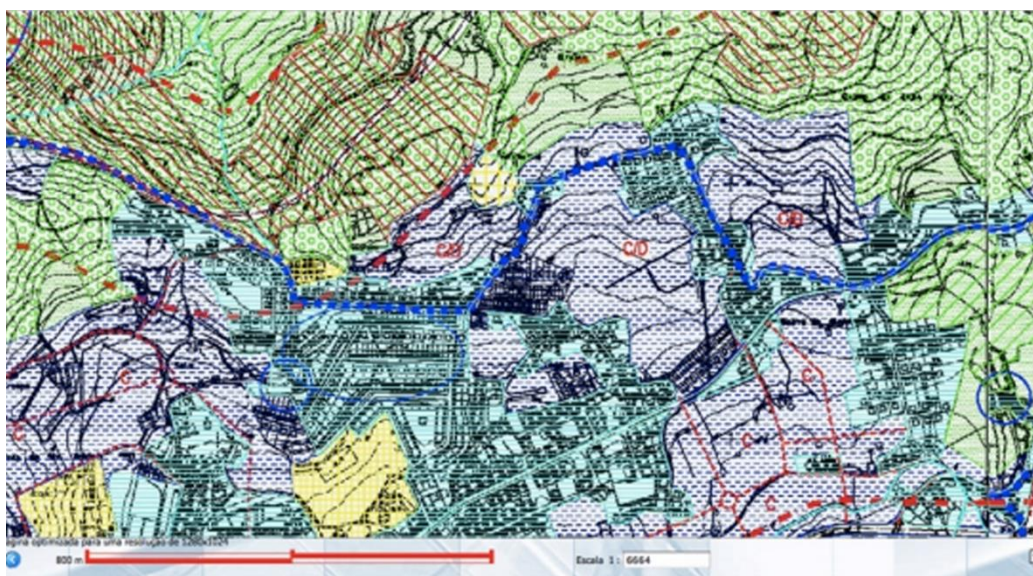


Fig. 4: Extrato da Planta de Ordenamento do Território do PDM de Braga. Fonte: www.sig.cm-braga.pt.

Após o terreno ser classificado pela Câmara Municipal como urbanizável, podem ser apresentados projetos de loteamento, para esses mesmos espaços, por promotores, construtores, empresas particulares. Desenvolvidos por uma equipa pluridisciplinar que inclua um arquiteto, um engenheiro

⁵⁴ “Estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e outras políticas urbanas, articulando as orientações estabelecidas pelos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) de âmbito nacional e regional, estabelecendo assim, o modelo de organização espacial do território, ao nível do município.” João M. Carvalho, *Planeamento urbanístico e valor imobiliário: as parcerias público-privado: teorias, metodologia, potencial* (Cascais: Principia, 2005).

⁵⁵ “Concretiza numa determinada área do território, a política de ordenamento do território e urbanismo, estabelecendo um quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a estrutura urbana, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território.” Carvalho, *Planeamento urbanístico e valor imobiliário*.

⁵⁶ “Desenvolve e concretiza as propostas de ocupação de uma área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços coletivos, a forma da edificação e a sua integração paisagística, a localização e inserção de equipamentos coletivos e a organização espacial de outras atividades. Plano de intervenção em espaço rural; Plano de pormenor de reabilitação Urbana; Plano de pormenor de salvaguarda.” Carvalho, *Planeamento urbanístico e valor imobiliário*.

⁵⁷ Terreno urbanizável ou loteável: Entende-se por terreno loteável a parte ou o todo de um terreno a que se tenha atribuído capacidade de expansão ou ocupação para fins urbanos e, como tal, suscetível de ser dividido em parcelas ou lotes, incluindo as áreas destinadas a integrar no domínio público como arruamentos, passeios, praças e zonas verdes, ou destinadas à implantação de equipamentos de utilização pública. Publicado em Diário da República nº 25 Série I Parte B de 30/01/2001.

civil e um arquiteto paisagista, as operações de loteamento carecem de licenças ou autorizações administrativas⁵⁸, passando por um conjunto de procedimentos⁵⁹ de licenciamento onde é necessário a entrega de uma série de documentos, a saber: o projeto de loteamento; o projeto de infraestruturas viárias; o projeto da rede de abastecimento de águas, águas residuais e pluviais; o projeto de arranjos exteriores de jardins e arborização; outros projetos de especialidades não expressamente referidos.

Entre 2001 e 2006 foram licenciados pela Câmara Municipal de Braga 560 fogos na freguesia de Gualtar⁶⁰.

Continuando a análise do processo de loteamento, após o licenciamento do projeto procede-se no caso em estudo à construção dos arruamentos. A faixa de rodagem tem uma dimensão mínima definida de 7/6 metros e os passeios 2/1,5 m.⁶¹ Cumprindo a legislação em vigor, o desenho dos loteamentos segue fundamentalmente critérios quantitativos de índices e largura das vias, que pré-definem as estruturas base que alteram e definem o novo perfil do solo.

Tendo em conta o enquadramento jurídico-administrativo acima referido, debruçemo-nos agora sobre os loteamentos projetados para a encosta de Gualtar de forma mais pormenorizada. A partir de 1990 surgem em Gualtar uma série de projetos cuja tipologia preponderante é a de moradias em banda. A maioria dos loteamentos foram construídos a partir de 2001, identificando-se apenas dois construídos nos anos 80/90: o Loteamento da Quinta da Igreja (1987) e o Loteamento da Junta de Freguesia (1992).

O território disponível com vista ao “seu uso e exploração, transforma-se na unidade de medida dos fenómenos humanos”⁶². Como tal é necessário identificar esses fenómenos, tornando-os visíveis.

Sobre os oito loteamentos construídos entre 1987 e 2011, apresentamos uma síntese (Tabela 1) com os seguintes dados: a) designação do loteamento; b) o terreno transformado; c) área total do terreno; d) o promotor; e) a data do projeto de loteamento; f) a data do licenciamento; g) número de fogos; h) número de lotes de moradias em banda; i) o número de lotes suspensos.

⁵⁸ Capítulo II, Artigo 5º e 6º - Regulamento Geral de Urbanização do Município de Braga.

⁵⁹ Capítulo III, Artigo 7º - Regulamento Geral de Urbanização do Município de Braga.

⁶⁰ Informação recolhida no Relatório da Avaliação da Execução do PDM de Braga (Maio 2008), 67, gráfico 2.27.

⁶¹ Secção II, artigo 59º - Plano Diretor Municipal de Braga (2001).

⁶² André Corboz, “Le territoire comme palimpseste,” in *Le territoire comme palimpseste et autres essais* (Besançon: Les Editions de L'imprimeur, 2001), 212.

Designação	Terreno transformado	Área total do terreno	Promotor	Data do projeto de loteamento	Data do licenciamento	Nº de Fogos	Nº de lotes de moradias em banda	Nº de lotes suspensos
Loteamento da Encosta do Sol*	Quinta da Igreja	103 224,00 m ²	Sporting Clube de Braga	janeiro de 2007	agosto de 2007	72	44	5
Loteamento da Junta de Freguesia	Quinta do Pomar	30 969,00 m ²	Junta da Freguesia	novembro de 1992	não foi possível confirmar	42	20	0
Loteamento do Pimpão	Quinta (toponímia não encontrada)	30 755,29 m ²	Manuel Pires Pereira	maio de 2001	junho de 2001	97	74	15
Loteamento do Lugar da Mourisca	Quinta do Capa	62 045,95 m ²	José Veloso de Azevedo e Minho Investe – Empreendimentos Imobiliários, Lda.	outubro de 2002	março de 2003	189	183	124
Loteamento da Bouça do Pomar	Quinta do Capa	17 472,90 m ²	Euroímpica III - Soc. Imobiliária, Lda.	dezembro de 2002	março de 2005	39	29	28
Loteamento do Lugar das Pereiras	Quinta (toponímia não encontrada)	26 082,00 m ²	José Maria Alves de Sousa	abril de 2003	maio de 2004	57	55	29
Loteamento do Monte da Vergadela	Zona florestal	75 410,90 m ²	Constantino Vieira Caldas e Irmãos Borges, Mobilíria, Lda.	setembro de 2007	novembro de 2007	117	76	68
Loteamento da Quinta do Pomar	Quinta do Pomar	68 407,00 m ²	POMARIUS, Sociedade Imobiliária, Lda.	abril de 2010	novembro de 2011	136	119	59
Total		414 367,04 m²				749	600	328

* O loteamento da Encosta do Sol foi o primeiro a ser a construído em 1987, mas o licenciamento só foi realizado 20 anos depois.

Tabela 1: Síntese dos dados relativos aos oito loteamentos que urbanizaram a encosta de Gualtar.

Os loteamentos construídos em estudo são: o Loteamento da Encosta do Sol; o Loteamento da Junta de Freguesia; o Loteamento do Pimpão; o Loteamento do Lugar da Mourisca; o Loteamento da Bouça do Pomar; o Loteamento do Lugar das Pereiras; o Loteamento do Monte da Vergadela; o Loteamento da Quinta do Pomar.



Loteamento da Encosta do Sol



Loteamento do Pimpão



Loteamento do lugar da Mourisca



Loteamento da Bouça do Pomar



Loteamento das Lugar das Pereiras



Loteamento do Monte da Vergadela



Loteamento da quinta do Pomar

Fig. 5: Imagens aéreas dos loteamentos estudados. Fonte Bingmaps.

A Fig. 5 mostra as imagens aéreas de todos os loteamentos estudados. Como se pode visualizar a proporção dos espaços suspensos em cada um é distinto. No entanto, é claramente visível a sua preponderância. Para analisar como é que o território foi transformado realizaram-se, para cada loteamento, três cortes síntese, a saber: a) o corte de 1960/1970 com o terreno antes de ser loteado; o corte “ideal” do projeto de loteamento, com todos os lotes pretensamente construídos; o corte “real” com os lotes edificadas e os espaços suspensos. A Fig. 6 exemplifica este estudo aplicado ao loteamento do Lugar da Mourisca.⁶³

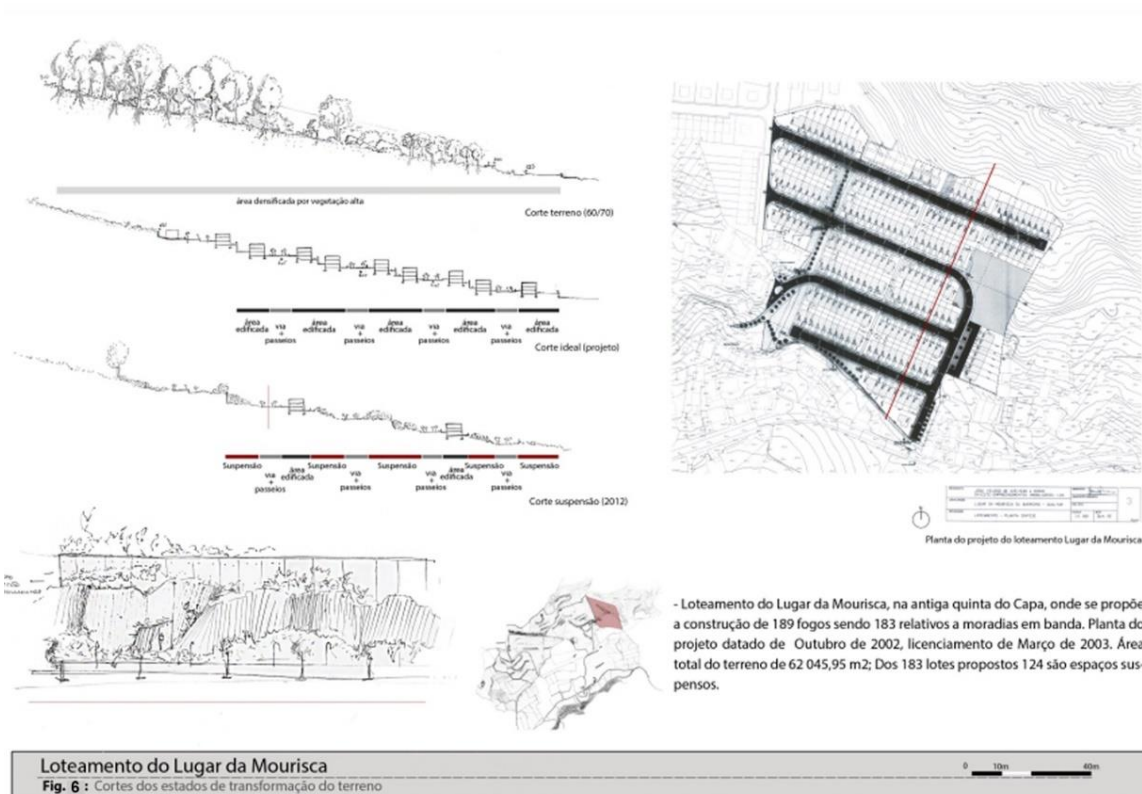


Fig. 6: Loteamento do Lugar da Mourisca: cortes com a transformação do território e planta do projeto de loteamento.

Os loteamentos analisados, transmutaram uma área total de 414 367,04 m² de solo rural em solo urbano, criando um total de 600 moradias em banda licenciadas; destas 328 não foram construídas, ou seja, 54,6% dos lotes encontram-se suspensos (Fig. 7). Todos os loteamentos transformaram antigas quintas, exceto o do Monte da Vergadela, que teve origem num terreno florestal.

⁶³ Para visualizar os desenhos relativos aos restantes loteamentos ver Joana da Cunha Fernandes, “Loteamentos de moradias em banda”, 125-140.

Os projetos de loteamento são desenhados no cumprimento de critérios legais e meramente funcionalistas, nomeadamente a garantia de acessibilidade aos lotes, sem atenção às especificidades do lugar, alterando profundamente a morfologia pré-existente, as características biofísicas do terreno, etc.

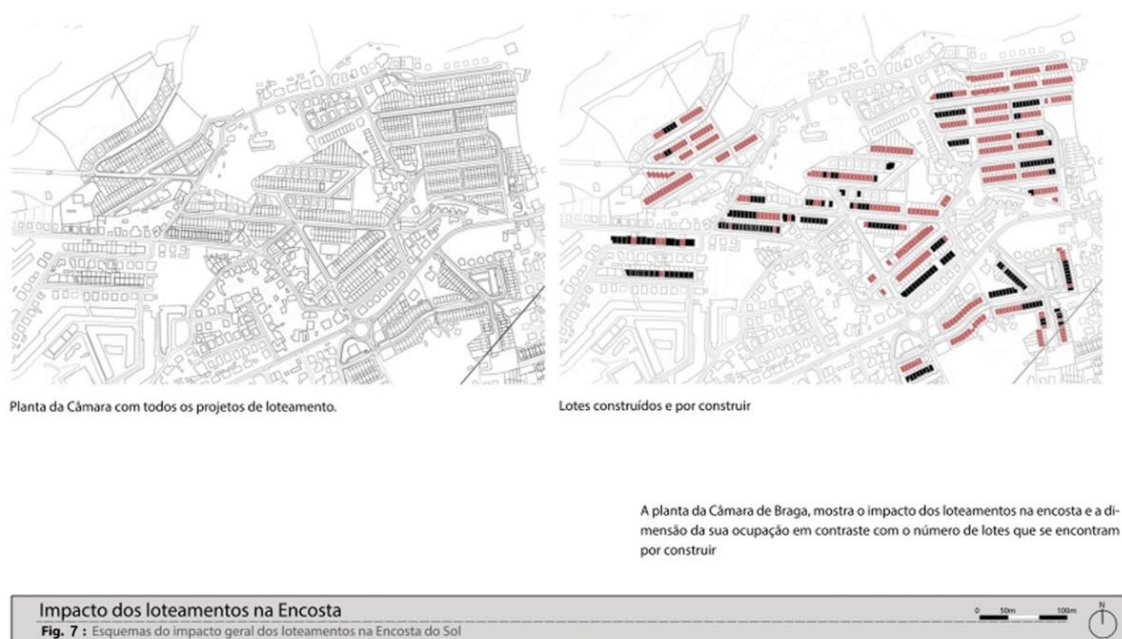


Fig. 7: Impacto dos loteamentos na Encosta. Na planta da direita indicam-se os lotes construídos e por construir (a vermelho).

A topografia é radicalmente manipulada, nomeadamente com a construção de taludes e muros de suporte que permitem vencer as cotas do terreno. O chão, matéria de terra e água, sofreu uma mutação irreversível. As linhas de água foram totalmente encanadas, assim como as minas e pontos de água selados para permitir a construção. A fronteira dos loteamentos depende dos limites anteriores das quintas. Todos os loteamentos partem dos mesmos princípios, como o aproveitamento máximo da área de terreno para construção do maior número de fogos possíveis, tendo como base a rentabilidade exaustiva do solo e uma “imagem final”, onde todos os lotes virão a ser construídos e habitados.

O aumento exponencial da área a edificar, através dos processos de loteamento, distorce o valor do solo, provocando uma alteração radical do território. O solo antes rural passa a pertencer outra categoria e a ser integrado na procura do mercado imobiliário, cujo fim é a suprema rendibilidade.

A partir do momento em que o município aprova a classificação do solo como espaço urbanizável a sua função de regulador passa a ser de certa forma passiva, uma vez que relega para o setor privado a promoção da urbanização. O seu papel de proteção do bem comum é secundarizado, uma vez que este se resume à fiscalização do cumprimento do aparato legal, deixando de lado a preservação das características identitárias do lugar enquanto base estruturante da sua transformação. Verifica-se igualmente, a ausência de um pensamento crítico que questione não só a real necessidade deste aumento exponencial de habitação, assim como a destruição do solo permeável, biologicamente diverso e fértil das quintas sujeitas a este processo.

Por outro lado, a visão pré-determinista do desenho proposto pelas operações de loteamento ignora a incerteza inerente aos processos urbanos, o que impele a desconsiderar os múltiplos intervenientes e fatores que agem de forma indeterminada sobre o mesmo.

Espaços suspensos de carácter indeterminado

Entre o corte “ideal” desenhado pelo projeto de loteamento e o corte “real” da sua construção efetiva há uma fissura temporal, que nos leva a questionar um processo de planeamento que é apropriado pelo mercado imobiliário, conduzindo ao lucro rápido a uns quantos e que considera o solo somente recurso do processo capitalista, sem defesa dos valores coletivos maiores, como o facto indelével que a terra e água são recursos coletivos que estão para além do seu proprietário num dado instante temporal e dos promotores ou reguladores que decidem a sua mudança de solo rural para urbano. Uma mutação que inicia um processo irreversível. Aquilo que este lugar foi durante séculos deixou de o ser num “instante” cronológico do “agora” e assim esquecemos a vida que aqui poderia ainda existir, fluindo na justa medida.

Com base nos dados recolhidos, podemos afirmar que dos 600 lotes em banda licenciados para loteamento, em 20 anos apenas 278 foram construídos, surgindo um conjunto de espaços cujo desígnio se encontra suspenso. É necessário termos em consideração que muitos dos lotes por construir, podem vir a ser eventualmente construídos.

No entanto, colocam-se várias questões em aberto: enquanto não o forem, o que são? Como se caracterizam estes espaços? Qual vai ser o tempo de suspensão? Dos lotes investigados alguns permanecem suspensos há mais de 20 anos. E se nunca foram construídos? O que significa viver num loteamento inacabado? Qual o sentido de comunidade que é possível criar? Que potencialidades têm estes espaços suspensos?

Entende-se assim, que estes lotes não construídos são espaços suspensos de carácter indeterminado.

O território alterado pela quimera do capital materializa-se num corte real onde os espaços suspensos, não o são antes de o serem, isto é, dão como adquirido construir na face oculta da lua...:

“Money (...)
get a good job
with a good pay
Money is a gas (...).⁶⁴

A indeterminação é uma relação espaço-temporal que implica não só a intendência futura, como a sincronia temporal de fenómenos recorrentemente simplificados como processos diacrónicos, nomeadamente a incerteza relacional entre os estratos – terra, água e vegetação - que caracterizam estes espaços suspensos. O terreno foi alterado, as terras foram violentamente movimentadas, as linhas de água canalizadas, os tanques destruídos, mas no lugar permanecem vestígios que recordam que o passado não é apenas passado mas presente ativo, sendo que a indeterminação se materializa num “campo aberto de possibilidades narrativas”⁶⁵.

A indeterminação é agora aprofundada na relação entre os estratos que vão sendo transformados no território e, nas marcas que o vão caracterizando e materializando-se em vestígios mais ou menos evidentes, alguns invisíveis a um olhar menos atento. O que acontece de facto, é que os loteamentos provocam alterações profundas no terreno, e este ganha espaços com novas características, como taludes, caminhos e vegetação espontânea.

Tornar visível e consciente ‘o campo aberto de possibilidades narrativas’ que este cruzamento trás, cria uma nova perspetiva sobre o potencial dos espaços suspensos. O espaço indeterminado pode ser equiparado ao “terrain vague” relativo “à condição expectante de uma porção de terra, potencialmente aproveitável, mas detendo já algum tipo de definição”⁶⁶. É nesta abordagem expectante que revemos o vazio do lote não construído.

⁶⁴ Pink Floyd, “The Dark Side of the Moon” (Londres: Capitol Records, 1973), faixa 5.

⁶⁵ Marjorie Perloff, “The Poetics of Indeterminacy: Rimbaud to Cage” (Evanston: Northwestern University Press, 1981), 11.

⁶⁶ Ignasi de Solà-Morales, “Terrain Vague,” in *Territórios* (Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002), 186.

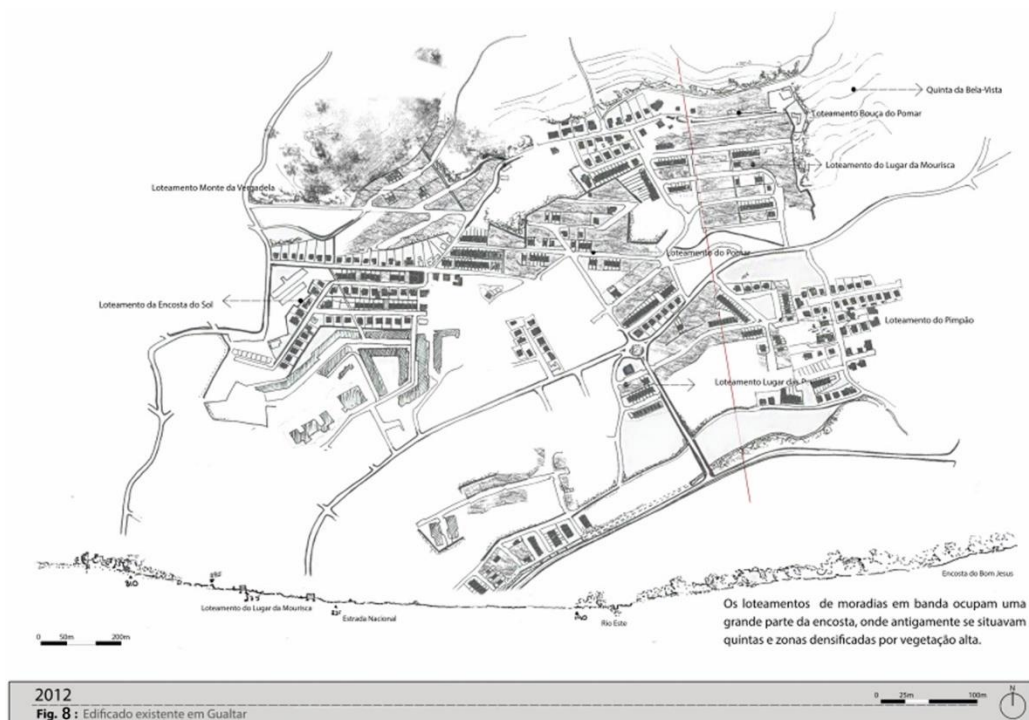


Fig. 8 Impacto dos loteamentos na encosta de Gualtar com a preponderância do espaço suspenso.

Quando olhamos para a encosta de Gualtar (Fig. 8), lê-se não só o impacto dos loteamentos como a escala dos espaços suspensos. Estes, são espaços aparentemente vazios, abandonados, mas na realidade, um olhar mais atento, revela que são permeados pela espontaneidade da vegetação, numa resposta da biodiversidade relacionada com os suportes do próprio território, a terra e a água na sua dança rítmica. Este novo estrato revela as conexões complexas que se operam na espessura do solo, que apesar de “anulado” pelos loteamentos, faz emergir as suas relações na indeterminação telúrica.

O indeterminado é distinto de indefinido. Apesar da sua ambiguidade, estes espaços definem-se pelas relações complexas entre suportes que acabam por potenciar a peculiaridade da sua suspensão. Estes são definidos nos seus limites, pelas infraestruturas dos loteamentos, ou pelas empenas dos lotes construídos, são delineados na sua topografia, na sua água canalizada, mas indeterminados na relação material entre futuro e passado que constrói o que se vê e entende no presente.⁶⁷

⁶⁷ “Suponha que o início não começa
suponha que o princípio não limita (...)
o mergulho da tarde nos inventa.” António Franco Alexandre, “Visitação” (Porto: Editora Gota de Água, 1982), 9.

O que resta das quintas, desta terra do sol e da água após ter sido urbanizada? O que resta do cultivo, do solo arável, permeável, das linhas de água no meio de arruamentos, passeios, estruturas de saneamento? Com o trabalho de campo desenvolvido *in situ*, percorreu-se a área transformada pelos loteamentos na tentativa de identificar estruturas pertencentes às antigas quintas: campos de cultivo, taludes, muros, linhas de água, tanques, etc. (Fig. 9).



Fig. 9: Esquemas realizados durante o trabalho de campo para identificação das estruturas pertencentes às antigas quintas.

O desenho da Fig. 10, mostra que os loteamentos se sobrepuseram às quintas e apesar de ser possível encontrar relação entre os seus limites e a forma delimitadora do loteamento, anularam por completo a sua morfologia. Esta, foi sujeita a movimentações de terra com o intuito de vencer as cotas para criar superfícies de arruamentos e construir moradias. Criaram-se taludes em média com 10 metros de altura, apropriados agora por vegetação natural.

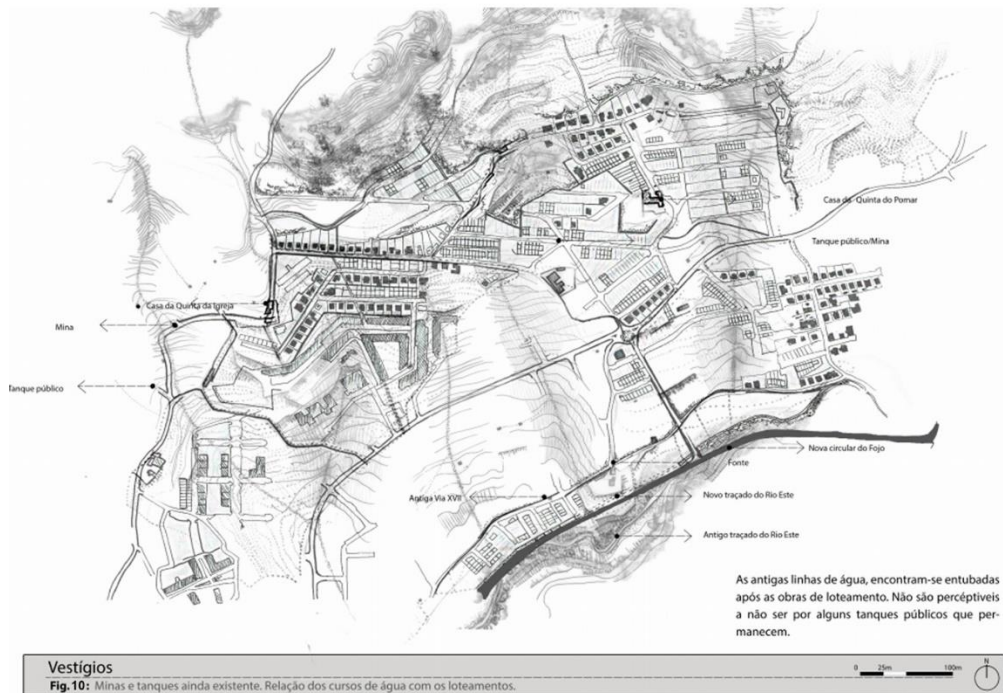
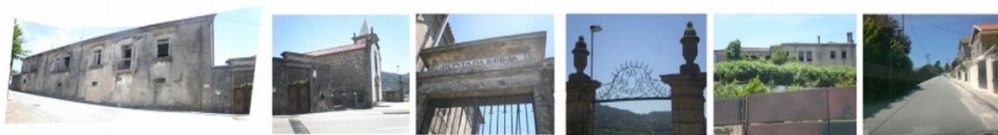


Fig. 10: Mapeamento das linhas de água, minas e tanques com a sobreposição dos loteamentos.

Das quintas onde se construíram os loteamentos referidos no tópico anterior, foi possível identificar vestígios relativamente à Quinta da Igreja e à Quinta do Pomar, onde ainda subsistem as casas de quinta assim como fragmentos dos limites da propriedade. Apenas a casa da Quinta do Pomar se encontra habitada e a sua propriedade foi significativamente reduzida, não existindo atualmente cultivo (Fig. 11).



Casa da Quinta do Pomar no atual loteamento da Quinta do Pomar



Casa da Quinta da Igreja atual loteamento da Encosta do Sol.

As imagens representam estruturas das antiga quintas que ainda existem atualmente.

Vestígios de Estruturas

Fig.11: Registo de estruturas existentes de quintas onde foram construídos loteamentos de moradias em banda.

Fig. 11: Estruturas das antigas quintas que ainda existem atualmente.

A água é perceptível em três tanques públicos, no loteamento do Pomar, no loteamento da Encosta do Sol e no Loteamento do Lugar da Mourisca. A construção dos loteamentos tornou as diversas linhas de água existentes neste solo invisíveis, canalizando-os.⁶⁸ Podemos não as ver mas continuam a existir e tão presentes como quando eram operativas nos modos de vida ligados ao cultivo do solo agrícola.

Com este processo de anulação dos traços do tempo longo pré-existent, atualmente, os vários tanques, minas, quer privados quer públicos, são difíceis de identificar. No entanto, um olhar atento ajuda-nos a encontrar manifestações das linhas de água ao longo do rio Este.

O rio sofreu profundas alterações com a construção da variante do Fojo, tendo sido canalizado entre paredes de betão que limitam o percurso do mesmo, mas ao longo das quais é possível encontrar condutas de cimento que entubam as linhas de água que descem da encosta (Fig. 12).



Rio Este atualmente.
As linhas de água são perceptíveis através dos tubos de cimento que pontuam o rio.



Ponto de água visível na antiga Quinta do Pomar

Atualmente a presença que temos do estrato da água é pontual, é possível encontrar um ponto de água na antiga Quinta do Pomar, na antiga Quinta da Igreja e na antiga Quinta do Capa.

Vestígios de Estruturas

Fig. 12: Registo de estruturas existentes das linhas de água onde foram construídos os loteamentos

Fig. 12: Vestígios da presença da água que ainda são visíveis atualmente.

As relações entre suportes não se reduzem à sucessão das transformações, mas precisam de ser analisadas também pelo cruzamento de características que partilham as estruturas geomorfológicas intrínsecas ao território. A coexistência resulta em espaços onde as estruturas artificiais dos loteamentos se cruzam com o estrato da terra, fazendo com que o perfil da encosta se desenhe com os muros de contenção, vias com 15 metros de largura, candeeiros, guias, passeios.

⁶⁸ Informação confirmada por proprietários de algumas das moradias construídas.

A este associa-se o estrato vegetal. A vegetação espontânea⁶⁹ vai, não só apropriando-se dos lotes não construídos, mas também das próprias estruturas do loteamento, permeando as suas fissuras como espaços de oportunidade (Fig. 13). Assim, também o estrato vegetal é indeterminado, na dança do ritmo dos ciclos naturais, que transcendem o mundo controlado do ser humano.

A indeterminação implica a relação entre o tempo com o espaço. Se um olhar mais determinista parte do princípio que a resolução do “problema” destes espaços reside na sua edificação, construindo o devir predeterminado dos projetos de loteamentos, esta continua dependente dos investimentos e das flutuações do mercado, imprevistas e incertas. Isto, aliado ao fato da quantidade de espaços suspensos, na encosta de Gualtar, ser elevada face à procura populacional, fundamenta a dúvida relativa a esta solução apriorística.

Por outro lado, temos a indeterminação entre estratos, onde a relação entre suportes mostra, que a longa estratificação ao longo do tempo continua presente nas características destes espaços suspensos, criando uma relação mais complexa de coexistência. Apesar dos loteamentos na sua indiferença os terem arrasado como *tábula rasa*, tratando o chão como uma superfície sem qualidades, na qual se sobrepõem infraestruturas e objetos arquitetónicos, o que estes espaços suspensos revelam, é que a terra tem uma força superior à destruição da mão humana. Nesta relação reside a sua potencialidade. Indeterminação é um processo que interconecta elementos e estratos ainda que não pensados inicialmente em relação.

Percebemos então, que a indeterminação no futuro torna-se num problema apenas quando analisada na predeterminação inicial, ou seja segundo o perfil “ideal” proposto pelo projeto de loteamento. Ao analisar a relação entre os diferentes suportes, concluímos que a sua estratificação continua presente nestes espaços, manifestando-se não só através da vegetação que vai colonizando as estruturas dos loteamentos, mas também nos vestígios da água que nos relembram a sua presença e potencialidade de vir a reestruturar um espaço coletivo de qualidade que não só exista para além da lógica viária dos arruamentos fora de escala, mas também que questione a lógica autista da vida “interiorizada” entre os muros de cada casa.

⁶⁹ Gilles Clément, “Manifeste du Tiers paysage” (Montreuil, Seine- Saint-Denis: Sujet/Objet) 2003.

Como Michel Corajoud⁷⁰ refere, temos o dever de defender o espaço aberto. É uma responsabilidade ética e social. Mais uma vez relacionada tanto com o indivíduo, como com as comunidades que estamos a gerar através destes, espaços-casa, desprovidos de espaço público. De espaço onde o brincar, o encontro e o reconhecimento de pertença a uma comunidade possa ter lugar, de espaço público enquanto campo de aprendizagem potencial.

Aqui reside o valor da indeterminação destes espaços suspensos, quando verificamos que a multidireccionalidade do tempo acaba por interrelacionar elementos naturais e artificiais, que mesmo com forças contraditórias constituem um conjunto fragmentário de conexões imprevistas, no qual as moradias já edificadas, as suas empenas, as estruturas dos passeios, as guias, os candeeiros, as árvores dos passeios, e fundamentalmente o jardim em movimento⁷¹ que domestica o chão, denunciam uma dinâmica potencial que nos dá alento.

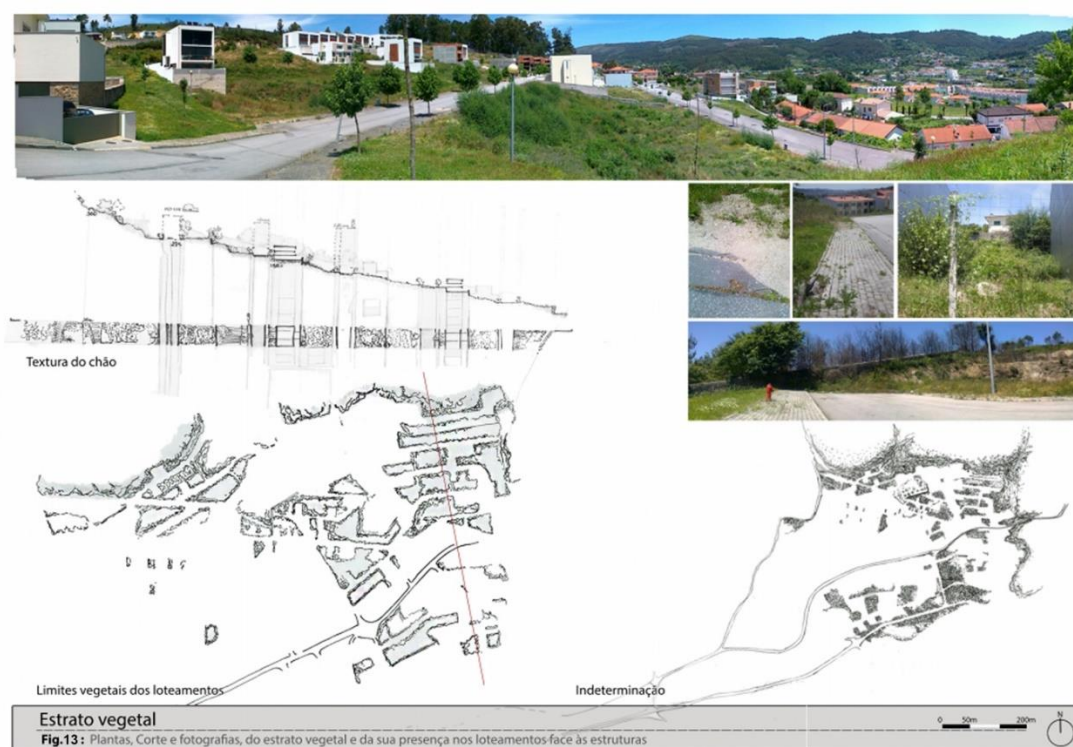


Fig. 13: Presença do estrato vegetal nos espaços suspensos.

⁷⁰ Michel Corajoud, "Le Project de Paysage: Letre Aux Étudiants," in *Le jardinière, l'artiste et l'ingénieur*, ed. Jean-Luc Brisson (Besançon: Les éditions de l'imprimeur, 2000), 37–51.

⁷¹ Gilles Clément, "Le Jardin en mouvement" (Paris: Pandora, 1991).

A terra do Sol e da Água: à procura do passado que é presente

No estudo efetuado descobrimos que Gualtar era conhecida por Colina, ou Encosta do Sol, mas também como Colina da Água⁷². Relativamente à designação de Encosta do Sol, dá-se pela excelente localização da mesma voltada a Sul. Não só pela localização, mas também no nome de um dos loteamentos verificamos a mesma característica. Na Fig. 14 percebemos como a encosta se molda segundo a topografia e a respetiva relação com a luz solar.

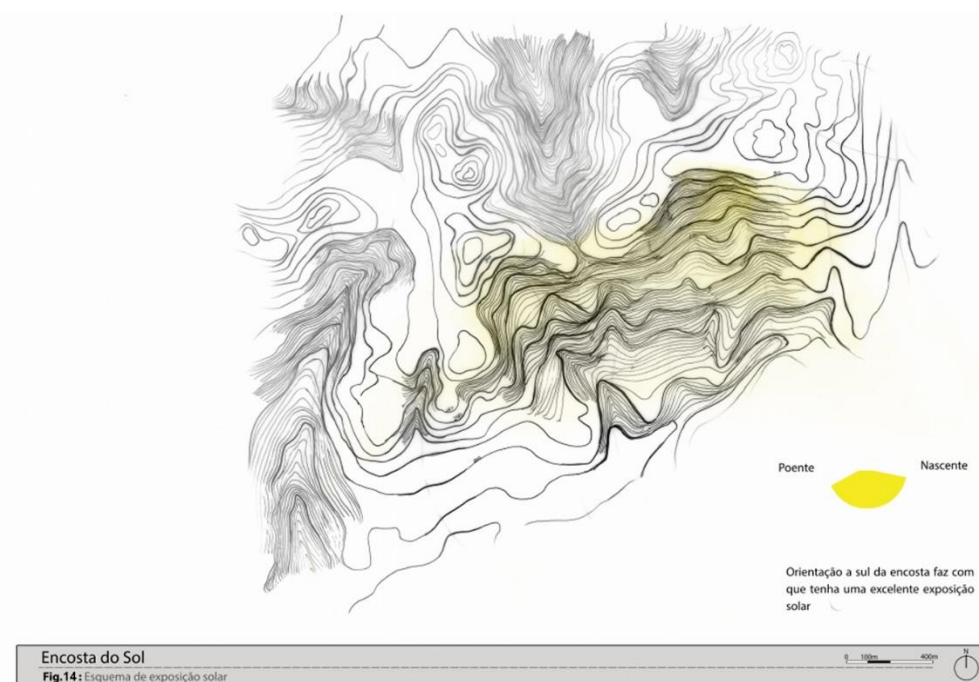


Fig. 14: Esquema da exposição solar da encosta de Gualtar.

As referências históricas relativas à Encosta da Água, encontram-se no anteriormente referido Lugar das Caixas D'água, onde se fixaram os povoados no Calcolítico, e também nos registos relativos ao sistema hidráulico setecentista, Sete Fontes. A partir desta referência podemos perceber a designação atribuída à encosta, já que o mesmo teria como objetivo a recolha de água a partir de linhas originárias de abundantes nascentes de água, que dariam origem à ribeira de Gualtar. O sistema resulta da captação de cursos de água existente num conjunto de relevos, a saber: O Monte de Gualtar com 33 metros de altitude e o Monte da Quinta do Amorim, 88 metros, pertencentes à atual freguesia.⁷³

⁷² Informação obtida a partir de conversa com o Presidente da Junta de Gualtar e com habitantes locais.

⁷³ Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro, "Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*: uma abordagem preliminar," in *Caminhos da Água. Paisagens e Usos na Longa Duração*, coord. Manuela Martins, Isabel Vaz de Freitas e M^a Isabel Del Val Valdivieso (Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), 2012), 9-52, <http://hdl.handle.net/1822/19872>

Através de pesquisa desenhada sobre as bases cartográficas cedidas pelo departamento de Geografia da Universidade do Minho e pela Câmara Municipal, sendo estas as cartas Militares de 1968 e 1980, percebemos que a encosta voltada a sul na margem norte da ribeira de Gualtar, inserida na bacia do rio Este, possuía inúmeras linhas de água, assim como poços. O desenho da Fig. 15, é uma primeira abordagem ao estudo das mesmas, tendo sido identificados uma zona de queda de água e um moinho pertencentes à estrutura do rio Este.



Fig. 15: Estudo das linhas de água.

Durante o trabalho de campo realizado no lugar em 2012, foi possível reconhecer algumas estruturas relacionadas com as linhas de água identificadas a partir da cartografia e da própria morfologia do terreno (Fig. 16). Os tanques e minas são manufatos que permitiram interpretar a estrutura destes percursos apesar de, atualmente, nenhum curso de água existir a céu aberto. A identificação feita na Fig. 17 realizou-se, pelo cruzamento entre os tanques e minas públicos e privados identificados em 2012 com as existentes nas cartas militares de 1968 e de 80.

As características do solo e a sua localização geográfica, tornaram o mesmo propício à transformação para a agricultura, uma vez que esta era uma ótima terra para cultivo estruturada morfologicamente por parcelas que se foram agregando à rede hidrográfica.

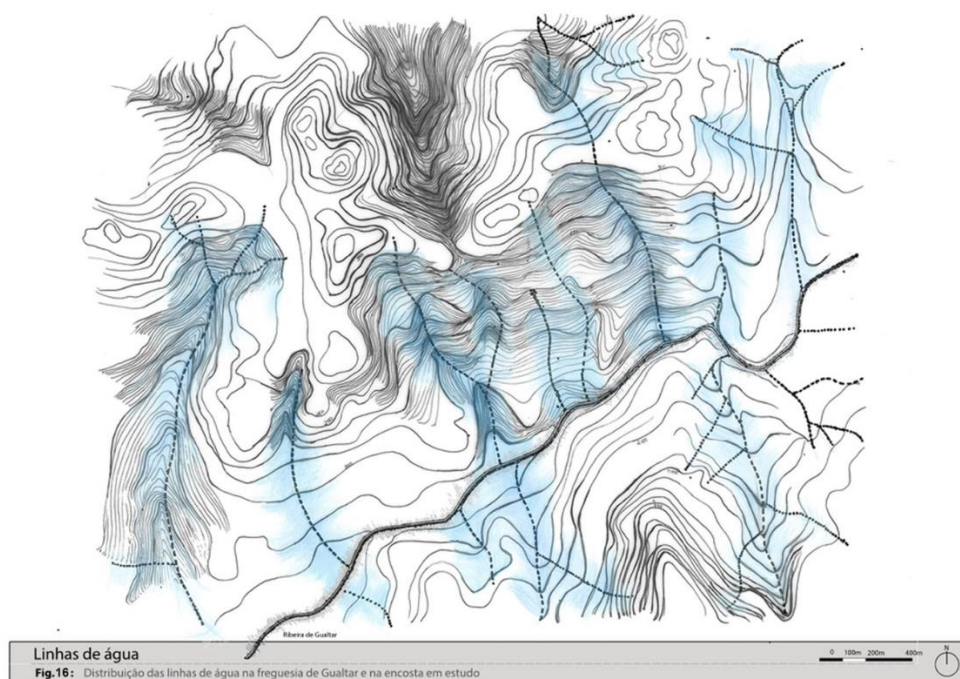


Fig. 16: Mapeamento das linhas de água, na sua relação com a topografia.

O território em estudo assistiu à aglomeração de uma série de quintas privadas. O parcelamento foi explorando as potencialidades agrícolas (Fig. 17), desenhando uma estrutura composta por muros, taludes, caminhos e terrenos de cultivo, que constituem a base de transformação do perfil do solo. “Tudo isto era campo”,⁷⁴ como nos disse uma habitante de Gualtar, ressoando a Alberto Caeiro, guardador de rebanhos.



Fig. 17: Relação do parcelamento com as linhas de água, tanques e minas.

⁷⁴ Moradora de Gualtar durante 1930-1970, durante entrevista para o presente trabalho, 3 de Junho, 2012.

A história das transformações do solo para cultivo encontram-se ligadas à fundação da Freguesia, registada em documentos a partir do século IX, X, sendo referida como S. Miguel de Gualtar. Conhece-se a existência do Mosteiro de S. Miguel, “monastero Sancto Michael in villa Gualtar”, doado à Condessa de Ildnara pelo Mestre Savarigo entre 1032 e 1043. Este terá sido Vigararia da apresentação do arcediago da Sé de Braga, sendo mais tarde Reitoria da mesma. Não existem atualmente vestígios do Mosteiro, sabe-se no entanto que a sua localização coincidia com o terreno onde hoje se encontra o Campus da Universidade do Minho. Seria esta uma das primeiras quintas, da qual se conhecem registos, em Gualtar, a tirar partido da fertilidade do seu solo, mas a partir de investigação no terreno e com base nos elementos cartográficos foi possível encontrar o registo de outras.

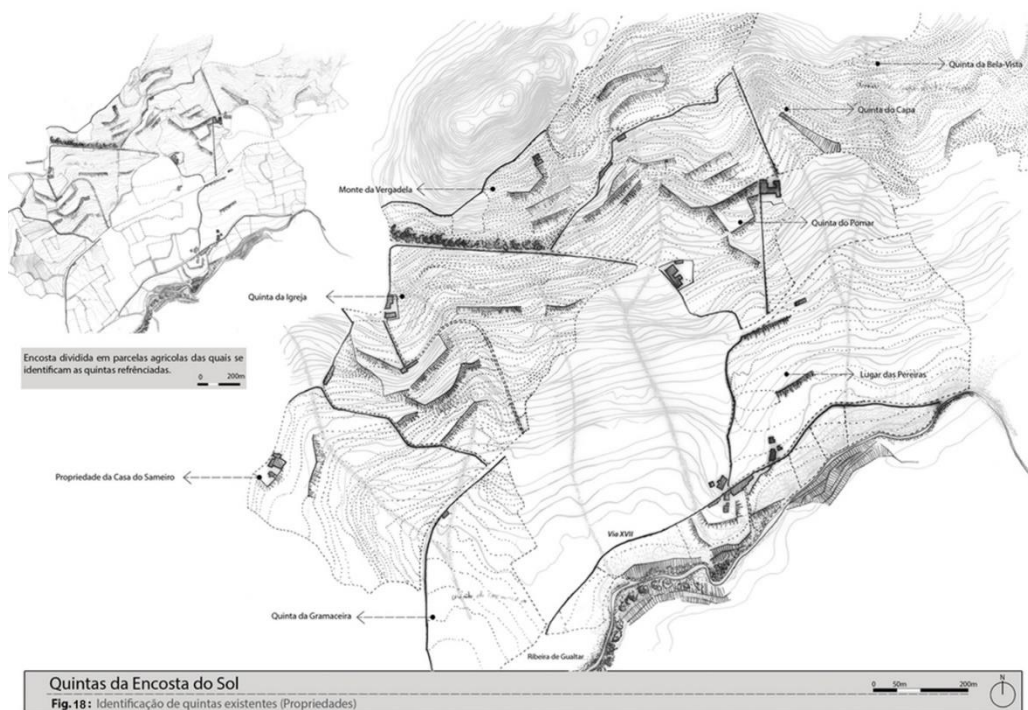


Fig. 18: Identificação das quintas.

As quintas (Fig. 18) reconhecidas pela investigação estão relacionadas com os pontos ou linhas de água: Quinta do Amorim, onde fica atualmente a Universidade do Minho, as Quintas de St. António, do Paulo, Dr. Carrilho⁷⁵, da Igreja de Cima, de Mouriscais, da Gramaceira, do Pomar, do Capa, da Vigária, da Bela-Vista, entre outras que não foi possível identificar. Estas produziam essencialmente milho, produtos hortícolas variados e árvores de fruto.

⁷⁵ Nome atribuído por moradores.

O reconhecimento das mesmas foi possível fazer através de informação recolhida não só nas cartas militares, mas essencialmente através da pesquisa junto de moradores e ex-moradores de Gualtar. Algumas estruturas destas transformações são identificáveis no presente, tendo sido possível registar e localizar muitos dos vestígios de muros, caminhos, casas, socacos que permitiram o cultivo do terreno e a exploração do mesmo para subsistência.

As informações adquiridas numa visita com um ex-residente de 80 anos de Gualtar, que aí habitou durante 40 anos, entre 1930 e 1970, permitiu-nos aprofundar o conhecimento sobre como funcionava o lugar na relação com estas mesmas quintas.

As poucas casas existentes, além das quintas, eram caracterizadas pela função que o morador desempenhava na sociedade: a casa do carpinteiro, a casa da modista, a casa do alfaiate, a casa dos fornos comuns. A Igreja, a escola Primária e algumas tabernas geravam a vida da freguesia. Os conjuntos de moradias restantes agregavam-se perto dos tanques acabando por gerar pequenos núcleos de habitação.

Foi possível perceber que as quintas e as suas casas, juntamente com os tanques públicos, geriam o funcionamento do território. Não havia rede de eletricidade, nem de água pública. Gualtar era a freguesia de Braga com maior número de tanques públicos.

Nestes relembramos a história de infância de uma das muitas crianças que a aqui viveu, a nossa amiga e colega, a Professora Ana Francisca, a qual recorda com alegria o tempo em que aqui brincava com os amigos, fazendo dos tanques das quintas os lugares de banhos e diversão. As quintas mais do que barreiras inexpugnáveis eram lugares de encontro e partilha de uma infância que aprendia a vida a partir do lugar. Um campo de aprendizagem.

Os tanques, relembre-se a propósito dos fatídicos incêndios de 2017, foram os que salvaram muitos cidadãos. Na ausência de luz elétrica provocada pelos incêndios, apenas a água *in situ* dos tanques, ribeiras e rios, foram a fonte de proteção das populações. Vida assim esquecida, já que a modernidade empresarial e centralizada da infraestrutura coletiva de água tende a negligenciar a água no seu vínculo com o sítio e com as pessoas que desde tempos ancestrais a usam naturalmente no seu dia-a-dia.

Conclusão

Esta reflexão encerra-se sobre as possibilidades que cria. Pretende-se que a leitura deste texto contribua para a transformação do modo como se pensam e projetam os loteamentos, incluindo a indeterminação específica do lugar como ferramenta de projeto capaz de catalisar relações espaço-

temporais imprevistas, contrariando o desejo de continuar a fingir que podemos controlar a realidade através dos nossos planos ideais e fechados sobre si mesmos.

Muitos caminhos ficam em aberto com esta investigação, dos quais realçamos dois: o da “prevenção” e o da “ação”: a) no da prevenção, através da pesquisa de estratégias e ferramentas de projeto no processo de conceção dos loteamentos, que por um lado integrem a especificidade dos lugares, o que exigirá uma transformação da legislação em vigor correspondente, que aliena os planos dos lugares concretos, e por outro criando projetos abertos que contemplem a indeterminação; b) no da ação, sobre os loteamentos inacabados, estudando formas de potenciar a relação entre os fragmentos, e fundamentalmente de questionar o papel do espaço coletivo na transformação destes lugares físicos e sociais.

Com este estudo tentamos também perceber o conjunto de processos que criaram a narrativa lugar para além da dinâmica da urbanização, ou daquela que essa arrasou, a identidade que permitiu, como se aludiu na introdução, desde a Idade do Bronze designar esta terra por *terra do Sol e da Água*. Infelizmente o seu valor intrínseco foi substituído pelo valor financeiro dos lotes urbanizáveis. Substitui-se a fertilidade, pela infertilidade do dinheiro. Destroí-se o património coletivo mais valioso: o do solo e da água como algo que é do domínio do mercantilizável.

O luxo? É recorrentemente naquilo que é, ou se torna raro. Talvez se assim continuássemos, teríamos finalmente consciência do valor da terra, da água, do sol e do ar; porque se os destruirmos, sentiremos em cada um de nós a falência da vida. Infelizmente, o valor mercantil continua a ser a força motriz do tão culturalmente enraizado desenvolvimento. E assim nos quedamos com a ilusão de prosperidade.

Mesmo as linhas de água encanadas, se soubermos que elas existem, podemos passar a considerá-las e a aprender a amá-las. Não se ama o que não se conhece, e não se conhece o que não se ama. Daqui, fica uma questão em aberto: de que falamos quando falamos de património? De água entubada, também.⁷⁶

Bibliografia

Alexandre, António Franco. *Visitação*. Porto: Editora Gota de Água, 1982.

Carvalho, João M. *Planeamento urbanístico e valor imobiliário: as parcerias público-privado: teorias, metodologia, potencial*. Cascais: Principia, 2005.

Cavafi, Constantin. *90 e mais quatro poemas*. Coimbra: Centelha, 1986.

⁷⁶ Sempre podemos ser otimistas “Os dias do futuro estão em frente a nós (...)” Constantin Cavafi, “90 e mais quatro poemas” (Coimbra: Centelha, 1986), 42.

- Clément, Gilles. *Manifeste du Tiers paysage*. Montreuil, Seine- Saint-Denis: Sujet/Objet, 2003.
- Clément, Gilles . *Le Jardin en mouvement*. Paris: Pandora, 1991.
- Corajoud, Michel. “Le Project de Paysage: Letre Aux Étudiants.” In *Le jardinière, l’artiste et l’ingénieur*, ed. Jean-Luc Brisson, 37–51. Besançon: Les éditions de l’imprimeur, 2000.
- Corboz, André. “Le territoire comme palimpseste.” In *Le territoire comme palimpseste et autres essais*, 209-229. Besançon: Les Editions de L’imprimeur, 2001.
- Fernandes, Joana da Cunha. “Loteamentos de moradias em banda: do Interstício à Indeterminação.” Master diss., University of Minho, 2013.
- Martins, Manuela e Ribeiro, Maria do Carmo. “Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*: uma abordagem preliminar.” In *Caminhos da Água. Paisagens e Usos na Longa Duração*, coord. Manuela Martins, Isabel Vaz de Freitas e M^a Isabel Del Val Valdivieso, 9-52. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), 2012. <http://hdl.handle.net/1822/19872>
- Musil, Robert. *O Homem sem qualidades*, vol.1. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2008.
- Perloff, Marjorie. *The Poetics of Indeterminacy: Rimbaud to Cage*. Evanston: Northwestern University Press, 1981.
- Saint-Exupéry, Antoine. Carta a um Refém. Lisboa: Relógio d’Água Editores, 2015.
- Solà-Morales, Ignasi de. “Terrain Vague.” In *Territórios*, 181-193. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

AGUA Y PAISAJE EN LA VEGA BAJA DEL SEGURA:

LA HUERTA SITIADA

Clara García-Mayor y Gregorio Canales Martínez

Resumen: La Vega Baja del río Segura se identifica con un patrón de paisaje asociado a la Huerta, desarrollado a lo largo de siglos y caracterizado por una producción de regadío intensivo pese a las adversas condiciones territoriales (almarjal) y climatológicas (aridez). Las poblaciones de la zona han experimentado una transformación radical, física y de mentalidad, en los últimos treinta años. Los asentamientos urbanos han mutando de un entorno peri-agrícola, a otro productivo periurbano, en el que nuevos usos del suelo han fragmentado paulatinamente el paisaje local. El presente trabajo plantea el estudio del sector más próximo a la costa con el objetivo de analizar el proceso de intrusión de los modelos de desarrollo que caracterizan a las urbanizaciones residenciales emplazadas en la franja costera. La cuantificación del espacio de Huerta desaparecido nos permite documentar esta dinámica en la que se genera un paisaje sitiado, donde está en peligro el tradicional continuo agrícola. El color verde de los cultivos tiene un papel fundamental como referente de la naturaleza y elemento cautivador que sustituye al papel que representa el azul del mar en el litoral, en la que es una de las regiones más secas de Europa.

Palabras clave: Paisaje de Huerta; Agricultura Periurban; Ocupación del Suelo; Paisaje Fragmentado; Urbanización.

WATER AND LANDSCAPE IN THE VEGA BAJA OF THE SEGURA RIVER (SPAIN):

THE BESIEGED *HUERTA*

Clara García-Mayor and Gregorio Canales Martínez

Abstract: The Vega Baja of the Segura River has a distinguishing *Huerta* landscape pattern that has been developed over centuries and is characterized by a successful intensive irrigated agriculture that coped with adverse weather and territorial conditions. The territory has undergone a dramatic change during the last twenty years shifting from a peri-agricultural homogeneous environment to a peri-urban agriculture. The radical change in the population mind-set - replacing agricultural production with other land uses - is besieging the Huerta landscape. This paper approaches the study of the Vega Baja valley by focusing on four key factors: Landscape, Agriculture, Habitat and Tourism. The goal is to analyse the process of Huerta fragmentation and loss of territorial values that have resulted from the encroaching inland development of urbanizations a few kilometres from the coast. The green canopies provided by the Huertas are gradually disappearing and with them the green oasis that made these areas attractive to developers in the first place, a symbol of a sustainable green productive environment in one of the most arid regions of Europe.

Keywords: *Huerta* Landscape; Peri-urban Agriculture; Land Occupancy; Landscape Fragmentation; Urbanization.

AGUA Y PAISAJE EN LA VEGA BAJA DEL SEGURA:

LA HUERTA SITIADA

Clara García-Mayor y Gregorio Canales Martínez

Introducción

El territorio articulado en la Vega Baja del río Segura ha experimentado, en los últimos veinte años, un cambio drástico en la forma de ocupación del espacio, al introducir nuevos usos que modifican los patrones de configuración de los asentamientos tradicionales (García-Mayor, 2017). El ámbito de investigación se centra en la llanura aluvial del río Segura en la provincia de Alicante, caracterizado por una agricultura de regadío intensivo, perteneciente al arco mediterráneo español y enmarcado como uno de los seis únicos paisajes europeos de Huerta recogidos en el *Informe Dobris* (Fig. 1). Este documento de la Agencia Europea de Medioambiente nos proporciona un primer dato del reconocimiento de la Huerta como paisaje único definido y su condición dispersa en lugares puntuales del arco mediterráneo (EEA, 1998).



Fig. 1: Mapa de situación de las Huertas Europeas según el informe Dobris (puntos rojos) con indicación de la ubicación del área de estudio (cuadro negro). Fuente: los autores.

Adicionalmente, la Huerta se reconoce como espacio agrícola que caracteriza y define territorial y culturalmente las áreas en las que se ha desarrollado, en base al *Convenio Europeo del Paisaje*, que contempla la calidad y diversidad de los mismos como recurso que incide en la identidad y bienestar de la población local. Por ello parece necesario fijar un planteamiento integral de la zona que preserve los valores identitarios inherentes a la cultura del lugar, de manera sostenible en el marco de un desarrollo económico global, pues el gran impacto medioambiental y paisajístico ha afectado a la manera en que las poblaciones se relacionan con su entorno de vida (Antrop, 2005).

En el valle aluvial, los núcleos vecinales fueron surgiendo, históricamente, conforme se extendió el sistema de redes funcionales -canalizaciones (riego-avenamiento), itinerarios (caminos) y enclaves (poblaciones)- que posibilitaron la colonización de una extensa zona pantanosa (García-Mayor y Canales, 2015). El elemento principal en la configuración del paisaje de Huerta es el agua, desde una doble perspectiva: la eliminación por drenaje del ámbito encharcado junto con la contención de un río proclive a los desbordamientos periódicos; frente a la necesidad de aprovechar y distribuir equilibradamente los escasos recursos hídricos disponibles. Hasta 1965 los aprovechamientos herbáceos de ciclo corto eran dominantes en el paisaje huertano, ya que permitían obtener un máximo de cuatro cosechas cada año en una misma parcela. A partir de ese momento se inicia la plantación masiva de los cultivos arbóreos con predominio de los cítricos, periodo comprendido entre 1966 y 1994 (Canales, 1993). La aprobación en ese último año de la nueva legislación urbanística valenciana da paso a un proceso rápido de urbanización fragmentada de la Huerta arbolada, que se apropia del espacio agrario y lo sitia al reducir las áreas de cultivo y modificar la estructura funcional que dio origen y caracterizó singularmente este paisaje. La organización espacial resultante, formada gradualmente a lo largo de once siglos, permaneció estable hasta las últimas décadas del siglo XX, una vez controlado el riesgo secular de inundación tras el Plan de defensa contra avenidas de 1987.

En los últimos treinta años, debido al cambio de estrategia económica y mentalidad, se produce una considerable pérdida de superficie agraria, acorde con los planes urbanísticos que, a su vez, motivan el abandono del suelo productivo, como estrategia para una posterior transformación. El trabajo muestra el resultado actual de la evolución descrita, así como el efecto sobre el paisaje rural de la vega que ha desarrollado un nuevo modelo productivo superpuesto al anterior y distorsiona los valores patrimoniales tanto en sus aspectos materiales e inmateriales (Canales y Ponce, 2016). El análisis cartográfico nos permite cuantificar la proporción de espacio agrícola que ha sido ocupado

Los municipios seleccionados son: Daya Nueva, Daya Vieja, Formentera la Segura, Rojal y San Fulgencio; todos ellos configuran la estructura territorial final del llano aluvial, de donde se ha excluido Guardamar del Segura del análisis dado que su emplazamiento litoral decantó su desarrollo hacia el modelo de “sol y playa”, por lo que se justifica una pérdida de interés hacia el potencial agrícola de la Huerta periurbana. El éxito del turismo, que evolucionó de una ocupación estacional a otra permanente a lo largo del año, llevó consigo un modelo económico dinámico que promovió un crecimiento desmesurado del tejido urbano para acoger al turismo residencial. Además, el territorio presenta tres rasgos que lo hacen atractivo, como son: las condiciones medioambientales óptimas; la proyección de la imagen de marca del Mediterráneo español; y, por último, la Huerta como paisaje verde continuo que configura un idílico fondo de escena, en contraste con la aridez característica de otros enclaves del sureste peninsular.

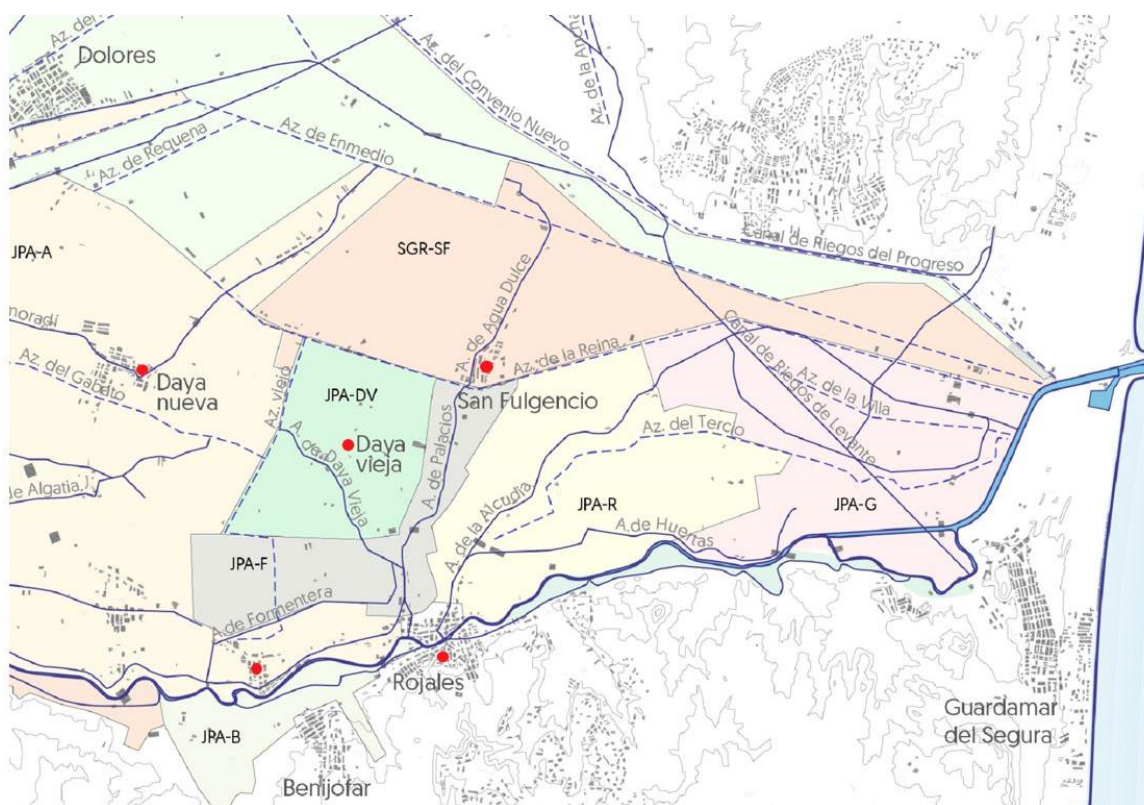


Fig. 3: Mapa de situación del ámbito de estudio en el extremo oriental de la Huerta del Bajo Segura con indicación de las poblaciones objeto de estudio: Rojales, San Fulgencio, Daya Nueva, Formentera del Segura, Daya Vieja. Fuente: elaboración propia.

El presente artículo aborda la manera en que se ha propagado el patrón de crecimiento y ocupación de suelo en poblaciones pequeñas, situadas en el interior y originalmente vinculadas a la agricultura, que han aprovechado la proximidad a la costa y las buenas comunicaciones de accesibilidad para promover un giro en la base de su economía local al amparo del auge inmobiliario relacionado con el turismo. Así, se ha establecido una gradación de tres bandas paralelas al frente marítimo, definidas en función de las etapas de expansión urbana que comenzó en el litoral, prosiguió con la colonización de los cabezos prelitorales, para asentándose definitivamente en el llano de Huerta. Se identifica el municipio de Guardamar como la primera línea de costa (Barragán, 1997), correspondiente a una franja relativamente estrecha, que dista menos de 1.500 metros desde el borde litoral a la carretera nacional (N-332), y que incluye el ecosistema dunar. La segunda comprende el tramo final del río y engloba los dos cabezos montañosos que ciñen la desembocadura, desde el límite anterior hasta los 7.000 metros. Por último, la tercera abarca un área de la planicie huertana que queda por debajo de la isohipsa de 10 metros y penetra hasta los 10.500 metros hacia el interior (Fig. 4).

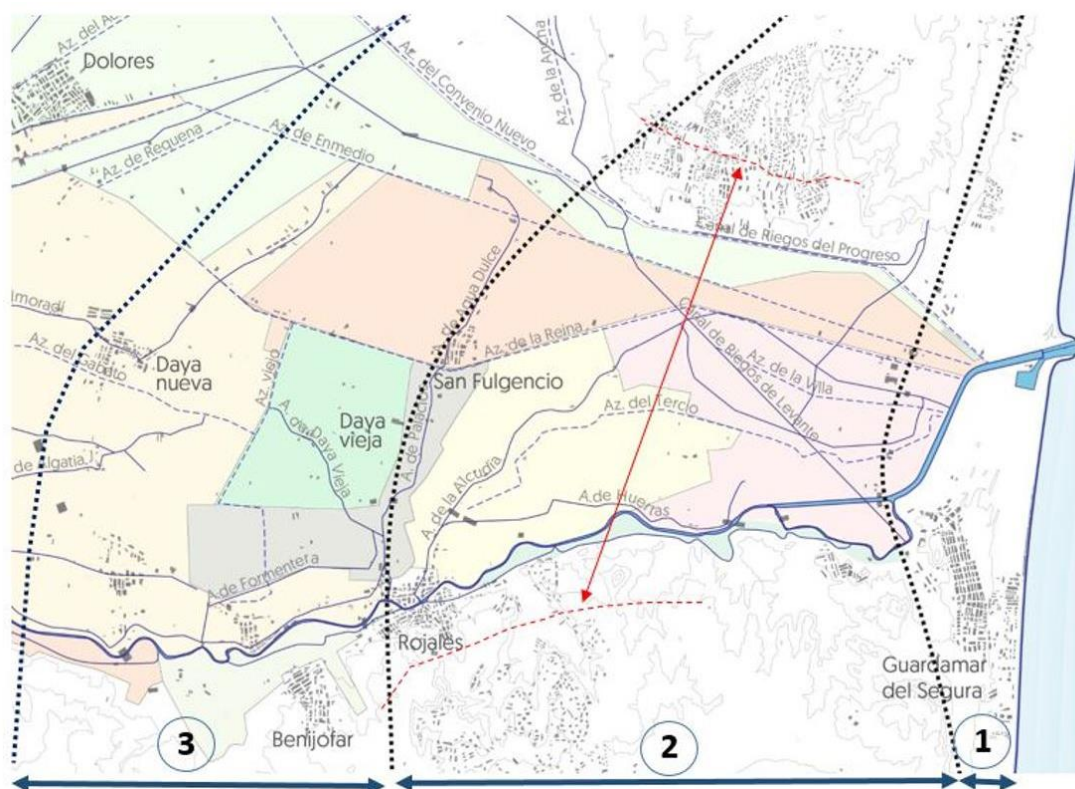


Fig. 4: Ámbito de estudio con indicación de las tres franjas identificadas en relación con los procesos de urbanización del territorio. Fuente: Elaboración propia.

La Fig. 5 muestra, de manera sintética y dentro de la franja geográfica definida en el estudio para cada municipio, los datos generales más relevantes (Generalitat Valenciana, 2017). Estos son: *superficie*, para mostrar el tamaño pequeño de estos municipios surgidos al amparo de la desecación y colonización de la llanura aluvial; *altitud*, como referencia para justificar la inundabilidad de los terrenos, así como las dificultades para su puesta en cultivo dada la primitiva naturaleza pantanosa del suelo; *distancia a la costa*, medida en línea recta como indicador territorial para reflejar la penetración de los patrones turísticos hacia el interior rural; *población*, correspondiente al censo de 2016, con el detalle de cifras correspondientes a los vecinos de origen extranjero y la proporción de éstos con respecto al total de residentes; y, por último, los *alojamientos turísticos* -hoteles, hostales y apartamentos, entre otros- inscritos en la ficha municipal, con el fin de constatar su papel residual frente al predominio de los inmuebles privados de segunda residencia. Del análisis se desprenden las estrategias municipales de desarrollo urbanístico, con claras diferencias entre las poblaciones comprendidas en la segunda y tercera línea de costa. Así, en Rojales y San Fulgencio, ocupan el espacio de secano sobre los cabezos que limitan la vega agrícola con urbanizaciones, desconectadas del núcleo principal, que se extienden en superficie de forma considerable; por el contrario, en Formentera del Segura, Daya Nueva y Daya Vieja, las directrices de expansión siguen los patrones tradicionales, bien con ensanches contiguos a los tejidos existentes, o con ampliaciones de los ejes lineales de asentamiento de la Huerta. Los siguientes epígrafes recogen la información específica de cada demarcación, mostrando la situación actual, abordando la ocupación de suelo con la extensión del término, e identificando las principales áreas consolidadas y su relación con el proceso histórico que dio origen a la Huerta; para terminar con una valoración de conjunto a modo de conclusión.

Variables		Segunda línea de costa		Tercera línea de costa		
Municipios		Rojales	San Fulgencio	Daya Nueva	Formentera del Segura	Daya Vieja
Superficie (ha)		2756	1975	709	433	314
Altitud (m)		8	4	8	8	6
Distancia a la costa (m)		6.856	6.633	10.255	8.680	7.976
Población (hab.)		17.622	7.384	1.750	3.995	672
%	Española	29,5	39,1	73,0	63,9	36,3
	UE	54,9	51,0	18,0	25,1	60,0
	Otras	15,7	9,8	9,0	11,1	3,7
Alojamiento turístico		117	47	1	6	2

Fig. 5: Selección de datos estadísticos básicos de los municipios estudiados organizados por distancias a la costa.
Fuente: Generalitat Valenciana, 2017.

La primera línea de costa como impulsora del cambio en la Huerta próxima

Guardamar del Segura, ejemplifica el proceso de ocupación de la franja costera que sigue y se ve impulsado por Torrevieja como precursora del turismo de masas en litoral de España desde 1965. Los inicios del turismo en aquella localidad datan de principios del siglo XX, donde se irá configurando un eje lineal frente al mar de viviendas unifamiliares adosadas, mediante concesión estatal en la zona marítimo-terrestre, desconectado del núcleo principal por el campo dunar repoblado en esa época. Esta alineación facilitará, en su extremo sur, el posterior desarrollo de una trama urbana planificada para acoger, en los años setenta, las torres de apartamentos para las vacaciones estivales, dependientes del centro histórico proveedor de equipamientos y servicios. Una década después, las nuevas ampliaciones cambian bruscamente de tipología, utilizando la vivienda unifamiliar exenta en parcela ajardinada que irá colonizando el eje sur de la costa - urbanización "Dunas de Guardamar" -.

Estos crecimientos acabarán enlazando con el tejido de calles preexistentes configurando un espacio urbano compacto. La última fase de expansión del tejido residencial se produce con las obras de encauzamiento del río Segura tras la inundación de 1987. Estas actuaciones permitieron la ocupación de una franja de terreno siguiendo el eje del río en la margen derecha, con un patrón tipológico de torres exentas de gran altura, cuyo atractivo radicaba en dos cuestiones: por un lado, la construcción de un puerto deportivo en la desembocadura del río; por otro, el entorno natural del cordón dunar repoblado con un frondoso pinar y las vistas hacia la Huerta (Burgos, 2011).

La segunda línea de costa en el relieve periférico de la Huerta

La expansión de promociones turísticas hacia el interior de este territorio ocupó, en un primer estadio, las laderas de los cabezos que contornean la vega del Segura, en ello influyeron tres motivos: la naturaleza de los terrenos de secano, más económicos, frente a los de regadío; la ubicación sobre elevada por encima de la cota de inundación del valle; y, por último, las favorables vistas hacia el paisaje tanto de la Huerta como del litoral. En consecuencia, se preservaron las tierras más fértiles y valoradas desde el punto de vista social y económico. Son Rojales y San Fulgencio las únicas localidades cuyos términos engloban los umbrales montañosos que delimitan el extremo oriental del valle. En la actualidad, el desarrollo de urbanizaciones residenciales, fundamentalmente de vivienda unifamiliar, ha ocupado de forma masiva estos terrenos elevados.

Municipios	ROJALES		SAN FULGENCIO	
Superficie	ha	%	ha	%
Regadío "Huerta"	700	83,9	1.145	84,1
Ladera cabezos	134	16,1	216	15,9
Total ámbito estudio	834	100	1.361	100
Detalle ocupación				
Núcleo histórico	27,0	3,2	12,7	1,0
Barrios tradicionales	3,7	0,4	3,8	0,3
Ampliaciones	32,6	3,9	31,1	2,3
Polígonos industriales	17,0	2,0	26,3	2,0
Urbanización Cabezos	5,7	0,7	216,0	15,9
Residencial costero	-	-	5,2	0,4
Total suelo ocupado	85,9	10,3	295,1	21,8

Fig. 6: Detalle de la ocupación de suelo en la segunda línea de costa: Rojales y San Fulgencio, con respecto al área estricta de estudio obtenidas del análisis con la herramienta SIG Terrasit de la Comunidad Valenciana. Fuente: Elaboración propia.

Si atendemos a la organización territorial, en cuanto a distribución de usos del suelo estas demarcaciones presentan diferencias (Fig. 6); así pues, Rojales posee el 25% de su suelo (700 ha) con riego tradicional un 25%, mientras que en San Fulgencio esta cifra se eleva hasta el 60% (1.145 ha). En ambos casos, se ha considerado necesario prescindir de la parte del municipio ajena al espacio huertano, si bien se incorporan aquí las vertientes de secano con vistas panorámicas sobre el llano, lo que incrementa las superficies de estudio en 134 ha y 216 ha respectivamente, agregándolas a las áreas de Huerta propiamente delimitadas, dado que quedan dentro de la cuenca visual desde la llanura y le confieren el aspecto de Huerta sitiada.

Rojales

Es el término municipal de mayor extensión de los estudiados al abarcar una superficie de 2.756 ha, pero sólo 834 ha situadas en el límite septentrional de la demarcación configuran la zona de regadío tradicional junto con las estribaciones montañosas que separan dicho espacio agrícola del área meridional de secano. Será este enclave en la vertiente opuesta a la cabecera municipal, con vistas a las lagunas prelitorales de La Mata y Torrevieja, el primero en desarrollarse por el impulso del turismo. Estos desarrollos residenciales se produjeron desconectados del asentamiento primigenio, si bien con el paso del tiempo el crecimiento de Rojales acabará formando una trama urbana continua con los planes parciales ejecutados (Navalón, 2003). El hecho de que este municipio tenga la mayor parte de su territorio fuera del ámbito huertano ha facilitado la preservación del suelo de

vega perteneciente al mismo, a diferencia de lo que ocurre en los términos colindantes. Es este un ejemplo paradigmático de conservación en el contexto de presión urbanística que soportan estos terrenos próximos a la costa mediterránea.

La Fig. 6 recoge los datos generales de la ocupación del suelo en el perímetro seleccionado de Rojas. Las cifras ponen de manifiesto que las ampliaciones en el entorno del centro histórico alcanzan una superficie algo superior a la que representa el núcleo fundacional, dividido por el cauce del río Segura. El tejido urbano continuo tiene un mayor desarrollo en la margen derecha, al encaramarse sobre una sucesión de lomas que incluye los cabezos Tiñé, Calvario y las estribaciones de La Atalaya, donde la edificación llega hasta las cumbres, intercaladas de cañadas y barrancos transformados en campos de golf, que desdibujan las características del paisaje y de la orografía natural. La margen izquierda tiene un crecimiento más tardío y principalmente impulsado por la proximidad del Barrio Los Palacios de Formentera del Segura, con el que forma una conurbación. Dentro de los asentamientos tradicionales existen dos enclaves que se han desarrollado a partir de pueblos lineales: al este, el Barrio del Ladrillar que sigue la traza del camino de Guardamar; y, al oeste, el caserío de Las Heredades que se asienta sobre la mota de la Acequia de Los Llanos. Con respecto a las áreas industriales y de logística comercial, llama la atención la dispersión de tres polígonos de tamaño similar distribuidos dos de ellos en contacto como continuación del tejido urbano principal, mientras que el tercero, con acceso desde la carretera CV-9050, se encuentra rodeado de Huerta.

San Fulgencio

El municipio de San Fulgencio, de 1.975 ha, surge con los asentamientos impulsados por el Cardenal Belluga en el primer tercio del siglo XVIII, a raíz de la colonización de la zona pantanosa que lindaba con la Huerta tradicional (Gil y Canales, 2007). La desecación de los terrenos condicionó el diseño de las redes de riego-avenamiento y caminos que definieron el patrón espacial de las nuevas tablas de cultivo. Esta villa es la que está situada en el extremo más oriental del valle del Segura, en la zona de contacto con la franja litoral mediterránea, que es la de salida de toda la red de drenaje hacia el cauce del río al ocupar los suelos más deprimidos de la llanura aluvial. Reminiscencias de su condición pantanosa primigenia queda patente en el Hondico Amorós, área lacustre existente en el límite septentrional con el municipio de Elche, así como con la existencia de un antiguo molino arrocero vinculado a los aprovechamientos tradicionales del medio.

La construcción artificial de esta demarcación territorial queda claramente plasmada en los ejes hidráulicos que configuran el perímetro del término, que tiene un contacto mínimo con el río Segura, pero que fundamentalmente se desarrolla siguiendo los azarbes de evacuación (azarbes de La Reina, del Señor y de la Pastora, como redes principales) y caminos tradicionales vinculados a la trashumancia como la Colada del Molar, cuyo nombre lo toma del cabezo que emerge como hito preeminente de la topografía local y que vincula el bajío de la Huerta con esta elevación montañosa. Una peculiaridad del paisaje de San Fulgencio es el contraste entre la planicie agrícola y la roca madre que aflora en el Cerro del Molar, hecho que motivará la existencia de dos tipologías de poblamiento con patrones de asentamiento diferenciados, acorde a momentos históricos diferentes (Martí y Nolasco-Cirugeda, 2011). En origen, el núcleo fundacional estaba vinculado a la actividad agrícola predominante y se desarrolló siguiendo los modelos de racionalidad impuestos por la Ilustración al organizar el poblado siguiendo un plano hipodámico cuyo centro es la plaza, de geometría cuadrada y ocupando un microrrelieve para salvaguardar el riesgo de inundación permanente de la zona.

Al mismo tiempo y de manera espontánea, las motas de los azarbes mayores que cruzan el término se fueron ocupando por las viviendas de braceros que consolidaron un hábitat rectilíneo de pueblo-dique, conectado con la villa, y que se extendió a lo largo de un kilómetro siguiendo el eje hídrico. Muestra de las dificultades topográficas del lugar son apreciables todavía al analizar la cartografía, por cuanto tanto la zona urbana inicial como la aldea lineal emergen entre uno y más de dos metros con relación a las parcelas de Huerta circundantes. Siguiendo el mismo patrón de ocupación sobre el eje del azarbe de la Reina se desarrolló el Barrio de los Martínez, dos kilómetros discontinuos en formación alineada en el límite meridional del término municipal (3,8 ha), con notables diferencias de altura (más de un metro) con respecto a los terrenos que lo flanquean.

A partir de los años 80 del siglo XX se produce un desarrollo urbanístico extraordinario desde el punto de vista del gran consumo de suelo producido por el cambio de modelo económico generalizado en la comarca, centrado en la introducción de usos residenciales y turísticos vinculados a la cercanía de la línea de costa. Esta circunstancia produce una dualidad en los modelos de ocupación: por un lado, se amplía el casco urbano con tejido continuo duplicando la superficie existente que pasa de 12,7 ha a 31,1 ha; por otro lado, aparecen nuevas urbanizaciones en el alto del Molar que generan una trama continua de 420 ha construidas sobre hasta la cota altimétrica de 72 m, de las que sólo el 50% -216 ha- configuran la ladera que tiene vistas sobre la Huerta. Adicionalmente, aparecen dos polígonos de actividad comercial y logística que ocupan 26,3 ha; de

ellas, 7 ha en pleno corazón agrícola y el resto, 19,3 ha, en la línea de contacto con la franja turística del litoral, frente la urbanización Las Pesqueras (5,2 ha). Aunque con carácter residual, ha surgido un nuevo modelo de alojamiento temporal -*mobile home* y caravanas- que se distribuyen siguiendo el eje de una vereda de acceso al parcelario agrícola. Pese a que este último caso es una cuestión puntual, refuerza el cambio de mentalidad con respecto al hábitat huertano y pérdida de vigencia de la agricultura.

Por tanto, San Fulgencio verá sextuplicado el suelo urbano en tres décadas, indicador que refrenda el cambio social experimentado por esta localidad, donde los residentes extranjeros adquieren un peso destacado en la demografía local, con porcentajes que han evolucionado de un 42,6% en 2001 sobre un total de 4.103 habitantes, al 60,9% en 2016 para una población de 7.384 habitantes, con un pico máximo del 77,6% en 2009, año de agudización de la crisis económica.

La tercera línea de costa en el llano aluvial huertano

Esta franja de territorio se emplaza en el extremo occidental del área de estudio y engloba los municipios de Daya Nueva, Formentera del Segura y Daya Vieja, que tienen la totalidad de sus circunscripciones en el llano de inundación del Segura. Estos representativos asentamientos de pequeño tamaño son los que fueron parte del proceso de bonificación y transformación del antiguo almarjal en cotas inferiores a la isohipsa de 10 metros sobre el mar. Se trata de municipios que surgen de la reconversión de antiguos predios señoriales en un largo proceso histórico jalonado por etapas en función del desarrollo de la red de riego y avenamiento. Se inicia en 1571 con el impulso de Daya Nueva al participar en la construcción del Azud de Alfeitamí; prosiguió a finales del siglo XVII Formentera del Segura con la construcción de una nueva presa en el río; para terminar, un siglo después, con la independencia de Daya Vieja con respecto a su matriz, Daya Nueva, gracias a la mejora del terreno promovida por el Cardenal Belluga (Muñoz y Canales, 2000).

El ámbito de análisis definido engloba el total de estos tres términos y, tal como refleja la Figura 7, la superficie de regadío histórico superaba el 90% hasta la última década del siglo XX. A partir de entonces se aprecia un comportamiento dispar: mientras que Daya Vieja, municipio más próximo a la costa, ha reducido en más de un 40% las tierras de cultivo para permitir el desarrollo urbanístico de suelo residencial; Daya Nueva y Formentera siguen patrones parecidos, pero con menor incidencia dentro de sus demarcaciones, aunque incorporan en las áreas transformadas usos comerciales y logísticos bajo la denominación de polígonos industriales. Las tres entidades presentan similares comportamientos en la evolución de su hábitat, tanto a nivel histórico como reciente. La elección de

los emplazamientos para ubicar las poblaciones en el contexto huertano seguía tres modelos: el primero caracterizado por un núcleo rector compacto de pequeño tamaño; el segundo un asentamiento lineal siguiendo la mota de las redes hidráulicas y viarias; el tercero las casas de labor diseminadas en el interior de la explotación agraria. La evolución actual ha llevado a: un crecimiento exponencial contiguo a las tramas urbanas tradicionales; una colmatación y densificación de las aldeas-calle; y, por último, una sustitución tipológica de la vivienda dispersa huertana al chalé con tapia perimetral y urbanización interior.

Municipios	DAYA NUEVA		FORMENTERA del Segura		DAYA VIEJA	
Superficie	ha	%	ha	%	ha	%
Regadío "Huerta"	647,3	91,3	380,2	88,4	151,5	48,9
Detalle ocupación						
Núcleo histórico	6,4	0,9	10,6	2,5	24,0	7,7
Barrios tradicionales	2,5	0,4	18,4	4,3	0,5	0,2
Ampliaciones	43,2	6,1	7,3	1,7	134,0	43,2
Polígonos industriales	9,6	1,4	6,2	1,4	-	-
Urbanizaciones	-	-	7,3	1,7	-	-
Total suelo ocupado	61,8	8,7	49,8	11,6	158,5	51,1
Municipio	709	100	430	100	310	100

Fig. 7: Detalle de la ocupación de suelo en los municipios de la tercera línea de costa: Daya Nueva, Formentera del Segura y Daya Vieja, con respecto al área estricta de estudio obtenidas del análisis con la herramienta SIG *Terrasit* de la Comunidad Valenciana. Fuente: Elaboración propia.

Daya Nueva

Es el municipio más antiguo de los segregados del amplio alfoz oriolano dado que se individualizó en el siglo XIV. Este asentamiento, de 709 ha, estaba situado en el límite entre la Huerta y el almarjal, por lo que es fácilmente deducible que la economía de subsistencia de esta población estaba a caballo entre los aprovechamientos naturales del territorio encharcado y las áreas transformadas en nuevos regadíos. Esta situación cambiaría radicalmente con la construcción del Azud de Alfeitamí, que permitirá ampliar notablemente la red de riego permitiendo la reconversión paulatina del área pantanosa.

La estructura tradicional de ocupación y usos del suelo se mantendrá estable prácticamente hasta finales del siglo XX, caracterizada por un núcleo rector de 6,4 ha, con una estructura lineal en el que la plaza de la iglesia surge como explanada tangente al camino principal de conexión con Almoradí. A lo largo del mismo itinerario se sitúan dos lugares tradicionales: El Barrio -de 0,25 ha- como eje lineal con carácter de arrabal y el caserío de La Bodega con una extensión de 1,22 ha. Adicionalmente, Puebla de Rocamora se anexará con 237 ha a este municipio en 1974, siendo el cuarto enclave histórico ubicado dentro de esta demarcación con una ocupación urbana mínima de 1,02 ha.

La nueva orientación económica que experimenta la comarca desde finales de siglo XX, tiene su reflejo en la modificación profunda de las estrategias de crecimiento y ocupación territorial, fundamentalmente vinculadas con el desarrollo de carácter inmobiliario. Así, el núcleo principal ha visto incrementar su tamaño en 6,5 veces, es decir 43,2 ha que se suman a las existentes. Del resto de espacios tradicionales, es el eje viario de casas de El Barrio el que modifica su fisionomía de forma sustancial, introduciendo viviendas unifamiliares en hilera a ambos lados del camino, intercalados entre los tramos cortos de aldea-calle existentes, que todavía se mantienen. Esta ampliación de tejido urbano de 4,43 ha, genera una conurbación con el caserío de La Bodega. Por último, hay que resaltar la aparición del polígono La Fábrica, en el límite municipal con Almoradí, se trata de 9,6 ha asentadas sobre parcelas de Huerta siguiendo la antigua carretera que conecta esta localidad con Guardamar del Segura, actual CV-9231.

Formentera del Segura

El término municipal de Formentera del Segura se extiende en su totalidad por la margen izquierda del río, que configura el linde sur, y abarca una superficie de 430 ha, por lo que está dentro de los municipios pequeños de la comarca fruto de la colonización que emprende el señor territorial en su explotación agrícola. A mediados del siglo XIX sólo 35 casas conformaban el núcleo urbano, todas ellas de reciente construcción y dispuestas alrededor de un espacio de geometría cuadrada, proyectadas tras el sismo de 1829 que asoló la zona. Hasta los años 60 del siglo XX la ocupación del suelo quedó supeditada al espacio de las motas, y dada la amplitud del meandro en el entorno de la Acequia del Río facilitó el desarrollo de un pequeño núcleo con tres bandas paralelas de edificaciones, con la finalidad de preservar el espacio agrícola más fértil. Adicionalmente, aparecerán dos ejes que aglutinarán el poblamiento: uno, siguiendo la carretera que une las villas de Almoradí y Rojales, impulsado por la construcción de una industria de conservas vegetales, que dio origen al

Barrio de la Fábrica, conectado en el frente opuesto con las calles de acceso a la plaza central, condicionando así la ampliación paulatina del centro histórico hacia dicho vial; y, el segundo, a algo más de un kilómetro del anterior, sigue la dirección de la Acequia de Los Palacios, que da nombre al caserío homónimo y favorece la conformación de otro asentamiento lineal como el de Los Mora. Esta concatenación de barriadas configura un itinerario total de dos kilómetros desde el río hasta el corazón del valle, con una pendiente inferior al 0,25 %. El vial y las viviendas mantienen un desnivel medio de 1 a 1,50 m con relación a las tierras de cultivo.

El poblamiento posterior irá ocupando progresivamente terrenos en cotas más bajas apoyándose en los principales ejes de comunicación, a costa de la pérdida de superficie dedicada a la agricultura. Este patrón de crecimiento se puede identificar con claridad tanto en la extensión continua del propio núcleo principal, como en el crecimiento del caserío de Los Palacios en su extremo meridional, que a lo largo de 400 m se extiende en mancha de aceite hasta el límite del término municipal, formando una conurbación con el núcleo vecino de Rojas, actuando en la práctica como barrio periférico de esta población. El desarrollo de Formentera del Segura se produce con notables variaciones con respecto a los ejemplos anteriores que se concretan en los siguientes aspectos: a) El centro fundacional, en el que se incluyen los barrios de El Soto y La Fábrica, ocupa una extensión de 10,6 ha, a partir de la que crece un tejido urbano continuo que alcanza las 17,9 ha, lo que supone un incremento del 70%; b) El barrio lineal de Los Palacios, separado del anterior, que ocupa 18,4 ha influido por su proximidad a la localidad de Rojas, pero que mantiene su disposición característica en el tramo central del valle; c) El polígono industrial de Los Nazarios, de 6,2 ha, estratégicamente ubicado en el eje que une Formentera con Rojas; y, por último, d) La urbanización La Vega, de 7,3 ha, distanciada de su cabecera 3 km y ubicada en pleno espacio de regadío tradicional.

La distribución de apariencia caprichosa de las áreas urbanas consolidadas de Formentera del Segura queda plasmada en los datos expuestos; no obstante, conviene destacar como una cuestión singular de este municipio la doble polaridad en cuanto al funcionamiento urbano del propio núcleo principal con respecto al Barrio de Los Palacios, que pese a estar ubicados en un contexto geográfico próximo, el último se encuentra en el área de influencia de Rojas, población de mayor entidad demográfica y, por consiguiente, de servicios.

Daya Vieja

Este municipio de nueva creación surge a finales del siglo XVIII y está íntimamente relacionado con el proyecto de desecación llevado a cabo por el cardenal Belluga en esa centuria. Los límites de término son la huella del proceso de transformación del hábitat natural pantanoso en tierras de cultivo

laborables. El saneamiento del territorio fue posible gracias a la implantación de las redes de riego-avenamiento y caminos, circunstancia ésta que dio origen en Daya Vieja a una demarcación de forma geométrica regular, de tamaño reducido -310 ha-, cuyos lindes quedan enmarcados por los siguientes elementos: el Azarbe de la Reina y la CV-859, al norte; Azarbe de Olivares y la CV-91, al sur; la Hila de la Carretera y la CV- 903, al este; los azarbes de Término y de la Reina junto con la Vereda del Rincón, al oeste.

El terreno forma un llano con una pendiente del 1,5 % de descenso hacia el norte, donde el núcleo fundacional se sitúa en el centro del término, sobre un camino que lo cruza transversalmente (CV-901) y que sigue parcialmente el recorrido de la denominada Acequia de Daya Vieja. Este eje divide en dos partes casi iguales la circunscripción. A diferencia de los otros núcleos urbanos analizados, la colonización de este predio fue más tardía y el mecanismo para la agrarización de los terrenos se desarrolló con la construcción de casas diseminadas en catorce fincas colindantes, con un núcleo básico adicional que concentraba los servicios de la explotación de la tierra. A mediados del siglo XIX, tal y como describe Madoz, estaba configurado por “once casas que forman una calle y una plaza, cárcel reducida y una ermita” (Madoz, 1846).

A partir de los antecedentes indicados, la cartografía actual de Daya Vieja muestra dos procesos de ocupación e introducción de nuevos usos del suelo claramente distinguibles. Por un lado, se identifica los tres modelos históricos de colonización de la Huerta, como son: el núcleo fundacional sobre un microrrelieve central ocupando una superficie aproximada de 24 ha; la agrupación que forma el caserío del Puente de la Losa (0,5 ha), en posición periférica sobre el linde municipal; y, por último, el hábitat disperso. Por otro lado, frente a estos patrones de poblamiento, se ha producido en las últimas décadas un crecimiento desmesurado que ha llevado consigo quintuplicar la superficie de suelo urbano adyacente al núcleo central (134 ha adicionales), introduciendo un cambio en el concepto de las nuevas tipologías construidas, que altera las alineaciones, volumetrías y escala del espacio público urbano y transforma la imagen de la localidad con la pérdida de la propia identidad cultural. Estos cambios también se dan en el hábitat disperso, donde las tradicionales casas de labranza se convierten en chalés, como por ejemplo la alineación que sigue el Azarbe de Nanón, entre otras áreas (García-Mayor y Canales, 2017a). Por último, aparecen parcelas ocupadas por naves comerciales o logísticas, con acceso desde alguno de los caminos principales que recorren la zona, como las que están emplazadas a lo largo de la Hila de Menárguez.

Conclusiones

Los desarrollos urbanísticos descritos en los municipios seleccionados se han experimentado en un periodo cronológico relativamente breve, últimos 30 años, lo que ha generado un impacto en el enclave agrícola, donde las nuevas formas de urbanización artificializan el área de Huerta y provocan una fragmentación del espacio cultivado. El resultado ha sido la configuración de un nuevo paisaje de Huerta: territorio polinuclear disperso, donde los asentamientos rurales han pasado de mantener un continuo entorno peri-agrícola homogéneo, a relegar el espacio productivo circundante a una agricultura periurbana, con la consiguiente desafección por parte de sus habitantes (García-Mayor y Canales, 2017b). Este hecho ha alterado tanto las aspiraciones como los vínculos de la población local en relación con el paisaje. A partir de los datos elaborados en base a la cartografía más reciente se establecen las siguientes conclusiones:

- a) El proceso de transformación y colonización se inició en la franja litoral y desde allí fue progresando hacia el interior, ubicándose en primer lugar las zonas más elevadas y respetando la zona de agricultura intensiva. Con el paso del tiempo, el perfil orográfico natural de los cerros desapareció detrás del nuevo contorno definido por los volúmenes contruidos.
- b) La ocupación de terrenos históricamente más fértiles se ve impulsada por el creciente éxito de las promociones desarrolladas en las laderas, que terminaron encontrando huecos de oportunidad en la llanura aluvial, de manera que a la intervención secular de consolidación agrícola que creó el paisaje de Huerta, le siguió otro de fuerte desarrollo inmobiliario en un cambio de modelo productivo-empresarial del suelo.
- c) La dispersión de los nuevos espacios contruidos se ha visto favorecida por las mejoras tecnológicas que han hecho posible el control de los niveles de avenida del río Segura, disminuyendo la vulnerabilidad de la población local y generando, así, el olvido sobre el riesgo de inundación que caracterizó la vida en el valle.
- d) El espacio de Huerta está fragmentado al verse salpicado de conjuntos edificadas que no se integran en su paisaje, dado que se han incorporado los modelos de diseño residencial de tipo vacacional que proliferan en la costa y que rompen con las tipologías tradicionales del hábitat huertano. Este hecho facilita la aparición de parcelas abandonadas, espacios residuales y un contraste muy acusado con las tierras de cultivo que permanecen en explotación.

- e) El efecto colateral que se deriva de todo lo anterior es la necesidad de dotar de infraestructuras y servicios complementarios, que surcan y colmatan el mosaico del parcelario de Huerta, superponiéndose y ocultando los elementos estructurantes que dieron soporte y organizaron este paisaje, con una notable incidencia sobre el ecosistema.

Como resultado, la situación actual que se evidencia es la de un paisaje ancestral que inicialmente fue motor económico y cohesionador social en el constructo del territorio. Posteriormente, fue éste el elemento de atracción que utilizó el mercado inmobiliario para fomentar la expansión de las urbanizaciones en zonas alejadas de la primera línea de costa, donde el color verde imperante en la Huerta sustituyó al azul del mar como referente de la naturaleza. Por último, la falta de planificación global, junto con la carencia de instrumentos de gestión y ordenación que deberían haber pautado una ocupación equilibrada, no se dan en este valle; ello ha permitido la eclosión de manchas urbanas y corredores de comunicaciones que rompen la unidad agrícola paisajística, debilitan los valores identitarios y culturales del territorio y provocan la percepción de una Huerta sitiada.

Bibliografía

- Antrop, M. "Why landscapes of the past are important for the future". *Landscape and Urban Planning* 70, (2005): 21-34. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2003.10.002>.
- Barragán Muñoz, J.M. *Medioambiente y desarrollo en las áreas litorales. Guía práctica para la planificación y gestión integradas*. Barcelona: Oikos-Tau, 1997.
- Burgos Pérez, J.R. "Guardamar del Segura: dunas con vistas de hormigón." En *Urbanismo expansivo de la utopía a la realidad* editado por XXII Congreso Geógrafos Españoles, 91-102. Universidad de Alicante, 2011.
- Canales Martínez, G. "Modificaciones en las estructuras agrarias del Bajo Segura (1940-1990)". En *Medio siglo de cambios agrarios en España*, editado por Gil Olcina, 485-517. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1993.
- Canales Martínez, G. y Ponce Sánchez, M. D. *Pareceres sobre la Huerta del Bajo Segura. El poder de la Identidad y la Cultura en la valoración del Paisaje*. Alicante: Universidad de Alicante, 2016. <http://hdl.handle.net/10045/62472>
- EEA, Agencia Europea de Medio Ambiente. *Medio ambiente en Europa, el informe Dobris*. Agencia Europea de Medio Ambiente. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente, 1997.
- García-Mayor, C. y Canales Martínez, G. *La Huerta de Orihuela en el Bajo Segura. Elementos funcionales en la construcción del paisaje*. Alicante: Universidad de Alicante, 2015. <http://hdl.handle.net/10045/52734>
- García-Mayor, C. y Canales Martínez, G. "Catral, de la huerta tradicional a la huerta urbanizada. La transformación del paisaje agrario en el Bajo Segura: del *animus regandi* al *animus aedificandi*." En *Cuadernos de Turismo* 39, (2017a): 191-213. <http://dx.doi.org/10.6018/turismo.39.290501>

- García-Mayor, C. "Invariantes en la evolución e identidad territorial del paisaje de Huerta tradicional de la Vega Baja del río Segura: 1929-2010." En *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 73, (2017): 369-388. <http://hdl.handle.net/10045/65511>
- García-Mayor, C. y Canales Martínez, G. "Poly-nuclear urban system, landscape identity and economic development: The Vega Baja of the Segura River (Alicante) case study". En *City and Territory in the Globalization Age*, 24th ISUF International Conference. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2017b. <http://dx.doi.org/10.4995/ISUF2017.2017.7017>
- Generalitat Valenciana. "Datos estadísticos básicos, Fichas municipales." Consultado en 12 de diciembre de 2017. <http://www.pegv.gva.es/fichas>.
- Generalitat Valenciana. Instituto Cartográfico Valenciano. "Visor Cartográfico Terrasit." Consultado el 10 de enero de 2018. <http://visor.gva.es/visor/>
- Gil Olcina, A. y Canales Martínez, G. *Residuos de propiedad señorial en España. Perduración y ocaso en el Bajo Segura*. Alicante: Cátedra Arzobispo Loazes, Universidad de Alicante, 2007.
- Madoz, P. *Diccionario geográfico-estadístico de España y sus posesiones de ultramar*. Madrid. 1846-1850.
- Martí Ciriquián, P. y Nolasco-Cirugeda, A. "La expansión urbanística reciente de la costa alicantina, una realidad constatable." En *Urbanismo expansivo de la utopía a la realidad* editado por XXII Congreso Geógrafos Españoles, 367-378. Universidad de Alicante, 2011.
- Muñoz Hernández, R. y Canales Martínez, G. *Las segregaciones municipales en el Bajo Segura. Los procesos de Almoradí, Algorfa y Los Montesinos*. Murcia: Ayuntamiento de los Montesinos, 2000.
- Navalón García, R. "Desarrollo turístico y mercado inmobiliario en la comarca del Bajo Segura (Alicante)." En *La ciudad: nuevos procesos, nuevas respuestas*, editado por López Trigal L. et al. (coords.), 263-273. León: Universidad de León, 2003.
- Ponce Sánchez, M.D. "Percepción de los procesos de urbanización y pérdida de los paisajes identitarios en la Vega del río Segura." En *Urbanismo expansivo de la utopía a la realidad* editado por XXII Congreso Geógrafos Españoles, 555-566. Universidad de Alicante, 2011.

CONTRIBUTOS PARA OS PLANOS DE GESTÃO DOS PARQUES NATURAIS DE ILHA DOS AÇORES

Cláudia Ávila Gomes

Resumo: Os Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha dos Açores visam o ordenamento e a gestão da totalidade das áreas protegidas existentes nos Açores, as quais se encontram integradas, para cada ilha, numa unidade base de gestão denominada Parque Natural de Ilha, que é parte integrante da Rede Regional de Áreas Protegidas.

As metas a alcançar com estes Planos de Gestão são o concretizar de um modelo de gestão racional, integrada e participada dos valores naturais, culturais e paisagísticos presentes nos Parques Naturais de Ilha e proceder a um efetivo ordenamento do território através da elaboração de propostas cartográficas de Planos de Gestão com regulamentos associados.

Nestes regulamentos pretende-se proceder ao estabelecimento de objetivos específicos operacionais de gestão e à sua concretização em medidas e ações de gestão. Pretende-se também identificar os mecanismos de financiamento possíveis para estas medidas e ações. A meta mais importante a alcançar é a efetiva implementação dos Planos de Gestão e a monitorização dos resultados obtidos com os mesmos.

Palavras chave: Ordenamento; Gestão; Áreas Protegidas; Paisagem; Açores.

CONTRIBUTIONS TO THE MANAGEMENT PLANS OF THE ISLAND NATURAL PARKS OF THE AZORES

Cláudia Ávila Gomes

Abstract: The Management Plans of the Azores Island Natural Parks aim the management of all the protected areas in the Azores, which are integrated, for each island, into a management unit called the Island Natural Park, which is a part of the Regional Network of Protected Areas.

The goals to be achieved with these Management Plans is the realization of a rational and integrated management model of the natural, cultural and landscape values present in the Island Natural Parks, and to proceed with an effective territorial planning through the elaboration of cartographic proposals of Management Plans with regulations.

These regulations are intended to establish specific operational management objectives and their implementation in management measures and actions. It is also intended to identify the possible financing mechanisms for these measures and actions. The most important goal to achieve is the effective implementation of the Management Plans and the monitoring of the results obtained with it.

Keywords: Management; Protected Areas; Landscape; Azores.

CONTRIBUTOS PARA OS PLANOS DE GESTÃO DOS PARQUES NATURAIS DE ILHA DOS AÇORES

Cláudia Ávila Gomes

O Arquipélago dos Açores localiza-se no oceano Atlântico norte ocupando uma faixa definida pelas seguintes coordenadas geográficas: 39° 43' 23'' (Ponta Norte – Ilha do Corvo) e 36° 55' 43'' (Ponta do Castelo – Ilha de Santa Maria) de latitude norte; 24° 46' 15'' (Ilhéus das Formigas – Ilha de Santa Maria) e 31° 16' 24'' (Ilhéu de Monchique – Ilha das Flores) de longitude oeste.

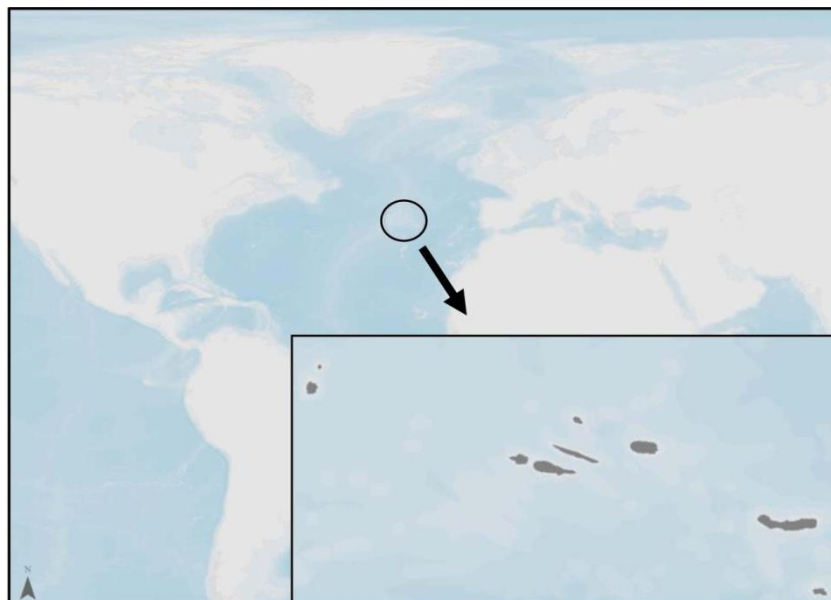


Fig. 1: Arquipélago dos Açores no mundo.

As nove ilhas encontram-se agrupadas atendendo à proximidade geográfica: o Grupo Ocidental (Corvo e Flores); o Grupo Central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial); o Grupo Oriental (São Miguel e Santa Maria). O Grupo Central distancia-se cerca de 240 km e de 150 km dos Grupos Ocidental e Oriental, respetivamente.

Os Açores inserem-se na região biogeográfica da Macaronésia, em conjunto com a Madeira, as Canárias e Cabo Verde. Estes são territórios atlânticos cuja paisagem foi moldada pelo isolamento até à descoberta pelo Homem e que devido às suas características climáticas mantêm relíquias vivas da vegetação subtropical da era Terciária.

A vegetação natural dos Açores é caracterizada pela baixa diversidade em relação aos outros arquipélagos da Macaronésia e pela insipiência dos ecossistemas naturais presentes, facto explicado pelo isolamento biogeográfico e pela especificidade da sua colonização. Este é um dos arquipélagos oceânicos mais isolados do mundo e o modo como plantas, animais e insetos aqui chegaram e se articularam para formar ecossistemas viáveis pode ser considerado uma particularidade deste grupo de ilhas.

A biodiversidade endémica e nativa é baixa, no entanto todos os endemismos açorianos são bastante importantes, já que precisamente por serem poucas as espécies que pelos seus próprios meios colonizaram as ilhas, adaptando-se às condições naturais e criando ecossistemas únicos a perda de qualquer uma delas teria um impacto elevado na biodiversidade dos Açores e da Macaronésia. Algumas espécies açorianas apresentam dupla raridade, ou seja, são raras em termos da espécie e raras em termos de habitat. Existem mesmo algumas espécies de plantas vasculares e de briófitos que estão entre as mais raras da Europa.

As áreas protegidas açorianas foram criadas para preservar ecossistemas de reconhecido valor pela presença de fauna, flora ou habitats de elevada raridade e integridade ou então pela ocorrência de paisagens ou elementos geológicos invulgares. As primeiras áreas protegidas definidas nos Açores foram a Caldeira do Faial e a Montanha do Pico em 1972. Desde então surgiram em todas as ilhas várias zonas terrestres e marinhas com proteção legal.

A Rede Natura 2000 é uma rede de áreas protegidas da União Europeia constituída por áreas vocacionadas para a conservação de habitats e espécies selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis. Resulta da implementação de duas diretivas comunitárias: a Diretiva 79/409/CEE de 2 de Abril relativa à conservação das aves selvagens (Diretiva Aves), e a Diretiva 92/43/CEE de 21 de Maio

relativa à proteção de habitats e da flora e fauna selvagens (Diretiva Habitats). A primeira cria as Zonas de Proteção Especial (ZPE) para proteção de aves e a segunda cria as Zonas Especiais de Conservação (ZEC) para a conservação de habitats e espécies. Existem, nos Açores, 15 ZPE com uma área total de 16 192 hectares, e 23 ZEC que totalizam 33 582 hectares. Destas, a área terrestre das ZPE é de 16 180 hectares e a área terrestre das ZEC é de 24 548 hectares. Estas áreas são estudadas e caracterizadas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 que estabelece também medidas de conservação e gestão para cada uma delas e vincula as entidades públicas.

Para além das ZEC e das ZPE existem nos Açores Áreas Importantes para as Aves (IBA), áreas protegidas pela Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional (Ramsar) e três das ilhas - Graciosa, Flores e Corvo, assim como as Fajãs de São Jorge - são Reservas da Biosfera classificadas pela UNESCO. Existem ainda dois locais classificados como património mundial pela UNESCO, a cidade de Angra do Heroísmo e a Paisagem da Cultura da Vinha do Pico sendo que a segunda se encontra em área protegida.

A presença de uma grande diversidade de áreas protegidas com variados estatutos de conservação, as sobreposições em termos espaciais e a variedade de normas e regimes legais para as mesmas conduziu a dificuldades de operacionalização da gestão pelas entidades responsáveis. Para facilitar a gestão, a administração regional procedeu à reclassificação das áreas protegidas presentes na Rede de Áreas Protegidas dos Açores⁷⁷. Todas as áreas protegidas existentes nos Açores foram integradas nas seguintes categorias da International Union for Conservation of Nature (IUCN):

- Reserva Natural;
- Monumento Natural;
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies;
- Área de Paisagem Protegida;
- Área Protegida de Gestão de Recursos.

Para cada uma destas categorias encontram-se definidos objetivos de gestão específicos segundo as orientações da IUCN. O nível de proteção mais elevado é o de Reserva Natural, correspondente às zonas de maior valor ecológico e especial riqueza faunística e florística, onde se encontram muitos dos habitats classificados como prioritários pela Rede Natura 2000. A categoria de Monumento Natural encontra-se mais vocacionada, nos Açores, para a preservação de formações de interesse geológico. A categoria de Área Protegida para Gestão de Habitats ou Espécies visa em primeira linha a proteção de espécies e da diversidade genética para a manutenção de serviços ambientais, tendo em vista o uso sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas. Integra parte das áreas da Rede

⁷⁷ Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho.

Natura 2000 e as IBA. Quanto à categoria de Área de Paisagem Protegida aplica-se às áreas onde a interação entre o homem e a natureza resultou na existência de um território com características distintas, traduzidas em valores estéticos, ecológicos e culturais a preservar. A categoria de Área Protegida para a Gestão de Recursos encontra-se, nos Açores, principalmente associada à preservação e gestão dos recursos biológicos marinhos e pretende a salvaguarda da exploração sustentável dos mesmos.

A Rede de Áreas Protegidas concretiza atualmente a classificação da IUCN adaptando-a às particularidades geográficas, ambientais, culturais e político-administrativas do território do arquipélago dos Açores. De entre os objetivos que conduziram à constituição desta Rede destacam-se: alcançar da afirmação da identidade e valor de cada área protegida terrestre ou marinha; estabelecer mecanismos de conservação, de preservação e de gestão dos ecossistemas, da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos dos Açores; contribuir para a constituição de uma rede fundamental de conservação da natureza que articule os diversos regimes de proteção e salvaguarda dos valores naturais; criar as unidades de gestão das áreas protegidas ao nível de cada ilha - os Parques Naturais de Ilha.⁷⁸

Os Parques Naturais de Ilha (PNI) foram criados para operacionalizar a gestão da Rede de Áreas Protegidas. A unidade base de gestão de cada PNI é a ilha e por isso cada Parque Natural de Ilha é administrado por um órgão executivo sediado na própria ilha, com competências atribuídas pela entidade responsável na área do ambiente, neste caso a Secretaria Regional do Ambiente dos Açores.

A missão dos PNI⁷⁹ é assegurar a biodiversidade dos sistemas naturais através da conservação ou do restabelecimento dos *habitats* naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies selvagens. Os objetivos de gestão gerais dos PNI são os seguintes:

- Promover e gerir, racionalmente, os valores naturais e culturais presentes;
- Valorizar o património natural, cultural e construído, ordenando e regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar;
- Promover o conhecimento, a monitorização, a conservação e a divulgação dos valores ambientais existentes nas áreas protegidas;

⁷⁸ A partir do Decreto Legislativo Regional nº 15/2012/A de 2 de Abril - que estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade no arquipélago.

⁷⁹ Segundo o DLR nº 15/2012/A de 2 de Abril.

- Fomentar uma cultura ambiental baseada na informação, na interpretação e na participação das organizações e dos cidadãos;
- Promover as atividades de turismo e de lazer compatíveis com os valores naturais protegidos, visando a compatibilização com o desenvolvimento sócio-económico das áreas classificadas.

Estes objetivos de gestão e as medidas destinadas à sua concretização pretendem garantir e promover a conservação dos ecossistemas, da biodiversidade e dos valores e recursos naturais mas também assegurar a respetiva articulação com as utilizações humanas compatíveis.

A proteção e a manutenção da diversidade biológica e a integridade dos valores geológicos e dos recursos e valores naturais e culturais que lhe estão associados, são alcançados em especial através das seguintes medidas de gestão, as quais são comuns ao todo das áreas protegidas incluídas nos PNI:

- Preservação das espécies animais e vegetais e dos *habitats* naturais que apresentem valor conservacionista, quer por se encontrarem ameaçados, nomeadamente em vias de extinção, quer pelo seu valor científico;
- Reconstituição das populações animais e vegetais e recuperação dos *habitats* naturais das respetivas espécies;
- Preservação ou recuperação dos *habitats* da fauna migratória;
- Estabelecimento de reservas genéticas, garantindo a perenidade de todo o potencial genético, animal e vegetal;
- Preservação de formações geológicas, geomorfológicas ou espeleológicas notáveis;
- Proteção e valorização das paisagens que, pela sua diversidade e harmonia, apresentem interesses cénicos e estéticos dignos de proteção;
- Promoção da investigação científica indispensável ao avanço do conhecimento humano através do estudo e da interpretação de valores naturais, fornecendo elementos para a melhor compreensão dos fenómenos da biosfera e da litosfera, incluindo a preservação dos sítios que apresentem um interesse especial e relevante para o estudo da evolução da vida selvagem;
- Promoção do desenvolvimento sustentado, valorizando a interação entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade da vida das populações residentes;

- Valorização de atividades culturais e económicas tradicionais assente na proteção e gestão racional do património natural.

As ações necessárias à concretização das medidas referidas anteriormente e a sua articulação com os usos humanos compatíveis são o objeto do Planos de Gestão, que deve ter em conta os objetivos de cada área protegida, a salvaguarda dos valores ambientais em presença bem como a adequada localização das atividades necessárias para assegurar o desenvolvimento económico e social das populações, de acordo com o regime de classificação e qualificação do solo definido pelos instrumentos de planeamento territorial aplicáveis.

Os princípios de gestão a ter em conta no âmbito dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha decorrem dos princípios gerais para a conservação da natureza e para a proteção da biodiversidade dos Açores. Os princípios de gestão gerais são:

- Princípio da precaução na conservação da natureza e gestão da biodiversidade, no que diz respeito aos PNI e em todo o território regional, como forma de assegurar a capacidade regenerativa de habitats e espécies que ocorrem naturalmente no estado selvagem;
- Princípio das boas práticas de conservação da natureza, adotando as medidas eficazes para assegurar a prevalência dos ecossistemas naturais e conciliando-a com a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- Reconhecimento da paisagem como palco essencial da atividade humana nos Açores, como uma expressão da diversidade do seu património cultural e natural e como base da sua identidade;
- Cabe à administração regional autónoma e às autarquias locais, no âmbito das suas competências, tomar as medidas necessárias para garantir uma proteção eficaz das paisagens, dos *habitats* e das espécies que ocorrem naturalmente no território sob sua responsabilidade, mantendo uma vigilância permanente sobre o respetivo estado de conservação e adotando as políticas necessárias para garantir a sua manutenção num estado de conservação favorável;
- As políticas públicas devem desenvolver estratégias, planos e programas para a conservação da natureza e a utilização sustentável dos recursos e integrar, na medida do possível e conforme apropriado, a conservação da natureza e a utilização sustentável dos recursos biológicos nos planos, programas e políticas sectoriais ou intersectoriais.

Dos princípios de gestão gerais decorrem os seguintes princípios específicos:

- Aplicação do princípio da precaução:

Sempre que não seja possível identificar de forma inequívoca uma espécie e haja razões para suspeitar ser de ocorrência pouco frequente no território regional, deve a mesma ser presumida como abrangida pelos mecanismos de proteção estabelecidos na legislação em vigor.

Sempre que uma espécie seja considerada como ameaçada de extinção no território regional, cabe à autoridade ambiental adotar as medidas necessárias para reduzir este risco, incluindo, quando adequado, medidas de conservação *ex situ* que garantam a sobrevivência do *taxon*, tais como a inclusão em bancos de germoplasma, a criação em cativeiro ou a cultura e o repovoamento.

- Aplicação das boas práticas de conservação da natureza:

A autoridade com competência em matéria ambiental deve proceder à identificação, proteção e monitorização dos ecossistemas, *habitats* e taxa mais importantes para a conservação da diversidade biológica, nomeadamente:

- Os ecossistemas e *habitats* que contenham grande diversidade biológica ou grande número de espécies endémicas ou ameaçadas;
- Os ecossistemas e *habitats* que contenham espécies únicas e, por isso, sejam localmente insubstituíveis;
- Os ecossistemas e *habitats* que sejam frequentados por espécies migradoras tenham importância social, económica, cultural ou científica, ou sejam representativos, únicos ou associados a processos evolutivos chave ou a outros processos biológicos relevantes;
- As espécies e comunidades que estejam ameaçadas, sejam parentes selvagens de espécies domesticadas ou cultivadas, tenham valor medicinal, agrícola ou outro valor económico, tenham importância social, científica ou cultural, ou sejam importantes para a investigação sobre a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, como as espécies indicadoras.

Deve ser dada prioridade à manutenção do bom estado de conservação dos *habitats*, de forma a garantir condições *in situ* que permitam a conservação dos recursos genéticos nos seus *habitats* naturais, apenas havendo lugar ao recurso a medidas de conservação *ex situ* quando sejam inviáveis as medidas de conservação *in situ*, ou como mecanismo de segurança destinado a suprir eventuais insuficiências destas, ou como forma de minorar os riscos resultantes de acidentes ou de catástrofes naturais ou antropogénicas.

- Reconhecimento da paisagem como palco essencial da atividade humana.

O Plano de Gestão deve contribuir para desenvolver o *continuum naturale* e os elementos paisagísticos de importância fundamental para a fauna e a flora selvagens, tendo em vista a melhoria da coerência ecológica da Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores, em especial das áreas protegidas integradas na Rede Natura 2000, inclusivamente através de incentivos financeiros à sua gestão adequada.

Consideram-se elementos paisagísticos de importância fundamental para a fauna e a flora selvagens os elementos que, pela sua estrutura linear e contínua, como a orla costeira, as ribeiras e respetivas margens ou os sistemas tradicionais de delimitação dos campos, ou pelo seu papel de espaço de ligação, como as lagoas ou matas, são essenciais à migração, à distribuição geográfica e ao intercâmbio genético das espécies selvagens.

- Garantia da proteção eficaz das paisagens, habitats e espécies

Os instrumentos de gestão territorial aplicáveis às áreas protegidas devem garantir a conservação dos *habitats* e das populações das espécies em função dos quais as referidas áreas foram classificadas. Para isso contribui o Plano de Gestão, assim como os demais instrumentos da política ambiental, tendo em conta a missão e objetivos atrás referidos, e os presentes princípios.

Os PNI abarcam todas as áreas protegidas anteriormente existentes e as que aguardavam oportunidade de classificação, as áreas da Rede Natura 2000, as Áreas Importantes para as Aves (IBA) os sítios Ramsar, e as áreas classificadas como Património Mundial pela UNESCO. Esta aglutinação não implica a atribuição de um regime complementar ou adicional ao existente, mas sim integrar, numa só figura normativa, os diferentes espaços submetidos por lei ou por compromissos internacionais a um estatuto jurídico especial de proteção e gestão.

Os nove PNI - um por ilha - foram criados por diplomas legais independentes e publicados entre 2008 e 2011. As restrições e condicionamentos às atividades decorrentes do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, bem como dos diplomas de classificação das áreas protegidas anteriormente existentes foram integrados no regime dos PNI e mantêm-se em vigor até à aprovação dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha. É este instrumento que irá regulamentar e vincular as entidades públicas e privadas e que irá determinar os regimes de uso e proteção dos espaços que integram os PNI.

As categorias de espaços admitidas nos Planos de Gestão dos PNI são as seguintes:⁸⁰ Áreas de proteção integral; áreas de proteção parcial; áreas de proteção complementar; áreas prioritárias para a conservação; áreas de uso sustentável dos recursos; áreas de intervenção específica.

As áreas de proteção integral são espaços *non aedificandi* que se destinam a garantir a manutenção dos processos naturais em estado imperturbável, a preservação de exemplos de excecional relevância ecológica num estado dinâmico e evolutivo e a conservação da integridade das jazidas de fósseis e minerais de importância excecional e em que a presença humana só é admitida por razões de salvaguarda, busca e salvamento, fiscalização, investigação científica, monitorização ambiental ou de desenvolvimento de atividades com interesse relevante para a divulgação da área protegida. Nas áreas de proteção integral, a realização de qualquer atividade, exceto quando de salvaguarda, busca e salvamento e de fiscalização carece de autorização prévia do departamento da administração regional autónoma competente em matéria de ambiente.

As áreas de proteção parcial são espaços *non aedificandi* que têm por objetivo a conservação de valores de natureza biológica e geológica muito significativos para a conservação da biodiversidade e em que a atividade humana só é admitida, para além de razões de investigação científica, monitorização ambiental ou salvaguarda, através de usos temporários ou esporádicos do solo, da água ou do ar, compatíveis com os objetivos de conservação definidos ou através da manutenção ou adaptação dos usos tradicionais do solo e outros recursos, de carácter temporário ou permanente, que são suporte dos valores naturais a proteger.

As áreas de proteção complementar são espaços em que as atividades humanas e os usos do solo, da água ou de outros recursos são particularmente condicionados ou adaptados, em função dos objetivos de conservação prosseguidos pelas áreas de proteção integral ou parcial que complementam, sendo indispensáveis ao funcionamento e manutenção destas ou necessárias para a manutenção do *continuum naturale*.

As áreas prioritárias para a conservação são espaços *non aedificandi* que têm por objetivo a conservação de valores de natureza biológica e geológica relevantes para a conservação da biodiversidade e em que a atividade humana só é admitida através de usos temporários ou esporádicos do solo, da água ou do ar, compatíveis com os objetivos de conservação definidos ou através da manutenção ou adaptação dos usos tradicionais do solo e outros recursos, de carácter temporário ou permanente, que são suporte dos valores naturais a proteger.

⁸⁰ Decorrentes do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho e atualizados pelo do DLR nº 15/2012/A de 2 de Abril.

As áreas de uso sustentável dos recursos destinam-se, preferencialmente, à manutenção das atividades culturais tradicionais, nomeadamente de natureza agrícola, agrossilvo -pastoril, florestal, piscatória, ou de exploração de outros recursos, que constituam o suporte dos valores naturais a conservar. Nestas áreas podem ser implementadas medidas de gestão de uso sustentável que promovam o desenvolvimento da socio economia local.

As áreas de intervenção específica são espaços de elevado interesse, real ou potencial, para a conservação da natureza e da diversidade biológica que, devido às fortes pressões antrópicas a que foram sujeitos, necessitam de medidas específicas de proteção, recuperação ou reconversão.

São estas categorias de espaços que estão na base da proposta cartográfica dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha, à qual se encontra associado um regulamento. Com estes Planos pretende-se concretizar modelo de gestão racional, integrada e participada dos recursos naturais e paisagísticos presentes nos PNI, baseado na potenciação da qualidade destes recursos. Pretende-se também estabelecer objetivos específicos operacionais para cada área protegida e para zonas específicas dessa área que sejam concretizáveis em medidas e ações de gestão. Pretende-se ainda identificar mecanismos de financiamento das medidas e ações propostas, e acompanhar a efetiva implementação dos Planos de Gestão com atividades de monitorização.

A articulação faz-se entre a empresa que está a coordenar os trabalhos, a Direção de Serviços da Conservação de Natureza e Sensibilização Ambiental (DSCNSA), a Direção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica (DSCIG), a Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DSRHOT) e os Serviços de Ambiente de Ilha / Gabinetes de Gestão dos Parques Naturais de Ilha (PNI). Existe um Grupo de Trabalho criado por Resolução do Concelho do Governo que inclui as diversas Direções Regionais do Governo dos Açores, os Municípios, as Organizações Não Governamentais Ambientais e a Universidade dos Açores o qual acompanha a execução destes Planos fornecendo contributos para os mesmos.

A metodologia segue a sequencia clássica de recolha de informação, análise, diagnóstico e proposta, sendo que para além dos contributos provenientes da comunidade científica, de entre as quais se destaca a Universidade dos Açores, se dá particular relevo ao conhecimento baseado na experiencia prolongada da gestão destas áreas que os técnicos dos Serviços de Ambiente de Ilha, e mais especificamente os Gabinetes de Gestão de cada um dos PNI possuem. Os levantamentos de campo da equipa técnica em cada ilha são também essenciais.

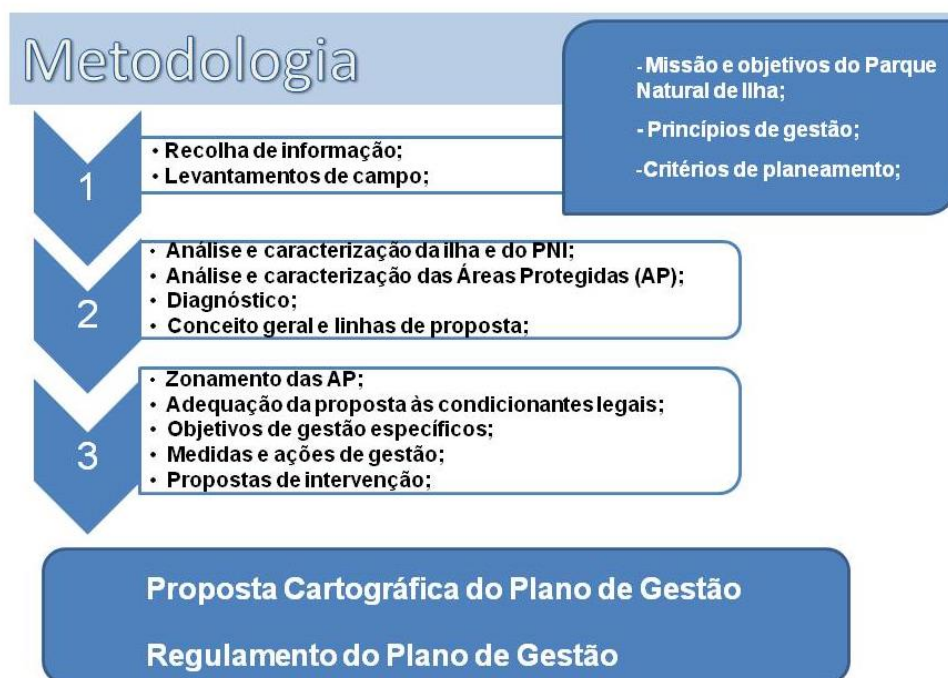


Fig. 2: Metodologia aplicada nos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha dos Açores.

A análise e diagnóstico concretizados são holísticos e envolvem a totalidade do PNI, mas também a uma escala mais global a ilha em questão. A análise e caracterização de cada ilha inclui os seguintes descritores:

- Enquadramento geográfico do arquipélago e da ilha;
- Geologia e geomorfologia;
- Geossítios, sua relevância e prioridade segundo o Geoparque Açores, inserido na Rede Mundial Geoparque;
- Altimetria, hipsometria, declives;
- Hidrografia e recursos hídricos;
- Zonas húmidas de importância internacional protegidas pela convenção Ramsar;
- Capacidade de Uso do Solo;
- Reserva Agrícola Regional;
- Reserva Ecológica Regional;
- Perímetro Florestal / terrenos públicos,
- Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores;
- Planos Sectoriais existentes - Rede Natura 2000, Turismo, Água, Alterações Climáticas, Atividades Extrativas;
- Planos de Bacia Hidrográfica;

- Planos de Ordenamento de Orla Costeira;
- Planos de Gestão diversos existentes;
- Planos Diretores Municipais.

A Rede Natura 2000, áreas protegidas de importância regional, a Reserva Ecológica Regional e a Reserva Agrícola Regional são agregadas numa figura que é a Rede Fundamental da Conservação da Natureza.⁸¹ Esta Rede consiste no conjunto dos territórios orientados para a conservação das componentes mais representativas do património natural e da biodiversidade, e que visa promover uma visão integrada e abrangente do património e dos recursos e valores naturais sujeitos por lei ou compromisso internacional a um especial estatuto jurídico de proteção e gestão, sem implicar a atribuição de um regime complementar ao existente.

Os objetivos gerais da Rede Fundamental de Conservação da Natureza são garantir a existência de um *continuum naturale* entre áreas importantes para as espécies e *habitats* que permita a circulação do fluxo genético inerente aos corredores ecológicos, e o estimular do investimento em conservação da natureza num contexto mais alargado do que as áreas dedicadas em exclusivo para aquele efeito. A Rede Fundamental de Conservação da Natureza é a base para o zonamento das áreas protegidas no âmbito dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha dos Açores.

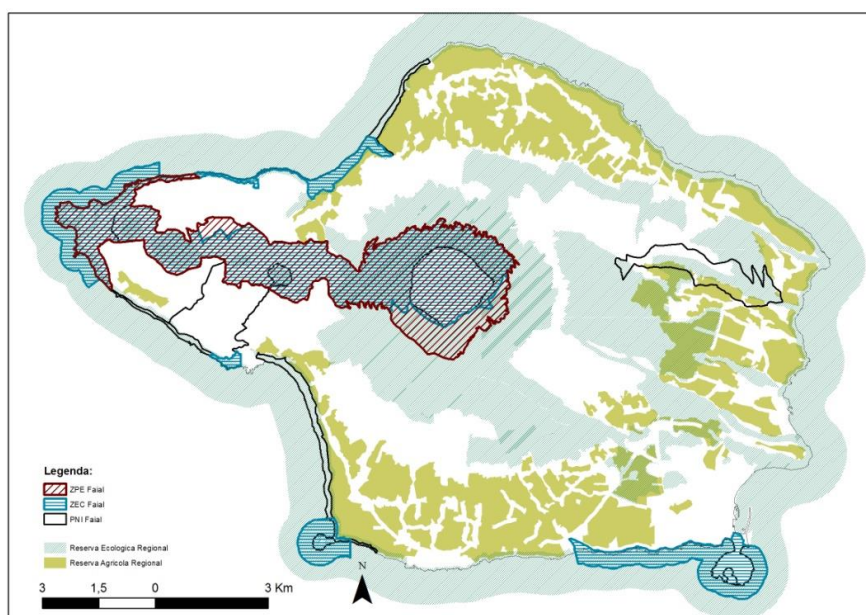


Fig. 3: Rede Fundamental da Conservação da Natureza da ilha do Faial.

⁸¹ Decorrente do Decreto Legislativo Regional nº 15/2012/A de 2 de Abril.

A análise e diagnóstico envolvem também, a uma escala de maior pormenor, a caracterização de cada uma das áreas protegidas quanto aos seus aspetos fisiográficos particulares, habitats e espécies presentes com valor para a conservação da natureza, tendo particular atenção aqueles que são protegidos pelas Diretivas Habitats e Aves da Rede Natura 2000, pela Convenção de Berna e pelo Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. A análise e caracterização de cada área protegida envolve os seguintes descritores, articulados em fichas de caracterização:

- Dados básicos (dimensão, localização e nomenclatura);
- Proteção legal (ZEC, ZPE, Ramsar, IBA, Reservas da Biosfera);
- Caracterização:
- Geologia / geomorfologia / linhas de água;
- Habitats da Rede Natura 2000;
- Flora;
- Fauna;
- Condições observadas na Área Protegida;
- Componente cultural da paisagem;
- Usos do solo;
- Análise SWOT;
- Vulnerabilidade da Área Protegida;
- Conservação;
- Cartografia;
- Levantamento fotográfico.

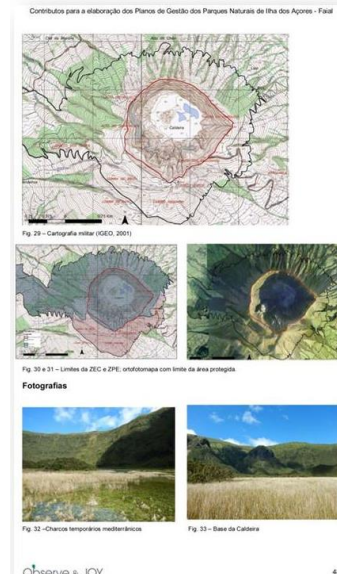
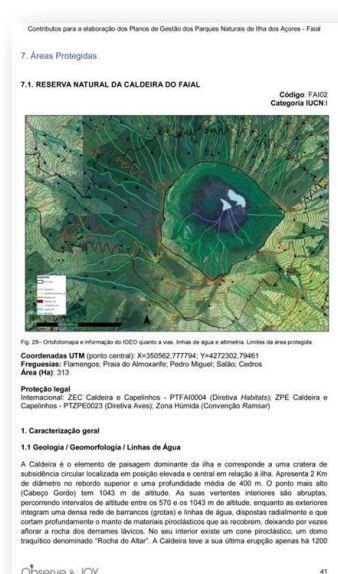


Fig.s 4, 5 e 6 - Ficha de caracterização de área protegida (excertos).

O conceito geral e principais linhas de proposta são apresentados para análise ao um Grupo de Trabalho que procede ao acompanhamento dos Planos e após a integração das suas sugestões passa-se para um zonamento das áreas protegidas em função das categorias que se encontram definidas no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

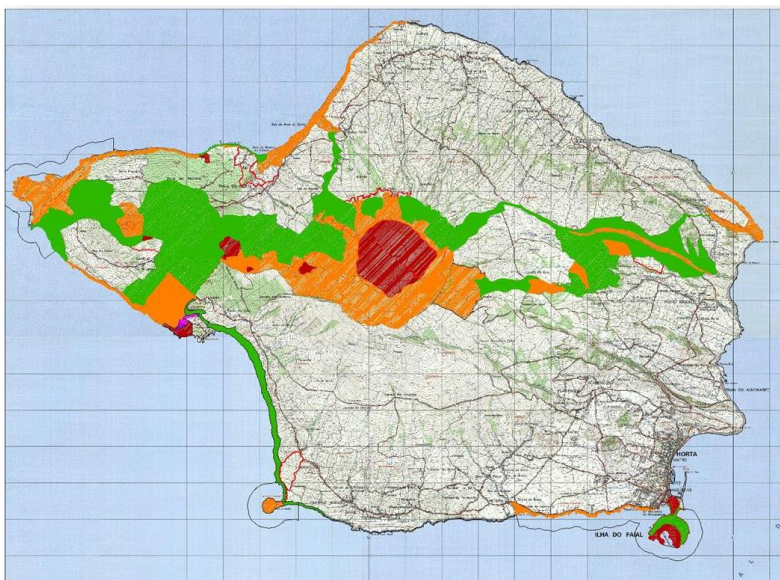


Fig. 7: Primeira proposta de zonamento para a ilha do Faial.

É também no âmbito dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha que se poderá definir o zonamento associado à categorização do grau de proteção/intervenção nas diferentes áreas. Ao associar a informação da sensibilidade ecológica à carga humana presente e ao potencial interesse paisagístico, podemos delinear uma estratégia de intervenção na paisagem nas áreas protegidas que inclua o seu potencial para os diversos usos do solo, que não esqueça a conservação da natureza e o agrícola mas que também inclua o recreio e turismo.

Das áreas protegidas fazem também parte os elementos relacionados com a componente cultural da paisagem, tanto os da arquitetura e da arquitetura de produção tradicional, como os usos do solo ou os meios como essas áreas protegidas podem ser usufruídas pela população e turistas, os trilhos e miradouros. Os trilhos devem ser cuidadosamente planeados para que sejam preservados os habitats classificados, os principais elementos geológicos e geomorfológicos, as zonas costeiras e as espécies de flora e fauna relevantes para a conservação da natureza.

Os trilhos já existentes são analisados no âmbito dos Planos de Gestão por troços, cruzando-se a informação existente sobre os valores naturais presentes (com particular relevância para a Rede Natura 2000) com as altimetrias dos locais, dados sobre os tipos de solo, para avaliar a erosão, sistemas de vistas e carga humana potencial. Desta avaliação surge uma proposta de manutenção,

recuperação, melhoramento ou abandono dos troços. Após essa avaliação dos trilhos poderão estabelecer-se os locais preferenciais para a localização de novos trilhos e miradouros.

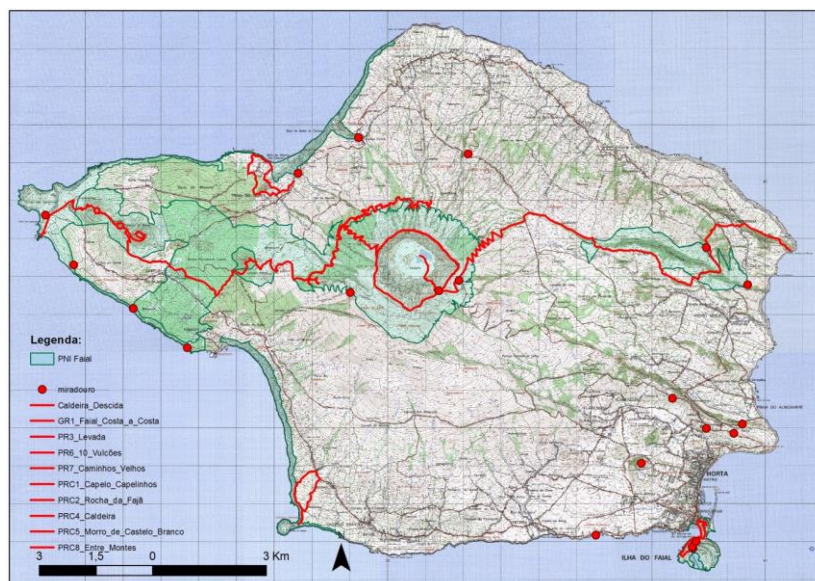


Fig. 8: Trilhos e miradouros da ilha do Faial.

Contributos para a elaboração dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha dos Açores - Faial

Contributos para a elaboração dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha dos Açores - Faial

8.6. PR6FAI – TRILHO DE PEQUENA ROTA LINEAR DOS 10 VULCÕES

9.5. MIRADOURO DO MONTE DA GUIA – NOSSA SENHORA DA GUIA



Fig. 117 – Trilho Rota dos 10 Vulcões

O Trilho Rota dos 10 Vulcões tem uma extensão de 21 km e uma duração aproximada de 6 horas com um grau de dificuldade elevado. Criado em 2010 pelo Parque Natural do Faial, este percurso associa três segmentos de trilhos existentes no Faial: a Caldeira, a Levada e o Capelo-Capelinhos. O percurso tem início na Caldeira e percorre, como o próprio nome o indica, 10 dos principais vulcões existentes na Península do Capelo.

A possibilidade de apreciação da biodiversidade e a geodiversidade são uma constante neste percurso, destacando-se a Caldeira, a Península do Capelo, e o vulcão dos Capelinhos. Com um desnível aproximado de 1000 metros, permite descobrir grande parte da flora endémica dos Açores, desde espécies de altitude a costeiras, passando pelas de média altitude e também por espécies características de ravinas e locais abrigados.

Ao longo do trilho pode-se observar e escutar diversas aves, muitas delas subespécies endémicas. Termina na maior e mais importante estação baleeira dos Açores entre 1940 e 1957, o Porto do Comprido. Desde a sua criação, este trilho já sofreu algumas alterações ao circuito original, reduzindo em 3,15 km o percurso realizado em asfalto.

É de equacionar a retirada do Cabeço do Fogo pelo fato do trilho existente fragmentar habitats prioritários da Rede Natura 2000 e poder ser causa de erosão num cone de escórias altamente frível. Em alternativa, o trilho deverá passar a meia altura do cone em locais menos frágeis do ponto de vista ambiental.

- | | |
|---|--------------------------|
| Designação | Localização (GPS) |
| - Miradouro do Monte da Guia - Nossa Senhora da Guia | |
| Caracterização | |
| - Espaço localizado na Área de Paisagem Protegida do Monte da Guia (FAI08); | |
| - Murete a delimitar linha de contemplação; | |
| - Elemento de valor patrimonial – Ermida de Nossa Senhora da Guia; | |
| - Acesso por meio de escadas; | |
| - Sem acesso a pessoas de mobilidade reduzida; | |
| - Proximidade de percurso interpretativo Entre Montes; | |
| Equipamento | |
| - Sem bancos mas com murete; | |
| Acessos e estacionamento | |
| - Acesso rodoviário/pedonal, com área de estacionamento na proximidade; | |
| - Capacidade para aproximadamente 4 viaturas; | |
| Vistas panorâmicas | |
| - Horta, Pico e Caldeirinhas; | |
| Recursos de interpretação | |
| - Sem recursos de interpretação (painéis). | |



Fig. 128 – Ermida de N. Sra. Da Guia



Fig. 129 – Costa e Morro de Castelo Branco

Fig.s 9 e 10: Fichas relativas aos trilhos e miradouros integrados no Parque Natural de Ilha do Faial (excertos).

A conciliação do ambiente com o turismo implica a resolução de potenciais conflitos, entre eles poderá estar a eventual necessidade de recuperar os ecossistemas presentes nos locais a visitar. No entanto também é necessário aliar-se a provável necessidade de criar uma experiência turística marcante, que seja ambientalmente responsável, segura e confortável para os visitantes. Nesse sentido, há que definir regras de utilização da paisagem que limitem a pressão humana.

Em certos casos pode ter que se definir um número máximo de visitantes por dia para um determinado local, ou seja, a capacidade de carga humana que os ecossistemas e paisagens podem suportar. Noutras situações pode ser necessário tomar medidas no sentido de diluir a pressão humana nas paisagens mais concorridas. O estudo dos diversos pontos de observação potenciais sobre uma determinada zona de interesse poderá indicar a possibilidade de criar diversos miradouros igualmente interessantes e estrategicamente localizados. Desta forma, poderemos reduzir a carga e melhorar a qualidade da visita.

As soluções de desenho arquitetónico adotadas para os miradouros, pontos de paragem e locais de interpretação da paisagem devem ser cuidadosamente estudadas, de modo a potenciar a eficácia da transmissão da mensagem a vincular e a criar uma imagem do local que contribua, também ela, para aumentar a qualidade da experiência. Um desenho arquitetónico que conjugue a integração dos valores ecológicos a um espaço apreciado por ele próprio, com uma forma que se possa considerar icónica, poderá ser um meio de atrair ainda mais visitantes e valorizar a própria visita. O desenho destes pontos de interesse deve integrar o reconhecimento e a aplicação de uma estética baseada na história e na cultura de cada lugar e nas suas potencialidades, em termos da topografia, vegetação presente e sistemas de vista potenciais.

A estas intervenções pontuais e limitadas no sentido de se criar uma paisagem “icónica”, onde a visita seja possível de modo ecologicamente sustentado, deverá aliar-se um esforço de informação e sensibilização ambiental no sentido de fazer compreender às populações locais a importância e a oportunidade que constituem os processos naturais que se passam nas áreas protegidas e no todo que é a ilha. Os Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha podem constituir-se como ferramentas importantes que integram o zonamento de usos, mas também proporcionam uma estrutura coerente de visita, onde se incluem novos pontos miradouro e locais de interpretação da paisagem. A seleção dos principais elementos visitáveis das áreas protegidas e a sua inclusão em percursos com uma forte componente de interpretação é fundamental para que toda a comunidade possa usufruir dos benefícios de possuir áreas protegidas.

Estes benefícios são a presença de ecossistemas íntegros e adequadamente mantidos, e que conduzem ao equilíbrio ecológico numa área mais vasta do que as próprias áreas protegidas. São também a afirmação de uma imagem positiva das áreas protegidas que perdura e que conduz à vontade de regresso por parte dos visitantes.

A importância do homem na paisagem e do seu desenvolvimento turístico não deve desviar, contudo, a atenção de um trabalho de base de monitorização e avaliação ambiental e de recuperação de ecossistemas e paisagens, quando necessário. Assim, a intervenção em áreas protegidas não deve ser concretizada em oposição à população e ao turismo nem, por outro lado, deve resultar na adulteração da componente natural da paisagem. Há um ponto de equilíbrio que permite a saudável interação entre os humanos e o mundo ecológico tornando-a positiva e mutuamente benéfica.

Verifica-se que os desafios que se colocam aos Planos de Gestão estão relacionados com a preservação dos valores presentes na paisagem mas também com a sua correta articulação com as restantes atividades que se desenvolvem no interior das áreas protegidas, das quais se salientam a agricultura e a silvicultura. Estes Planos têm também de fazer face aos desafios colocados por uma crescente procura turística, diminuindo a pressão sobre determinados ecossistemas e espécies protegidas cuja conservação é necessário acautelar.

Bibliografia

Antrop, Marc, “Sustainable landscapes: contradiction, fiction or utopia?”, *Landscape and Urban Planning*, 75 (2006) pp. 187-197.

Arsénio, Pedro, Bulcão, Lara, Abreu, Maria Manuela, Ribeiro, Luís, “ O Plano de ordenamento e gestão do Ilhéu de Vila Franca do Campo, São Miguel, Açores (Portugal): exemplo da conciliação da conservação com o uso público de uma área protegida”. Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde: IV *Simpósio da Fauna e Flora das Ilhas Atlânticas*, Setembro de 2002.

Borges, Paulo A. V.; Bried, Joël; Costa, Ana; Cunha, Regina; Gabriel, Rosalina; Gonçalves, Vítor; Martins, António Frias; Melo, Ireneia; Parente, Manuela; Raposeiro, Pedro; Rodrigues, Pedro; Santos, Ricardo Serrão, Silva, Luís, Vieira, Paulo; Vieira, Virgílio, Mendonça, Enésima; Boeiro, Mário - “Descrição da biodiversidade terrestre e marinha dos Açores” in *Listagem dos organismos terrestres e marinhos dos Açores*. Cascais: Príncipia, 2010.

Cancela d’Abreu, Alexandre; Moreira, José Marques; Oliveira, Rosário (coord. do estudo), “Livro das paisagens dos Açores: Contributos para a identificação e caracterização das paisagens dos Açores”. Ponta Delgada: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar /Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, [2005].

- Cancela d'Abreu, Alexandre; Moreira, José Marques; Oliveira, Rosário (coord. do estudo), "Caracterização e identificação das paisagens dos Açores: relatório final do estudo". [s/l]: Secretaria Regional do Ambiente / Região Autónoma dos Açores / Universidade de Évora, 2001.
- Decreto Legislativo Regional nº 15/2007/A de 25 de Junho. Reclassifica a Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores.
- Decreto Legislativo Regional nº 15/2012/A de 2 de Abril. Aprova o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
- Dias, Eduardo, "Vegetação natural dos Açores: ecologia e sintaxonomia das florestas naturais". Tese de doutoramento. Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores, 1996.
- Dias, Eduardo, Mendes, Cândida, Melo, Cecília, Pereira, Dinis, Elias, Rui, "Azores Central Islands Vegetation and Flora: Field Guide". *Quercetea* 7:123-173, 2005. ALFA, Lisboa, Portugal.
- Dias, Eduardo, Elias, Rui Bento, Melo, Cecília, Mendes, Cândida, "Biologia e ecologia das florestas das ilhas: Açores" in SILVA, Joaquim Sande (coord.) - *Açores e Madeira: a floresta das ilhas*. Coleção Árvores e Florestas de Portugal vol. 6. pp. 51-80. Lisboa: Edição Público, Comunicação social SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007.
- Gil, Artur, "Proposta Metodológica para a elaboração de planos de gestão de sítios da Rede Natura 2000". Tese de mestrado. Ponta Delgada: Departamento de Biologia, Universidade dos Açores, 2006.
- Gil, A.; Calado, H.; Costa, L.T.; Bentz, J.; Fonseca, C.; Lobos, A.; Vergílio, M.; Benedicto, J. (2011), " A methodological proposal for the development of Natura 2000 sites management plans". *Journal of Coastal Research*. Special Issue 64 (2011) pp. 1326-1330.
- Gomes, Cláudia Ávila. Porteiro, João, "Caracterização e gestão da paisagem dos Açores através da aplicação do conceito de carácter da paisagem". Angra do Heroísmo: I Congresso de Ciência e Desenvolvimento dos Açores - Crise, Território e Paisagem, livro de Atas, 2013.
- Gomes, Cláudia Ávila, "O conceito de carácter da paisagem e a sua aplicação na gestão de áreas protegidas: caso de estudo dos Açores". Tese de doutoramento. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 2011.
- Monteiro, Rui; Furtado, Sílvia; Rocha, Melânia; Freitas, Mário; Medeiros, Raquel; Cruz, José Vergílio, "O ordenamento do território nos Açores: política e instrumentos". Ponta Delgada: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM); Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH), 2008.
- Oliveira, Rosário, Albergaria, Isabel, Furtado, S., Gomes, Cláudia, "Sistema de informação de apoio à gestão da paisagem dos Açores. Proposta para uma estratégia regional". Angra do Heroísmo: I Congresso de Ciência e Desenvolvimento dos Açores - Crise, Território e Paisagem, livro de Atas, 2013.
- Porteiro, João; Costa, Luís; Calado, Helena; Paramio, Luz; Monteiro, Pedro; Medeiros, António e GIL, Artur, "Plano de Gestão do Sítio Ramsar das Fajãs dos Cubres e da Caldeira de Santo Cristo". Ponta Delgada: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e Universidade dos Açores (Secção de Geografia), 2007.

- Porteiro, João Mora, “Gestão ambiental e o ordenamento do território em espaços insulares: a rede regional de áreas protegidas dos Açores”. Bragança: 17º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, 2011. (“Gestão de bens comuns e desenvolvimento regional sustentável”, Bragança - Zamora, 29 de Junho a 2 de Julho de 2011). pp. 776-788.
- Ribeiro, Luís Paulo; Abreu, Maria Manuela ; Bulcão, Lara ; Arsénio, Pedro, “Landscape sensitivity as a conciliation concept between bio-physical and cultural factors in planning for protected areas: the examples of two volcanic protected landscapes in Azores, Portugal”. Bologna (Italy): 4th European Congress on Regional Geoscientific cartography and information systems, 2003. (“Geoscientific information for spatial planning”, 17-20 Junho de 2003).
- Silva, Luís; Martins, Mónica C.; Maciel, Graciete B.; Mour, Mónica, “Flora vascular dos Açores: prioridades em conservação”. Ponta Delgada: Amigos dos Açores, Centro de Conservação e Protecção do Ambiente (CCPA),[s/d].
- Sjögren, Erik, “Aspects of the biogeography of Macaronesia from a botanical point of view”. “Arquipélago: life and marine sciences”. Supplement 2 (Part A) (2000) pp.1-9.
- Rull, Valentín, Lara, Arantza, Rubio-Inglés, Maria Jesus, Giralt, Santiago, Gonçalves, Vítor, Raposeiro, Pedro, Hernandez, Armand, Sánchez-López, Guiomar, Vasquez-Loureiro, David, Bao, Roberto, Masqué, Pere, Saéz, Alberto, “Vegetation and landscape dynamics under natural and anthropogenic forcing on the Azores Islands: a 700 year pollen record from the São Miguel Island”. *Quaternary Science Reviews*, 159 (2017) pp. 155-168.

OLHAR PARA CONHECER.

O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO DO MONTE DO ALENTEJO LITORAL

Cláudia Gaspar

Resumo: A salvaguarda do património edificado, em particular o legado dos montes num contexto futuro, só pode ter lugar após o conhecimento profundo desde a sua génese, num tempo passado e período de grande atividade produtiva, ao tempo presente em que se identificam muitos montes em avançado estado de degradação, por abandono, ou, com dinâmicas associadas maioritariamente a atividades turísticas.

Para conhecer o *monte* do Alentejo litoral, enquanto unidade agrícola que contém a casa de habitação tradicional, construída maioritariamente no final do século XIX e no início do século XX, foram efetuadas, no âmbito da investigação para a tese de doutoramento, um número significativo de visitas que consistiram no levantamento *in situ*, sistematização da informação recolhida e elaboração de registos rigorosos do património edificado, recorrendo aos instrumentos da arquitetura.

A comunicação aborda a tipologia arquitetónica característica das áreas rurais do Alentejo litoral – o *monte* – através de um olhar que considera a relação paisagem – atividade – monte na caracterização do património edificado, sendo a morfologia do monte analisada a partir dos momentos mais significativos da história do sistema agro-silvo-pastoril.

Palavras chave: Arquitetura Vernácula; Monte; Património Cultural; Alentejo Litoral; Paisagem.

MONTES: THE ARCHITECTURAL HERITAGE IN ALENTEJO COAST.

KNOWLEDGE BY LOOKING

Cláudia Gaspar

Abstract: The preservation of built heritage, in particular the legacy montes in a future context, can only be achieved with an accurate knowledge from its genesis, in a past time and period of great productive activity, to the present time in which many identified montes are in an advance state of degradation, by abandonment, or, with dynamics associated mainly to tourism activities.

For an accurate knowledge of the coastal Alentejo montes - the agricultural unit containing the traditional dwelling house, built mostly in the late 19th and early 20th centuries -, a significant number of montes were surveyed, with rigorous registers, systematised and interpreted from in situ and disperse existing data, during the PhD research. Empowering the applied cultural, supported by technical, knowledge of the built heritage.

The communication approaches the characteristic architectural typology of the Alentejo littoral rural areas – *monte* – through a view that considers the relation landscape - activity - monte in the characterization of the built heritage, being the morphology analysed from the most significant moments of the history of the agro-silvic-pastoral system.

Keywords: Vernacular Architecture; Monte; Cultural Heritage; Alentejo Littoral; Landscape.

OLHAR PARA CONHECER.

O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO DO MONTE DO ALENTEJO LITORAL

Cláudia Gaspar

A comunicação aborda a tipologia arquitetónica característica das áreas rurais do Alentejo litoral – os montes -. Este património construído é a expressão de um período de assentamentos rurais dispersos associados à vida no campo, construída maioritariamente no final do século XIX e no início do século XX. Arquitectura vernacular⁸², popular, rural, tradicional, autóctone, típica, autoconstruída, *sem architectos* (cf. Rudofsky 1964), ou até arquitectura de sentido comum, como afirma Carlos Flores, no Tratado de arquitectura popular espanhola (1961), são construções que surgem por questões funcionais e por adaptação a um lugar, como próprio da arquitectura vernacular.

O olhar para o monte alentejano já foi feito pelas várias disciplinas (Leal 2009), nos últimos séculos, nomeadamente por: geógrafos, etnógrafos ou antropólogos que têm *um olhar para* a vida rural, entre eles Silva Picão (escritor etnógrafo e agricultor) que faz uma descrição detalhada da “vida no campo” (1947, 11) identificando vários tipos de montes; ou os levantamentos e desenhos das casas de habitação e dos cómodos de lavoura, efectuados por José Leite de Vasconcelos (1983); ou os desenhos de Veiga de Oliveira e Fernando Galhano em “Arquitectura Tradicional Portuguesa” (2000 [1992], 154) com a representação em planta e esboços dos interiores. No entanto, é com o Inquérito sobre a Arquitectura Regional Portuguesa⁸³, na década de cinquenta (1955-1958) e posterior

⁸² Opta-se pelo termo vernacular como o que melhor caracteriza os *montes* no Litoral alentejano, de acordo com a Carta sobre o Património Construído Vernáculo (Comité Internacional de Monumentos e Sítios [ICOMOS] 1999) que se associa a “construções imediatamente identificadas com um local, que a originou através das necessidades físicas e sociológicas de um grupo restrito, do uso de materiais circunscritos à fronteira do mesmo e na sua adequação aos agentes físicos” (Jorge 2016: 51).

⁸³ O *Inquérito à zona 6*, elaborado por Artur Pires Martins (1914-2000), Celestino Castro (1920-2007) e Fernando Ferreira Torres (1922 - 2010), integra os seguintes municípios do litoral alentejano: Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira.

publicação de *Arquitectura Popular em Portugal*, em 1961, que se dá o grande contributo para o estudo da arquitectura vernácula em Portugal.

Essa lacuna já tinha sido anteriormente contestada por Távora: “O estudo da arquitectura portuguesa, ou da construção em Portugal, não está feito. Alguns arqueólogos escreveram e trataram já das nossas casas, mas, do que deles conhecemos, nenhum deu sentido actual ao seu estudo tornando-o elemento colaborante da nova arquitectura. O passado é uma prisão de que poucos sabem livrar-se aiosamente e produtivamente, vale muito, mas é necessário olhá-lo não em si próprio, mas em função de nós próprios. É indispensável que na história das nossas casas antigas ou populares se determinem as condições que as criaram e desenvolveram, fossem elas condições da Terra, fossem elas condições do Homem, e se estudem os modos como os materiais se empregaram e satisfazem as necessidades do momento. A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções” (Távora 1993 [1947], 13).

Os estudos, trabalhos e investigações em torno à arquitectura vernacular, e, em particular dos montes continuou, a nível nacional e internacional, onde se incluem: teses de doutoramento; de mestrado; congressos, seminários, encontros e respectivas actas de comunicações e conferências. Desde: o “Encontro com os Mestres construtores”, em Noudar (1984); a 7ª Conferência sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra “TERRA93”, em Silves (1993) que, na sequência da exposição na Fundação Calouste Gulbenkian e posterior publicação “Arquitecturas de Terra ou o Futuro de uma Tradição Milenar” (Perdigão 1993), marca o início do trabalho científico em torno do tema; Seminários de Arquitectura de Terra em Portugal (I a VII), que decorreram entre 2003 -2013; “Arquitectura popular - Conceitos e expressões. Valores culturais, sociais e económicos” Colóquio Internacional em Arcos de Valdevez (2013); “reVer” Seminário no Porto (2015); Colóquio Ignorância e Esquecimento, em Odemira (2013); ou o Congresso Internacional Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental, em Mértola (2015).

Saliento as seguintes teses de doutoramento: “Arquitectura em terras ermas. Cenários no Alentejo litoral” (Gaspar 2017b) que trata a tipologia arquitectónica do monte com um intuito propositivo - investigação em projecto e que fundamenta esta comunicação; “Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve - Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular” (Costa 2008) que demonstra o papel central que o monte tem na organização da exploração agrícola e desta forma como elemento principal de transformação da paisagem e também na relação com outros montes; “A Arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve” (Caldas 2007), na definição da arquitectura rural; e a tese em Paisagem “Guardiões da Paisagem – Os montes alentejanos. Lugares

de Memória” (Simões 2015), que aborda o papel do monte na estrutura da paisagem do Alentejo; entre outras.

As teses de mestrado: “Arquitectura das Cabanas do Estuário do Sado. Formas e vivências dos espaços vernaculares” (Pires 2013) em que é feito o levantamento de alguns montes no Alentejo litoral; “Habitar a Paisagem Alentejana. A particularidade do Monte” (Teles 2015) onde é relevante a metodologia do estudo do monte como estrutura agrícola a partir da arquitectura; ou “A Paisagem Rural Vernacular do Baixo Algarve” (Antão 2012) que aborda as várias construções na paisagem rural como os muros ou os valados.

No início do século XXI são vários os projectos em torno da arquitectura vernacular de: aprofundamento das técnicas e aspectos construtivos, em particular da taipa (Correia 2007) própria do Alentejo litoral, com a publicação de referência “Arquitectura em Portugal” (AA.VV. 2005), entre outras; recuperação e restauro (Costa 2005; Ribeiro et al. 2008; Costa e Ribeiro 2009); e, na edificação dos *novos* montes, como é o caso do trabalho do atelier Aires Mateus com vários projectos de intervenção em montes, maioritariamente no concelho de Grândola e Montemor-o-Novo (AA.VV. 2016).

Apesar de termos hoje um maior conhecimento acerca da arquitectura vernacular, existe ainda uma lacuna relativamente ao legado dos montes, em particular no Alentejo litoral (Fig. 1).



Fig. 1: Monte do Tabuleiro, fotografia da autora (2015).

Paisagem-Actividade- Monte

A relação indissociável entre o monte e a actividade (agro-silvo-pastoril) evidencia-se a partir do trabalho de campo efectuado que, após calcorrear⁸⁴ intensamente o território (Gaspar 2015; 2016a), à procura de semelhanças e diferenças entre os montes, são identificadas construções que se relacionam sempre à actividade predominante, e que se reflectem nas diferenças na morfologia arquitectónica, nos pormenores construtivos, nas técnicas, nos materiais e dimensões (Fig. 2).



Fig. 2: Medições, Grândola, fotografia da autora (2015).

O levantamento é motivado pela pertinência de uma leitura dos montes na sua relação com a paisagem, que se revela indissociável. Do trabalho de campo resultou: um registo fotográfico que explora exaustivamente cada monte visitado, desde a escala do território, percepcionando a relação do monte com a envolvente, ao detalhe construtivo do gigante que suporta a parede tardoz do edifício; o desenho rigoroso de grande parte dos montes visitados, utilizando os instrumentos da arquitectura; a reconfiguração de elementos cartográficos com o mapeamento do actual estado das construções; e a análise individual e comparativa entre montes que fundamentam as categorizações tipológicas e suas variações (que aqui se abordarão).

⁸⁴ Intensifica-se a importância do caminhar e, do caminhar e parar como forma para conhecer o território (Carreri 2002; 2016) relevante na recolha de informação. O mote “Survey before planning”, já abordado por Patrick Geddes (1854-1932), referia a importância de andar no lugar para conhecê-lo antes de projectar, num período em que o planeamento era feito de acordo com a procura de modelos em detrimento do entendimento das principais preocupações do lugar e actuar de acordo com essas características e necessidades (Soares 2016, 93). A metodologia de caminhar para conhecer o território foi utilizada no trabalho de campo efectuado no âmbito da investigação para o doutoramento (Gaspar 2017b).

Da sistematização da informação recolhida e do material produzido, optou-se pela organização em fichas individuais com o conteúdo específico a cada monte, relacionando o património construído com a paisagem, compiladas num volume que, sendo complementar à dissertação, funciona com um instrumento de trabalho autónomo (Gaspar 2017b, vol.II). As fichas incluem: fotografias; quatro tipos de cartografia, que por sua vez corresponde a momentos diferentes⁸⁵; nos casos em que foi feito desenho do monte, planta e alçado(s); e uma descrição dos elementos que compõem o monte.

Como próprio da arquitectura vernácula, os montes surgem associados às condições geomorfológicas do território e, consequentemente, às actividades predominantes, organizadas e diferenciadas por unidades de paisagem (Cancela D'Abreu et al. 2004). No Alentejo Litoral, identificam-se três paisagem distintas - serra, peneplanície e costa - onde se reconhecem diferentes tipos de montes de acordo com cada unidade de paisagem, dando expressão à associação monte – paisagem (Fig.s 3 e 4).

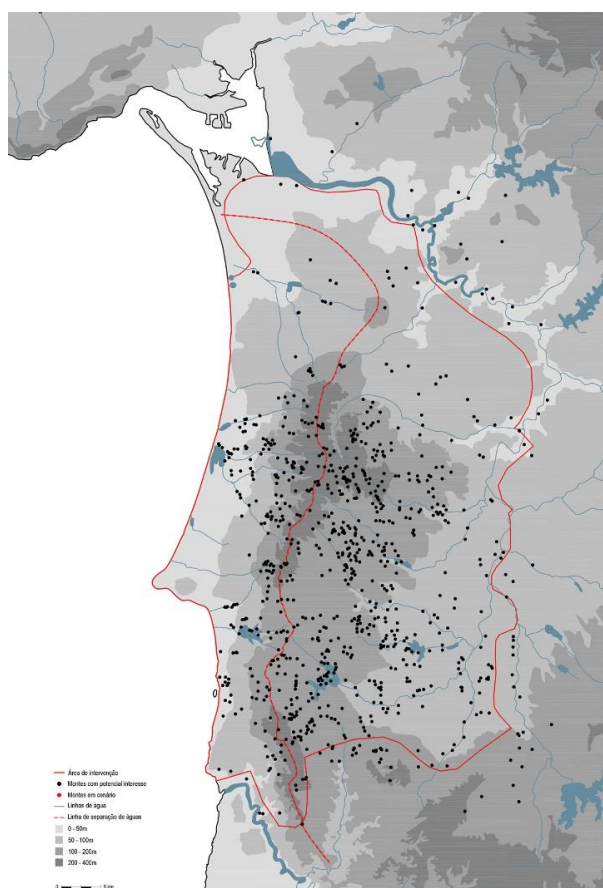


Fig. 3: Mapa dos montes identificados em trabalho de campo e hipsometrias, Alentejo litoral, desenho da autora (2017).

⁸⁵ Nomeadamente: as cartas de G. Pery (1883) à escala 1:50 000 com o conhecimento de ocupação do território e tipo de cultura; as cartas de cadastro à escala 1:10 000 onde é possível ler a evolução dos limites da propriedade que recorrentemente está na origem de muitos montes; as cartas militares à escala 1:25 000 a partir das quais se lê a implantação e o lugar da construção relativa à topografia e morfologia do território; e por último, a fotografia aérea ou ortofotomapa que permite uma leitura actual do lugar do monte, cuja escala é definida pelo utilizador *online* sendo possível uma definição à escala de 1:2 000, escala utilizada nas fichas e, em alguns casos, recorrendo à escala 1:5 000.



Fig. 4: Serra-peneplanície e costa, fotografias da autora (2015).

A caracterização dos montes identificados é feita a partir de um corte transversal no território que se cartografa e caracteriza o posicionamento no território (Fig. 5). Não se trata de um diagrama como a ilustração do modelo do plano regional “Valley section” datado de 1909, de Patrick Geddes que relaciona as várias actividades e ocupação básica da terra à leitura da paisagem⁸⁶, mas de cartografia feita a partir de uma leitura morfológica, onde se evidenciam quais os montes de serra, de peneplanície e de costa.

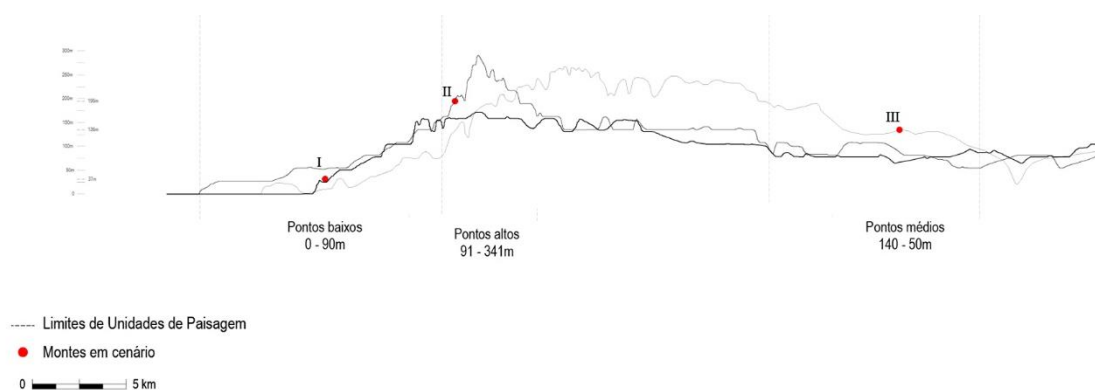


Fig. 5: Corte transversal no território em 3 pontos, Alentejo litoral, desenho da autora (2017).

⁸⁶ O corte/diagrama de Geddes ilustra as interacções complexas entre biogeografia, geomorfologia e sistemas humanos numa tentativa de demonstrar o modo como “ocupações naturais” tais como: caçar, explorar minério ou pescar são suportadas por geografias físicas que, consequentemente determinam padrões de assentamentos humanos. A ideia por detrás deste modelo era tornar clara a complexa relação entre o homem e o seu ambiente, e ainda incentivar os modelos de planeamento regional que iriam dar resposta a estas condições (Welter 2002, 60).

A partir da sobreposição de cartografias de âmbitos e datações diferentes (Fig. 6), foi possível remapear os montes e ter o conhecimento de ocupação do território e evolução dos limites da propriedade, a partir das cartas de Gerardo Pery (1883), das cartas de cadastro da propriedade rústica (1940), das cartas militares (1989), e dos actuais ortofotomapas (2015). Estes novos elementos cartográficos permitem identificar modelos de ocupação semelhantes em cada unidade de paisagem e, complementado com a restante informação recolhida em trabalho de campo, entender a evolução do edificado. Em zona de peneplanície verificam-se propriedades de maior dimensão e uma capacidade de ampliação das casas de habitação e assentos de lavoura, consoante a necessidade e o aumento da actividade, enquanto em zona de serra, a propriedade é de menor dimensão, assim como as casas de habitação e o número de dependências na propriedade. A partir do estudo cartográfico, é ainda possível reconhecer a sobreposição das linhas de divisão da propriedade com as linhas de água e as linhas de festo ou cumeeira em parcelas alongadas na direcção dos declives, em zona de serra, enquanto que em peneplanície, as parcelas tendem a coincidir com as folhas de cultivo de modo a que cada propriedade tenha uma parte das diferentes culturas, já abordado em “Arquitectura tradicional e paisagem no Litoral alentejano” (Gaspar 2015, 96-97).

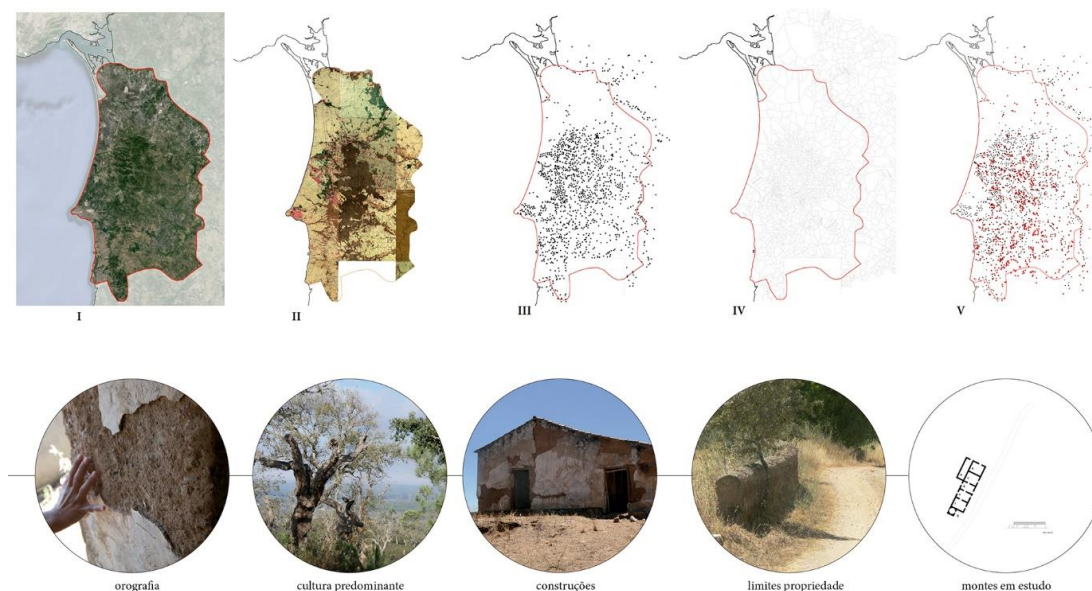


Fig. 6: Os montes a partir da cartografia: orografia, cultura predominante, construções, limites de propriedade e montes em estudo. Legenda: I- Ortofotomapa (2015); II- Carta de G. Pery (1883); III- Conhecimento das construções identificadas na carta de G. Pery (1883); IV- Conhecimento dos limites de propriedade identificados na carta de G. Pery (1883); V- Sobreposição dos montes identificados com as construções na carta de G. Pery (1883).

Do mesmo modo que a cultura está directamente relacionada com o parcelamento da propriedade, também a questão da economia é intrínseca às diferentes tipologias de exploração agrícola, do edificado e da arquitectura da paisagem com expressão, no Alentejo litoral: no monte, herdade e quinta.

A designação monte, está normalmente associada à casa de habitação isolada no montado, que é também sede de lavoura, seja de uma grande propriedade ou de uma pequena parcela de terra⁸⁷. Desde a courela mais pequena com horta, em zona de serra, ao monte do lavrador agro-silvo-pastoril até às grandes explorações agro-pecuárias, em zona de peneplanície, o monte do Alentejo litoral tem características que o diferenciam de outras zonas de baixa densidade do Alentejo e Algarve, associadas às condições geomorfológicas do território, nomeadamente na cultura de divisão da propriedade que é mais compartimentada, no tipo de exploração da floresta de montado de sobro e azinho como actividade predominante e algumas plantações de trigo.

A história dá-nos um conhecimento mais aprofundado das formas de exploração das grandes herdades que poderão remontar às *villae romanas*, como referido em contratos de aforamento medievais embora a dimensão das explorações do Império não se repita na Idade Média, o que poderá significar que as explorações tivessem passado a ser menores ou menos concentradas, como afirma José Mattoso (2011, 624). Também Cláudio Torres menciona o reflexo da organização tradicional das *villae rústicas* e, tal como Mattoso, da influencia árabe nos montes alentejanos (ibidem, 606).

O estudo efectuado aos montes no Alentejo litoral, revela que a maior parte das herdades eram marcadas pela presença do monte do Antigo Regime, alguns dos quais poderiam remeter ao início do período moderno (Gaspar 2017b, 247). Com o advento do liberalismo assistiu-se a uma profunda transformação da estrutura predial com o desaparecimento e transformação de muitos montes, a concentração de herdades nas mãos de alguns dos novos proprietários e a alteração da lógica da exploração (Silbert 1972).

A área em estudo considerada é condicionada, como já mencionado, pelo sistema oro-hidrográfico, marcado pelo maciço da serra de Grândola e do Cercal, a predominância as linhas d'água, da bacia do Sado e aquelas com desague no mar. Identificam-se três geografias distintas e variações na

⁸⁷ Em "1904 Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos" Silva Picão (1947, 11-13) faz a identificação das diferentes tipologias de montes desde os das herdades aos mais pequenos, dos lavradores aos seareiros, com diferentes organizações e cronologias.

tipologia dos montes a estas associadas. A primeira zona, numa leitura de poente para nascente, em linha de costa corresponde a zonas mais baixas; a segunda corresponde à zona serrana e aos montes da pequena courela; a terceira zona identificada é a da peneplanície na encosta Este das Serras de Grândola e do Cercal, onde se dá a transição do monte mais pequeno da serra para as explorações de maior dimensão comuns à zona do Baixo Alentejo, às quais se podem associar diferentes tipos de exploração: de maior dimensão em zona de peneplanície, montes mais pequenos em zona de serra; e em zona de costa montes mais dispersos.

A arquitectura da paisagem do monte é moldada pelas práticas quotidianas que ocupavam os habitantes e trabalhadores do monte, frequentemente, em torno das actividades agro-silvo-pastoris, mas também a actividade mineira com reflexo, por exemplo, na edificação de habitações em banda (como se verá mais à frente associada ao tipo 5).

Relativamente à configuração dos edifícios, reconhece-se uma certa modularidade resultante do mesmo processo construtivo; semelhanças na organização espacial e semelhanças no modo de evolução na construção. Algumas das condições que poderão contribuir para a variação desta arquitectura estão relacionadas, como já referido, às características naturais de terreno de implantação (declive e tipo de solo), material da construção (tipo de terra ou pedra), e experiência do mestre taipeiro ou pedreiro.

A nível de organização, os edifícios têm a entrada principal da habitação a nascente ou a sudeste, para maior protecção dos ventos marítimos. A cozinha, a principal divisão da casa, ocupa em geral uma posição central, a partir da qual se acede às restantes; os quartos, em maior ou menor número, poderão ter ou não iluminação natural. Identificam-se ainda as dependências onde se armazenavam os produtos de lavoura para consumo da casa como o azeite, vinho e salgadeiras; ou as dependências para os animais que poderão dispor ou não de comunicação interior com o resto da habitação. Os elementos de fogo são uma constante, a lareira interior com a sua chaminé de grande dimensão e o forno exterior adossado a uma das paredes laterais. A descrição corresponde a uma tipologia comum à zona de serra, de menor dimensão, identificada em em *Arquitectura Popular Portuguesa* (1961).

O IARP identificou 9 variações tipos de construções, como próprios da zona 6, designada como Algarve, mas que abrange as regiões litorais: o Algarve, o Alentejo litoral, a Bacia do Sado, e uma parte do Baixo Alentejo, diferenciado dos tipos do Alto Alentejo interior, apontando a casa da serra de Grândola como tipo frequente no Alentejo litoral (Fig. 7). Com o levantamento efectuado, numa área mais circunscrita, identifiquei 5 tipos de edifícios que constituem os montes do Alentejo litoral, e que são passíveis de uma correspondência geográfica (Fig. 8).

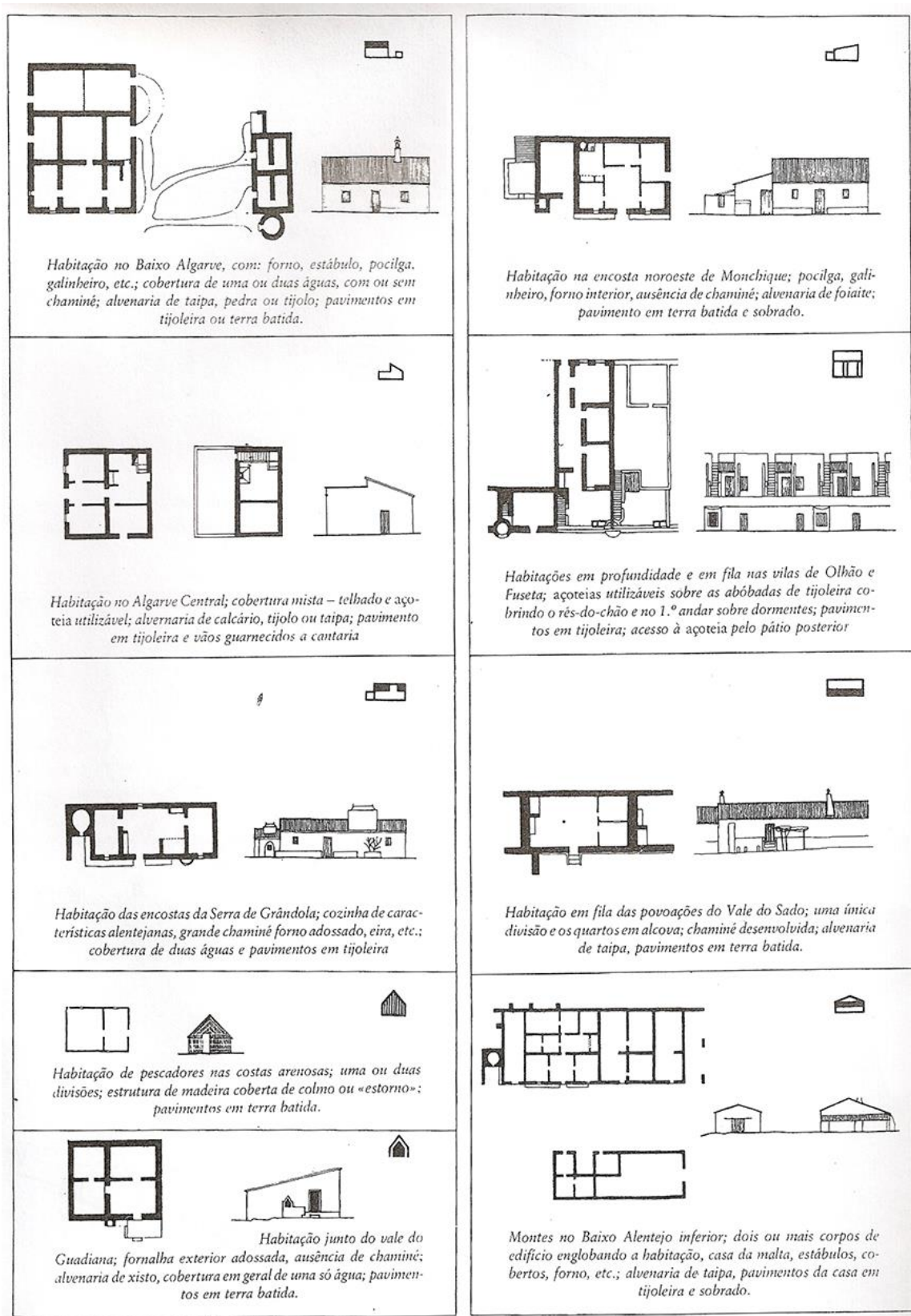


Fig. 7: Quadro tipológico da zona 6 resultante do Inquérito sobre a Arquitectura Regional Portuguesa, elaborado na década de sessenta do século XIX. Fonte: *Arquitectura Popular em Portugal* (1988[1961]: 679).

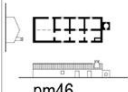
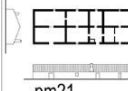
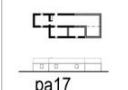
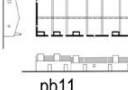
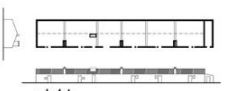
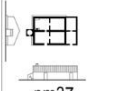
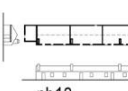
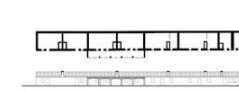
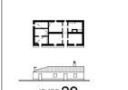
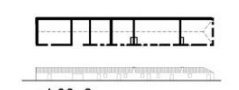
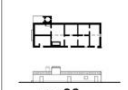
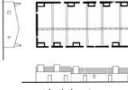
tipo 1 com 1 alinhamento (incluindo interior com paredes não estruturais)	tipo 2 com 2 alinhamentos (e parede de cumeeira)	tipo 3 com 1 ou 2 alinhamentos (variante dos tipos 1 e 2 com ampliação lateral e prolongamento da varanda de cobertura da parte posterior)	tipo 4 organização interior mais complexa por vezes com corredor (na habitação ou grande propriedade)	tipo 5 com 1 ou 2 alinhamentos (variante dos tipos 1 e 2 habitação em banda de trabalhadores assalariados e minérios)
 pa27	 pm46	 pa28	 pm40	 pm47
 pm19	 pm21	 pa14	 pm06_2	 pm08
 pa09	 pa17	 pm30	 pm06_1	 pb11
 pb01	 pa36	 pm31	 pa02	 pb11
 pa37_1	 pm37	 pa37	 pm05	 pb13
 pm18_2	 pm12	 pm17	 pm36	 pb06_1
 pm18_1	 pm29	 pa34	 pa30	 pb06_2
 pm15	 pm22	 pa01	 pb12	 pb11_1

Fig. 8: Quadro dos tipos de organização, por alinhamento de compartimentos, identificados na área de estudo, desenho da autora (2017).

No quadro síntese, identificam-se 5 tipos fundamentais a nível da organização do espaço interior:

O tipo 1 correspondente a um alinhamento de compartimentos e secção transversal simétrica com eixo no pau de fileira (correspondente à tipologia identificada, no IARP, como *habitação nas encostas da serra de Grândola*); O tipo 2 com dois alinhamentos de compartimentos separados por uma parede de cumeeira; O tipo 3, com dois ou três alinhamentos de compartimentos, resulta de um processo de transformação nos montes e à sua condição evolutiva, que ocorre com mais frequência

nos montes da zona de peneplanície. É comum o aumento do número de compartimentos do edifício original, quer por compartimentação no interior, através da divisão de células existentes, quer pela adição de compartimentos adossados às empenas laterais (na continuidade do pau de fileira) ou tardoz (no prolongamento do plano de cobertura tardoz), alterando a volumetria do edifício original e a sua expressão formal; O tipo 4 caracteriza-se por uma configuração interior mais complexa e de dimensões tendencialmente maiores que os tipos anteriores. Configura, tal como os dois primeiros, um alçado lateral simétrico resultante tanto de cobertura de duas águas, como de um sistema de cobertura de quatro águas. Tem um maior número de aberturas, incluindo portas de acesso na fachada tardoz ou nas empenas laterais, a organização do espaço interior e a circulação é tanto mais complexa quanto maior dimensão tiver o edifício. Este tipo está associado a explorações de maior dimensão, nomeadamente à casa de habitação do proprietário da exploração, onde também é comum o tipo 5 correspondente aos edifícios de habitação em banda dos trabalhadores assalariados, ou mineiros com a característica sistematização das várias chaminés que pontuam a cobertura (corresponde à tipologia identificada, no IARP, como *habitação em fila das povoações do vale do Sado*).

Apesar da sistematização dos modelos arquitectónicos, considera-se a unicidade de cada um, própria da arquitectura vernácula, mais do que a categorização dos edifícios. Por esse motivo, os montes são identificados com recurso à toponímia ou às coordenadas GPS, em detrimento de uma categorização que não deixa de ser arbitrária.

Reconhecimento de valores culturais

Os montes, tipologia arquitectónica característica das áreas rurais do Alentejo litoral, são construções singulares, com similaridades entre elas, como reflexo de uma cultura comum, são parte do *Património Construído Vernáculo* e representam uma cultura que tem a capacidade de se adaptar.

“A construção vernácula é a forma tradicional e natural pela qual as comunidades habitavam. É um processo contínuo que inclui as necessárias modificações e adaptações contínuas como resposta às restrições sociais e ambientais. O património construído vernáculo é importante; ele é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, do seu relacionamento com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade da cultura mundial.” Conceito definido na Carta sobre o Património Construído Vernáculo (ICOMOS 1999).

Para além da importância do levantamento, registo, sistematização da informação recolhida, também o olhar propositivo⁸⁸, permite o reconhecimento de valores inerentes à arquitectura

⁸⁸ Como referido anteriormente, a investigação realizada acerca dos montes do Litoral alentejano (Gaspar 2017b) corresponde a uma investigação em projecto em que o levantamento, sistematização e análise foram efectuados com o

vernacular com vista ao projecto. Para além das tecnologias construtivas, materiais utilizados e soluções arquitectónicas, também as relações e influências determinantes das pré-existências - culturais, territoriais e arquitectónicas- do monte do Alentejo litoral, são analisadas numa perspectiva de proposta (Fig. 9).



Fig. 9: Monte da Courela, Santiago do Cacém, fotografia da autora (2015).

Os valores reconhecidos na arquitectura vernacular do monte assentam no conjunto do conhecimento empírico, de sinais e línguas que se materializaram ao longo de processos de tentativa e erro, numa relação com a morfologia dos lugares, recursos locais, características climáticas e necessidades ambientais, socioeconómicas e culturais de uma determinada comunidade (Oliver 2016, 109-127). É uma herança transmitida ao longo de gerações, que importa resgatar.

A taipa é a técnica de construção tradicional⁸⁹ privilegiada no Alentejo litoral, quer na casa de habitação, nas várias dependências de apoio do monte ou nos muros que, frequentemente, coincidem com os limites de propriedade (Fig. 10). Construídos com materiais locais, os edifícios integram sistemas de ventilação e climatização passivos e com reduzido impacto ambiental; são construções que requerem uma manutenção adequada como a caiação. Apesar do forte declínio no

intuito propositivo e em que o projecto é utilizado para levantar questões (Till 2005; Lucas 2016). Esta abordagem metodológica, no âmbito da investigação em arquitectura, foi apresentada em poster no Encontro Ciência 2017 “Alentejo Litoral. Montes como âncora na Recuperação do Património” (Gaspar 2017a).

⁸⁹ Estão identificadas 18 técnicas de construção em terra - CRATerre, de Houben e Guillaud (Fernandes 2006, 20-25). A taipa é uma técnica de construção tradicional que consiste em blocos monolíticos dispostos horizontalmente e por fiadas (desencontradas) até à constituição da parede, o que confere aos edifícios uma volumetria plena.

recurso à taipa que acompanhou o abandono de grande parte da vida rural, a técnica continua a ser utilizada e aperfeiçoada, com adaptação a novas tecnologias, tendo cada vez maior expressão em construções de raiz.



Fig. 10: Muro junto a Monte das Teimosas, Cercal, fotografia da autora (2015).

Como afirma Claudio Torres, “a construção em taipa, ao contrário [do adobe], obriga a uma complexa participação colectiva. A terra humedecida que não pode ser deixada a secar, o seu transporte rápido num vaivém de carregadores, o apisoamento cadenciado por vários homens, a constante desmontagem e remontagem dos taipais. Enfim, trata-se de uma operação só possível num ambiente de participação comunitária, mais usual no meio camponês” (Torres 2005, 13).

Para além dos valores ecológicos, inerentes à taipa, salientam-se ainda os valores sociais⁹⁰ e culturais próprios da construção colectiva, nomeadamente a transmissão de *saber-fazer* e o reaparecimento das actividades de: *taipeiro*⁹¹; *mestre-caleiro*; *caiadeiras*; mas também, inerente a outras técnicas construtivas próprias do Alentejo litoral, dos *abobeiros*, embora o adobe seja menos frequente na execução de paredes e mais comum na execução de coberturas em abóboda, nesta região; ou dos *artesões* na execução de coberturas em colmo, como no caso das cabanas outrora existentes na Lagoa de Santo André ou, ainda existentes, na Carrasqueira em Alcácer do Sal. Sendo que o mais

⁹⁰ Cf. “Terra, Palha, Cal: *Ensaio de Antropologia sobre materiais de construção vernacular em Portugal*” Pedro Prista (2014).

⁹¹ Em “*A casa e a terra: memórias de taapeiros de Sines, Baixo Alentejo*” (2005) Catarina Pereira entrevista e fotografa os *mestres taapeiros da zona de Sines*: Gualdino, Lojinha e Chico Luz, registando as fases da técnica: cada vez que se procede a nova taipalada, o lado de dentro é virado para fora para secar, como afirma Gualdino, “o taipal é igual por dentro e por fora, é como um casaco, depois de utilizado de um lado, vira do avesso para ser de novo utilizado” (255).

comum, é o sistema tradicional de cobertura de duas águas assente em pau de fileira, e telha assente em ripado ou caniço sobre barrotes de madeira, com excepção do quarto e quinto tipos, atrás enunciados, em que o mesmo sistema de cobertura assenta na parede de cumeeira (Gaspar 2017b, 339).

Conhecer para salvaguardar e construir sustentavelmente

O aumento das actividades agro-silvo-pastoris no Alentejo litoral, em particular em finais do século XIX até meados do século XX, conduziu à edificação de grande parte dos montes ainda hoje existentes. Outrora unidades agrícolas com casa de habitação tradicional, dependências de apoio e, frequentemente, assento de lavoura, os montes são hoje a expressão de uma sociedade de trabalhadores rurais e lavradores desactivada e, constituem um legado do património rural que é preciso salvaguardar, dinamizar e reinventar, considerando a relevância da integração em contextos territoriais e paisagísticos particulares.

Associados à cultura predominante, quer no grande assento de lavoura, no monte isolado disperso no território, ou na casa no aglomerado com horta, os edifícios que compõem o monte são construídos e articulados de acordo com as necessidades do quotidiano, dando origem a diferentes morfologias, como é próprio da arquitectura vernacular, demonstrando assim a sua capacidade resiliente.

Na presente comunicação é equacionado o papel dos montes num território com novas dinâmicas e num novo tempo. Tal como afirmaram Reimão Costa, Aguiar e Ribeiro numa conferencia no Porto em 2012 “Surveys on vernacular architecture. Their significance in the 20th century Architectural culture”: estamos perante o “(...) regresso a uma certa ruralidade - agora mais simbólica do que agrícola- e de afirmação das raízes identitárias como factor de valorização endógena construída a partir da “descoberta” do património como recurso a considerar no âmbito da diversificação económica associada às novas dinâmicas emergentes”.

Esta paisagem é por natureza, mediterrânica, como relembra o geógrafo Orlando Ribeiro⁹², à qual se associam os temas transversais da: problemática da desertificação, o tema do desenvolvimento local em meio rural, da revitalização e reabilitação, dando destaque à valorização do património vernacular construído.

No espectro de trabalhos académicos, nacionais e internacionais, realizados em torno do património vernacular construído, salienta-se a importância daqueles que operam com um intuito propositivo: seja no reconhecimento de características intrínsecas que valorizam a cultura local, onde se incluem

⁹² "Portugal é mediterrânico por natureza e atlântico por posição" (Rebelo 1929 op. cit. Orlando Ribeiro 1945, 58).

os trabalhos acima mencionados; no modo como sistematizam informação, como são os repositórios; ou na proposta de soluções.

Destacam-se os repositórios e plataformas, onde é inerente o trabalho de recolha, sistematização e inventariação: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [SIPA]; portal OAPIX - Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa [IARP]; Inventário de Montes do Alentejo Litoral (Gaspar 2017b, vol. II); Open archive - International Council on Monuments and Sites [ICOMOS]; Centro Internacional de Construção em Terra [CRATerre]; ou DICRC Traditional and vernacular buildings repository, na Índia.

Ainda os, os projectos internacionais que apresentam soluções com base no conhecimento, entre outros: o programa MEDA, focado nas construções tradicionais no espaço do Mediterrâneo, onde se insere o projecto “Corpus- la CONstruction, la Réhabilitation, le Patrimoine et l'USage” (AA.VV. 2002), um observatório de arquitectura tradicional mediterrânica; o projeto de investigação “VerSus - contributo do património vernáculo para a arquitetura sustentável” (AA.VV. 2014), coordenado por Mariana Correia, Escola Superior Galécia, resultando numa publicação que expõe e define estratégias e soluções sustentáveis do ponto de vista ambiental, sociocultural e socioeconómico expressas na arquitectura vernacular; entre outros, que se fundamentam nos princípios e orientações da Carta sobre o Património Construído Vernáculo (ICOMOS 1999).

Salientam-se as propostas de intervenção em montes e lugares emergentes identificados no Alentejo litoral, que são parte integrante da investigação acerca dos montes no Alentejo litoral (cf. Gaspar 2017b); e, os trabalhos fora da academia, que têm lugar na sociedade civil e se tornam mais operativos, como são o caso de projectos: de arquitectura com construção em taipa, conservação ou nova construção⁹³; projectos em montes, com recurso a outras tecnologias que não a taipa, mas construídos de modo a valorizar as características de cada lugar, como são exemplo, os projectos e obras de Aires Mateus⁹⁴, cujas soluções arquitectónicas tratam a pré-existência com diferentes abordagens, por exemplo em Montemor-o-Novo II, a cabana- abrigo é construída em cima da lagoa cuja construção é mínima, com 45m², “colocando em evidencia a beleza da natureza que a rodeia”(2016, 139), em contraste com a abordagem em Casa no Alentejo litoral, com 633 m², que “abraça uma extensão que contém árvores e espaços (...) uma extensão que aprisione, pondo em

⁹³ O uso da técnica da taipa pelos arquitectos teve início, na década de oitenta do século XX, com os trabalhos de Henrique Schreck, Teresa Beirão e Alexandre Bastos, publicado “Arquitectura de terra em Portugal” (Beirão 2005, 35-38), aos quais se seguiram novos ateliers e posteriores publicações acerca do tema.

⁹⁴ Entre os projectos desenvolvidos em zonas de baixa densidade no Alentejo, contabilizam-se apenas os publicados em A.MAG 08 – Aires Mateus Private work: em Montemor: Montemor-o-Novo I (2010-2014), e Barrocalinho em Montemor-o-Novo (2012-2017); e Montemor-o-Novo II (2015-2017); no concelho de Grândola: Alentejo litoral (2008-2015); Fontinha (2009-2013); Melides I (2010-2016); Melides II (2012-2015); Melides III (2014-2017); Grândola (2012-2015); e ainda na Comporta, o Porto Palafita (2013).

evidência a condição de retorno” (2016, 147); projectos de intervenção no território, que valorizam e reinventam o património rural construído como o Parque Linear (1999) do arquitecto Marco Navarra, uma intervenção na linha de comboio desactivada entre Caltagirone e San Michele di Ganzaria, na Sicília que consiste num percurso pedonal e ciclovía, com 14 km, equipada com recurso à reutilização de objectos e lixo da antiga ferrovia; mais do que uma referência de projecto, é uma referência a nível de conceito. O projecto consiste no reconhecimento de fazendas antigas na região natural e histórica da Sicília através da construção de uma nova paisagem. Navarra propõe a reutilização da antiga linha ferroviária com um trilho natureza com uma “infra-estrutura de luz” numa zona de antigas quintas⁹⁵.

São relevantes também as iniciativas que promovem actividades, debate, consciencialização e monitorização a partir de instituições e associações locais como: o Centro da Terra, em Santiago do Cacém; a Associação da Rota Vicentina, em Odemira; ou projetos como *Portuguese Trails* de valorização e sustentabilidade dos traçados âncora de *Cycling & Walking* das regiões turísticas portuguesas que passam a integrar o recente programa Observatório de Turismo Sustentável do Alentejo⁹⁶ que vem monitorizar a atividade turística e o impacto social e ambiental do setor.

Interessa olhar para o monte do Alentejo litoral, isolado e em estado de degradação, enquanto: legado vernacular; âncora na salvaguarda do património; e paisagem resiliente (Fig. 11).



Fig. 11: Monte do Outeiro da Nogueira, Santiago do Cacém, fotografia da autora (2015).

⁹⁵ Em 2002, Marco Navarra publica o livro “IN WALKABOUT CITY. Il paesaggio riscritto. Un parco lineare tra Caltagirone e Piazza Armerina”. Cf. StudioNowa (1999). Cf. “Parco Lineare”. Acedido a 22 de fevereiro de 2018. <http://www.landezine.com/index.php/2010/05/parco-lineare/>.

⁹⁶ É uma medida de sustentabilidade prevista pelo Turismo de Portugal na estratégia turística nacional até 2027, que passa a integrar a rede internacional de observatórios de turismo da OMT – Organização Mundial de Turismo, como afirma Nuno Miguel Silva, no seu artigo do Jornal económico, de 23 janeiro 2018 “Observatório de Turismo Sustentável do Alentejo integra rede da OMT”.

Bibliografia

- AA.VV. 1988 [1.ª ed., 1961 Sindicato Nacional dos Arquitectos]. "Arquitectura Popular em Portugal (3 Volumes)." Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- AA.VV. 2014. "VerSus — contributo do património vernáculo para a arquitetura sustentável", editado por CRATerre ENSAG, Escola Superior Gallaecia, Universidade de Estudos de Cagliari, Universidade de Estudos de Florença, Universidade Politécnica de Valencia. Vila Nova de Cerveira: Escola Superior Gallaecia.
- AA.VV. 2016. "Actas do Colóquio Ignorância e Esquecimento, 2013.", editado por Pedro Prista. Odemira: Município de Odemira.
- AA.VV. 2016. "Amag 08 Aires Mateus Private work", fevereiro. Acedido a 21 de fevereiro de 2018. https://issuu.com/a.mag/docs/amag08_aires_mateus_sample_preview_/77.
- Antão, Tiago Filipe. *A Paisagem Rural Vernacular do Baixo Algarve*: Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. No âmbito da tese de mestrado. Évora, 2012.
- Beirão, Teresa. 2005. *Taipa na arquitectura contemporânea*." Em *Arquitectura de terra em Portugal*, 35-38. Lisboa: Argumentum.
- Caldas, João Vieira. 2007. "A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve." PhD diss., Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa.
- Cancela D'Abreu, Alexandre; Correia, Teresa Pinto; Oliveira, Rosário (coord.). 2004. "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (5 vols.)." Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- CArreri, Francesco. 2002. "Walkscapes: Walking as an Aesthetic Practice." Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Carreri, Francesco. 2016. "Walk and stop." Em *Flâneur, New Urban narratives*, 8-13. Lisboa: Procur.arte.
- Correia, Mariana. 2007. *Taipa no Alentejo*." Lisboa: Argumentum.
- COosta, Miguel Reimão, 2008. "Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve - Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular." PhD diss., Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Costa, Miguel Reimão (coord.). 2005. "*Património rural construído do Baixo Guadiana*." Faro: GTAA Sotavento/ CCDR Algarve.
- COosta, Miguel Reimão; RIBEIRO, Vítor (coord.). 2009. "GTAA Sotavento: Síntese dos trabalhos 2001-2007." Faro: GTAA Sotavento/ CCDR Algarve.
- Fernandes, Maria. 2006. "Técnicas de construção em terra." Em *Terra: forma de construir. Arquitectura, Antropologia, Arqueologia*. 10ª Mesa redonda de Primavera, editado por Victor Oliveira Jorge e Mariana Correia, 20-25. Lisboa: Argumentum e Escola Superior Gallaecia.
- Gaspar, Cláudia. 2015. "Arquitectura tradicional e paisagem no Litoral alentejano." Em *Congresso Internacional Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental*, editado por Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martinez e Vítor Ribeiro, 95-99. Lisboa: Argumentum.

- Gaspar, Cláudia. 2015. "Montes do Alentejo litoral. Ensaio metodológico para um périplo por terras ermas." Comunicação apresentada no VIII Encontro de História do Alentejo Litoral "Pé no mar, pé na terra", Centro Cultural Emerico Nunes – Núcleo de História e Património, em Sines, 24 outubro 2015.
- Gaspar, Cláudia. 2016a. "Palmilhar os montes. Arquitectura e Paisagem no Litoral alentejano." Comunicação apresentada no Seminário Interdisciplinar "Modos de Caminhar", CHAIA/ CFUL/ CHAM, na Biblioteca Nacional, em Lisboa, 25 fevereiro 2016.
- Gaspar, Cláudia. 2016b. "Particularidades tipológicas. O monte do Alentejo litoral." Comunicação apresentada no IX Encontro de História do Alentejo Litoral "Identidade e paisagem", Centro Cultural Emerico Nunes – Núcleo de História e Património, em Sines, 22 de outubro de 2016.
- Gaspar, Cláudia. 2017a. "Alentejo Litoral. Montes como âncora na Recuperação do Património." Poster apresentado no Encontro Ciência 2017, no Centro de Congressos de Lisboa, 3-5 junho 2017.
- Gaspar, Cláudia. 2017b. "Arquitectura em terras ermas. Cenários no Alentejo litoral." PhD diss., Universidade de Évora.
- ICOMOS.1999. "Carta sobre o Património Construído Vernáculo." Cidade do México, 17 a 23 de outubro.
- Jorge, Pedro Fonseca. 2016. "A arquitectura popular como transição entre o vernáculo e o erudito. Uma tentativa de definição de diferentes contextos arquitetónicos de raiz não-erudita." Em Actas do 1º colóquio Internacional Arquitectura popular: Município de Arcos de Valdevez em 2013. Acedido a 21 de fevereiro de 2018. <http://sites.google.com/site/coloquioarquitecturapopular/actas-coloquio-internacional-de-arquitectura-popular>.
- Leal, João. 2009. "Arquitectos, Engenheiros, antropólogos: Estudos sobre a arquitectura popular no século XX português." Porto: Fundação Marques da Silva.
- Lucas, Raymond. 2016. "Research methods for architecture." London: Laurence King Publishing.
- Mattoso, José; Daveau, Suzanne; Belo, Duarte. 2011. "Portugal, O Sabor da Terra: Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões." Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mestre, Victor; Fernandes, Maria; Martins Costa, Vasco; Alçada, Margarida (contrib.). 2002. "Typology Monte." Em Traditional Mediterranean Architecture: Programa MEDA - Corpus/Euromed Heritage da Comissão Europeia (cont. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). 1-13. Acedido a 23 de fevereiro de 2018. <http://www.meda-corpus.net/eng/index.asp?op=401000/>.
- Mestre, Victor. 2007. "O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência." Em Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva, Colecção Museu da Luz, n.º 3, 85-101. Beja: Edia/ Museu da Luz.
- Oliver, Paul. 2006. "Vernacular know-how, 1982." Em Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture, editado por Paul Oliver, 109-127. Oxford: Elsevier.
- Oliveira, Ernesto Veiga De; Galhano, Fernando. 2000 [1992]. "Arquitectura Tradicional Portuguesa." Lisboa: Dom Quixote.
- Perdigão, João Azeredo. 1993. "Arquitecturas de Terra ou o Futuro de uma Tradição Milenar." Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Pereira, Catarina. 2005. "A casa e a terra: memórias de taapeiros de Sines, Baixo Alentejo." Em *Arquitectura de terra em Portugal*, 253- 259. Lisboa: Argumentum.
- Picão, José da Silva. 1947 [1903]. "1904 Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos" (concelho de Elvas)." Lisboa: Dom Quixote.
- Pires, Marta dos Santos. 2013. "Arquitectura das Cabanas do Estuário do Sado. Formas e vivências dos espaços vernaculares." MS diss., Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Prista, Pedro. 2014. "Terra, Palha, Cal: Ensaio de Antropologia sobre materiais de construção vernacular em Portugal." Lisboa: Argumentum.
- Ribeiro, Orlando. 2011 [1945]. "Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico." Lisboa: Letra Livre.
- Ribeiro, Vítor (coord. geral); Almeida, Marta; Costa, Alexandre Miguel; Costa, Miguel Reimão; Santos, Marta; Ribeiro, Vítor. 2008. "Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula na região oriental da serra do Caldeirão." Faro: GTAA Sotavento/ CCDR Algarve.
- Saldanha, José Luís Possolo de. *Arquitectura habitacional dispersa no olival do Alentejo interior- montes com lagar na província transtagana: Crédito Agrícola*. Lisboa, 2003.
- Silbert, Albert. 1972. "Do Portugal do antigo regime ao Portugal oitocentista." Lisboa: Livros Horizonte.
- Simões, Paula. 2015. "Guardiões da Paisagem – Os montes alentejanos. Lugares de Memória." PhD diss., Universidade de Évora.
- Soares, João. 2016. "Measuring with our memory, Thinking with our feet: Patrick Geddes and Richard Serra, Two worldviews with walking in the centre." Em *Flâneur, New Urban narratives*, 92-102. Lisboa: Procur.arte.
- Távora, Fernando. 1993 [1947]. "O problema da casa portuguesa." Em "Fernando Távora", editado por Luís Trigueiros, 11-13. Lisboa: Editorial Blau.
- Teles, Sílvia. 2015. "Habitar a Paisagem Alentejana. A particularidade do Monte." MS diss., Universidade de Évora.
- Till, Jeremy. 2005. "What is architectural research? Three Myths of Architectural Research." Londres: RIBBA.
- Torres, Cláudio. 2005. "A memória da terra." Em *Arquitectura de terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum. 12-13.
- Varanda, Fernando. 2005. "Muros rurais na paisagem de Mértola." Em *Arquitectura de terra em Portugal*, 100- 103. Lisboa: Argumentum.
- Vasconcelos, José Leite de. 2007. [1975, reimpressão fac-similada da edição de 1983]. "Etnografia Portuguesa, vol. VI." Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Welter, Volker. 2002. "Biopolis: Patrick Geddes and the City of Life." Cambridge: MIT Press.

RUINAS CONTEMPORÁNEAS EN VALPARAÍSO, UMBRALES DE OTRO PAISAJE

Cristian Rojas Cabezas, Luz Fernández-Valderrama Aparicio y José Ramón Moreno Pérez

Resumen: La investigación se centra en el cruce que se establece entre la construcción conceptual de la relación hombre-medio, el archivo de prácticas de percepción contemporánea propuestas en el mismo plano (principalmente desde la instalación, la escultura y la arquitectura) y la observación de ruinas contemporáneas que desde su condición de marginalidad se han ido reconfigurando libremente por efecto del tiempo y la intemperie hasta devenir en una situación distinta, “otra” en relación a lo doméstico y desde esa distancia, desde ese lugar de extrañeza, abren un espacio de relación con el entorno en que la condición sujeto-objeto queda suspendida en una doble interrogación entre quien observa y lo observado, constituyéndose así, en umbrales del acto contemplativo. Una investigación en la perspectiva inicialmente planteada a partir de la observación de la obra antrópica sobre el medio al modo de un “dispositivo” que hace aparecer mediante la intensificación de la experiencia del medio una dimensión humana esencial (la contemplativa) contribuiría a relocalizar algunas reflexiones en torno al concepto de paisaje, que desde los debates actuales y su institucionalización aparece como un concepto “raptado” de su condición instituyente originaria.

Palabras clave: Paisaje; Alteridad; Contemplación; Fenomenología; Patrimonio.

CONTEMPORARY RUINS IN VALPARAÍSO, THRESHOLDS OF ANOTHER LANDSCAPE

Cristian Rojas Cabezas, Luz Fernández-Valderrama Aparicio and José Ramón Moreno Pérez

Abstract: The exploration focuses on the crossing between the conceptual construction of the human-environment relationship, the archiving of contemporary perception practices proposed in the same plane (mainly from installation, sculpture and architecture) and the observation of contemporary ruins. These ruins have been freely reconfigured by the effect of time and the environmental forces, from their original marginality to reach another situation, "other" in relation to the domestic knowledge and from a distance, from that place of strangeness, a common ground of relationship is open with the environment. Here the subject-object condition is uncertain between the observer and what is observed, constituting itself, the threshold of the contemplative act. A further investigation into the observation of the anthropic influence in the medium evolved into the mode of a "device" which appears through the intensification of the experience of the medium. The human being reaches an essential role (the contemplative one) which would contribute to focus some reflections surrounding the concept of landscape, which has been "stripped" from its original condition to appear in its institutionalized context within the current debates.

Keywords: Landscape; Otherness; Contemplation; Phenomenology; Heritage.

RUINAS CONTEMPORÁNEAS EN VALPARAÍSO, UMBRALES DE OTRO PAISAJE

Cristian Rojas Cabezas, Luz Fernández-Valderrama Aparicio y José Ramón Moreno Pérez

El paisaje raptado

Una investigación sobre “otro paisaje”, así entendido, requiere que el objeto de investigación sea abordado desde una multivisión alternativa superadora de la parcialidad y los prejuicios de las perspectivas disciplinares que han visto en la identificación histórica del hombre y su medio una clave antropológica (instituida además a través del Convenio Europeo del Paisaje) determinativa de la existencia de la civilización humana que promueve ahora una conformación global, en la que la dimensión máxima de la misma ha alcanzado el Planeta, convirtiéndolo en un interior, en el cual asistimos al acontecimiento de que todo se vuelva paisaje, con la evidente banalización de dicho concepto.

Desde esa perspectiva bastaría sumar un nuevo relato al territorio para que se constituya en un nuevo paisaje, un nuevo modo de verlo que antes del relato pareciera no existir, podemos probar sumando infinitos prefijos a la construcción del término para configurar nuevos paisajes que sin

jerarquía ni fundamento pasarán a ser parte de un inventario vacío e inagotable. Cada nuevo relato sin embargo nos distancia de lo que el entorno –el medio- puede decir, puesto que se actúa en el sentido contrario, yendo hacia el medio filtrándolo a través de una lógica antrópica, una lógica artificial, un constructo que no tiene una pregunta en su fondo sino sólo afirmaciones.

Esa “política” despoja al paisaje de la potencia que atesora como lugar de coexistencia, de estancia donde se reconoce su condición ontológica, es decir como constituyente esencial de la forma de ser-estar en el mundo, anterior a la acción, anterior a la identificación, que resuena con ese “*ex - sistere*” (*ser afuera*)⁹⁷ en que se verifica el existir partiendo de una condición humana originaria que conecta interioridad-exterioridad como situación ineludible.

Si este proyecto pudiera nombrarse, lo haríamos utilizando palabras como heterotopía, tal como la propone Foucault⁹⁸, como un paisaje “otro” en relación a lo que la cultura ha aceptado para sí misma, pero tras el que sin embargo intuimos se oculta su identidad original.

Una investigación desde esta óptica puede aportar en el campo del estudio del paisaje (un contexto altamente codificado) incorporando reflexiones divergentes en relación a la temática en tanto se construyen en un soporte no enteramente concordante con el paradigma al uso, tendiente a poner en valor la relación cultural-natural, y así desde esta nueva perspectiva no sumar un nuevo relato para constituir una “pluralidad aparente”⁹⁹ sino una alteridad más real desde la que interrogarse respecto de la relación hombre-medio.

En el campo de la Arquitectura se pretende con esta investigación, con una mirada excéntrica y atemporal, proponer un modo de ver la ruina contemporánea como un soporte técnico del aparecer, un modo de mirar en que se releva el sistema de fenómenos presentes y no proyectados en esos edificios autoconfigurados y desde ese lugar rescatar problematizaciones y herramientas proyectuales para una arquitectura en que el vacío (ya no como desocupación o cualidad espacial sino como figura de extrañeza) podría abrir nuevos espacios de acción proyectual.

Esta manera de observar de modo no posesivo, “quietismo”¹⁰⁰ que requiere de una postura intelectual distinta, puede abrir también nuevas reflexiones en el ámbito del Patrimonio en el sentido de un desplazamiento del concepto al presente, liberado de la cristalización del

⁹⁷ Watsuji, Tetsuro (2006). Antropología del paisaje. Ed. Sígueme S.A.U. Salamanca, España. (1ª ed. 1935)

⁹⁸ Foucault, Michel (2010). El cuerpo utópico: las heterotopías. Nueva visión Argentina. Buenos Aires.

⁹⁹ Han, Byung-Chul (2017). La expulsión de lo distinto. Herder. Barcelona.

¹⁰⁰ Maffesoli, Michel. (1997). Elogio de la razón sensible. Una visión intuitiva del mundo contemporáneo. Paidós. Barcelona.

pasado o la trivialización de la reconversión temporal en su proyección al futuro¹⁰¹, como veremos más adelante en el desarrollo de este artículo.

La imposibilidad de nombrar

La investigación inicia con la constatación de una contradicción que constituye una característica fundamental de la sociedad contemporánea: su deseo de des-velación (incluimos aquí al aparato académico y científico por supuesto pero también a todo aquel ámbito que refiere a lo cotidiano), de obtener respuestas, de ir entonces hacia las cosas que constituyen su medio a través del lenguaje: nombrando, diciendo del mundo, sin embargo se encuentra con una barrera constituida por la imposibilidad del lenguaje de abarcar un ámbito de éste: el ámbito de “lo indecible”¹⁰².

El poeta argentino Hugo Mujica, señala en Parménides el fundamento de este modo de actuar: con la sentencia “el ser es y el no ser no es”¹⁰³ deja a la realidad circunscrita a lo que es, sin exterioridades y sin dobleces.

Esta actitud impondrá un contexto –variable, pero concluso cada vez- en el que nuestras reflexiones se apoyan, ajustan y enmarcan como si se gozase de una aparente libertad que no sabe de sus posibilidades, esta oclusión es lo que Foucault ha llamado episteme¹⁰⁴ y es la intención de esta investigación indagar en alguna posible salida, probablemente hacia lo que podría constituir lo opuesto de lo señalado anteriormente, la oposición a lo que “es”, es decir la salida hacia “la nada”¹⁰⁵.

Se trata de un desplazamiento entonces en el ámbito del estudio del paisaje desde el decir al oír, desde el actuar al detenerse y tal vez por qué no, si de dar un paso lateral al paradigma al uso se trata, de ir de lo útil a lo inútil, confiando en la apertura que allí se esconde y cuyo carácter extraverbal supera los usos lingüísticos y como señalara Sloterdijk¹⁰⁶ catapultas al sujeto “hacia fuera de sí mismo”.

La experiencia extraverbal de los dispositivos espaciales

En el contexto anteriormente descrito el arte contemporáneo basándose en el carácter extraverbal de la experiencia física, a través de dispositivos espaciales ha intentado abrir esa burbuja de

¹⁰¹ Rojas, Fernández-Valderrama, Moreno. (2018). Ruinas contemporáneas costeras. Dispositivos de inmersión en el paisaje. Ponencia en el I Congreso Internacional Turismo Transversal y Paisaje. Touriscape. Málaga. (Pendiente publicación).

¹⁰² Op. Cit.

¹⁰³ Mujica, Hugo. (2017). El saber de no saberse. Desierto, Cábalas, el no-ser y la creación. Trotta. Madrid.

¹⁰⁴ Foucault, Michel (1997). Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas. Siglo XXI. Madrid

¹⁰⁵ Mujica, Hugo. (2017). El saber de no saberse. Desierto, Cábalas, el no-ser y la creación. Trotta. Madrid.

¹⁰⁶ Sloterdijk, Peter (2014). El sol y la muerte. Siruela. Madrid.

inmersión hombre-medio dando cuenta al observante de su propia situación ontológica a través de la contemplación, viviendo encarnadamente mediante la obra la condición de “ser arrojado al mundo” ¹⁰⁷, que señala al mismo tiempo un sujeto y un fuera de él que se relacionan de un modo que implica algo más que soporte y transformador de uno en otro, hay una experiencia intensa (la irrenunciabilidad de ser arrojado) allí manifestada.

Cada obra hace aparecer lo que nos rodea al modo de un invento (*in venire*) que trae a presencia (hace venir) lo que simplemente ya estaba allí¹⁰⁸, en esa acción que descrita del modo anterior parece casi mágica se encuentra al mismo tiempo con una porción de la realidad imposible de sacar a la luz, de ser poseída o dominada a través del ámbito de lo inteligible pues corresponde a lo innombrable del entorno, a lo que no se deja arrastrar hacia el sistema de relatos codificados: la experiencia sobreviniente con una alteridad que desde ese lugar de extrañeza nos interpela.

Indagaremos entonces en el archivo de prácticas o acciones en los campos de las artes espaciales en las que se ha puesto en juego la relación sujeto-medio-espacio. Se trata de encontrar referencias en los ámbitos de lo que parafraseando a Rosalind Krauss podríamos denominar un “campo expandido” ¹⁰⁹ de las acciones artísticas que han abierto el espacio de la percepción del medio y que de otro modo serían difíciles de clasificar. Nuevos modos de mirar propuestos por nuevos modos de hacer en la interacción hombre-medio.

Específicamente se trata de revisitar acciones de artistas y el espacio perceptivo que han abierto. Esa interrogación abierta por la obra que revela un conflicto entre lo que se deja traer al mundo de significaciones y lo que se rebela a ser descubierto, la nada, lo eternamente gratuito desde donde aquello revelable surge. La manifestación de este conflicto planteado anteriormente por Heidegger es lo que Vattimo señala como el sentido de la obra de arte en la sociedad posthistórica. Una interpelación, un golpe, producido por la extrañeza de lo observado respecto de lo habitual, una distancia producida por el encuentro con una alteridad, la vivencia del desarraigo¹¹⁰.

¹⁰⁷ Heidegger, Martin (1997). Ser y tiempo. Trad. Jorge Rivera. Ed. Universitaria. Santiago, Chile. (1º ed. 1927)

¹⁰⁸ Maffesoli, Michel. (1997). Elogio de la razón sensible. Una visión intuitiva del mundo contemporáneo. Paidós. Barcelona.

¹⁰⁹ Krauss, Rosalind en VVAA. (1985). La posmodernidad / selección y prólogo de Hal Foster; [contributions by] Jean Baudrillard [et al.]. Kairós. Barcelona.

¹¹⁰ Vattimo, Gianni. (2010). La sociedad transparente. Paidós . Barcelona.



Fig. 1: Quasi brick wall. Eliasson. Imagen propia.

Tomemos como ejemplo la obra de Eliasson en Montanmedio (*figura 1*), unos casi ladrillos constituyentes de una casi muralla (como bien dice su nombre “Quasi brick wall”). Podríamos preguntarnos ¿qué separa la muralla? Parecieran tan relevantes o insignificantes si se quiere tanto uno como otro lado del paramento, los parajes parecen equivalentes, en la obra la distinción es establecida por la pared misma, a través del invento de los espejos quiebra la realidad, multiplicándola, volviéndola panóptica: de pronto al acercarse una nueva realidad se revela, el suelo en el árbol, el árbol en el cielo, el cielo en el suelo y así la realidad se va manifestando como una realidad distinta, arriba y abajo ya no significan lo habitual se han vuelto parte de una escenario extraño respecto del mundo de lo cotidiano, desde esa extrañeza vuelve a aparecer lo que ya estaba allí pero no había sido señalado: el movimiento, los reflejos, la luz, el viento, la propiocepción, lo complejo e inagotable del entorno.

Veamos a su vez el Peine del Viento de Chillida en San Sebastián, su nombre revela su verdadero material, éste excede el acero, es roca, es agua salada, es brisa, es tempestad, es neblina, es horizonte, la obra reúne en sí misma los elementos constituyentes del medio, pero ya no señalándolos y reorganizándolos como en el ejemplo anterior sino que denotando su fricción, y en esa fricción la manifestación de unas fuerzas presentes, fuerzas geológicas, naturales, reveladas por ese artilugio corroído que hace ver ese tiempo que pasa en nosotros al mismo tiempo.

Ambas obras son dos aparatos que construyen una experiencia de percepción distinta, de modos distintos, con intensidades distintas, exponiendo una realidad alterada para que ésta se manifieste y genere una afección, sin embargo la experiencia propuesta se mantiene dentro de unos márgenes que limitan la profundidad de la acción, los márgenes de la familiaridad, de la domesticidad, de lo que forma parte del mundo, el museo al aire libre, sus reglas, el itinerario en el caso de la primera obra que actúa anulando la sorpresa al modo de un *spoiler* para un espectador de cine o la urbanización que hace de balcón hacia el peine que domestica la relación con la obra (Fig. 2), la mundaniza imponiendo el límite desde el cual contemplar, en ambas obras pareciera haber algo del entorno que quiere venir hacia uno como afectación que queda en el camino por la realidad de la obra y su lugar en el mundo de las ideas, su pertenencia al ámbito del arte, de modo análogo hoy contemplamos a un prestidigitador y sus trucos no nos sugieren un mundo otro pues pertenece al ámbito del espectáculo y en ese ámbito la extrañeza queda circunscrita.

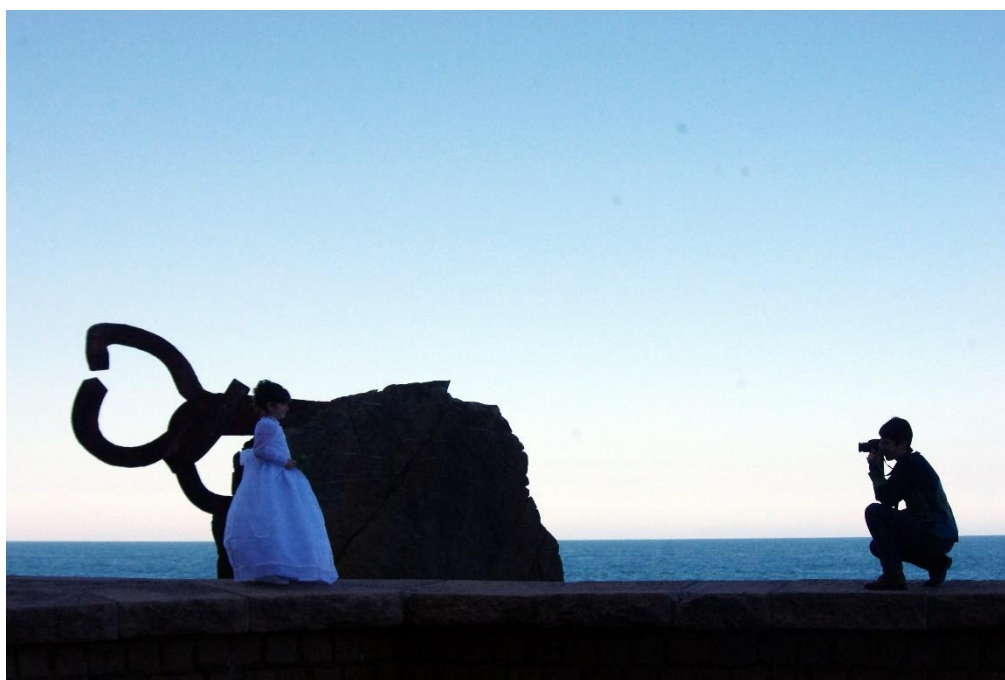


Fig.2: El Peine del viento. Eduardo Chillida. Imagen propia.

La ruina contemporánea como cuerpo análogo al dispositivo espacial

La presente investigación se centra en otro tipo de cuerpos espaciales que actúan de un modo análogo al tipo de dispositivos espaciales artísticos a los que hemos hecho referencia, obras que ponen en juego la relación sujeto-medio, y aunque lo realizan azarosamente y sin una voluntad proyectiva, podemos encontrar allí claves que a través de la producción de experiencias intensas con el medio ofrecen al habitante la posibilidad de romper la oclusión respecto del entorno a la que hicimos referencia al comienzo de esta comunicación.

Nos referimos a pseudo-arquitecturas (podríamos parafrasear a Eliasson llamándolas *quasiarquitecturas*) fragmentos de cuerpos edificados de diversa índole, que han quedado relegados de la continuidad urbana, del uso y provecho humano, han quedado abandonados y producto de ello se han ido deteriorando. No importa en esta etapa si esta destrucción que los va configurando está asociada a factores naturales, incidencias antrópicas o conflictos, lo que importa es su forma, su contextura.

Si compartimos el diagnóstico que ubica a nuestra sociedad como en extremo positiva, lugar ideal que pone en valor la pulcritud, lo liso¹¹¹, el progreso y desde el que lo destruido, lo ruinoso quedará circunscrito al ámbito de lo negativo o no deseado cuando no es posible atribuirle un valor externo, agregado, (nótese aquí la semejanza con los términos del consumo) como pudiera ser la valoración patrimonial, histórica, paisajística o funcional, estas construcciones advienen como situaciones ajenas al mundo de lo cotidiano, de lo doméstico o de lo conocido por lo que se transforman en ámbitos de extrañeza, muchas veces rechazo, lugares relegados, expectantes ante una situación mejor, son sitios desarreglados, son lo que hemos denominado las “ruinas contemporáneas”.

Podemos advertir en ellas una deformación progresiva que las mantiene en un estado de metamorfosis permanente, de auto constitución formal a través de la acción de los fenómenos naturales, la gravedad, la intemperie, el paso del tiempo.

Muestran en esta metamorfosis la evidencia de una pugna entre la voluntad antrópica que la ideó y las fuerzas de la naturaleza que la reconstruyen¹¹², entendiendo la destrucción ahora como una nueva construcción, la constitución de una nueva forma, desde esta perspectiva se constituyen en un estado intermedio entre una inicial voluntad humana proyectual y su posterior degradación natural sin proyecto, si las vemos directamente en tanto lo que son físicamente, anacrónicamente, no sabríamos reconocer si el proceso va de lo antrópico voluntario a lo natural o viceversa, si se está destruyendo o se está conformando.

¹¹¹ Han, Byung-Chul (2015). La salvación de lo bello. Herder. Barcelona.

¹¹² Simmel, Georg (2013) Filosofía del paisaje. Casimiro libros. Madrid. (textos escritos entre 1907-1913).

Esta forma-informe, progresiva, indeterminada, es la que produce una situación de extrañeza y suspensión de la habitabilidad al evidenciar su monstruosidad, no en los términos triviales sino de acuerdo a su disposición y apertura hacia el caos de lo múltiple¹¹³.

Se propone observar estas construcciones precisamente considerando esa dimensión que las deja fuera del ámbito de lo cotidiano, lo doméstico, para que desde esa dimensión de desarraigo se manifiesten como una otredad, no objetualizable desde el intelecto (al determinarle una proyección: un “ser” pasado, un “qué es”) sino que observadas con la distancia que guarda esta vez sí como objeto, pero desde la condición original del término (*ob jectum*), o sea como aquello que se me arroja enfrente y desde ese lugar me interpela¹¹⁴. Hemos podido observar en el proceso de investigación que para que esta otredad se manifieste las construcciones requieren un grado de destrucción tal, que podríamos llamar con más precisión [re]construcción autónoma, que no permita la objetualización trivial, en otras palabras el reconocimiento de su constitución original, han de haber devenido en una forma distinta.

Esta forma advenida, encontrada, nos asalta sorpresivamente desde su condición “siniestra”¹¹⁵ como ha llamado Trias a la categoría estética que rebasa lo sublime. En otras palabras, la otredad que manifiesta respecto de lo conocido es la que en su “poner en suspenso la obviedad del mundo”¹¹⁶, genera una habitabilidad suspendida, en una espacialidad y tiempo distintos, desde los que se abre el espacio contemplativo en una acción en que se interrogan recíprocamente quien habita y la obra que tiene delante y que ha sobrevenido en el encuentro mutuo.

Mirades afines

Buscando complicidad en distintos autores advertimos en una primera lectura que difícilmente se apartan las observaciones de las realidades históricas de las ruinas en tanto constituyen una supuesta alteridad que habla desde su comparación entre el estado actual, un pasado y un transcurso evidenciado a través de la corporeidad de la ruina: su evidente procesualidad.

Las miradas tienden a estar filtradas por una apreciación cultural que da por resuelta la pregunta del ¿qué es? cada uno de los edificios (si se pueden llamar así), se mantienen por tanto en un relato cultural que nunca se auto-vacía para dejar aparecer lo que se nos enfrenta, se mantienen por tanto en la objetualización de lo enfrentado, desde allí los autores advierten elementos a rescatar generalmente como cuestionamientos del presente, la destrucción, la comparación de un estado actual de la arquitectura cuya relación con el entorno tiende a ser impositiva (comparada con los

¹¹³ Hernández, Juan Miguel (2016). Ser paisaje. Abada. Madrid.

¹¹⁴ Han, Byung-Chul (2017). La expulsión de lo distinto. Herder. Barcelona.

¹¹⁵ Trias, Eugenio. (2001). Lo Bello y lo Siniestro. Ariel. Madrid.

¹¹⁶ Heidegger en Vattimo, Gianni. (2010). La sociedad transparente. Paidós . Barcelona.

edificios re-transfigurados) contrariamente a la organicidad de lo naturalmente reconvertido, o lo positivo que tendría una arquitectura de significación abierta (como una ruina) capaz de transformar su significación en el tiempo.

Se aprecia también en la visión de las ruinas como pseudo-arquitecturas, que pueden aportar nuevas formas expresivas¹¹⁷ pero no se profundiza en su especificidad (cuáles son esas nuevas formas de expresividad) o bien esa expresividad tiene a la memoria como elemento significativo¹¹⁸, asunto que desde nuestra perspectiva constituye su limitación, por ejemplo una catedral bombardeada recuerda una tragedia sucedida que se evidencia en su destrucción, soledad, vacío, incompletitud y en cómo la naturaleza vuelve a crecer en su interior.

Si quisiéramos verlo en los términos en que Barthes hace referencia a la afectación que hace en nosotros la imagen de la fotografía diríamos que prima el *studium* (el sustrato cultural, el relato que la imagen comunica) al *punctum*, la afectación que sobreviene sorpresivamente con motivo de la experiencia de ver la imagen¹¹⁹.

Tal vez sean las imágenes expuestas en los “Monumentos de Passaic”¹²⁰ o las imágenes del “Hotel Palenque” de de Robert Smithson las miradas que mayormente anticipan y fundamentan esta investigación pero comparten estos modos de mirar el constituirse en un relato crítico como contraposición a una realidad externa a la expuesta en el modo de mirar y no una profundización en la cosa misma (lo observado) y sus condiciones autónomas. Existe un relato que habla de la destrucción, el abandono y la puesta en valor de lo insignificante (a través de los fragmentos industriales hallados) frente a una cultura del consumo.

La mirada que nosotros dirigimos hacia la ruina rechaza su estatura de monumento, su condición de lleno y no de vacío capaz de propiciar una habitabilidad (exactamente lo que hace una arquitectura). Esperamos entonces así aportar al estado de la cuestión, en la temática que vincula a la ruina y el paisaje (la primera como un vehículo que abre la percepción del segundo) desde la –suspensión de la habitabilidad– que allí se genera, esto con la pretensión que señalamos en un comienzo de ganar un espacio de apertura de la oclusión moderna de la necesidad de incorporar relatos a cuanto nos rodea (codificación y cosificación del paisaje), relatos objetualizantes que dificultan el aparecer de las cosas en tanto lo que son y no lo que nos contamos de ellas, para que desde esa distancia puedan venir hacia nosotros (en tanto observadores) trayendo nuevas realidades.

¹¹⁷ Dorflès, Gillo. (1989). Elogio de la inarmonía. Cap. Metamorfosis de lo imaginario arquitectónico. Lumen. Barcelona.

¹¹⁸ Duque, Félix. (2002). La fresca ruina de la tierra (del arte y sus desechos). Calima. Palma de Mallorca.

¹¹⁹ Barthes, Roland. (2009). La cámara lúcida. Paidós ibérica. Barcelona.

¹²⁰ Smithson, Robert. (2006). Un recorrido por los monumentos de Passaic, Nueva Jersey. Gustavo Gili. Barcelona.

Ruinas contemporáneas en Valparaíso

Para indagar en profundidad respecto de los temas planteados, hemos elegido algunos ejemplos localizados en la ciudad de Valparaíso (Chile), por cuanto ya existía una proximidad intuitiva a las cualidades que los ejemplos sacan a la luz y por la oportunidad que ofrece el hecho de buscar sincronías entre la investigación y la docencia en el espacio del Taller de Proyectos¹²¹ de la Escuela de Arquitectura de la Universidad de Valparaíso donde uno de los autores participa activamente, estas sincronías permitirán enriquecer mutuamente ambas actividades con el cruce de las miradas.

Nos hemos encontrado con ruinas de diverso tipo, desde las más reconocibles como ruinas domésticas, solares abandonados, viviendas y edificios derrumbados pero en la mayoría de ellos la configuración física es demasiado pregnante en relación a establecer su realidad anterior, es decir siguen siendo demasiado reconocibles, y por tanto objetualizables, impidiendo así el interés en observar la mera apariencia de la cosa que en su manifestación irá revelando la presencia del mundo y la nuestra al mismo tiempo¹²², coincidiendo con Berger cuando en el mismo texto señala que ningún relato estará tan presente como en las apariencias (aunque parezca que lo hemos olvidado al darles un lugar secundario).

Esta observación nos ha llevado a un par de casos de ruinas costeras que por encontrarse afectas a los procesos erosivos marítimos presentan un proceso de metamorfosis más avanzado.

Los casos son un lugar en el mar y un lugar en el borde entre la ciudad y el mar. Nombrados así en esta primera instancia pues cada uno tienen un relato histórico contextual pero que no es relevante para la investigación, que pretende ir en el sentido contrario, no de develación de lo que cada una de las obras tiene detrás como explicación cultural sino exactamente lo contrario, el regalo de la sorpresa, de lo que sobreviene a través del encuentro con la fisicidad de cada una de ellas, esa incomodidad que sobre el espectador generan las imágenes volviéndose significativas (adivinando precisamente como una aventura).

Dejando clara esta posición en relación a lo constitutivo del paisaje que interesa relevar no importará entonces el rol de la primera construcción elegida cuando funcionaba como muelle carguero de carbón, ni el relato en el que se inscribe como expresión de la revolución industrial en Latinoamérica y la significación de Valparaíso como enclave estratégico del Pacífico Sur en el siglo XIX y hasta comienzos del XX que le valió a la ciudad el reconocimiento de Patrimonio de la Humanidad por

¹²¹ Taller de Lugar y Paisaje, EAUUV.

¹²² Berger, John. (2007). Otra manera de contar. Gustavo Gili. Barcelona.

parte de la UNESCO o la historia de la segunda construcción, una piscina de agua de mar, y el invento que supuso desde el Estado de Chile a comienzos del siglo XX la construcción de la figuración de la ciudad de Viña del Mar desde una percepción inicial de ciudad industrial a ciudad balneario, determinante en la percepción de “ciudad del ocio” como se exhibe hoy. Relatos que no debieran ser considerados, sino como ya ha sido señalado, observar atentamente su fisicidad de la que extraer conclusiones. (Fig.s 3 y 4)

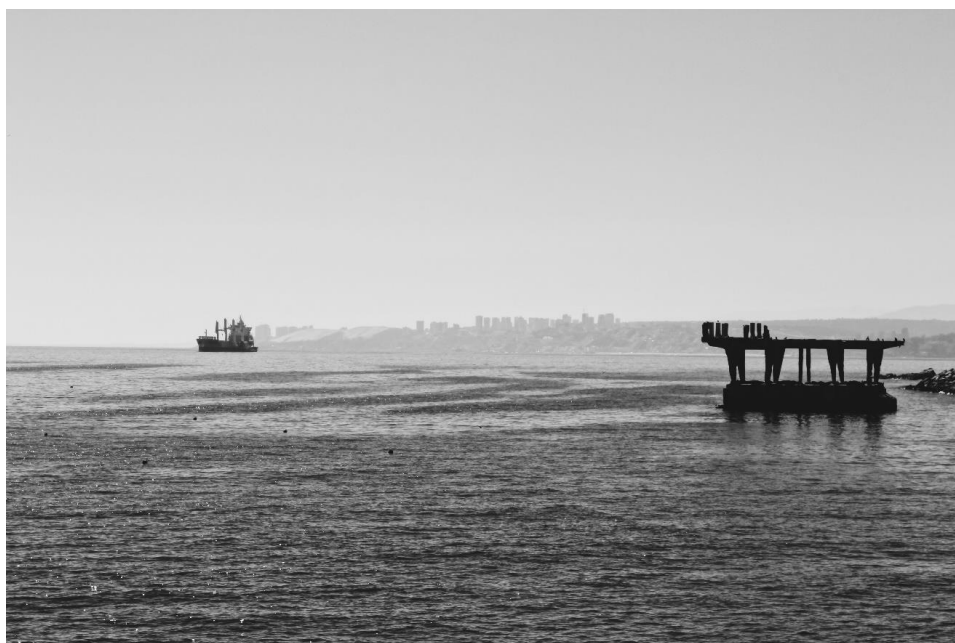


Fig. 3: Muelle abandonado en Valparaíso. Imagen: Taller de lugar y paisaje EAUUV.

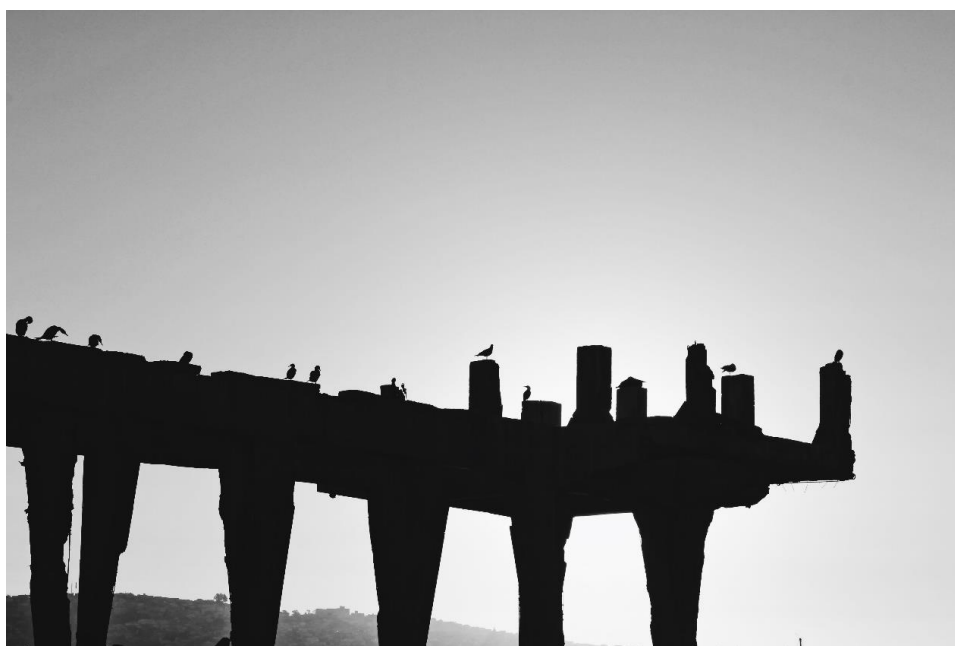


Fig. 4: Muelle abandonado en Valparaíso. Imagen: Taller de lugar y paisaje EAUUV.

Y de esas observaciones podremos no ver ya un muelle sino un elemento en medio del agua que ha perdido su condición fundamental, unir con la orilla, es ahora pedestal, hace aparecer el mar, el cielo, el horizonte, las olas, la luz, tal como hicimos referencia a la obra de Chillida en San Sebastián solo que aquí no tenemos el marco del arte, hay una obra antro-po-natural auto configurándose pero las claves que parecieran revelar son equivalentes.

Del mismo modo no vemos ya rastros de balneario, la comodidad se ha ido para dar paso a lo rugoso y con ello a la alteridad, imposible de hallar en el agrado¹²³. Tenemos ahora un dispositivo que muestra distintas aguas, espumas, espejos, revueltas, cristalinas, oscuras, difusas o lo mismo muestra sombras de distintas intensidades, texturas, rasgaduras, fracturas, trozos de cielo en el suelo (como Eliasson) y no una piscina de mar abandonada. (Fig.s 5 y 6)



Fig. 5: Balneario abandonado en Viña del Mar (Valparaíso). Imagen: Taller de lugar y paisaje EAUV.

¹²³ Han, Byung-Chul (2015). La salvación de lo bello. Herder. Barcelona.



Fig. 6: Balneario abandonado en Viña del Mar (Valparaíso). Imagen: Taller de lugar y paisaje EAUUV

Ambas pseudo arquitecturas han quedado liberadas de su uso para ser algo distinto, esa liberación les permite dejar entrar en ellas al medio y sus procesos naturales, el agrietamiento, el envejecimiento, la obsolescencia, la lluvia, la humedad, el frío, la noche, aspectos de los que desde nuestra concepción cultural la arquitectura tiende a protegerse, en ese proceso aparece la finitud propia como experiencia en el acto contemplativo.

Una contemplación propiciada por ese vaciado de significado permite caer en la cuenta de que no hay algo detrás de lo observado; un algo que develar pues el secreto se esconde en el “velo mismo”¹²⁴ constituyéndose así el paisaje en el *topo* en el que puede vivirse la ilusión o quizás la experiencia de otra imagen del mundo, que aquieta la dinámica moderna de la des-velación y en donde es posible asistir a la presencia de lo indecible en el mundo contemporáneo.

Conclusiones

Hemos tratado a través del cruce de la observación de casos específicos de ruinas contemporáneas, la observación de obras del ámbito de la escultura o arquitectura y la teoría del medio, extraer de allí problematizaciones que permitan pensar una arquitectura que da espacio al vacío del no saber, a la extrañeza que genera una relación con el medio que no viene de una codificación evidente, sino que

¹²⁴ Han, Byung-Chul (2017). La expulsión de lo distinto. Herder. Barcelona.

permite unas relaciones con éste con un nivel de profundidad distinto, ontológico y anterior a la identificación.

Finalmente en la posibilidad del reconocimiento de lo inasible a través de estas pseudo arquitecturas que vuelven a tener una nueva vida y pasan de ser consideradas un desecho a un objeto-lugar en tiempo presente, cobrando una nueva vigencia a través de un nuevo modo de mirar, vemos que es posible allí encontrar herramientas proyectuales para una arquitectura que actúe como dispositivo del aparecer del paisaje en que se establezca una transformación de los participantes de la relación: el habitante y la arquitectura, en que en el encuentro de ambos, el habitante pudiera ser un otro y la arquitectura también, el paisaje de por medio.

Bibliografía

Barthes, Roland. (2009). La cámara lúcida. Paidós ibérica. Barcelona.

Berger, John. (2007). Otra manera de contar. Gustavo Gili. Barcelona.

Dorfles, Gillo. (1989). Elogio de la inarmonía. Cap. Metamorfosis de lo imaginario arquitectónico. Lumen. Barcelona.

Duque, Félix. (2002). La fresca ruina de la tierra (del arte y sus desechos). Calima. Palma de Mallorca.

Focault, Michel (1997). Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas. Siglo XXI. Madrid

Focault, Michel (2010). El cuerpo utópico: las heterotopías. Nueva visión Argentina. Buenos Aires.

Han, Byung-Chul (2015). La salvación de lo bello. Herder. Barcelona.

Han, Byung-Chul (2017). La expulsión de lo distinto. Herder. Barcelona.

Heidegger, Martin (1997). Ser y tiempo. Trad. Jorge Rivera. Ed. Universitaria. Santiago, Chile. (1ª ed. 1927)

Hernández, Juan Miguel (2016). Ser paisaje. Abada. Madrid.

Krauss, Rosalind en VVAA. (1985). La posmodernidad / selección y prólogo de Hal Foster. Kairós. Barcelona

Maffesoli, Michel. (1997). Elogio de la razón sensible. Una visión intuitiva del mundo contemporáneo. Paidós. Barcelona.

Mujica, Hugo. (2017). El saber de no saberse. Desierto, Cábala, el no-ser y la creación. Trotta. Madrid.

Rojas, Fernández-Valderrama, Moreno. (2018). Ruinas contemporáneas costeras. Dispositivos de inmersión en el paisaje.

Ponencia en el I Congreso Internacional Turismo Transversal y Paisaje. Touriscape. Málaga. (Pendiente publicación)

Simmel, Georg (2013) Filosofía del paisaje. Casimiro libros. Madrid. (textos escritos entre 1907-1913).

Sloterdijk, Peter (2014). El sol y la muerte. Siruela. Madrid.

Smithson, Robert. (2006). Un recorrido por los monumentos de Passaic, Nueva Jersey. Gustavo Gili. Barcelona.

Trias, Eugenio. (2001). Lo Bello y lo Siniestro. Ariel. Madrid.

Vattimo, Gianni. (2010). La sociedad transparente. Paidós . Barcelona.

Watsuji, Tetsuro (2006). Antropología del paisaje. Ed. Sígueme S.A.U. Salamanca, España. (1ª ed. 1935)

O SISTEMA CARBONÍFERO DO DOURO:

PAISAGEM (VS) PATRIMÓNIO

Daniela Alves Ribeiro

Resumo: A energia constitui-se na sociedade como a representação mais evidente da relação entre tecnologia, economia e cultura, formalizando-se em transformações territoriais subjugadas à lógica da sua produção, transporte, consumo. Da produção de energia a partir do que foi o único combustível nacional - o carvão mineral - emerge o Sistema Carbonífero do Douro, estendendo-se desde as estruturas de apoio social na proximidade dos pontos de extracção até aos sistemas (infra)estruturais do, e no, Porto. Face à capacidade de representação dos valores que estabelecem vínculos entre o presente e o passado sobre a qual deverá incidir a condição patrimonial, abordamos esta paisagem tecnológica e de grande pendor identitário como uma unidade operativa, potenciadora de uma requalificação integrada e dotada de significado. Mais do que a salvaguarda deste Sistema enquanto entidade patrimonial, uma leitura intencional do território a partir do seu entendimento enquanto “unidade paisagem património” suporta estratégias de intervenção - de edição - da paisagem, nas quais o “Desenhar a História” aparece como ferramenta para a sua regeneração, então suportada num entendimento do bem patrimonial como recurso operativo.

Palavras chave: Paisagem Tecnológica; Sistema Carbonífero do Douro; Património Prospectivo; Unidade Paisagem Património; Desenhar a História.

THE COAL SYSTEM OF DOURO:

LANDSCAPE (VS) HERITAGE

Daniela Alves Ribeiro

Abstract: In the society, energy constitutes the most evident representation of the relationship between technology, economy and culture, physically determined by its production, transportation and consume logics. The transformation of coal into energy defines the Coal System of Douro, that stretches from the social support structures, close to the extraction points, up to the (infra)structural systems of, and in, Oporto. The heritage status should rely on its capacity to represent values that establish links between the present and the past. Under this assumption this technological landscape is approached as an operative unit, in order to promote an integrated and meaningful requalification. An intentional territory interpretation based on the understanding of this System as “Unit of Heritage Landscape” supports the strategies of intervention – edition - on landscape, more than its protection as heritage entity. For that, the “Design History” emerges as tool to the landscape regeneration, supported in an understanding of the asset as an operational resource.

Keywords: Technological Landscape; Coal System of Douro; Prospective Heritage; Unit of Heritage Landscape; Design History.

O SISTEMA CARBONÍFERO DO DOURO: PAISAGEM (VS) PATRIMÓNIO¹²⁵

Daniela Alves Ribeiro



As transformações decorrentes da substituição do carvão por electricidade conduziram a que se entenda hoje a energia como algo adquirido, chegando até aos consumidores sem que estes se apercebam da dimensão do processo de produção daquilo que consomem. No entanto, a energia constitui-se na sociedade como a representação mais evidente da relação entre tecnologia, economia e cultura, formalizando-se em transformações territoriais subjugadas à lógica da sua produção, transporte, consumo.



Fig. 1: Transportador aéreo de carvão Vs Cabos de alta tensão
(Revista mensal *O Pejão*, nº 139, Ano XII, Abril de 1960 e imagem do autor).

¹²⁵ O artigo não respeita o novo acordo ortográfico.

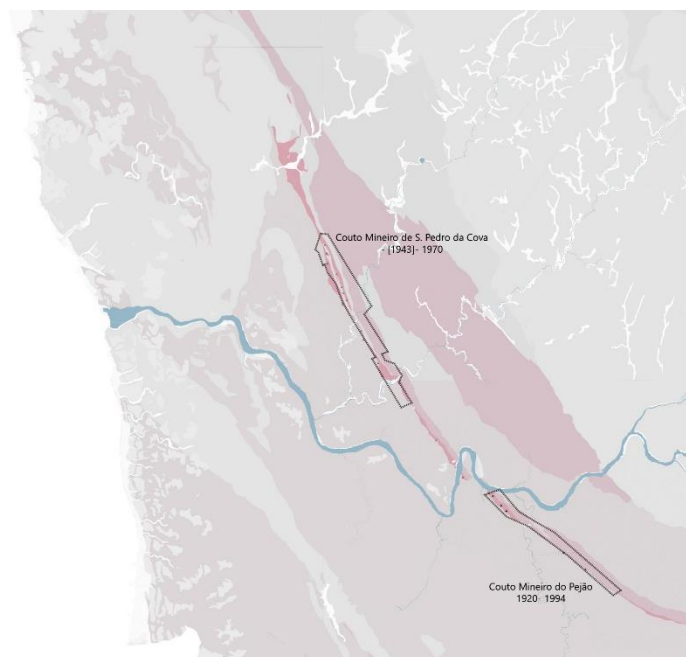


Fig. 3: Coutos Mineiros de S. Pedro da Cova e do Pejão, de acordo com a sua demarcação última (Produção do autor sob carta geológica).

Descoberto em 1795 em S. Pedro da Cova (Gondomar), o carvão duriense foi sendo extraído ao longo da Bacia Carbonífera do Douro até 1994, ano em que encerra a exploração de Germunde (Castelo de Paiva), última exploração de combustível nacional a laborar no País.

Se por um lado as antracites durienses se destacam pelo seu poder calorífico no contexto nacional, por outro a proximidade dos pontos de extracção ao Porto¹²⁷ - lugar de consumo e núcleo intermodal para a sua distribuição - determina a viabilidade das explorações carboníferas durienses. No entanto, a sua subsistência decorrerá substancialmente de uma série de medidas proteccionistas ao carvão nacional pós-1.^a Grande Guerra e do debate em torno electrificação do País com recurso a matérias-primas nacionais e que ganha força com o Estado Novo.

Se no final do século XIX as explorações ainda apresentavam um carácter instável e a extracção dos minérios era feita de forma muito irregular e precária, com a institucionalização dos Coutos Mineiros (1917) e consequentes medidas de fomento mineiro, verifica-se um forte desenvolvimento dos núcleos populacionais em torno dos pontos de extracção, neste caso, carbonífera. Será durante a década de 1940 e 1950 que estas estruturas assumem maior determinismo, enquanto reflexo das políticas económicas e sociais que foram moldando o País.

Com a afirmação da hidroelectricidade e do fuelóleo, nas décadas seguintes, o carvão perde espaço no contexto energético nacional, encerrando-se as explorações da Bacia Carbonífera do Douro,

¹²⁷ Em 1821 as Minas de S. Pedro da Cova tinham a designação de *Mina de Carvão de Pedra da Cidade do Porto* (Portaria da Regência de 24 de Abril de 1821).

primeiro a de S. Pedro da Cova, suspendendo-se a lavra em 1972¹²⁸, depois a do Pejão, em 1994, altura em que contava ainda com cerca de 500 trabalhadores.

Durante este período de vigência de quase dois séculos, o Sistema Carbonífero do Douro vai ganhando forma enquanto infra-estrutura de abastecimento energético e, simultaneamente, estrutura produtiva, de energia, mas também de território, incorporando ele próprio a linha de produção de energia que suporta.



Fig. 4: Percurso do carvão desde a Mina do Pejão até ao Porto
("O Pejão", nº 83, Ano VII Agosto de 1955).

Esta linha de produção continua, ao longo do tempo e do espaço, define a “tonalidade” a uma série de factos físicos e humanos que se relacionam entre si (Ribeiro 1982), em torno de um denominador comum - a produção de energia a partir do carvão - determinando, o território onde estamos implicados e que apreendemos e a que Besse (2013) atribui a significação da paisagem.

¹²⁸ Na altura o carvão extraído em S. Pedro da Cova era já direccionado em exclusividade para a Central Termoeléctrica da Tapada do Outeiro, construída em 1955 na margem direita do Douro, a meia distância de S. Pedro da Cova e Germunde, para absorver o carvão extraído então nos dois Coutos Mineiros em laboração.

Esta significação afasta-se da ideia pitoresca e esteticizada de paisagem, então obsoleta perante os lugares de hoje - em particular quando nos deparamos com paisagens do trabalho (Galindo Gonzalez, Sabaté Bel 2009)¹²⁹ - procurando-se a antes uma abordagem operativa que poderá assumir o conceito.

O seu entendimento como espaço acessível à observação (Ribeiro, 1982), leva-nos a encarar esta paisagem como mecanismo de leitura e inteligibilidade do real, ainda que esta percepção não possa, tal como defende André Corboz (1983), ser considerada critério universal - mas antes cultural - para a compreensão da realidade, uma vez que assume valores variáveis, em função da especificidade e “bagagem” de cada olhar.

Este enquadramento tem legitimado uma série de processos de *paisagificação* (Domingues, 2013: 225), enquanto máquina de produção de sentido. No entanto, o entendimento da paisagem energética inerente ao Sistema Carbonífero do Douro, metodologicamente como uma unidade de observação, permite definir uma entidade territorial subjacente a este dispositivo sociotécnico, na qual a infra-estrutura de produção energética se assume como fio condutor dos elementos que a compõe e cuja articulação suporta a leitura do todo (Sauer 1925).

O fio condutor inerente à actividade produtiva permite-nos reconhecer uma determinada área, caracterizada fenomenologicamente por uma cultura coerente, aproximando-nos da ideia de “paisagem antropogeográfica” enquanto conjunto (Gregotti 2008, 59).

Esta condição antrópica intrínseca à paisagem ganha espessura quando identificada a base deste Sistema, formalizada no *sobressolo* de acordo com a lógica produtiva subjacente à actividade do subsolo, construindo-se pela desconstrução do filão do carvão: emerge, ao longo da Bacia Carbonífera do Douro e em torno dos pontos de extracção, uma série de aglomerados urbanos¹³⁰, organizados enquanto cidades ideais e suportados na autonomia administrativa, funcional e económica característica dos coutos mineiros, e nos quais a estrutura social se demarca como espinha dorsal e única âncora cultural.

Sob a Bacia Carbonífera do Douro, o território agrícola, outrora dominante, passa a assumir um carácter tecnológico. Aos campos de cultivo e matas de onde provinha o sustento das povoações então estabelecidas junta-se uma série de infra-estruturas de suporte à indústria extractiva: poços de

¹²⁹ Galindo González e Sabaté Bel apresentam-nos uma definição de paisagem do trabalho muito próxima do que Carl Sauer apresenta para paisagem cultural em *A Morfologia da Paisagem* (1925), correspondendo a uma versão mais sincera do termo, mais próxima das marcas do trabalho deixadas sobre o território.

¹³⁰ Tal como Sébastien Marot apresenta em “Il ritorno del paesaggio” (*Desvigne & Dalnoky: Il ritorno del paesaggio*, 1996), a estrutura urbana será entendida como resultante da urbanização enquanto processo de ocupação do território e não como um sistema de contraposição ao rural.

ligação ao subsolo, linhas-de-caminho de ferro, canais de esgoto e respiradouros para as galerias subterrâneas, hangares para armazenagem de madeira; também as necessárias à (sobre)vivência da mão-de-obra: bairros habitacionais, cooperativas de consumo, igrejas, postos médicos, farmácias, fornos comunitários.

Suportado na figura jurídica do Couto Mineiro¹³¹, estes “acessórios dos trabalhos mineiros”¹³² vão constituindo um novo modelo de urbanização, através do qual se procura, por um lado, otimizar os processos produtivos, por outro, dar resposta aos problemas introduzidos por um rápido processo de industrialização – concentrações demográficas, insalubridade, promiscuidade social. É na década de 1930 que este modelo decorrente da iniciativa privada começa a ganhar expressão.

Os coutos mineiros da Bacia Carbonífera do Douro - em particular S. Pedro da Cova (Gondomar) e Pejão (Castelo de Paiva) - exemplificam estas transformações territoriais: ancorados numa identidade inculcada por valores nacionalistas, constituem-se de arquitecturas que respondem aos avanços técnicos impostos pela actividade produtiva, às quais se associa uma imagem de progresso, colectiva, de pertença à Empresa.

São estes os locais propícios à experimentação de materiais e modelos tecnológicos, organizando-se enquanto estruturas representativas de um surto de industrialização e inclusão iniciado em Portugal na segunda metade do século XIX e que terá nas décadas de 1940 e 1950 o seu apogeu, decorrente, em parte, das necessidades energéticas impostas pela 2ª Grande Guerra.

Constituem-se comunidades autónomas, dependentes de uma tutela especial com uma cultura administrativa própria, onde todos os pormenores do quotidiano mineiro são equacionados, desde a organização social à prática de desporto. No fundo, um sistema paternalista justaposto ao Estado, que extrapola a gestão empresarial e assume um papel de autoridade pública.

Ganha relevância, mais do que qualquer edifício, a estrutura socio-territorial, enquanto espinha dorsal das dinâmicas económicas, sociais e até mesmo culturais de toda a população, extravasando a sua influência os trabalhadores da empresa carbonífera.

¹³¹ Lei n.º 677 /1917 de 13 de Abril. Na Bacia Carbonífera do Douro foram demarcados quatro Coutos Mineiros: Pejão (Castelo de Paiva) e Pederneira (Gondomar) - ambos em 1920 e sob a alçada da Empresa Carbonífera do Douro -, S. Pedro da Cova (Gondomar), cuja última demarcação data de 1943, por requerimento da Companhia de Minas de S. Pedro da Cova, e Valdeão (Gondomar), demarcado em 1923, sob concessão da Companhia Mineira Portuense. Destacam-se os Coutos Mineiros do Pejão e de S. Pedro da Cova pela sua dimensão territorial, económica e social.

¹³² Designação atribuída aos edifícios e estruturas de apoio à mineração e promovidos pelas empresas concessionárias, no decreto n.º 18713 (publicado no Diário de Governo n.º 177, 1.ª série, de 1 de Agosto de 1930).

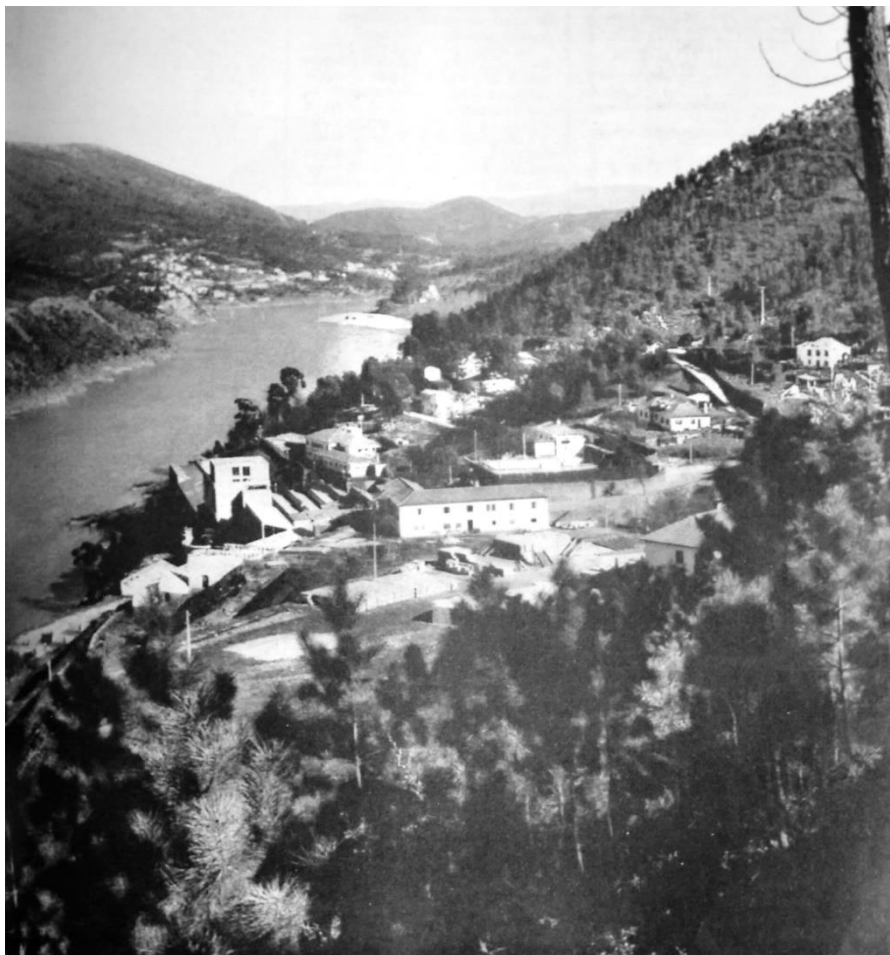


Fig. 5: Núcleo de Germunde, Couto Mineiro do Pejão, 1958
("O Pejão", nº 114, Ano X, Março de 1958).

Contrariamente à fábrica, aqui ganha relevância a relação que a indústria estabelece com o lugar: é no território que assenta o património mineiro e, por isso, muitas vezes desconsiderado perante a ausência de valor arquitectónico de cada um dos objectos que o formulam enquanto sistema.

Contudo, tal como refere Mumford (1934), a mina é a base de assentamento urbano mais vulnerável possível. Desactivada a exploração do filão encerra, deixando para trás um solo moldado para e pela exploração - agora contaminado -, e tornando obsoletas as estruturas determinadas para a actividade extractiva: as intervenientes no processo produtivo, sem função; as de carácter social, sem mão-de-obra a quem servir.



Fig. 6: Lavaria de Germude, Castelo de Paiva 2013 (Imagem do autor).



Fig. 7: Cavalete de S. Vicente, S. Pedro da Cova, Gondomar, 2016 (Imagem do autor).

No caso do carvão, é a desmaterialização da fonte de energia - que passa a ser transportada por cabos aéreos desde as hidroeléctricas até aos pontos de consumo - que conduz ao desaparecimento da necessidade de uma estrutura física de suporte a este sistema sociotécnico.

Paisagem e Património

Embora as sedimentações que constroem esta paisagem em particular - as construções, mas também os elementos naturais, topográficos, geológicos, os projectos políticos, os avanços tecnológicos - nem sempre se tornem inteligíveis devido à sobreposição temporal e espacial que as caracteriza, estas sedimentações encerram em si um forte pendor identitário, de enraizamento das populações e até mesmo modelar.

À paisagem tecnológica decorrente da produção de energia a partir do carvão, associa-se então a condição patrimonial, tal como Choay (2005, 9) a assume, subjacente à capacidade de representar “valores e necessidades que estabelecem vínculos entre o presente e o passado, dando coerência a um mundo em constante transformação”.

Enquanto expressão da memória e identidade de um lugar, caracterizado por uma cultura coerente e que o transforma, esta articulação paisagem-património formaliza-se no conceito de paisagem cultural, tal como apresentado por Sauer em 1925 e posteriormente adaptado pela UNESCO (1992), ainda que sobre uma óptica mais política e administrativa do que académica e projectual (Galino Gonzalez e Sabaté Bel 2009), formalizando-se num conceito difuso e, consequentemente, pouco operativo.

Neste enquadramento institucional, a paisagem cultural passível de protecção é aquela em que a adequação entre as componentes ecológicas e culturais se efectiva. Rapidamente nos deparamos com problemáticas decorrentes da natureza poluente e altamente exploratória dos “imperativos socioeconómicos (...) que [aqui] desenvolveram a sua forma (...) em resposta ao ambiente natural” (Fowler 2003, 19).

Por outro lado, este entendimento da paisagem cultural dentro da esfera patrimonial, extravasando o que Sauer (1925) apresenta como resultado da acção de um grupo social sobre o natural, decorre de uma crescente e massificada preocupação relativa à conservação e transmissão do património enquanto garante identitário, durante as décadas de 1970 e 1980, e que ganha particular relevo a partir da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (Unesco 1972).

Embora tratando-se de uma paisagem que evoluiu organicamente mantendo a sua constância na organização territorial (Fowler 2003), quando observamos o que do Sistema Carbonífero do Douro

chegou até nós, distanciamo-nos de uma “ordem patrimonial” (Pereira 2015, 144) aparente, comumente reconhecida nas paisagens culturais.

A sua funcionalidade - então materializada na estrutura física, hoje desafecta da ordem produtiva que a determinara - votara o território da produção energética ao abandono e consequente degradação ambiental, social e económica, conferindo-lhe uma categorização de “valor menor” (Pereira 2014), desfasado do seu peso enquanto factor estruturante e capital simbólico perante as populações que em seu torno se fundaram.

Esta visão menos *monumentalista* - e mais sincera - do valor do bem patrimonial conduz-nos ao que Paulo Pereira (2014) designa património atmosférico, um património metafísico, sensitivo, decorrente da atribuição de um valor íntimo, mais profundo e de difícil definição, resultado não só de um reconhecimento fenomenológico e culturalmente determinado, mas também da especificidade relacional que incorpora e que, de acordo com Norberg-Schulz (1976), nos conduz à definição do carácter do lugar.

Aproximamo-nos do que Alain Roger (1997) identifica como a passagem da percepção do território à apreensão da paisagem e que nos leva a olhar para estes contextos ambientalmente degradados enquanto espaços culturais e com um pendor extremamente identitário.

Trata-se de uma pseudo-guerra entre intimidade - na qual incide a veracidade do lugar - e o entendimento universal do seu valor (Bourdin 1984), subjacente à concepção da paisagem enquanto construção histórica, e que permite perspectivar os elementos que a constituem não como objectos singulares, mas sim determinados pela lógica da sua transformação.

Na base do Sistema Carbonífero do Douro, os Coutos Mineiros do Pejão e de S. Pedro da Cova ilustram esta dicotomia subjacente ao seu entendimento actual.

Estruturados em torno dos pontos de extracção, os aglomerados que se estabelecem para dar resposta à estrutura produtiva, são fortemente influenciados pelas arquitecturas utópicas que marcaram o início da industrialização europeia e que formalizam, já na sua génese, as alterações ideológicas decorrentes dos paradigmas socioeconómicos introduzidos por uma nova lógica produtividade. Organizadas como cidades ideais¹³³, estas estruturas suportam-se na autonomia económica e funcional, capaz de assegurar uma vida equilibrada, agregando todos os meios de produção, de educação, de lazer.

Por um lado, a sua abordagem morfológica conduz ao entendimento dos princípios que fundamentam a Cidade Industrial (Tony Garnier, 1901): habitação (modelos, tipologias, implantação,

¹³³ Carlo Aymonino (1972) refere-se em particular às propostas de Charles Fourier e Robert Owen, Falanstério e New Harmony, respectivamente.

orientação) e relação com o sistema produtivo, equipamentos e serviços de apoio (escolas, equipamentos sanitários, desportivos, ...) e sua distribuição, unidades produtivas e articulação com as redes viárias de distribuição, tornam-se particularmente relevantes para o entendimento destes sistemas enquanto reflexo de um modelo de urbanização progressista, e que estará nas “*origens da urbanística moderna*” (Benévolo 1963, 5).

Por outro, se a paisagem tecnológica que se estende desde os pontos de extracção até aos locais onde é consumido o carvão ganha por si só relevo enquanto valor da modernidade, bandeira do progresso então subjacente à prosperidade decorrente dos recursos energéticos nacionais, também se destaca pela relevância que (man)teve na organização territorial quando a entendermos, então como Galino Gonzalez e Sabaté Bel (2009) a apresentam, paisagem do trabalho, como se de um memorial ao trabalhador desconhecido se tratasse.

Mais do que a materialidade que encerram, a organização social que suportam, o desenvolvimento cultural que promovem, as actividades lúdicas e desportivas em que se destacam¹³⁴, trazem até aos dias de hoje uma ligação afectiva extremamente vincada, reconhecível em cada estória reivindicada perante os marcos físicos deste Sistema, e ainda que decorrente de uma relação hierárquica, subjugada a uma estrutura produtiva altamente exploratória e repressiva.

O carácter íntimo, resultado de um reconhecimento genuíno fundamentalmente por parte daqueles que se estruturaram em torno desta actividade produtiva, permite-nos pensar nestes lugares como potenciadores de uma requalificação integrada e dotada de significado. Extravasando a salvaguarda de um Sistema Carbonífero do Douro enquanto entidade patrimonial, uma leitura intencional do território a partir do seu entendimento enquanto bem patrimonial deverá suportar estratégias de intervenção nas quais a valorização das comunidades se apresenta como veiculação da sua transformação.

Tal como identificado por Paulo Pereira (2014), uma abordagem que ultrapasse a dimensão consumista do património, colocando o seu valor enquanto referencial simbólico ao serviço de uma requalificação da paisagem¹³⁵.

¹³⁴ Tanto a Empresa Carbonífera do Douro como a Companhia das Minas de S. Pedro da Cova dispunham de uma série de actividades lúdicas e desportivas e que se constituíam ocupação dos tempos livres dos trabalhadores. Clubes desportivos - como futebol, ténis, nataçãov-, bandas de música, sessões de cinema, ..., preenchiam o quotidiano dos trabalhadores das empresas carboníferas fora do horário de trabalho.

¹³⁵ Em “A Construção de Paisagens Urbanas poderá Criar Bens Comuns?” [*In Paisagem Património*, editado por Isabel Lopes Cardoso, 57-81. Equações de Arquitectura. Porto: Dafne Editora | CHAIA, 2013], Pierre Donadieu refere-se ao bem comum paisagístico subjugando-o a “a beleza dos lugares com certeza, mas também [a] a memória, [a] a biodiversidade, [a] a alimentação de proximidade, [a] o livre-acesso ao espaço público, [a] o emprego, [a] os lugares de lazer, [a] a espiritualidade ou [a] a solidariedade entre habitantes.” (Donadieu 2013, 80).

Como método para essa requalificação, Elizabeth Meyer apresenta-nos “Site Reading Strategies and site Design tacticts” (2005, 102), enquanto forma de olhar o lugar e transformá-lo, e na qual o desenho poderá potenciar aquilo que caracteriza o lugar e, simultaneamente, criar formas culturalmente significantes. Transpor-se-á este enquadramento para a abordagem em curso, tendo por base a especificidade desta paisagem tecnológica¹³⁶.

Landscape Reading

A paisagem apreende-se continuamente do lugar, quando na sua abordagem se conjugam diversas lentes, que, de acordo com Laura Zampieri (2012), deverão constituir-se chave de leitura para um posterior desenvolvimento projectual. Enquanto entidade, constrói-se, portanto, sobre uma série de elementos e referências decorrentes do entendimento do lugar como uma construção dinâmica e relacional e que determinam a sua especificidade. Formas variáveis, sinais, vestígios - cujo significado pode ser mais ou menos inteligível-, expressões fenomenológicas de elementos não visíveis - atmosféricas até -, especificidades dos elementos naturais, ..., determinam esta apreensão do lugar naquilo que o torna especial, e que extrapola as abstracções formais segundo as quais nos habituamos a olhar território¹³⁷.

Como tal, a paisagem, e tal como Laura Zampieri nos a apresenta, constitui-se como “lugar das estratificações das acções humanas sobre o território, lugar das estratificações dos sinais e vestígios da complexidade das relações antrópicas, percebidas na sua forma visível, mas também na sobreposição das suas sucessões” (2012, 16).

As estratificações - ou se quisermos os diferentes *layers* - que se vão sobrepondo e que correspondem às inscrições e marcas acumuladas segundo camadas ao longo do curso da história, sobre o palimpsesto¹³⁸ que André Corboz (1983) considera o território, conduzem-nos a uma leitura da paisagem segundo uma “lente” proveniente da arqueologia, e através da qual a sua assimilação é feita a partir da desconstrução, do entendimento de cada estrato, então configurado pelo significado e valor das marcas que vão sendo deixadas para trás com evolução temporal.

Estes vestígios que se vão sedimentando no território enquanto traços da actividade humana e expressão da sua permanência determinam o valor patrimonial de cada lugar, em função da

¹³⁶ Embora E. Meyer utilize o termo lugar e não paisagem, tendo em conta o enquadramento teórico prévio, bem como o próprio texto de Meyer, é feita a adaptação para o enquadramento da paisagem.

¹³⁷ Estas abstracções formais decorrem de uma abordagem com base quase exclusiva em representações em projecção horizontal, distanciando-se da forma como vivenciamos o espaço, como o apreendemos.

¹³⁸ Palimpsesto corresponde a uma superfície na qual se escreve - e reescreve -, sobrepondo-se aos antigos documentos os novos, reutilizando-se então o suporte, o palimpsesto. Em *Território como Palimpsesto* (1983), André Corboz serve-se da metáfora do território como palimpsesto para descrever o território como entidade na qual se vão sobrepondo as marcas e leituras passadas.

significância e valor do que até nós nos chega, independentemente do seu carácter mais ou menos marginal à “ordem patrimonial”.

Com base nesta leitura estratigráfica e cronológica sobre a paisagem é possível definir “momentos de paisagem” (Tavares Dias 2011, 22) capazes de balizar estas sedimentações dentro do tempo da história. No entanto, esta classificação que permite encontrar os suportes identitários do território torna-se pouco relevante enquanto reconhecimento autónomo, na medida em que o que do território chega até nós repercute-se no já referido palimpsesto e no qual não é possível isolar as marcas da sua construção, então miscigenadas pelo factor tempo.

Da necessidade de leitura da paisagem como uma entidade em mutação, composta por cada um dos “momentos de paisagem” e por todos eles num todo, Tavares Dias define “unidade paisagem património” (2011, 22) como forma de identificação - com base e cada um dos “momentos de paisagem” que a compõem - e consequente operacionalização de unidades de paisagem, de acordo com um conjunto de factores determinados pelos seus valores patrimoniais.

Todo o sistema de organização territorial subjacente à linha de produção de energia no vale do Douro será entendido como “unidade paisagem património”, enquadrada como área relativamente homogénea que denota a estreita relação entre as características ecológicas do território e as actividades que nele se desenrolam, num intervalo de tempo, *ante* e *post*, bem definido e que possui uma inteligibilidade de funcionamento intrínseca, permitindo não só o seu relacionamento mas também a adopção de medidas e estratégias de intervenção (Tavares Dias 2011).

O entendimento relacional entre os diferentes “momentos de paisagem” que compõem a “unidade paisagem património”, transversal às diferentes escalas da paisagem carbonífera - não só do território, mas da própria intervenção - induz-nos à consciência - e conhecimento - dos lugares. Entendida como a capacidade de descodificar as suas marcas e torná-las matéria activa da transformação, esta consciência pressupõe então, e necessariamente, a compreensão da sequência de acções que as produziu.

Landscape Editing

Quando em 1966 Vittorio Gregotti escreve “Il territorio dell’architettura”, apresenta-nos uma ideia de paisagem enquanto conjunto que, como dispositivo operativo, se revela simultaneamente leitura e representação dos índices de transformação formal e fundação dos critérios de definição de conjuntos formais.

Este reconhecimento da paisagem-conjunto como condutor do discurso relativo “ao problema da estrutura formal em arquitectura, a todas as escalas dimensionais” (Gregotti 2008, 59), leva-nos a identificar um desenho-ferramenta, condutor não só do processo de interpretação iterativa entre escalas de apreensão da paisagem, mas também capaz de a “editar” - amplificar, densificar, comprimir, estender, ... - (Meyer 2005), estabelecendo a relação entre os elementos que a compõem e definindo as distâncias necessárias entre eles (Zampieri 2012).

Por um lado o desenho arquitectónico emerge como meio para o entendimento das tramas e redes geográficas suporte à construção da paisagem¹³⁹; por outro, veicula a (re)construção dos traçados e fragmentos que garantem a leitura da paisagem.

A eficácia do desenho como instrumento de leitura, identificação e transformação¹⁴⁰, emerge como estratégia potenciadora de um desenvolvimento territorial, sustentado numa identidade subjacente aos recursos patrimoniais.

Estamos perante uma abordagem na qual a transformação se revela essencialmente hermenêutica e intimamente ligada ao que existe (Diedrich 2013), não podendo desviar-se das discussões em torno do património, particularmente no que diz respeito à sua ascensão mais imediata de relação entre passado, presente e futuro.

Procura-se assim que o bem patrimonial, independentemente do seu carácter mais ou menos monumental, se torne o principal agente impulsionador da transformação, mais relevante para a composição de novas formas de perceber o existente - e portanto, para a sua requalificação - do que para a fundamentação de novas estruturas pouco ou nada consequentes no melhoria da qualidade de vida daqueles para quem se apresenta como referencial.

Ritter (1962) identifica *le promeneur* como o sujeito da paisagem, definindo o percurso como meio para a sua apropriação. Trata-se de um percurso que Besse (2013) apresenta como forma de habitar o mundo, portanto, de estar no espaço, e que permite estabelecer identificação e afeição profunda com as características do ambiente circundante (Norberg-Schulz 1976).

A figura do itinerário enquanto meio de vinculação dos recursos identificados na “unidade paisagem património” - e que determinam a nossa forma de habitar o mundo -, ganha relevância na caracterização desta paisagem, reequacionando as conexões entre os lugares que constituem o Sistema Carbonífero do Douro.

¹³⁹ Laura Zampieri (2012) identifica a questão das medidas, as relações de proximidade e distância, os limites, as relações de escala e os modos de as perceber como constituintes das tramas, das redes geográficas, que constroem uma qualquer paisagem.

¹⁴⁰ Walter Rossa fala-nos de um desenho “como ferramenta informada” (2012, 5).

Como resultado, uma nova infra-estrutura da paisagem, enquanto suporte e princípio orientador de uma série de relações a escalas distintas - de decisão, intervenção e vivência - (Belanger 2013), e que incorpora espacialmente ao longo da linha de produção territorial que se constitui este Sistema.

Vertendo esta abordagem para o planeamento e gestão do território, deixa de ser a divisão administrativa o factor determinante no ordenamento do território para dar lugar a uma Unidade Paisagem Património, suportada num conjunto de intervenções mínimas, capazes de tornar o bem patrimonial inteligível perante os lugares do presente.

Paisagem (vs) Património

Mais do que fundamentar um enquadramento do Sistema Carbonífero do Douro enquanto subjacente a um valor de paisagem e/ou de património, procurou-se que a abordagem a estes dois dispositivos de leitura - e interpretação - do território conduzisse a um entendimento prospectivo do bem patrimonial, então concretização, material ou imaterial, de uma lógica una, transformadora do território.

Pensar o projecto e o desenho arquitectónico como interpretação do lugar, tendo o lugar como programa e não suporte para esse programa (Meyer 2005), ganha particular relevância quando perante estruturas obsoletas como as que nos chegam até aos dias de hoje decorrentes da produção de energia a partir do carvão e que pela sua escala sobre-humana - das estruturas que a suportam, da extensão territorial do processo e do próprio papel social, económico e cultural que algum dia assumiram- se demarcam pela sua dimensão simbólica.

O respeito pelas pré-existências levanta questões de ordem patrimonial, e da própria arquitectura, enquanto disciplina “que consolida e reinventa os «lugares praticados»” (Alves Costa 2013, 15). Pensar a intervenção - ou a sua ausência - na óptica da não anulação do lugar extravasa o tema clássico do património - a preservação - quando perante estruturas resultantes de lógicas industriais, então obsoletas (Diedrich 2013). Ganha dimensão a sua “desconstrução”¹⁴¹ como forma de as integrar na esfera da vida contemporânea.

Esta desconstrução que, mais do que de pendor patrimonial, se debruça sobre a percepção da especificidade do lugar em toda a sua amplitude - e que parte da “unidade paisagem património”

¹⁴¹ Alves Costa fala-nos das possibilidades da história, particularmente enriquecedoras “quando o exercício disciplinar é tomado como causa social, tendente a responder às aspirações do homem que tem o direito ao reconhecimento do seu passado, do lugar que habita e do direito de participação no processo para a sua transformação” (2012, 15).

como meio para o entendimento então do bem patrimonial- aproxima-se do que Walter Rossa designa “Desenhar a História” (2012, 5), enquanto processo de reconhecimento do que da História pode verter para uma operacionalização desenhada do território e expressão simultaneamente analítica e propositiva do todo.

Este reconhecimento leva-nos a, mais do que recuperar a memória dos espaços industriais integrantes desta linha de produção territorial, re-olhar para as lógicas subjacentes à infraestruturação carbonífera de forma a na sua coerência encontrar uma possível estratégia conducente à revalorização dos recursos patrimoniais segundo um modelo economicamente mais viável, ambientalmente mais sustentável, enraizado na sua identidade e socialmente mais justo.

Numa paisagem profundamente transformada, o “Desenhar a História” aparece como ferramenta para a sua regeneração, evidenciando a leitura do sistema energético e promovendo a sua sistémica e significativa reconversão, então suportada na valorização da lógica subjacente à construção desta paisagem tecnológica.

Bibliografia

Aguiar, José. 2007. *Património Paisagístico: Os Caminhos da Transversalidade* [Acedido a 03/03/2015]. <http://icomos.fa.utl.pt/eventos/apap2007.pdf>.

Alves Costa, Alexandre. 2013. “Lugares praticados versus lugares de memória.” *Revista Património*, 1: 82-85.

Alves Ribeiro, Daniela. 2016. “Territories of energy production and landscape heritage. The Coal Basin of Douro.” *Joelho, Revista de Cultura Arquitectónica*, 6: 162-170.

Aymonino, Carlo. 1972. *Origines y desarrollo de la ciudad moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili [Ed. Original: 1971].

Belanger, Pierre. *Landscape Infrastructure: Urbanism beyond Engineering*. Tese de Doutoramento. Wageningen: Universidade de Wageningen, 2013.

Benevolo, Leonardo. 1972. *Aux sources de l'urbanisme moderne*. Paris: Horizons de France [Ed. original: 1963].

Besse, Jean-Marc. 2013. “Estar na Paisagem, Habitar, Caminhar.” Em *Paisagem Património*, editado por Isabel Lopes Cardoso, 33-56. Equações de Arquitectura. Porto: Dafne Editora | CHAIA.

Bourdin, Alain. 1984. *Le patrimoine réinventé*. Espace et Liberté. Paris: Presses Universitaires de France.

Bucher, Annemarie. 2013. “Landscape Theories in Transition Shifting Realities and Multiperspective Perception.” Em *Topology*, editado por Christophe Girot, Anette Freytag *et al.*, 35-48. Landscript, 3. Berlim: Jovis.

Cauquelin, Anne. 2017. *Le site et le paysage*. 2.^o ed, 3.^a tir. Paris: Presses Universitaires de France.

- Choay, Françoise. 2005. *Património e mundialização*. 2ª ed. Évora: Editora Licorne / CHAIA.
- Choay, Françoise. 2006. *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70 [Ed. original: 1982].
- Corboz, Andre. 2004. "El territorio como palimpsesto." Em *LO Urbano*, editado por Ángel Martín Ramos, 25-34. Barcelona, Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, SL [Ed. original: 1983].
- Diedrich, Lisa. 2013. "Entre a *Tabula Rasa* e a Museificação." Em *Paisagem Património*, editado por Isabel Lopes Cardoso, 83-110. Equações de Arquitectura. Porto: Dafne Editora | CHAIA.
- Domingues, Álvaro. 2001. "A Paisagem Revisitada." *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XXXVI, n.º 72: 55-66
- Domingues, Álvaro. 2013. "Paisagens Transgênicas." Em *Paisagem Património*, editado por Isabel Lopes Cardoso, 223-245. Equações de Arquitectura. Porto: Dafne Editora | CHAIA.
- Fowler, Peter. 2003. *World Heritage Cultural Landscapes, 1992-2002*. World Heritage Series: Papers Vol. 6. Paris: UNESCO World Heritage Centre.
- Galindo González, Julián e Sabaté Bel, Joaquín (2009). "El valor estructurante del patrimonio en la transformación del territorio." *Apuntes, Revista de estudios sobre patrimonio cultural*, 22 (1): 20-33.
- Gregotti, Vittorio. 2008. *Il territorio dell'architettura*. Saggi Universale Economica Feltrinelli. Milão: Feltrinelli.
- Ivancic, Aleksandar. 2010. *Energyscapes*. Land&Scape Series. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Lemos de Sousa, Manuel. 1973. "Contribuição para o conhecimento da Bacia Carbonífera do Douro." Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto.
- Macedo, Marta. 2012. *Projectar e Construir a Nação. Engenheiros, Ciência e território em Portugal no século XIX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Meyer, Elizabeth. 2005. "Site Citations: The Grounds of Modern Landscape Architecture." Em *Site matter. Design Concepts, Histories, and Strategies*, editado por Carol Burn e Andrea Kahn, 93-129. New York: Routledge.
- Mumford, Lewis. 1992. *Técnica y civilización*. 5ª ed. Madrid: Alianza Editorial [Ed. original: 1934].
- Norberg-Schulz, Christian. 1976. "*Genius Loci*." *Lotus*, 13: 57-67.
- Pereira, Paulo. 2014. "Património e intimidade." *Revista Património*, 2: 82-85.
- Pereira, Paulo. 2015 "Arquitecturas Marginadas." *Revista Património*, 3: 144-153.
- Pinto da Silva, Madalena. 2009. "Forma e Circunstância: a praça na cidade portuguesa contemporânea". Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto.
- Ribeiro, Orlando. 2001. "Paisagens, Regiões e Organização Do Espaço." *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XXXVI, n.º 72: 27-35. [Ed. Original: 1982].
- Ritter, Joachim. 1997. *Paysage: fonction de esthétique dans la société modern: accompagné de l'ascension du mont Ventoux de Pétraque et La promenade de Schiller*. Besançon: Les Éd. de L'Imprimeur cop.

Roger, Alain. 1997. *Court traité du paysage*. Bibliothèque des sciences humaines. Paris: Gallimard.

Rossa, Walter. 2012. "Sumário pormenorizado da lição "Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela"". Prova de Agregação, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra.

Rossi, Aldo. 2012. *L'architettura della città*. 2. ^a Ed. Macerata: Quodlibet Abitare [Ed. Original: 1966].

Sauer, Carl. 2006. "La morfología del paisaje." *Polis*, Revista de la Universidad Bolivariana, 5 (15) [Ed. original: 1925].

Tavares Dias, Lino. 2011. "*Património construído como património prospetivo*." Prova de Agregação, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto.

Zampieri, Laura. 2012. *Per un progetto nel paesaggio*. Macerata: Quodlibert.

TERRITORIOS CULTURALES:
VECTORES DE LECTURA Y ACTUACIÓN EN EL TERRITORIO
A TRAVÉS DE LAS PRÁCTICAS ARTÍSTICAS

Dolores Gutiérrez Mora

Resumen: Este artículo muestra cómo, a través del análisis de obras de arte que tienen al territorio como objeto de reflexión, se puede visualizar la problemática que subyace en él en el contexto de la cultura contemporánea, llegando a establecer patrones comunes de diagnóstico e intervención. Para ello, mediante un método interpretativo de las obras y del pensamiento de un conjunto de autores, se argumentan unos vectores teóricos culturales que incardinan la reflexión sobre el territorio en una escala mayor, y que son representados a través de gráficos o diagramas que facilitan una visión de conjunto de la complejidad territorial existente.

Palabras clave: Territorio; Arquitectura; Arte Contemporáneo.

CULTURAL TERRITORIES:
VECTORS FOR READING AND ACTING IN THE TERRITORY
THROUGH ARTISTIC PRACTICES

Dolores Gutiérrez Mora

Abstract: This article shows that the analysis of artworks which have the territory as an object of reflection allows to visualize its underlying problems within the context of contemporary culture, creating common patterns of diagnosis and intervention. Through an interpretive method of artworks and by discussing the work of relevant authors, it is possible to generate theoretical vectors which put the reflection on the territory on a larger scale and are represented by graphs and diagrams making it easier to see the big picture of the existing territorial complexity.

Keywords: Territory; Architecture; Contemporary Art.

**TERRITORIOS CULTURALES:
VECTORES DE LECTURA Y ACTUACIÓN EN EL TERRITORIO
A TRAVÉS DE LAS PRÁCTICAS ARTÍSTICAS¹⁴².**

Dolores Gutiérrez Mora

1 - Introducción

Esta investigación está motivada por la problemática que afecta al territorio en la actualidad y la conflictividad que se deriva de ella, así como por las relaciones que el hombre establece con dicho territorio, como participante activo de esta conflictividad pero sobre todo en su calidad de habitante. Estas relaciones se producen en el marco de la cultura contemporánea, la cual las condiciona y tensiona, al tiempo que ofrece aperturas y desplazamientos para las mismas, junto con la posibilidad de una sostenibilidad aún por definir.

El panorama en el que se despliega la habitación contemporánea está caracterizado por las secuelas todavía vigentes de los avatares que ha sufrido el discurso racionalista a lo largo del último siglo, a las que hay que sumar la incertidumbre generada por las nuevas amenazas del presente siglo, potenciadas por el contexto global en el que nos encontramos inmersos y los avances científico-técnicos que se producen al margen de procesos participativos. En esa dinámica de globalización, la herencia de unas estructuras y soportes modernos, tanto constructivos y funcionales como conductivos, actúan sobre el sustrato de las culturas todavía resistentes y provocan la expansión y

¹⁴² Este artículo resume la investigación desarrollada en la tesis doctoral titulada *“Territorios culturales. Condicionantes desde la cultura contemporánea para la relación entre hombre y territorio”*, realizada por Dolores Gutiérrez Mora (2017) y dirigida por la Dra. Carmen Guerra de Hoyos.

generalización de unos modos de vida determinados por la creciente separación del hombre respecto al medio, que enajenan al habitante respecto a su propio contexto territorial. Dentro de este panorama se identifican cuatro conceptos que enmarcan el contexto teórico en el que se desarrolla la investigación, relacionados desde un planteamiento de sostenibilidad múltiple. Estos conceptos son el territorio, la arquitectura, la cultura y el arte (Fig. 1).

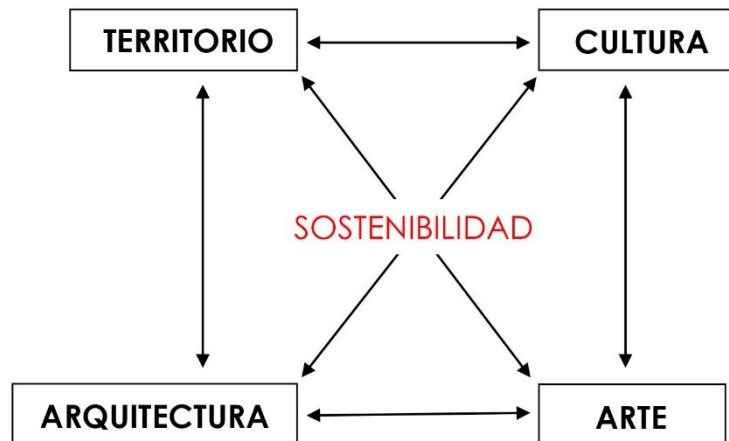


Fig. 1.

Aunque no pueda establecerse una ruptura como tal en la cuestión territorial entre el momento presente y tiempos anteriores, se identifica en la actualidad, por un lado, una sensibilidad hacia el territorio urbano que es heredera de los planteamientos de Solà-Morales (2002), Bernardo Secchi (1984) y Vittorio Gregotti (1984), consistente en la mirada hacia los lugares inciertos, los intersticios y lo marginal; y por otro lado, una atención hacia territorio natural basada en las observaciones de Gilles Clement (2004) y Pascual Riesco (2003), en relación a los espacios intermedios donde la naturaleza reclama su lugar. Estos espacios, de creciente protagonismo, hablan de una negociación entre el hombre y la naturaleza, al tiempo que ofrecen resquicios en lo cultural que permiten vislumbrar alternativas a lo establecido.

Respecto al papel de la arquitectura, como constructora tradicional de la relación entre hombre y territorio, parece necesaria la recuperación de un espacio de encuentro más directo entre ambos, junto con un reconocimiento de los componentes que condicionan esta relación desde el contexto cultural predominante y las posibilidades que se ofrecen en los márgenes de dicho contexto. Así, esta relación no puede sino volver la vista sobre la dimensión existencial del espacio habitado, planteadas por Heidegger (1994), Bollnow (1969) y tantos otros; sobre el espacio donde se produce la intermediación entre el hombre y las cosas. En el presente, este planteamiento se ve reflejado en actitudes volcadas hacia la experiencia directa sobre los espacios y los lugares, una experiencia

esencialista que no está asociada necesariamente al consumo. No obstante, este enfoque de presupuesto claramente individualista, propuesto como compensación y apoyo al vector racionalista mayoritario en el ciclo cultural, se ve matizado y tamizado por nuevos vectores sociales emergentes.

Lo cultural, por su parte, puede ser representado formal y espacialmente según dos teorías complementarias que le otorgan una nueva dimensión para la actuación en el medio. Por una parte, Peter Sloterdijk (2003, 2006) reconoce diferentes metáforas formales para las estructuras sociales humanas entre las que se encuentran las islas, esferas, espumas, etc.; y por otra, los hermanos Castro-Nogueira (2008) identifican unas envolturas o impliegues sociales a los que denominan plikas. Según estos planteamientos, lo cultural es el medio donde las estructuras que configuran colectividades encuentran los soportes oportunos para ser, haciéndose inseparables de ellos en una correspondencia perfecta, involucrándose en un entramado fluctuante y performativo que acoge las envolturas que somos, donde tienen lugar las distintas relaciones que nos permiten llamarnos en el mundo.

Habitación y cultura se constituyen de este modo en envolventes participadas de una misma ficción, desde donde las visiones singulares asumen la labor de proponer otros mundos, líneas lanzadas en exploraciones hacia nuevas territorialidades posibles. Por su parte, las obras de arte establecen una amplificación de la mirada y de la experiencia reclamada por Maillard (2009) y analizada por Krauss (1996) que no se da en otras manifestaciones culturales. De hecho, según los hermanos Castro Nogueira (2008: 536-ss) el arte se reconoce como un mecanismo, casi el único, que permite el reconocimiento y la visibilización de las envolturas culturales, y por tanto la constitución de un afuera respecto a los invernaderos bien temperados donde, de acuerdo con Sloterdijk (2006), se producen las esferas de inmunidad necesarias para habitar.

El presente estudio mira hacia el papel que juegan las prácticas artísticas en la reevaluación del territorio en la contemporaneidad. Es oportuno reconocer situaciones y acciones tomadas del arte como disciplina con referentes comunes a la arquitectura, pero con una mayor libertad y alcance en sus acciones, que planteen una reflexión sobre el territorio y los modos de habitar desde las fisuras y aperturas en lo cultural. Las prácticas artísticas, al estar desvinculadas de la productividad, pueden atender a cuestiones más marginales, convirtiéndose de este modo en un vector crítico de denuncia. Las obras, en su capacidad de crear atmósferas compuestas de todo lo necesario para ser llamadas mundo, se nos presentan como microterritorialidades de los deseos por construir, dispuestas a ofrecer otras miradas, reconocibles en nuevos horizontes que puedan constituirse, no ya en alternativas salvadoras, sino más bien, en convivencias que acondicionen un soporte para el diálogo de las multiplicidades.

El proceso seguido en la investigación responde a un doble extrañamiento planteado como método para producir conocimiento y como posibilitador de miradas y aperturas propositivas, donde dos de los componentes prioritarios son abordados de forma tangencial. En este sentido, el enfoque hacia la sostenibilidad se produce desde una duda basada en la procedencia económica o iconográfica de su planteamiento, mientras que la arquitectura experimenta una retracción para propiciar un acercamiento al espacio del habitar desde la cultura y, más concretamente, desde las prácticas artísticas, como forma inherente a la construcción de la misma.

2 - Metodología

Se parte del análisis de obras tomadas del ámbito artístico que tienen al territorio como objeto de reflexión para, mediante un método interpretativo, extraer las temáticas que subyacen en las obras y que por extensión se encuentran presentes en la cuestión territorial contemporánea. El estudio se acota a un arco temporal que abarca desde finales del siglo XX hasta el presente, como periodo en el que comienzan a surgir sensibilidades superadoras de una modernidad sostenida, con dificultades progresivamente crecientes, aun después de la caída de su andamiaje hacia principios del siglo XX (TOULMIN 2001). En cuanto al entorno geográfico, se considera un ámbito lo suficientemente amplio para que las obras sean representativas de los procesos generales estudiados, atendiendo a la cultura global como marco de referencia de las relaciones entre hombre y territorio. En el conjunto de la investigación se analizan cinco obras¹⁴³, aunque en este artículo sólo se describirá brevemente y a modo metodológico una de ellas.

El análisis realizado establece una red de relaciones con un suelo de referencias teóricas y con otras situaciones artísticas, que extienden el panorama discursivo en torno a las obras, sin establecer, a priori, líneas narrativas únicas en cuanto a la forma, el estilo o el autor. Se reconocen, no obstante, agrupaciones temáticas principales surgidas del planteamiento propio de cada obra. Así, mediante el análisis de intervenciones diferentes, se pretende llegar a establecer temáticas comunes, complementarias e interconectadas, que ofrezcan un panorama general de las cuestiones no resueltas que afectan al territorio en la actualidad. A través de las reflexiones de un conjunto de pensadores de muy distintas disciplinas, se intentará fundamentar esas temáticas como vectores teóricos de la cultura, incardinando la reflexión sobre el territorio en una escala mayor. De este modo se plantea, a partir del análisis de las obras de arte, una metodología de observación de patrones comunes, de diagnóstico e intervención en el territorio.

¹⁴³ Las cinco obras son: *Carpet Land* (2012) de Halil Altindere, *Pabellón Español en la Bienal de Venecia* (2013) de Lara Almarcegui, *Sky Ladder* (Isla Huiyu, 2015) de Cai-Guo Qiang, *Mirar en mis sueños – Awilda* (Río de Janeiro, 2012) de Jaume Plensa y el fragmento *My Skin* que forma parte de la proyección *Arno* (San Diego, 2007) de Jenny Holzer (GUTIÉRREZ 2017).

Para comprender las relaciones que se establecen en el análisis y las conexiones entre las partes, se dibujan mapas o diagramas, tanto particulares de cada obra como general del conjunto de las cinco, que sirven como soporte gráfico para ordenar y visualizar la complejidad existente y que además son reflejo del proceso metodológico seguido. El método de trabajo planteado en la investigación no pretende agotar el campo de estudio, algo que por otra parte sería imposible dada su amplitud y heterogeneidad, pero la realización de este tipo de diagramas permite encontrar convergencias entre las diferentes prácticas artísticas que no son detectables desde otro tipo de acercamientos.

3 - Análisis de la obra *Carpet Land*

Imaginemos por un momento un paisaje dominado por una extensa planicie delimitada en su fondo por un sistema montañoso que define la línea del horizonte. Tanto la topografía del lugar como el carácter eminentemente rural de las escasas construcciones que aparecen salpicadas en él remiten a un suelo favorable para el uso agrícola, a pesar de lo cual, la tierra no se encuentra cultivada sino cubierta por un manto de alfombras que se dispone ordenadamente sobre una extensión de suelo comparable a un campo de cultivo. Por otra parte, las elevaciones topográficas circundantes ofrecen una resistencia a la ocupación que es consecuencia tanto de su condición vertical como de su irregularidad superficial; hechos que les confieren un carácter de reserva frente al despliegue desarrollado en el llano. Las piezas rectangulares de diferentes tamaños que conforman los tapices se yuxtaponen y alinean según una ordenación que optimiza la ocupación del suelo, dando como resultado un vasto mosaico textil. De esta forma, el espacio intersticial entre los fragmentos por donde asoma el soporte, se ve reducido a la categoría de negativo, de testimonio de lo velado, de colchón que acoge y recoge la irregularidad.

El paisaje descrito se nos presenta a través de la fotografía que conforma la obra de arte conceptual *Carpet Land*¹⁴⁴, del artista turco Halil Altindere. La instalación, ubicada en Anatolia, podría encontrarse en cualquier lugar de dicha península ya que el nombre *tierra de alfombras* no solo es aplicable, por referencia directa, al área tapizada de la imagen sino también, de un modo más general, al territorio de una nación o región para el que las alfombras constituyen elementos de identificación y representación cultural, además de suponer una fuente de sustento económico. Si bien este despliegue podría formar parte simplemente de un proceso de producción artesanal, la intención parece no ser otra que envejecer, bajo las inclemencias climatológicas, alfombras recién

¹⁴⁴ <http://ca2m.org/en/component/phocagallery/206-halil-altindere/detail/2871-ca2m-halil-altindere-carpet-land-2012#> [fecha visualización 25-02-2018] o <https://web.archive.org/web/20180225191307/http://ca2m.org/en/component/phocagallery/206-halil-altindere/detail/2871-ca2m-halil-altindere-carpet-land-2012>

fabricadas para ser vendidas como *auténticas* alfombras tradicionales en los bazares turísticos de Estambul. En cualquiera de los casos, salvando las diferencias entre la ansiada autenticidad y el simulacro, con el objetivo último de la venta de alfombras con fines turísticos, la intención simbólica del objeto alfombra sufre un trasvase que va desde la pertenencia a la memoria colectiva hasta la retención del recuerdo individual.

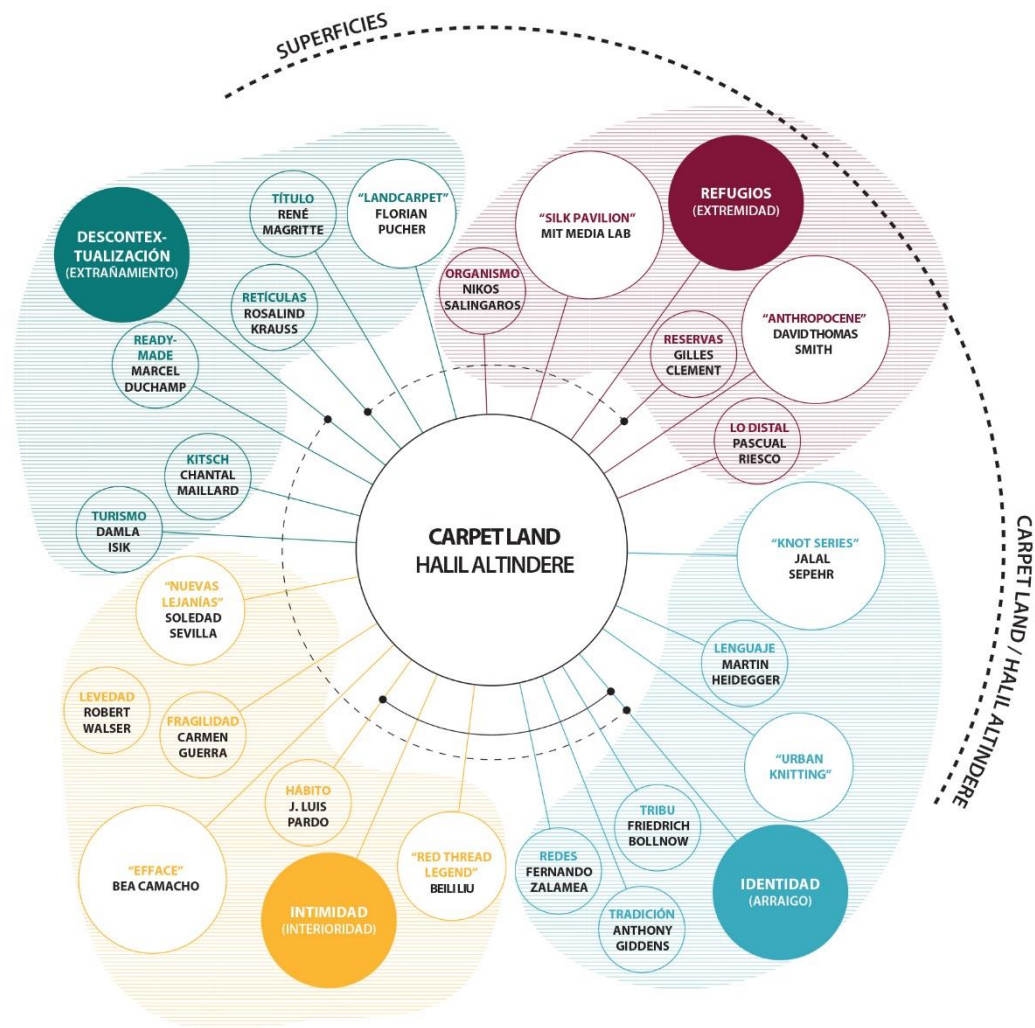


Fig. 2.

En el esquema gráfico (Fig. 2) desarrollado tras una descripción más exhaustiva de la obra y como representación de un análisis más pormenorizado (GUTIÉRREZ 2017), observamos cómo se despliegan cuatro vectores teóricos. El primero gira en torno al extrañamiento y la descontextualización que tienen lugar en el territorio mediante el turismo de masas y su impacto en la creación de nuevos usos del suelo que terminan por deconstruir el concepto de agricultura tradicional, ya que el campo de alfombras ni crece ni deja crecer nada aunque se trate de un

campo productivo. También el arte ofrece una nueva lectura y resemantización sobre esta situación, que incluye al fenómeno kitsch desde su propio origen etimológico, según la definición de Maillard: «La palabra kitsch derivaría, al parecer, del alemán del sur, concretamente del verbo kitschen que significa “amañar muebles para hacerlos pasar por antiguos”, o también del verkitschen: comercialmente, algo parecido a dar gato por liebre» (MAILLARD 2009: 30). Por otra parte, el orden impuesto al suelo recuerda a las retículas analizadas por Rosalind Krauss, que hacen alusión a una abstracción del lugar propia de la modernidad. Así, según Krauss «Allanada, geometrizada y ordenada, la retícula es antinatural, antimimética y antirreal. Es la imagen del arte cuando este vuelve la espalda a la naturaleza» (KRAUSS 1996: 27).

El segundo vector teórico detectado trata sobre la extremidad y los refugios de la naturaleza, que se presentan, por un lado, en las elevaciones y su resistencia a ser ocupadas, y por otro, en los restos de la ordenación que componen los huecos entre alfombras. Según las categorías establecidas por Gilles Clement (2004: 6), los residuos se identifican con las áreas sobrantes de la ordenación e incluyen tanto los bordes accidentados como los restos e intersticios asociados a esta. Por otra parte, los conjuntos primarios se corresponden con las reservas, pero no necesariamente desde un sentido de protección o puesta en valor, sino como evidencia de las dificultades que presentan para ser utilizadas por el hombre y por ello con más posibilidades para el desarrollo de la biodiversidad. Pascual Riesco establece otra consideración de carácter más cultural que biológico, en la que identifica aquellos suelos que no son aptos para la producción intensiva pero que tampoco forman parte del paisaje rural idealizado (ya sea de carácter histórico o turístico), y que viene a denominar el entorno distal, «categoría territorial [que] ha dejado de ser espacio de convivencia» (RIESCO 2003: 62). La extremidad se presenta así en forma de refugios o reservas que, mediante la distancia o la semejanza, se resisten a la ordenación ortogonal de la tierra; pero también la encontramos en los intersticios e incluso en lo velado de dicha ordenación.

Por otra parte, el propio diseño de la alfombra tradicional trata de captar la vida, asemejándose a un sistema biológico u organismo, como describe el matemático Nikos Salingaros: «La base para una buena alfombra implica maximizar el número de sub-simetrías a gran escala. El producto final sólo vive si todos los elementos, en todas las escalas, se combinan con éxito en un todo coherente» (SALINGAROS 1996, traducción propia). De este modo, en el caso individual de la alfombra, el planteamiento respecto a la extremidad de la tierra no es de contraste sino de imitación.

El tercer vector trata sobre el arraigo y la identidad a través de la tradición y las culturas locales vinculadas a la tierra, como mecanismo que se opone a la descontextualización asociada a

fenómenos globales. Para Heidegger (2003) la relación existencial con la tierra se produce por medio de un conocimiento decantado por el tiempo y a través de un lenguaje compartido. Las alfombras representan objetos y modos como la artesanía que son refugios para la identidad, incluso en situaciones de descontextualización. Otro ejemplo en este sentido respecto a la identidad y la recontextualización es el de aquellos pueblos nómadas que viajaban con su poste sagrado allí donde iban, erigiéndolo en cada nuevo lugar de asentamiento. Según Bollnow, «Este ejemplo es importante porque muestra que en sus marchas sobre la tierra llevaban con ellos su centro, es decir, que no se salían de su centro ni aun cuando cambiaban de lugar de estancia» (BOLLNOW 1969: 63). Mientras que en contextos nómadas, el poste sagrado marcaba el nuevo lugar donde la tribu debía instalarse, en contextos migratorios más actuales, incluso lo kitsch puede ser re-contextualizado. También en estas condiciones se produce la identidad, aunque refugiada en lo leve y lo vulnerable.

La misma acción de tejer está vinculada con la cultura como reconoce Zalamea, para quien «Razonar y tejer se encuentran desde siempre unidos en la cultura» (ZALAMEA 2004: 121-122). Esto se hace evidente en acciones como el *Urban Knitting* que trasladan el tejido al espacio público, creando nuevas redes y conexiones entre los actores-tejedores y los espectadores-ciudadanos en un espacio de convivencia. En estas intervenciones, los tejidos se adaptan envolviendo distintos elementos urbanos (mobiliario, arquitectura, escultura, vegetación, etc.) haciéndolos más blandos, más cálidos, más coloridos, recuperando un espacio y un tiempo más humanos.

La última línea temática trata sobre la interioridad a través de la exposición de lo más íntimo o significativo de lo privado al aire libre, mediante la disposición exterior de un objeto relacionado con el acomodo del espacio interior, pero también vinculado a la subjetividad de sus creadores y ejecutores, asociada al proceso mismo de producción artesanal y a la construcción de la identidad colectiva. Bajo esta línea se reconocen las alfombras como objetos livianos que sirven por sí mismos para acomodar y crear envolturas en las que el hombre se despliega en el espacio. Son también el espacio de la oración y la palabra, y desde su fragilidad y levedad se hace posible enfrentar el mundo. Se trata de una sensibilidad necesaria que Carmen Guerra identifica como «un nuevo sentido para el hombre que está en hacerse cargo de su propia fragilidad [como] conciencia real del mundo en el que vivimos» (GUERRA 2008: 94-95). Bajo esta línea también se encuentra una fragilidad de tipo más económico y una invisibilidad más social, la de las tejedoras.

4 - Vectores teóricos

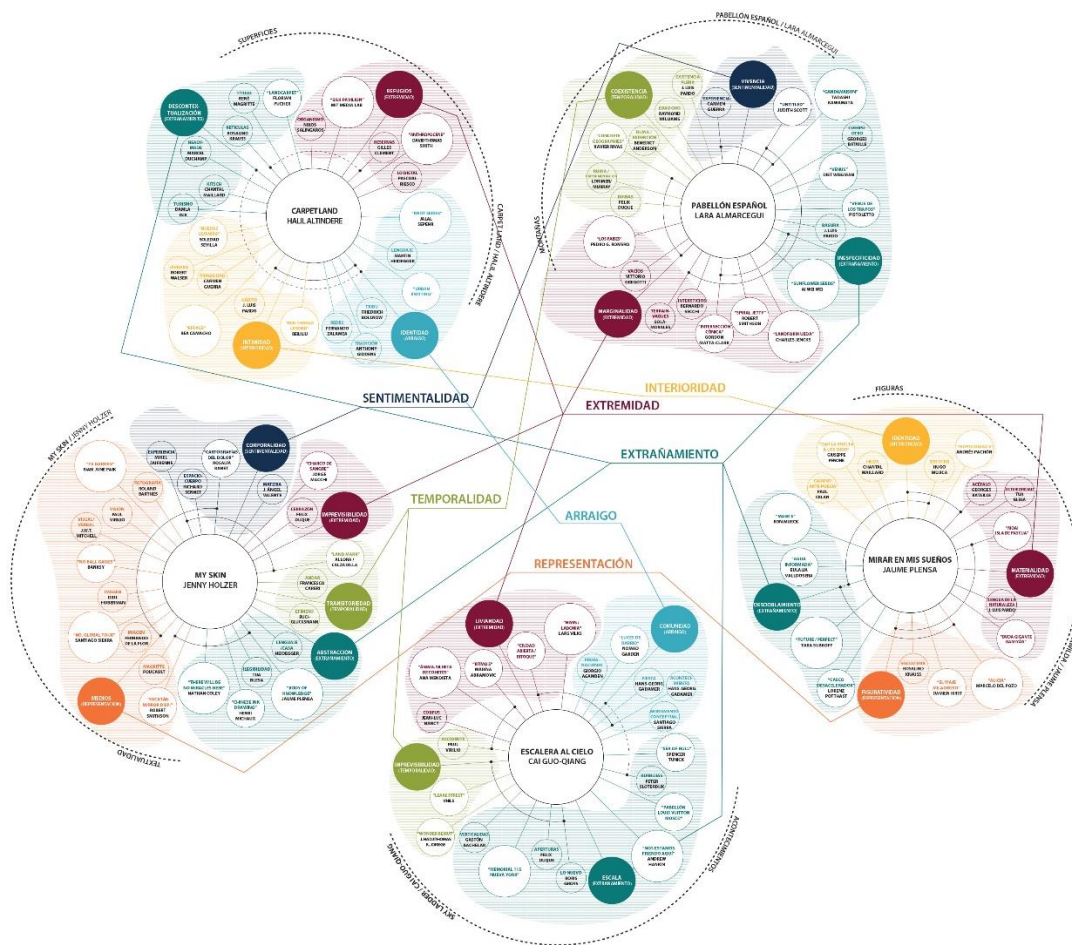


Fig. 3.

En el diagrama general (Fig. 3) se representan los vectores teóricos identificados en los distintos casos analizados (GUTIERREZ 2017), así como las relaciones que se establecen entre ellos. Se reconoce un total de siete temáticas que surgen desde los diferentes planteamientos o subtemas aportados por cada obra, y que se complementan y componen con los autores y situaciones traídos por cada una de ellas. Los distintos vectores teóricos se intersecan enlazando discursos divergentes acerca de esos espacios posibles descubiertos por las obras, mostrando su complejidad, conflictividad y valencias latentes. Estos se plantean con la vocación de establecer estrategias para la reflexión y la intervención arquitectónica, proponiendo un panorama de las cuestiones no resueltas que afectan al territorio en la actualidad, el cual abre la puerta a una sostenibilidad que comienza a definirse.

Extrañamiento

«Es extraño aquello que no se entiende fuera de su entorno» (SLOTTERDIJK 1998: 27).

El término extrañamiento se refiere a la sensación de falta de pertenencia e identidad con respecto al propio medio, a la sociedad, o a uno mismo. La temática del extrañamiento aparece bajo formas diversas en las obras analizadas, pero con un proceder común: introducir lo insólito en lo reconocible creando efectos inesperados; es decir, propiciar una situación inusual en una realidad objetiva que sea capaz de producir un extrañamiento subjetivo en el observador, de forma que se trasciendan los modelos convencionales de comportamiento, o incluso, la propia percepción de uno mismo. Como hemos visto en la obra *Carpet Land*, el extrañamiento viene dado por la descontextualización del objeto en el territorio, mientras que en el resto de obras este se produce desde otros planteamientos.

Otra manifestación del extrañamiento la encontramos a través de la inespecificidad de determinado tipo de materia, como son los escombros, y por su falta de función propia, que se relaciona con la caracterización de la basura, referida no solo a lo material sino también al tiempo y al espacio. En otras situaciones se busca el desdoblamiento mediante la identificación del receptor con la obra, mediante la cual se pone en cuestión su relación con el mundo y la propia identidad. También el contraste escalar de la obra respecto al medio puede dar lugar al extrañamiento: así, en algunos casos, el territorio se engrandece en relación a la dimensión humana, al proponerse un objeto sobredimensionado que apunta a una magnitud territorial mayor que la del mundo de las cosas; mientras que en otros casos, el territorio queda empequeñecido por la irrupción de la figura humana magnificada. En la última de sus manifestaciones, el extrañamiento tiene lugar a través de la abstracción del lenguaje y del significado diferenciado que la palabra introduce en el objeto, la imagen, o el lugar donde se inserta. Esta misma palabra también da lugar a la ilegibilidad o incomprensibilidad cuando el signo o combinación de signos no es entendible o conocido, lo que da lugar a un nuevo extrañamiento respecto al lenguaje.

El extrañamiento, aunque con ciertas connotaciones negativas, presenta un gran potencial reflexivo y propositivo. La historia misma del mundo es la del extrañamiento del hombre respecto a la naturaleza, por lo que estos nuevos extrañamientos producidos en lo consolidado del mundo (a través de la descontextualización, la inespecificidad, la escala, el desdoblamiento y la abstracción) podrían albergar la posibilidad de recuperar el sentido de lo natural para el hombre, estableciendo nuevas formas de relación con la naturaleza, o al contrario, profundizar en el distanciamiento iniciado. El extrañamiento se revela así como mecanismo para repensar el mundo, mediante una nueva percepción de los espacios que a su vez requiere o provoca otros comportamientos y otras formas de habitarlos.

Arraigo

«Sólo en estructuras de inmunidad, generadoras de espacio interior, pueden los seres humanos proseguir sus procesos generacionales e impulsar sus individuaciones» (SLOTERDIJK 2003: 51-52).

El concepto de arraigo hace referencia a una relación profunda del hombre con el espacio, que puede conllevar una pertenencia respecto al territorio. Así, en el pensamiento de Heidegger, la relación hombre-espacio puede llegar a tal compenetración que hace sentir al hombre como un elemento más dentro del territorio. Según este autor, el sentimiento de pertenencia puede ser tan fuerte que cuando el individuo abandona el territorio, se produce en él una fuerte nostalgia, el desarraigo, que impregna toda su existencia (HEIDEGGER 1933, 1982, citado en VILLORIA 1996). De acuerdo con lo anterior, el arraigo se presenta como fenómeno compensatorio al extrañamiento.

El tema del arraigo aparece en la obra *Carpet Land* en forma de contextualización a través de la identidad, la tradición y las culturas locales, como ya se ha comentado. En las otras obras analizadas, encontramos elementos efímeros e inmateriales que intervienen en la construcción de la comunidad, en forma de acontecimientos que, en ocasiones, entroncan con la fiesta o con lo ritual. Así, el fuego se identifica como elemento que asume, a lo largo de varias culturas, un sentido de unión y reunión en torno a él. En otras propuestas, el arraigo no se reconoce como temática principal, de forma que no aparece como compensador del extrañamiento. Es más, esta falta de arraigo se ve acentuada desde otras temáticas como la extremidad, manifestada a través de la marginalidad en los *terrain vagues*, los cuales expresan el desarraigo mismo de los individuos.

Como se ha observado, los mecanismos de descontextualización y re-contextualización se producen a menudo de forma simultánea, como en una reacción causa-efecto. Así, el devenir humano, que a priori implica un extrañamiento respecto a la naturaleza, también se desarrolla enredado con la cultura (con las culturas). El arraigo se plantea desde las culturas locales, a través de la construcción de la identidad y los objetos cargados de simbología, como forma de enraizamiento respecto al lugar y, de forma más general, hacia la tierra. Este fenómeno recupera el lenguaje generalmente olvidado de esta, aún contenido en los modos rurales y comunitarios, los cuales albergan la capacidad de mutar y extenderse más allá de los lugares a los que tradicionalmente han estado asociados, hacia el contexto de la cultura moderna.

Interioridad

«El hombre en su descenso recorre el camino laberíntico del afuera donde sólo hay «pérdida de sí» y «estar fuera de sí»; debe alejarse del mundo de las cosas fijas y estables para oír las voces profundas

de la tierra y de su propio ser a través de la imagen y el canto, en la fiesta y el éxtasis. (NAVARRO 2002: 125)

La interioridad se define como la cualidad de lo interior, lo que se encuentra dentro respecto a un afuera, y asimismo, se refiere a la intimidad de una persona. De la conjunción de ambas acepciones, se supone que lo íntimo se opone a lo exterior, debiendo, a priori, permanecer recluido en un interior. La interioridad también implica la necesidad de un límite que defina separando un adentro de un afuera. Así, el adentro quedaría relacionado con un sentido de pertenencia que enlazaría con el tema anterior del arraigo. El sentido de interioridad que se ha reconocido en las obras es aquel que conecta con el interior del sujeto, en forma de intimidad, reflexión, autoexploración, etc., o como proceso de construcción de la identidad, donde esta temática enlaza con el arraigo. Este interior no se corresponde necesariamente con un espacio acotado, aunque su planteamiento debe extenderse para reconocer en las obras la particularidad de los espacios interiores, así como de las áreas y los territorios demarcados.

El tema de la interioridad aparece en la obra *Carpet Land* a través de la exposición de lo íntimo. Desde otros enfoques aportados por las obras, se reconoce la interioridad a través de la identidad, como proceso de configuración del yo, mediante la repetición de lo acostumbrado y la relación con el otro, que vendría a ser lo exterior pero que al mismo tiempo ofrece la posibilidad de reconocer lo interior y lo propio. La interioridad también se identifica con la espiritualidad, que busca otras formas de relacionarse con el mundo. Lo íntimo, en la escala del territorio, no puede sino establecer un modo propio e inalienable para esta relación. En algunas de las obras analizadas, el tema de la interioridad no aparece de forma explícita, ya que no se establece una relación directa con algún sentimiento asociado a esta, a lo que hay que sumar que la configuración propia de los espacios donde se insertan las obras es principalmente la exterioridad. No obstante, se reconocen algunas confluencias de este vector con otros, como es el caso del arraigo, a través del elemento fuego que evoca el espacio interior y las relaciones íntimas; o el caso de la sentimentalidad, a través del planteamiento del territorio como cuerpo capaz de sentir y el paisaje como piel que separa un interior de lo exterior.

En los casos estudiados se observa que cuando la interioridad de la persona guarda correspondencia con una interioridad espacial-territorial se produce el arraigo. Sin embargo, cuando esta interioridad debe vérselas con la exterioridad, puede que ocurra el desarraigo sin más o, alternatively, que los límites con dicha exterioridad comiencen a descomponerse proponiendo una nueva alianza entre el interior humano y el exterior natural, si acaso fuese posible.

Extremidad

«Sólo en el arte se proyecta el hombre en y hacia la tierra a la vez que, en correspondencia y réplica, ésta se retira, deyectándose en el quehacer humano.» (DUQUE 2001: 61)

La extremidad que se ha reconocido a lo largo de las obras se refiere a una cualidad propia de la tierra que está caracterizada por una mezcla de atributos relacionados con lo extremo, como lo intenso de sus fenómenos, lo excesivo de su magnitud, lo distante de su cerrazón y lo desemejante de todo aquello que constituye el mundo de los hombres. La extremidad o impenetrabilidad de la tierra es, junto al extrañamiento, un vector principal en el diagrama ya que sale a relucir en el análisis de todas las obras. En *Carpet Land* se manifiesta en forma de refugios o reservas que se oponen a la ordenación. En otras obras lo extremo se refiere al lado interior y oculto de una tierra-cuerpo que solo se percibe a través de la superficie-piel. También las relaciones imprevistas que tienen lugar en las proyecciones de luz revelan de alguna forma lo desemejante del relieve de la tierra, que de otra manera permanecería imperceptible.

Otros planteamientos tratan la cualidad de lo extremo desde la marginalidad, en el sentido de la distancia que esta alberga respecto a lo representativo, lo central, lo común y lo aceptado. Esta marginalidad se encuentra tanto en los lugares (*terrain vagues*) como en la materia (residuos, ruinas) que se presentan de forma desnuda, elevada, excesiva y desbordante, así como por los usos posibles que estos lugares-materia plantean. La extremidad también puede ser captada por la materialidad de la escultura humana sobredimensionada que entabla un diálogo con los elementos masivos de la tierra, como la topografía y las montañas, desde una posición y un tiempo más cercano a estos, o alternatively, a través de la liviandad de las formas y las estructuras que se retraen para mostrar la intensidad de la tierra y de sus elementos.

La extremidad puede ser desvelada a través del extrañamiento, por lo que se establecen continuos enlaces entre ambas temáticas. Además, también se refiere a la interioridad de la tierra que permanece cerrada y que, a través de espacios de encuentro que tienen su origen en la cueva, puede relacionarse con lo extremo de la interioridad subjetiva. La extremidad, como condición esencial de la tierra, se manifiesta en forma de cerrazón y ocultamiento que, para ser desvelados, requieren de diálogos a partir de un lenguaje compartido. Este lenguaje, conocido por el arte, debe reinventarse continuamente ante la constante retracción de la tierra. Así, su código puede variar desde la sutileza a la provocación, dependiendo del contexto y la reacción buscada.

Temporalidad

«Caminaré hasta el lugar donde se detiene el curso del agua. Entonces me sentaré para acechar el momento en que se levantan las nubes.» (Wang Wei citado por BUCI-GLUCKSMANN 2006: 51)

La temporalidad se define como la cualidad de lo temporal, es decir, lo relativo al tiempo y la duración de las cosas. Es interesante observar que el término tiempo se usa también para referirse al fenómeno meteorológico, lo cual ocurre en todas las lenguas romance aunque no así en el latín y otras como el inglés y el alemán (COROMINAS y PASCUAL 1991: 486-487), provocando las consiguientes conexiones objetivas o subjetivas que este hecho pueda suponer. La temporalidad puede ser múltiple respecto a lo cíclico y lo lineal, sin embargo cobra especial importancia cuando se refiere a lo efímero, es decir, cuando la duración en su caso de la obra es corta y normalmente está asociada a la acción, el movimiento o la transición.

En las obras, la temporalidad se reconoce a través de tres manifestaciones, la coexistencia, la imprevisibilidad y la transitoriedad. La coexistencia se da por el solapamiento de diferentes estados temporales de la materia, que se representan entre sí. En estos estados se reconocen los procesos de transformación de los lugares sin que pueda reconocerse un momento de plenitud en ellos, incluyendo el concepto de ruina. Por otra parte, se encuentran las obras efímeras en el sentido que presentan una acción con una duración determinada, relativamente corta; ya sea a través de lo imprevisible y del accidente, también a través del acontecimiento como instante que conecta el pasado y el presente; o de la transitoriedad que lleva asociada el movimiento de la proyección-reproducción sobre el soporte del paisaje. Aunque esta temática no ha sido reconocida como línea principal en el análisis de *Carpet Land*, la temporalidad subyace en forma de desdoblamiento del tiempo, esto es, el de la tradición o la artesanía y el de la globalización o el *souvenir*, los cuales deben convivir en la obra. Esta línea también está ausente de otras obras por quedar englobada en temáticas como la interioridad y la identidad, a través de la repetición de lo acostumbrado y en la pausa de la reflexión y la introspección.

En el conjunto de las obras, la temporalidad observada alberga las posibilidades pasadas, presentes y futuras, la compacidad o dilatación del tiempo, la imprevisibilidad y todas las aceleraciones y desaceleraciones imaginables. Pero esta temporalidad se intersecta con el espacio dejando una huella, por lo que el espacio también puede ser configurado como huella del tiempo, en el que es posible retener su fluir continuo.

Representación

«Siempre que el artista se importase a sí mismo más que la obra que le ocupara no lograría realizarla debidamente. El yo ocuparía el lugar de la acción. Para que la acción fuese libre, el artista habría de apuntarse a sí mismo como un cazador a su presa. No para significarse, sino para eliminarse. Una vez eliminado el yo, la obra tendría lugar. Cualquier cosa podría entonces representarse sin obstáculo. También el vacío. También eso podría representarse.» (MAILLARD 2009: 118)

La representación es una imagen o idea que sustituye a la realidad, de modo que esta puede ser objetual o mental, pero siempre tiene un referente que existe al margen de ella misma. La representación humana es tratada en las obras a través de la escultura figurativa, que imita al hombre a través de una parte de su cuerpo, concretamente la cabeza, como elemento a su vez de mayor representatividad de la condición humana pensante. Otra forma en que aparece la representación es a través de la imagen y el texto, y su percepción por medio de la visión y el lenguaje, pero también el modo en que esta representación modifica la realidad cuando se superpone con ella. Se reconoce además un tipo de representación en el sentido teatral, de un texto en un lugar periférico no representativo, en oposición a los espacios de representación clásicos, como óperas o teatros, o los actuales espacios urbanos de carácter más fluido.

En algunos casos no se trata específicamente la representación, quedando incluida en otras temáticas que se desarrollan más ampliamente. En *Carpet Land* se identifica la simbología como forma de representación de las comunidades y como modo de reconocimiento tanto propio, desde su interior, como ajeno, desde el exterior. Por tanto, esta línea aparece íntimamente relacionada con el arraigo y la identidad de las comunidades que necesitan representarse para poder existir. En otro de los casos, el tipo de representación propuesto por la obra plantea la descomposición del objeto de referencia, poniendo en crisis la representatividad misma, y evidenciando la relación y diferenciación entre lo real y el simulacro.

Sobra decir que todas las obras son, al fin y al cabo, representaciones. La diferencia entre unas y otras se haya en el hecho de que algunas introducen además una reflexión sobre la propia representación, no en un sentido estético, sino en uno conceptual o de representaciones múltiples que inciden las unas sobre las otras. La representación no solo afecta al territorio directamente en la forma en que este es percibido, sino también a la comprensión general de su problemática. Así, una de las mayores dificultades encontradas radica en cómo representar su complejidad sin reducirla. El abanico cada vez mayor de modos de representación disponibles, desde los más tecnológicos a los más primitivos, ayuda a captar porciones de realidad diferentes con problemáticas y complejidades específicas.

Sentimentalidad

«Los modos en los que se manifiestan las categorías de la sensibilidad son indudablemente culturales y cuando una cultura degenera, se advierten en ellos los síntomas. Conviene, entonces, recuperar las formas de la sensibilidad depurando sus terminales: los propios sentidos.» (MAILLARD 2009: 38)

La sentimentalidad se refiere al sentimiento, y éste al hecho de sentir o sentirse. Sentir proviene del latín *sêntire*, el cual tiene una triple significación: “percibir por los sentidos”, “darse cuenta”, “pensar, opinar” (COROMINAS y PASCUAL 1991: 208). Así, en la misma palabra se produce un recorrido que va desde la percepción al razonamiento, o de lo exterior a lo interior. La temática de la sentimentalidad se presenta a través de la experiencia directa con la obra, es decir, de la vivencia experimentada en el encuentro con ella, de la relación que establece el cuerpo con su materialidad. Pero además, se reconoce una sentimentalidad propia de la materia, que se manifiesta mediante su dramatismo y desnudez. Esta también aparece en la relación que la obra establece con la corporalidad, ya sea del observador o del territorio, a través del concepto de piel. Así, la materia se revela como un ente sensible, capaz de sufrir y enfermar, o de sanar y regenerarse con los cuidados necesarios.

En esta temática ocurre algo similar que en la anterior, de forma que la sentimentalidad aparece incluida en otros temas de mayor alcance sin dejar de estar presente de forma más o menos explícita. Así, en *Carpet Land*, esta se reconoce a través de la interioridad, en los sentimientos, expectativas o frustraciones que acompañan a procesos como el tejer. En otros casos, lo sentimental se vive desde la experiencia que acompaña a lo extremo, lo expectante y lo sorpresivo, pero también desde la esperanza y las aspiraciones de trascender.

La sentimentalidad se asocia con el lugar de la vivencia, en el que el cuerpo queda atrapado a través de la experiencia. Así, los espacios pueden provocar sensaciones en los cuerpos de tipo claustrofóbico, liberador, intimidante, sorpresivo, etc., pero los cuerpos también provocan sensaciones en los espacios que quedan impregnados por ellos, en forma, por ejemplo, de acogimiento, rechazo, añoranza o duda. La sentimentalidad vincula lo interior a lo exterior, tanto en lo humano como en lo térreo, de forma que las consecuencias de las acciones de ambas partes se dejan sentir en el otro extremo. Pero la forma de sentir en el hombre también es cultural y por tanto el arte se muestra como generador de aperturas.

5 - Conclusiones

El artículo muestra cómo, a través del análisis de obras de arte relacionadas con el territorio, se puede llegar a visualizar la problemática que subyace en él, en el contexto de la cultura contemporánea. De este análisis pueden extraerse vectores teóricos culturales, los cuales se

representan a través de gráficos o diagramas que facilitan una visión de conjunto de la complejidad territorial existente, dando claves para la intervención en la misma.

Los vectores teóricos planteados no son excluyentes ni tampoco se dan de forma separada, sino que están íntimamente relacionados entre sí. De esta manera, en ocasiones, alguno prevalece enmascarando o englobando a otros, como puede ocurrir con el extrañamiento y la extremidad, el arraigo y la interioridad, o esta última y la sentimentalidad, donde las líneas divisorias son difíciles de establecer. En otros casos, las temáticas se excluyen, aludiéndose a través de la negación o la oposición, como ocurre con el extrañamiento y el arraigo. Algunas se utilizan como argumentos individuales para una acción determinada que busca establecer un diálogo específico con una porción de territorio, aunque en la complejidad de la realidad esta termine ramificándose en muchas otras, a modo de manchas inclusivas o de vectores lanzados desde lo remoto.

El arte ensaya aperturas en lo cultural, pero también indica el camino a seguir por la arquitectura revelando los espacios emergentes y los vulnerables, así como los discursos y enfoques necesarios para abordarlos. Cuando las propuestas desde la arquitectura dan respuesta a unas temáticas sin tener en consideración las otras se producen soluciones que se alejan de la sostenibilidad perseguida. De este modo, cuando el extrañamiento se produce al margen de lo temporal, las soluciones desde la técnica en las infraestructuras, por ejemplo, producen situaciones difíciles de recontextualizar, incrementando la problemática existente. O cuando la representación se desarrolla al margen de la sentimentalidad, o contra ella, las propuestas planteadas en lo institucional o lo corporativo, por ejemplo, producen situaciones de desarraigo y exclusión. Dicho de otro modo, esta visibilización de vectores teóricos nos permite entender mejor los alcances de la intervención arquitectónica, y nos dota de claves para su crítica, que provienen de un suelo cultural necesario hoy más que nunca para la arquitectura.

6 - Bibliografía

Bollnow, O. Friedrich. *Hombre y espacio*. Barcelona: Labor, 1969.

Buci-Glucksmann, Christine. *Estética de lo efímero*. Madrid: Arena Libros, 2006.

Castro Nogueira, Laureano, Luis Castro Nogueira y Miguel Ángel Castro Nogueira. *¿Quién teme a la naturaleza humana?* Madrid: Editorial Tecnos, 2008.

Clement, Gilles. *Manifiesto del tercer paisaje*. Barcelona: GG Mínima, 2004.

Corominas, Joan y José A. Pascual. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1991

Duque, Félix. *Arte público y espacio político*. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2001.

Gregotti, Vittorio. "Modificación". *Casabella* 498-499 (1984): 2-7.

Guerra de Hoyos, Carmen. *La contemporaneidad de la arquitectura rural: adaptación, resistencia o dilatación*. Sevilla: Universidad de Sevilla - Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008.

Gutiérrez Mora, Dolores. "Territorios culturales. Condicionantes desde la cultura contemporánea para la relación entre hombre y territorio." Tesis doctoral, Universidad de Sevilla, 2017.

Heidegger, Martin. *Construir, habitar, pensar*. Heidegger, Conferencias y Artículos. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1994.

Heidegger, Martin. *Camino de campo*. Barcelona: Herder S.L., 2003.

Krauss, Rosalind. E. *La originalidad de la vanguardia y otros mitos modernos*. Madrid: Alianza Forma, 1996.

Maillard, Chantal. *Contra el arte y otras imposturas*. Valencia: Pre-textos, 2009.

Navarro, Gines. *El cuerpo y la mirada. Desvelando a Bataille*. Barcelona: Anthropos, 2002.

Riesco Chueca, Pascual. "Estéticas privadas y estéticas públicas en la producción y consumo del paisaje rural." En *Territorio y patrimonio. Los paisajes Andaluces*, editado por J. Fernández, F. Roldán y F. Zoido, 58-75. Sevilla: IAPH, 2003.

Salingaros, Nikos. A. *The "life" of a carpet: an application of the Alexander Rules*. 8th International Conference on Oriental Carpets, Philadelphia, Pa. November. 1996.

Secchi, Bernardo. 1984. "Las condiciones han cambiado". *Casabella* 498-499 (1984): 8-13.

Sloterdijk, Peter. *Extrañamiento del mundo*. Valencia: Pre-textos, 1998.

Sloterdijk, Peter. *Esferas I. Burbujas*. Madrid: Siruela, 2003.

Sloterdijk, Peter. *Esferas III. Espumas*. Madrid: Siruela, 2006.

Solà-Morales, Ignasi. *Territorios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

Toulmin, Stephen. *Cosmópolis: el trasfondo de la modernidad*. Barcelona: Península, 2001.

Villoria, Alicia Lindón. "El espacio y el territorio: contexto de significado en las obras de Simmel, Heidegger y Ortega y Gasset". *Estudios sociológicos* 14, no. 40 (1996): 227-239.

Zalamea, Fernando. *Ariadna y Penélope. Redes y mixturas en el mundo contemporáneo*. Oviedo: Nobel, 2004.

PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA
PLANEAMENTO E GESTÃO FLORESTAL PERIURBANA:
CASO DE ESTUDO DO PARQUE DAS SERRAS DO PORTO

Duarte Natário

Resumo: A presente proposta de comunicação resulta de uma proposta de tese de doutoramento em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana, na temática do planeamento e gestão florestal periurbana em Portugal. No presente trabalho, propõe-se uma metodologia de planeamento e gestão aplicada a uma área sujeita a uma transformação onde predomina a produção em monocultura, em floresta multifuncional. A investigação restringe-se à *Área Metropolitana do Porto* (AMP), tendo o *Parque das Serras do Porto* como estudo de caso.

Um projeto com mais de 70 anos, formalizado no ano de 2016 e constituído pela Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, abrangendo 5700 hectares de floresta, de elevado potencial económico, cultural e ambiental.

Na presente comunicação, pretende-se demonstrar uma metodologia para formular um plano de gestão integrada para o *Parque*, considerando participação pública, através de uma abordagem multi-método.

Nesta abordagem de planeamento participativo relativamente à floresta periurbana, considera-se a análise preferencial de indicadores de uma floresta funcional e resiliente (usos e serviços de ecossistema), assim como vários cenários, tendo em conta diferentes públicos-alvo.

Palavras chave: Florestas Urbanas; Silvicultura; Resiliencia; Participação Pública; Serviços de Ecossistemas.

**METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR
MANAGEMENT AND PLANNING OF A PERIURBAN FOREST:
PARQUE DAS SERRAS DO PORTO STUDY CASE**

Duarte Natário

Abstract: The present communication proposal is the result of a proposal for a PhD thesis in Landscape Architecture and Urban Ecology, on the theme of periurban forest planning and management in Portugal. In the mentioned work, a planning and management methodology is proposed applied to an area subject to a transformation where monoculture production predominates into a multifunctional forest. The investigation is restricted to the Metropolitan Area of Porto (AMP), with the *Parque das Serras do Porto* as a "case study".

A project with more than 70 years, formalized in the year 2016 and constituted by the Association of Municipalities of *Parque das Serras do Porto*, covering 5700 hectares of forest, of high economic, cultural and environmental potential.

This paper intends to demonstrate a methodology to formulate an integrated management plan for the Park, considering public participation through a multi-method approach.

In this method to participatory design and planning for the peri-urban forest, we consider the preferential analysis of indicators of a functional and resilient forest (uses and ecosystem services), taking into account different target audiences.

Keywords: Urban Forests; Forestry; Resilience; Public Participation; Ecosystem Services.

PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA
PLANEAMENTO E GESTÃO FLORESTAL PERIURBANA:
CASO DE ESTUDO DO PARQUE DAS SERRAS DO PORTO

Duarte Natário

Problema

A maioria das florestas privadas em Portugal, incluindo as florestas localizadas em meios periurbanos, apresentam como principal foco a rentabilidade económica, através de uma função de produção, sendo que o valor económico global das florestas em Portugal é muito superior do que qualquer outros país mediterrânico, com uma elevada taxa de exportação de recursos florestais (Estratégia Nacional para as Florestas, 2014). Igualmente, podemos referir que muitos espaços florestais em Portugal, especialmente as florestas de produção em monocultura, não estão preparadas atualmente para uma função multifuncional, mais ajustada às preocupações ambientais e funções e usos contemporâneos, igualmente devido à expansão generalizada de monoculturas (Inventário Florestal Nacional, 2013). No seguimento desta preocupação destaca-se uma problemática relacionada com áreas periurbanas enquadrada no âmbito da presente investigação, baseada numa realidade da paisagem portuguesa: a instalação de povoamentos florestais nas

periferias urbanas, sendo que a sua condição monocultural e produtivista revela-se incompatível com a utilização para outros fins devido aos incêndios, segurança, a questão da propriedade privada, etc. Paralelamente o facto de nestas florestas existir um maior interface urbano-florestal e daí resultar a necessidade de um maior investimento e preocupação com a gestão florestal destas áreas para uma maior segurança das populações. Considerando ao mesmo tempo a necessidade do uso múltiplo destes espaços para estas populações, contemplando funções recreativas, para além das económicas e ecológicas. Ou seja, a criação da perspetiva multifuncional da floresta ganha por isso, no espaço periurbano, um maior relevo do que florestas sem interface com áreas urbanas.

A exploração dos recursos florestais, sejam eles madeireiros ou de outro tipo, traz consequências ambientais e sociais. Um sistema florestal multifuncional, por sua vez, cria condições para a rentabilidade e sustentabilidade, ao longo do tempo, abrangendo um maior número de serviços de ecossistema e satisfazendo um maior número de necessidades.

Paralelamente, o tempo de vida de uma floresta de produção é igualmente um fator importante a ter em conta relativamente à necessidade de encontrar funções alternativas para estes mesmos espaços. Várias monoculturas encontram-se, neste momento, com uma produtividade muito baixa e, em muito casos, tendo-se esgotado igualmente a capacidade dos solos para este tipo de utilização. No caso do Eucalipto (exemplo mais marcante de monoculturas em Portugal), segundo os últimos inventários florestais, regista-se um aumento acentuado de eucaliptais abandonados, sendo por isso urgente uma gestão florestal mais resiliente e baseada na criação de um ecossistema florestal, com plantações de outras espécies como carvalhais e árvores ripícolas.

O Eucalipto, tem também um efeito de degradação do solo, esgotando os recursos, especialmente em casos de sobre-exploração, sendo que, consequentemente, a rentabilidade deste tipo de produção também começa a decrescer (ICNF).

De salientar igualmente que em Portugal, a produção florestal, maioritariamente realizada em terrenos privados, é na maioria dos casos realizada com plantações de monoculturas que evidenciam uma crescente falta de planeamento e gestão florestal apropriada (fonte: Liga para a proteção da Natureza).

Enquadrado nesta problemática destaca-se também a questão do abandono da gestão florestal nas periferias urbanas. Esta situação leva a várias consequências nefastas para o território.

Os incêndios florestais, problemática na ordem do dia, igualmente associada à existência de monoculturas abandonadas ou sem gestão florestal, poderiam ser controlados de forma mais

eficiente, implementando iniciativas de plantação de espécies mais resistentes ao fogo, como são o Carvalho ou o Castanheiro, conforme refere Paulo Fernandes, investigador da CITAB/UTAD (Fernandes, 2014), entre outras medidas. Remetendo-nos assim para a necessidade de um correto planeamento florestal, e plantações de florestas mais resilientes (Eucalipto ou Pinhal com manchas de carvalhais perenes ou caducifólios, ou as galerias ripícolas), mediante os últimos estudos de comportamento do fogo. Sendo este processo mais evidente em espaços urbanos ou periurbanos.

Em muitos casos, incluindo o caso de estudo do *Parque das Serras do Porto*, os espaços florestais estão maioritariamente compreendidos em propriedades de pequena dimensão, o que dificulta a aplicação de medidas de redução do risco de incêndio a uma escala eficaz. Neste contexto, têm vindo a ser constituídas Zonas de Intervenção Florestal (ZIFs) com vista a promover a coordenação da gestão entre pequenos proprietários. Esta medida, ainda que pouco utilizada em Portugal, apresenta igual potencial na facilitação do processo de gestão do *Parque das Serras* e transformação deste num Parque multifuncional.

Paralelamente, dados recentes indicam que Portugal é o 4º país com maior taxa de desflorestação no mundo (*Global Forest Watch*) sendo, por isso, urgente uma florestação consciente e readaptada às características do local. A falta de espaços recreativos florestais e a questão das alterações climáticas são fatores a ter em conta no desenvolvimento da presente proposta de investigação. A rearboreção é necessária em casos onde a produtividade do eucalipto é baixa ou onde existirão problemas decorrentes dos incêndios ou outros problemas ambientais, mas trata-se de uma transformação baseada num processo holístico, tendo em conta a sustentabilidade destas áreas, através de um uso multifuncional, com maior aproveitamento e rentabilidade das florestas.

É por isso urgente e de maior importância um estudo aprofundado desta temática, com base num estudo de caso.

Revisão Bibliográfica

A investigação sobre Florestas Urbanas é uma disciplina emergente na Europa. Apesar de ainda ser uma área recente de estudos, já existe um número razoável de iniciativas no desenvolvimento deste tema, como a criação de fóruns de discussão e centros de investigação na Europa, como o Fórum Europeu sobre Florestas Urbanas (EFUF) e o Centro Europeu de Pesquisa e Informação Florestal Urbana (EUFORIC).

Em relação a livros e artigos científicos, um dos primeiros a ser publicado foi *A Survey of Urban Forestry* (Johnston e Rushton, 1999), que ofereceu uma visão geral da gestão florestal urbana no Reino Unido. Outras publicações importantes nesta área é a tese de doutoramento de Konijnendijk,

uma das referências mundiais neste âmbito, publicada em 1999 (*Urban Forestry in Europe*) e o livro *Urban Forestry in Europe and Designing Sustainable Forest Landscapes* (Bell, Simon, Apostol, Dean, 2007).

No ano de 1997, foi estabelecido um dos mais importantes incentivos a favor da investigação sobre florestas urbanas na Europa, um programa denominado COST Action E12 "Urban Forests and Trees", parte integrante da COST (Cooperação Europeia no Campo da Ciência E Tecnologia). Tendo sido igualmente criada a ação COST FP1204, "Green Infrastructure approach: linking environmental with social aspects in studying and managing urban forests". Mais recentemente, no ano de 2017 foi realizado em Orvieto, a última conferência neste âmbito - *Green Infrastructure: Nature Based Solutions for Sustainable and Resilient Cities*. Este programa tem como objetivo contribuir para a compreensão do papel da Floresta Urbana como Infraestrutura verde, em termos de ecossistema e serviços ambientais prestados ao meio urbano.

Em 2005, a editora Springer publicou *Urban Forests and Trees*, tendo vários autores conceituados como Konijnendijk, Randrup ou Nilsson - considerado o primeiro livro de referência europeu sobre florestas urbanas, abordando as suas funções e usos, assim como o seu planeamento e gestão.

No mesmo ano, realizou-se em Lausanne, Suíça, a 17ª conferência internacional do Fórum Europeu sobre Florestas Urbanas. Várias questões pertinentes foram discutidas no Fórum e uma das preocupações mais relevantes em discussão é o exponencial e rápido crescimento de várias cidades europeias, fator que apresentou a arquitetos e planeadores inúmeros desafios de carácter urbanístico e social. Entre estes desafios está o aparecimento de novos espaços florestais periféricos que passaram a ser integrados nestas cidades em crescimento, levando consequentemente a uma transformação dos usos e serviços de ecossistema e à necessidade de criação de serviços que não eram anteriormente contemplados nestes espaços florestais como por exemplo o recreio e lazer, tendo por isso mesmo sido referido a importância da abordagem multifuncional.

De acordo com Konijnendijk (2006) há dois conceitos de floresta urbana, a primeira definição foi mencionada nos Estados Unidos em 1894 e está relacionada com o sentido mais amplo do termo, sendo referido como todo o conjunto de árvores dentro dos limites de uma cidade, incluindo qualquer tipo de vegetação de plantas lenhosas (em inglês: *urban forest*). Noutra definição, mais relacionada com o contexto europeu (a definição adotada na presente tese) é descrita, de acordo com Nielsen (2016), como áreas cujos ecossistemas são herdados de parcelas remanescentes de florestas, por isso relaciona-se mais com ecossistemas florestais do que com árvores de arruamentos e parques (em inglês: *urban woodland*). Estes espaços terão de ter no mínimo meio hectare de tamanho (FAO, 2012), inseridos num meio urbano ou periurbano e uma percentagem de mancha

arbórea de mais de 60% em relação às áreas de clareira (Bell, 2017). Ao longo do tempo, desenvolveram-se intrínsecas relações entre cidades e florestas ou bosques urbanos (Konijnendijk, 2008), e hoje as florestas constituem o tipo mais comum de espaço verde urbano (em termos de cobertura de área) em muitas cidades em todo o mundo (Pauleit et al., 2005), exercendo um papel fundamental no ecossistema urbano e na qualidade de vida da população (Alvey, 2006; Tyrvänen et al., 2014).

Apesar da longa história das florestas ou bosques urbanos, a sua gestão é um tema de investigação relativamente recente. Quando o conceito de silvicultura de uso múltiplo foi introduzido durante a década de 1970, deu origem a estudos que se focaram no processo de integração dos aspetos e funções recreativa e ambiental na silvicultura comercial onde o foco recai quase unicamente no aspeto funcional produtivo (Gundersen e Frivold, 2008). Este conceito de multifuncionalidade e consciência ambiental ganhou um maior destaque no panorama internacional após a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (ECO92, 1992), tendo igualmente contribuído para a mudança de perceção do planeamento florestal um pouco por todo o mundo. Esta mudança contribuiu para o aparecimento de modelos de transformação de florestas baseados na produção madeireira (Farcy, 2004) para o planeamento e gestão multifuncional, levando assim ao estabelecimento de um novo paradigma de gestão florestal sustentável em detrimento gestão florestal produtiva, visando unicamente a rentabilidade (Szaro et al., 2000; Farrell et al., 2000). A gestão florestal multifuncional - que é a base operacional da gestão sustentável - visa integrar na tomada de decisão os aspetos não produtivos da floresta, bem como as questões socioculturais e ambientais (Vincent e Binkley, 1993; Kangas and Store, 2002).

No tema de florestas multifuncionais, destacam-se atualmente alguns trabalhos que estão a ser desenvolvidos com evidente sucesso tais como: Sihlwald perto de Zurique (floresta de exploração florestal, transformada em 2000 em parque natural), o Parque Florestal de Portland (parque florestal urbano com cerca de 2000 hectares) e também o Parque Urbano Nacional em Estocolmo (primeiro parque florestal urbano nacional do mundo, com 2700 hectares). Na área de silvicultura urbana investigadores como Anders Busse Nielsen estão também a desenvolver trabalhos inovadores relativamente à criação de novos bosques periurbanos na Dinamarca (Nielsen, 2016).

A maioria das propostas sobre gestão florestal sustentável identifica a participação pública como um pilar fundamental para apoiar o sucesso de determinada floresta a longo prazo (Bell, 2008). Nos países desenvolvidos, existe já uma narrativa de participação comunitária na silvicultura urbana, com maior ênfase nos países ou regiões onde a silvicultura desempenha um papel central na economia, como por exemplo nos países Escandinavos. Ao longo das últimas décadas, o interesse nos

ecossistemas florestais aumentou, o que, por sua vez, levou a uma crescente preocupação com a gestão das florestas, por parte da população (Bell, Apostol, 2008).

No entanto, é conhecido o desinteresse e a falta de utilização deste método por parte dos profissionais, no que toca ao planeamento de florestas (Bell, 2008), nomeadamente urbanas, principalmente no caso português. Bell, elabora no seu livro *Designing Landscapes* os seguintes argumentos a favor da utilização da participação pública

A população, é de todos modos a proprietária da floresta pública e a que irá usufruir do espaço;

A gestão de florestas tem impacto direto e indireto em recursos públicos, e o envolvimento da população fornece a oportunidade às pessoas para expor as suas preocupações e possíveis impactos nestes recursos;

A população local, terá maior conhecimento de certos aspetos do território que o próprio especialista;

Criar oportunidades de envolvimento da população é a atitude mais certa e deveria ser tomado como um procedimento legal;

No planeamento participativo assume especial destaque o livro publicado em 2006 por John Parkins, Shepard, entre outros autores, denominado *Public Participation in Sustainable Forest Management: A Reference Guide*. Esta importante publicação oferece informação sobre uma série de ferramentas de participação pública, partindo e tendo como referência vários projetos de planeamento e gestão florestal realizados no Canada.

Evidencia-se igualmente o trabalho da *New Generation Plantations (WWF)*, uma plataforma criada pelo engenheiro florestal Luís Neves Silva, com experiências inovadoras como a que desenvolvida perto da cidade de São Paulo. Esta explora o conceito de *Shared Value*, onde toda a população envolvente participa ativamente no planeamento do Parque e nos rendimentos obtidos com a floresta. Neste recém-criado projeto denominado Parque das Neblinas estão gradualmente a ser transformados 6.100 hectares de uma monocultura (*Eucalyptus globulus*) de produção de celulose e madeira numa floresta mista de uso multifuncional. Ainda dentro desta temática destacam-se os trabalhos de participação pública na conservação da natureza, da Associação BioLiving, nomeadamente o projeto de revitalização da Pateira de Frossos. E mais recentemente o projeto *(Re)parar: Laboratório colaborativo na Paisagem da Bacia Hidrográfica do Zêzere*, projeto-piloto de uma plataforma com iniciativa do Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da Universidade de Évora e do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Este grupo de trabalho, com a designação 'Depois da Tragédia a Sociedade Civil chega ao terreno', com mais de 130 colaboradores entre técnicos e académicos de

diferentes universidades, visa definir propostas de intervenção e reconstrução após uma "investigação-ação" nas áreas da Bacia Hidrográfica do Zêzere e municípios circundantes, para além de delinear estratégias económicas e ecológicas de base comunitária. Este projeto tem assim como objetivo encontrar estas soluções com a ajuda da população local na ótica do planeamento e gestão participativos.

Existem igualmente pesquisas utilizando o método de *Delphi* (Shepard et al., 2016) para a formulação de um conjunto de indicadores de uma floresta urbana saudável e resiliente. Refira-se um estudo desenvolvido na Universidade de Munique, também relacionado com a presente pesquisa, sobre a valoração do uso recreativo das florestas urbanas usando a abordagem do serviço do ecossistema, comparando dois bosques na Região Metropolitana de Munique (Lupp et al., 2016). Simon Bell, uma das referências sobre este tema, tem um vasto trabalho sobre planeamento participativo nos casos da Letónia e da Estónia (Bell, 2016) onde estuda a importância dos *stakeholders* no planeamento florestal urbano; e a importância da criação de cenários em casos de mudança na paisagem em Florestas periurbanas (Bell, Nilsson, 2013). Estas estratégias são, a partir da revisão da literatura, as que se esperam mais pertinentes para futuras intervenções e decisões de gestão nas florestas urbanas e neste caso específico do *Parque das Serras do Porto*.

Objetivos

Este estudo pretende refletir sobre o processo de planeamento e gestão de uma floresta periurbana de carácter monocultural no contexto do trabalho de investigação de doutoramento em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana (LINK).

O presente estudo tem como base da investigação a comparação da preferência dos especialistas - através da utilização do método de inquérito *Delphi*, com a preferência dos especialistas baseado em revisão bibliográfica e a preferência da população, através de inquéritos/ workshops, utilizando uma metodologia multi-método. No seguimento desta comparação será determinada uma lista de *guidelines* e cenários de gestão, tendo em vista a transformação de uma floresta de produção numa floresta multifuncional, com base na análise, para o caso de estudo escolhido. Esta lista, será utilizada para criar um estudo de viabilidade (*Feasibility study*), tendo em conta os cenários obtidos, com o objetivo de auxiliar o planeamento e gestão do Parque e para a formulação de princípios orientadores de intervenção, com auxílio de imagens ilustrativas conceptuais das intervenções necessárias, previamente submetidas a um método de participação pública.

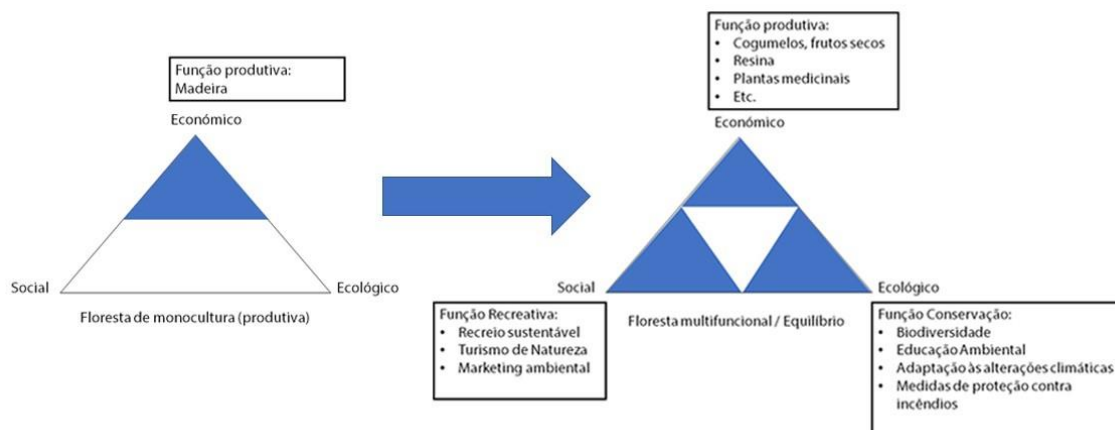


Fig. 1: da produção à abordagem multifuncional (Fonte: autor).

Metodologia e resultados esperados

Numa fase inicial da investigação será feita a comparação do valor económico de indicadores para uma floresta urbana funcional e resiliente (usos e serviços de ecossistema da floresta urbana, baseado em revisão bibliográfica), com a preferência dos especialistas para estes usos e serviços de ecossistema (indicadores), através da utilização do método *Delphi* para o caso nacional, usando uma escala qualitativa (*Likert* ou semelhante), e por fim a preferência da população, através de inquéritos ou workshops de participação pública e utilizando um conjunto de métodos e processos já amplamente testados em investigação nesta área, como o método de valoração contingente e inquéritos de preferência (dos indicadores previamente selecionados, preferências visuais, etc.), criando assim uma abordagem multi-método inovadora.

A hipótese que se pretende testar tem como base a perceção do uso florestal periurbano mais adequado a ser implementado em Portugal, através do resultado da análise e síntese dos indicadores escolhidos e do processo generalizado de participação pública, sendo que o resultado esperado seja o do uso multifuncional da floresta e da criação de ecossistemas florestais. Paralelamente pretende-se testar a hipótese do planeamento participativo (enquadrado nas ciências sociais) como modelo a ser considerado na gestão e planeamento de florestas periurbanas em Portugal e como possível abordagem metodológica (Cantiani, 2012). Tendo como premissa o problema referido anteriormente sobre a falta de planeamento e gestão florestal em plantações de monocultura, e, por isso, mais propensas a problemas ambientais, entre outros fatores sociológicos e económicos, pretende-se demonstrar que a participação pública, envolvendo formação e educação ambiental (*social learning*), e paralelamente a criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIFs), apresentaria inúmeras vantagens

para uma maior aceitação por parte dos proprietários privados (que representam 84,2% da área total de floresta em Portugal), da necessidade de transformação de florestas de produção em florestas de produção com plantações mais resilientes ou florestas multifuncionais, neste caso, localizadas em meios periurbanos. Pelo enquadramento, estas florestas apresentam uma maior interface urbano-florestal, e por isso com uma maior necessidade de uma gama mais ampla de usos e funções, e igualmente, verificando uma maior necessidade de resiliência do próprio espaço florestal.

A medida da criação das referidas Zonas de Intervenção Florestal (ZIFs) tem igualmente a potencialidade de ser aplicada no caso de estudo do *Parque das Serras do Porto* (cerca de 70 a 80% são proprietários privados) contribuindo para não só diminuir a suscetibilidade dos incêndios florestais pela cooperação dos partes integrantes, como o da implementação realista e prática de um modelo de negócio e gestão multifuncional, sendo para isso fundamentais os workshops e sessões de participação pública (educação ambiental e formação de silvicultura sustentável).

Estes resultados, serão utilizados para uma adequação mais criteriosa deste tipo de uso e da transformação gradual da floresta de produção (em monocultura) numa floresta com uma abordagem multifuncional (contemplando igualmente aspetos produtivos). No seguimento da comparação realizada entre os indicadores escolhidos entre os diferentes grupos de análise, e a escolha dos indicadores mais importantes a ter em conta, será então criada uma lista de *guidelines*, com múltiplos cenários de gestão para o *Parque das Serras do Porto*. Estes cenários de intervenção passarão posteriormente por um estudo de viabilidade, com base no estudo preliminar, que serão submetidos a um processo de participação – método com resultados práticos nesta área de investigação e que leva à produção de conhecimento que dá sentido à ação dos participantes, valorizando as comunidades - contribuindo deste modo para a melhoria do planeamento e gestão do Parque. Todo este processo é baseado nos princípios orientadores de uma metodologia de planeamento do território amplamente testada denominada *Metodologia de Planeamento colaborativo e comunicativo* (Mota, 2013).

Por fim, pretende-se analisar os resultados das sessões de participação pública para a criação um plano conceptual para o Parque com princípios orientadores de intervenção, baseado como referido anteriormente nos seguintes fatores: resultados dos indicadores e participação pública, modelos de gestão florestal multifuncional, planos de diminuição da suscetibilidade dos ecossistemas florestais (ZIFs) e modelos de silvicultura sustentável (Baixa encosta e linha de água – Vegetação ripícola; Media encosta – Plantações produtivas (Eucalipto, Pinheiro, etc., com manchas de autóctones; Linha de cumeada – Sem vegetação).

Este modelo geral de procedimento metodológico tem a potencialidade de ser aplicado em outros projetos similares.

O modelo referido será paralelamente colocado em prática numa parcela de terreno florestal do referido Parque, cerca de 40 hectares de eucalipto, onde decorre um projeto, cujo objetivo é a reconversão do eucalipto em floresta mista com gestão multifuncional, criando um *laboratório de paisagem* com o auxílio da população local e que poderá servir de modelo inicial para a posterior aplicação deste modelo na totalidade do Parque. Neste projeto de reconversão irão ser testados os métodos de inquéritos referidos.



Fig. 2: Modelo piloto, Parcela da Cumeada dos Foguetes (Fonte: autor).

Identificação de atores no Planeamento de florestas Periurbanas

No processo metodológico, onde irão ser utilizados vários processos de auscultação é essencial definir primeiramente quais são os atores de planeamento do território para o caso de florestas periurbanas.

Tanto o público, dividida em comunidade local e público geral, como os *stakeholders* (grupo estratégico) e os especialistas são considerados atores, no que toca à intervenção e planeamento de espaços florestais periurbanos.

De seguida apresentam-se os atores no planeamento do território, em relação à floresta periurbana, com base na seleção geral identificada pelo Professor José Carlos Mota na sua tese de doutoramento (2013):

Atores Promotores do Planeamento	Instituições políticas (Executivo Municipal ou central), Técnico-administrativos.
Atores detentores de meios diretos	Socioculturais, Técnico-administrativos (Tutelas sectoriais), Produtivos (Sector produtivo florestal e agrícola), Promotores/Investidores, Proprietários imobiliários (detentores de uma grande capacidade de influência no caso de florestas periurbanas), fornecedores de serviços coletivos, Capital financeiro, Conhecimento (exemplo: Universidades)
Atores de meios indiretos	Tutelas fiscalizadoras, redes relacionais e comunicação (exemplo: redes sociais locais), Político-partidárias (organizações políticas).
Atores destinatários	Atores com interesse individual (cidadão ou grupos de cidadãos)
Não atores	Em silêncio, ou sem direitos ou capacidade de os reivindicar.

Fig. 3: Fonte: *Planeamento do território, atores, metodologia e participação* (Mota, 2013).

Com base nos atores identificados no quadro anterior, são igualmente identificados os atores para o caso de estudo do *Parque das Serras do Porto*:

Atores Promotores de Planeamento

Instituições políticas – Associação de municípios do Parque das Serras do Porto, Camara Municipal de Valongo, Paredes e Gondomar, Área Metropolitana do Porto (AMP);

Técnico administrativas – Equipa de coordenação da gestão do Parque das Serras, Técnicos das Camaras acima referidas;

Atores detentores de meios diretos

Técnico administrativas – Tutela das Florestas, ICNF, Secretaria de Estado das Florestas;

Socioculturais – Associações culturais e escolas dos concelhos acima referidos;

Produtivos – Sector Produtivo Florestal (*Navigator*, etc.);

Promotores/Investidores – Associação de Municípios de Paredes, Gondomar e Valongo, Empresas turísticas;

Proprietários - proprietários privados dos terrenos florestais do Parque das Serras; *Navigator*.

Fornecedores de Serviços coletivos – água, eletricidade, transporte, etc.;

Capital financeiro – Financiamento externo de valorização e requalificação do Parque e apoio à sua gestão;

Conhecimento – Investigadores, *stakeholders*, população (conhecimento empírico) com recurso à participação pública.

Atores detentores de meios indiretos

Tutelas fiscalizadoras – Tribunais, Estado;

Redes Relacionais – Projeto FUTURO, Redes Sociais locais, Paróquias locais;

Político-partidárias – cidadãos ou organizações políticas;

Comunicação – Medias sociais e digitais, Projeto FUTURO.

Atores destinatários

Atores com interesse individual – Cidadãos dos Concelhos de Paredes, Valongo e Gondomar, Público Geral (4 níveis de interação: nível 1 – cidadãos das freguesias limite do Parque das Serras; nível 2 – cidadãos dos 3 concelhos; nível 3 – Área metropolitana do Porto e região Norte; nível 4 – utilizadores nacionais e estrangeiros);

Atores defensores de interesses difusos – cidadãos ou grupos de cidadãos, associações locais;

Não atores.

Obtenção de dados

A amostra da população/ *stakeholders* utilizados na participação pública, para o caso de estudo, serão escolhidos através de um critério de seleção, usando a lista de atores mencionados anteriormente, por nível de relevância e de interação com o Parque.

De seguida é descrita a proposta da metodologia de investigação dividida em 8 passos:

Análise

1 - Revisão Bibliográfica: Identificação dos indicadores (usos e serviços de ecossistema) de florestas urbanas funcionais e resilientes.

2 - Seleção dos indicadores a serem estudados e Aplicação do método *Delphi* relativamente aos usos e serviços de ecossistema para o caso nacional. Este estudo terá como meio de contacto e distribuição da pesquisa o correio eletrónico. (Sheppard et al., 2016)

3 - Implementação dos inquéritos à população (método da valoração contingente, preferência de indicadores, perceção do parque, utilização, etc.), com o auxílio de *stakeholders*. Selecionar uma amostra representativa da população com o auxílio da Associação de Municípios de Valongo, Gondomar e Paredes (entidade gestora do Parque).

4 - Comparação dos resultados e Definição dos indicadores a adotar através de *Focus group* com os *stakeholders* (grupo estratégico).

Esta fase pode ser categorizada como pré-workshop (Vasconcelos et al., 2009b), integrado no workshop do passo 7.

Síntese

5 - Criação de uma lista de *guidelines* e modelos de gestão, tendo em conta a transformação de uma floresta de produção numa floresta multifuncional, assim como os indicadores previamente selecionados.

6 - Estudo de viabilidade (*Feasibility study*) para os diferentes modelos ou cenários.

Os resultados serão apresentados sob a forma de relatório, que incluirá imagens ilustrativas (diagramas) e apresentações visuais dos diferentes modelos (Bell, Apostol, 2007). Este relatório irá conter um histórico do projeto, as opções examinadas, os indicadores a ter em conta por ordem de importância, custos, formas de alcançar o projeto e fases necessárias para a sua concretização. Serão realizadas duas ou mais sessões conforme a necessidade, divididas em pré-workshop e workshop e pós-workshop (caso seja necessário).



Fig. 4: Cenários florestais.



Fig. 5: Modelos/Tipos de Floresta.

7 - Participação pública com cenarização, representação por diagramas ou imagens conceptuais (Bell, 2016), para a escolha do modelo de planeamento a implementar. Baseado no modelo ‘*workshop win win*’ (Vasconcelos et al., 2009b), e no modelo metodológico baseado em três etapas proposto por Nielsen (2009) dividido em workshop de criação de futuro, workshops de investigação e encontros de dialogo público (in Raposo, 2014).

Nestes workshops os participantes são motivados a colocar questões, apresentar os seus problemas e as suas ideias e a refletir sobre eles, a aprofundar conhecimento sobre temas que são do seu interesse e ainda tentar desenvolver soluções para problemas comuns. (Vasconcelos, 2009)

Neste workshop, onde irá ser convidado um grupo específico da população, envolvente ao Parque das Serras, referentes ao concelho de Paredes, Valongo e Gondomar, assim como alguns dos *stakeholders* (grupo estratégico), irá ser discutido o projeto em causa, mostrar seu o desenvolvimento e discutir os modelos elaborados no passo 5 e 6, com o objetivo de selecionar o diagrama, esteticamente e funcionalmente mais apelativo à população.

Resultados

8 - Plano conceptual do modelo escolhido (com recurso a diagramas conceptuais e imagens de referência) e princípios de intervenção para o Parque das Serras.

Bibliografia

- ALESSANDRO et al. (2012). Multi-functional approach in forest landscape management planning: an application in Southern Italy. Instituto Nacional de Investigación y Tecnología Agraria y Alimentaria (INIA).
- AHERN, J. (2013). Urban landscape sustainability and resilience: The promise and challenges of integrating ecology with urban planning and design. *Landscape Ecology*, 28(6), 1203-1212.
- ANDRESEN, Teresa et. al. (2009). Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto, Relatório Final.
- ANDRESEN, Teresa et. al. (2016). Proposta de classificação das Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores, Santa Iria e Banjas como Paisagem Protegida Regional - Documento de caracterização.
- APOSTOL, D. & BELL, S. (2008). Abingdon: Taylor & Francis. Designing Sustainable Forest Landscapes.
- BANDURA, Albert (1976). L'apprentissage social, Mardaga, et L'auto-efficacité, le sentiment d'efficacité personnelle, De Boeck, 1997.
- BECKLEY, Thomas; PARKINS, John; SHEPPARD, Stephen (2006). Public Participation in Sustainable Forest Management: A Reference Guide, Sustainable Forest Management Network.
- BENTSEN, P., LINDHOLST A.C. and KONIJNENDIJK C.C. (2010) Reviewing eight years of Urban Forestry & Urban Greening: Taking stock, looking ahead. *Urban Forestry & Urban Greening* 9: 273-280.

- CANTIANI M.G. 2012 - Forest planning and public participation: a possible methodological approach. *iForest* 5: 72-82.
[http:// dx.doi.org/10.3832/ifor0602-009](http://dx.doi.org/10.3832/ifor0602-009).
- CESARO et al. (2008). The multifunctional role of forests – Policies, Methods and Case Studies. Instituto Nazionale de Economia Agraria.
- Concerted Research Action Designated As COST Action E 12 ‘Urban Forests and Trees.’ European Commission, Brussels, Belgium. 14 pp.
- CLARK, James; MATHENY, Nelda; Cross, Genni; WAKE, Victoria. (1997) A model of Urban Forest Sustainability, *Journal of Arboriculture*.
- COSTANZA, R. and B. PATTEN. (1995). Defining and predicting sustainability. *Ecological Economics*. 15:193-196.
- DE GROOT, R. S., Hein, L., WILLEMEN, L., ALKEMADE, R., & BRAAT, L. (2010). Challenges in integrating the concept of ecosystem services and values in landscape planning, management and decision making. *Ecological Complexity*, 7(3), 260-272.
- DOBBS, C., ESCOBEDO, F.J. and ZIPPERER, W.C. (2011). A framework for developing urban forest ecosystem services and goods indicators. *Landscape and Urban Planning* 99(3–4), 196–206.
- ELMQVIST, et al. (2015) Benefits of restoring ecosystem services in urban áreas. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 14:101–108.
- ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS, ICNF (2014).
- FARCY C., Devillez F., 2005. New orientations of forest management planning from an historical perspective of the relations between man and nature. *Forest Policy and Economics* 7(1), 85-95.
- FERRÃO, J. (2011) – Movimentos cívicos – Colóquio Global City 2.0. Lisboa.
- THOMPSON, R., N. Pillsbury and R. Hanna. (1994). The elements of sustainability in urban forestry. California Department of Forestry and Fire Protection. Riverside, CA. 56 pp.
- FORREST, M, KONIJNENDIJK CC, RANDRUP TB (eds) (1999) COST Action E12 – research and development in urban forestry in Europe. Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg.
- GOBSTER, P. H., NASSAUER, J. I., Daniel, T. C., & Fry, G. (2007). The shared landscape: what does aesthetics have to do with ecology?
- HAJER, Maarten; DASSEN, Ton. (2005) Smart about Cities – Visualising the Challenge for 21st Century Urbanism.
- HYNES, S., HANLEY, N. & CHRISTIE, M. (2006). Measuring the benefits of improvements to forest recreation facilities. Small-scale forestry and rural development: The intersection of ecosystems, economics and society. Wall, S. (Ed), Galway, Ireland, pp 191 – 197.
- KAUFMANN, R. and C. CLEVELAND. (1995). Measuring sustainability: needed — an interdisciplinary approach to an interdisciplinary concept. *Ecological Economics*. 15:109-112.
- KONIJNENDIJK, C.C., (1999) Urban forestry in Europe: A Comparative Study of Concepts, Policies and Planning for Forest Conservation, Management and Development in and around Major European Cities. Doctoral dissertation. Research Notes No. 90. Faculty of Forestry, University of Joensuu, Joensuu.

- KONIJNENDIJK et al. (2000): Urban Forestry Research in Europe. *Journal of Arboriculture* Schmidthausen, F. and Wild-Eck, S., (2001). Uses and perceptions of forests by people living in urban areas: findings from selected empirical studies. *Forstwissenschaftliches Centralblatt*.
- KONIJNENDIJK CC et al. (2006). Defining urban forestry – A comparative perspective of North America and Europe. *Urban Forestry and Urban Greening*.
- KONIJNENDIJK, C.C.; Nilsson, K.; Randrup, T. B.; Schipperijn, J. (Eds), (2005). *Urban Forests and Trees*, Springer, Berlin COST E12. (1997). Memorandum of Understanding for the Implementation of a European.
- LUPP et al. (2016) Assessing the Recreation Value of Urban Woodland Using the Ecosystem Service Approach in Two Forests in the Munich Metropolitan Region. *Sustainability*, Mdpi.
- LOVELL, S. T., & JOHNSTON, D. M. (2009). Creating multifunctional landscapes: how can the field of ecology inform the design of the landscape? *Frontiers in Ecology and the Environment*.
- MATEUS, P., FERNANDES, P.M., (2014), Forest Fires in Portugal: Dynamics, Causes and Policies. In: Reboredo, F., *Forest Context and Policies in Portugal, Present and Future Challenges*, World Forests, Vol.19, Springer, pp: 219-236.
- MOTA, José Carlos (2013), *Planeamento do território: Metodologia, Actores e Participação*. Universidade de Aveiro.
- MUSACCHIO, L. R. (2009). The scientific basis for the design of landscape sustainability: A conceptual framework for translational landscape research and practice of designed landscapes and the six Es of landscape sustainability. *Landscape Ecology*, 24(8).
- NIEMELÄ, J., SAARELA, S.-R., SÖDERMAN, T., KOPPEROINEN, L., YLI-PELKONEN, V., VÄRE, S., & KOTZE, D. J. (2010). Using the ecosystem services approach for better planning and conservation of urban green spaces: a Finland case study. *Biodiversity and Conservation*, 19(11), 3225-3243.
- NOWAK DJ, CRANE DE, STEVENS JC, HOEHN RE, WALTON JT, BOND J (2008) A ground-based method of assessing urban forest structure and ecosystem services. *Arboriculture and Urban Forestry* 34:347-358.
- SALWASSER, H. (1993). Perspectives on modeling sustainable urban forest ecosystems. D. LeMaster and R. Sedjo (ed.). pp 176-181. In: *Modeling Sustainable Forest Ecosystems*. Forest Policy Center. Washington D.C.
- SHEPPARD et al. (2016) *Urban Forest Indicators for Planning and Designing Future Forests*. Forests, Mdpi.
- SOARES, A. L., REGO, F. C., MCPHERSON, E. G., SIMPSON, J. R., PEPER, P. J., & XIAO, Q. (2011). Benefits and costs of street trees in Lisbon, Portugal. *Urban Forestry & Urban Greening*.
- SZARO R., Langor D., Yapi A.M., 2000. Sustainable forest management in the developing world: science challenges and contributions. *Landscape and Urban Planning* 47, 135-142.
- TRYVAINEN, L.; PAULEIT, S.; SEELAND, K.; VRIES, S. (2005). Benefits and uses of urban forest and trees.
- VASCONCELOS, L. (2001a). Participação Rumo à Sustentabilidade – a Experiência da AL21 (2001), Lia T. Vasconcelos. Paper presented at the VI Congresso Nacional de Engenharia do Ambiente, Lisboa, November.
- VASCONCELOS, Lia; OLIVEIRA, Rosário e CAESER, Ursula, (2009b), *Governância e Participação: Conceitos e metodologias in Governância e Participação na Gestão Territorial, Série política de Cidades-5*, editado por Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento urbano (DGOTDU).

- VINCENT, Jeffrey; BINKLEY, Clark (1993). Efficient Multiple-use Forestry May Require Land Use Specialization. *Land Economics*. 69(4): 370-76.
- WEBSTER, H. 1993. Some thoughts on sustainable development as a concept, and as applied to forests. *Forestry Chron.* 69:531-533.
- WINDHAGER, S., STEINER, F., SIMMONS, M. T., & HEYMANN, D. (2010). Toward Ecosystem Services as a Basis for Design. *Landscape Journal*, 29(2).

“O MUNDO DO OLHO”:

NATUREZA E PAISAGEM EM GOETHE E HUMBOLDT

Esdras Araujo Arraes

Resumo: Essa comunicação busca interpretar as noções de natureza e paisagem em certas obras de Johann Wolfgang von Goethe e Alexandre von Humboldt. Para ambos, enquanto que a natureza seria a totalidade dos fenômenos naturais, a paisagem seria um fragmento dessa totalidade enquadrada pela experiência do olhar constantemente treinado. Assim, os quadros da natureza (paisagem), tanto para Goethe como para Humboldt, são formulados pelo desejo de apresentá-los segundo a dimensão estética, isto é, seria necessário sensibilidade e imaginação para perceber a natureza em sua completude. Nas palavras de Humboldt: “eu tentei demonstrar, com um certo grau de precisão científica, que o tratamento dos fatos naturais não é incompatível com a animada e pitoresca representação do mundo”. No início da comunicação mostro a noção goetheana de natureza e paisagem lançando luz sobre alguns de seus romances e doutrinas científicas, tais como *Os sofrimentos do jovem Werther*, *As afinidades eletivas* e *Metamorfose das Plantas*. Em seguida, eu apresento o entendimento de Humboldt sobre ambas as categorias por meio da pintura de paisagem. Finalmente, eu pretendo analisar algumas afinidades e diferenças conceituais que há entre o poeta e o naturalista prussiano.

Palavras chave: Arte; Goethe; Humboldt; Natureza; Paisagem.

**“THE EYE’S WORLD”:
NATURE AND LANDSCAPE IN SOME OF
GOETHE’S AND HUMBOLDT’S WRITTEN**

Esdras Araujo Arraes

Abstract: This paper seeks to interpret the concepts of nature and landscape in some Johann Wolfgang von Goethe and Alexander von Humboldt works. For both, while nature is comprehended as a totality of natural phenomena, landscape would be a fragment of that totality framed by experience the constantly trained eye. However, Goethe and Humboldt view of nature is shaped by the desire to present it as an aesthetic dimension, is that to say, it would be necessary sensibility and imagination to perceive nature in its completeness. In Humboldt’s words: “I have endeavored to show practically, that a certain degree of scientific accuracy in the treatment of natural facts is not incompatible with animated and picturesque representation”. In the beginning of the paper I will to present the goethean view of nature and landscape throwing some light in his mainly novels and scientific treaties. Next, I will show how Humboldt understood both categories by means of literature and landscape painting. In the end, I intend to analyze some affinities and differences between the poet and Prussian naturalist.

Keywords: Aesthetic; Art; Goethe; Humboldt; Landscape; Nature.

“O MUNDO DO OLHO”:

NATUREZA E PAISAGEM EM GOETHE E HUMBOLDT

Esdras Araujo Arraes¹⁴⁵

Introdução: Jardim do mundo e Cosmos

A comunicação que ora se esboça faz parte de uma pesquisa de pós-doutoramento em andamento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) que explora a paisagem, e sua relação com a disciplina Estética, como princípio heurístico. Busca-se, na esteira do pensamento de Raffaele Milani¹⁴⁶, compreender o significado da paisagem como categoria estética tomada desde a perspectiva da fruição, da idealização e do manifestar da natureza em alguns escritos do poeta Goethe e do naturalista Humboldt. A abordagem que se segue não tem a pretensão de dar conta da completude do entendimento da paisagem em termos filosóficos e historiográficos. Seria um trabalho hercúleo pelo qual a pesquisa ainda não tem condição de empreendê-lo. Nessas circunstâncias, não quero esgotar aqui as questões atinentes à noção de natureza e paisagem, mas recorro a um limitado número de obras que põem luz sobre a ideia de ambas as categorias no final do século XVIII e princípios do Oitocentos e suas implicações espirituais ou no campo das ideias.

A compreensão da natureza, tanto em Goethe como em Humboldt, aparece como experiência estética e científica, quer dizer, a natureza não seria um simples objeto das ciências naturais centradas em sistematizá-la em especificações racionais, como sugerem os modelos de classificação botânica de Carl Linneu ou as imagens da natureza apresentadas como sistema mecânico na

¹⁴⁵ Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de pós-doutoramento (processo 2017/12296-2), através da qual foi possível participar do 1º Congresso Ibero-americano em estudos de paisagem (CIBAM). Ainda sou grato ao supervisor da pesquisa, o Prof. Dr. Marco Aurélio Werle, pela prontidão de indicar a trajetória bibliográfica de Goethe e de outros filósofos de sua época.

¹⁴⁶ Milani, Raffaele. 2008. “Estética y crítica del paisaje”. In *El paisaje en la cultura contemporánea*, edited by Joan Nogué, 47. Madrid: Biblioteca Nueva.

Enciclopédia de D’Alambert. Ao invés, de acordo com Georg Simmel, Goethe considera a nomenclatura “sistema natural” contraditória e insuficiente para descrever os fenômenos da natureza. A natureza não tem sistema, tem vida, é vida e sucessão ilimitados, infinitos¹⁴⁷. No âmbito estético, Humboldt relembra, no segundo volume de *Cosmos*, que o estudo da natureza e de seus quadros (paisagens) envolveria uma componente sensível pela qual a liberdade de apreciar e imaginar paisagens confere ao rigor empírico a sua completude¹⁴⁸. Ele exprime, ainda, os “receios de perder a livre fruição da natureza sob a influência de uma contemplação intelectual ou de um conhecimento científico”¹⁴⁹.

As obras de Goethe e Humboldt, assim como as descrições dos naturalistas estrangeiros, promovem a “natureza” e a “paisagem” como duas entidades vivas, mas, de certa maneira, distintas. Enquanto que a natureza envolve a totalidade dos fenômenos, ou o *cosmos* na reflexão humboldtiana, a paisagem seria um “quadro da natureza”¹⁵⁰, uma unidade dessa totalidade abarcada pela experiência do olhar constantemente treinado. A natureza como *cosmos* conotaria ordem e decoração. Humboldt fala do “significado da palavra cosmos designar *ordem do mundo* e *ornamento* da ordem universal”¹⁵¹. A paisagem, por sua vez, seria uma fração da natureza (do *Cosmos*) que se torna esteticamente presente no olhar de um contemplador sensível, o qual, porventura, transmite-a em formas literárias ou pictóricas.

“O mundo do olho”: natureza e paisagem em Goethe

Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) interessou-se por ciência, em especial a partir de 1780, quando inicia seus estudos sobre mineralogia. Antes, no período de sua juventude influenciado pelo movimento *Sturm und Drang*¹⁵² (Tempestade e Ímpeto), a literatura e as artes plásticas colocam-se como centro de sua preocupação. Nesse momento, ele escreve, dentre outros trabalhos, o ensaio intitulado *Sobre a arquitetura alemã*¹⁵³ (1772) e o romance *Os sofrimentos do jovem Werther*¹⁵⁴ (1774), que causou fortes reações na sociedade coeva em decorrência da nociva paixão do

¹⁴⁷ Georg Simmel, *Goethe* (Buenos Aires: Editorial Nova, 1949), 85.

¹⁴⁸ Alexander von Humboldt, *Cosmos, o ensayo de una descripción física del mundo*. Traducido por Franciso Dias Quintero. Tomo II (México: Vicente Garcia Torres, 1872), 7.

¹⁴⁹ Humboldt, *Cosmos*, 15.

¹⁵⁰ Alexander von Humboldt, *Cuadros de la naturaleza*. Traducción Bernardo Giner. Tomo II (Madrid: Imprenta e Librería de Gaspar Editores, 1876).

¹⁵¹ Humboldt, *Cosmos*, 31.

¹⁵² Georg Lukács afirma que o *Sturm und Drang* havia sido a sublevação do “sentimento” e do “instinto vital” contra a tirania do entendimento, representando a luta contra o Iluminismo. Tratou-se de uma disputa de jovens espíritos (Hamann, Herder, Goethe, Lenz e Schiller) cujos temas básicos eram a incompatibilidade entre o indivíduo e a sociedade, a ênfase no gênio criador que se afirma livre dos cânones artísticos, o sentimentalismo e a linguagem violenta que busca o exercício da crítica ferrenha. Ver Georg Lukács, *Goethe y su época* (Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1968), 71; Marco Aurélio Werle, “Winckelmann, Lessing e Herder: estética do efeito?”, *Trans/Form/Ação*, n. 23 (2000): 19-50.

¹⁵³ J. W. Goethe, “Sobre a arquitetura alemã”, *Escritos sobre a Arte*, trad. Marco Aurélio Werle (São Paulo: Humanitas; Imprensa Oficial, 2005), 39-49.

¹⁵⁴ J. W. Goethe, *Os sofrimentos do jovem Werther* (São Paulo: Estação da Liberdade, 2009).

protagonista. Em *Sobre a arquitetura alemã*, Goethe se empenha em demonstrar os efeitos suscitados pela catedral de Estrasburgo ao seu olhar atento às formas concebidas pelo mestre de obras Erwin von Steinbach. Para o autor de *Werther*, a assimetria característica do templo não denigre o equilíbrio do projeto arquitetônico, mas aguça os vínculos entre a massa harmoniosa da igreja (totalidade) vivificada pelos inumeráveis motivos decorativos (unidades). Assim, o efeito do todo sobre o espectador seria parcial se suas partes não fosse devidamente apreciadas.

Já o romance epistolar *Os sofrimentos do jovem Werther* divide-se em duas partes. A primeira introduz como temas o amor e a afinidade do protagonista com a natureza. Aqui, as descrições do mundo que envolvem Werther traduzem-se em paisagens que imprimem a sintonia do seu espírito com a natureza. É interessante destacar, de acordo com as reflexões de Marco Aurélio Werle, que a ideia de subjetividade não significa um recuo interior para a formalidade dos sentimentos; seria, por outro lado, a expressão da afinidade do eu imerso no todo da natureza¹⁵⁵. A concordância entre a subjetividade e a exterioridade (paisagem enquanto mediação estética da natureza) manifesta-se na carta de 12 de maio de 1774, pela qual Werther percebe tudo a sua volta com feições idílicas: “Não sei se espíritos vagueiam por esta região, ou se esta ardente fantasia divina se apodera de meu coração, fazendo um paraíso tudo o que me rodeia”¹⁵⁶. Enquanto que a natureza circunscreve a primeira parte do romance, a segunda dedica-se ao tema “sociedade”, tema, aliás, que foge das proposições desta pesquisa de pós-doutorado¹⁵⁷. Goethe manteve certos princípios da fase do *Sturm und Drang* em seu pensamento posterior, como as polaridades totalidade e unidade ou subjetividade e objetividade. A polaridade aparece em seus estudos sobre a natureza levados a cabo durante sua viagem à Itália (1786-1788), mas sobretudo em *Metamorphose der Pflanze* (Metamorfose das plantas¹⁵⁸, 1790) e *Doutrina das Cores*¹⁵⁹ (1810).

Em *Poesia e verdade*, Goethe revela o olhar como aquele com o qual ele melhor apreendia o significado do mundo envolvente. Ao explicar a Schiller, em 15 de novembro 1796, o propósito da redação de *Doutrina das Cores*, Goethe acentua o primado da contemplação da natureza como experiência interativa entre a objetividade das formas vistas e a subjetividade das emoções. Na realidade, dizia o autor de *Fausto*, descortinava-se “o mundo do olho” que se consome por formas e

¹⁵⁵ Marco Aurélio Werle. “Natureza e sociedade no Werther de Goethe”, *Artefilosofia*, n. 22 (julho de 2017): 43.

¹⁵⁶ J. W. Goethe, *Os sofrimentos do jovem Werther*, 16.

¹⁵⁷ Para a melhor entendimento do tema “sociedade” nas obras literárias de Goethe, sugerimos a leitura dos seguintes artigos de Marco Aurélio Werle publicados recentemente: 1) Marco Aurélio Werle. “Natureza e sociedade no Werther de Goethe”, *Artefilosofia*, n. 22 (julho de 2017); 2) Marco Aurélio Werle, “A dimensão filosófica do Meister de Goethe e do gato Murr de Hoffmann”, *Discurso*, v. 47, n. 1 (2017): 283-305.

¹⁵⁸ J. W. Goethe, *The metamorphosis of plants* (Cambridge: The MIT Press, 2009).

¹⁵⁹ J. W. Goethe, *Doutrina das cores*, trad. Marco Giannotti (São Paulo: Nova Alexandria, 1993).

cores¹⁶⁰. Na crítica feita ao manual *As belas artes* de Sulzer sustenta-se que o objeto observado, ou a imagem formulada no campo perceptual da visão, converte-se em fundamento de autêntico conhecimento¹⁶¹.

Os desenhos do jovem Goethe mostram claramente sua predileção pela representação da natureza e dos seus fenômenos correlatos. Nota-se esse gosto nos estudos de árvores e nuvens, nas visões noturnas tomadas da floresta de Turingia, na paisagem de Ilmenau e no belo desenho do jardim de sua casa em Weimar¹⁶². Goethe, no transcurso de sua viagem à Itália, elogia a *veduta*, as vistas tomadas do território esboçadas no papel, cujo valor documental e afetivo subjaz a noção de paisagem antes referida¹⁶³. Nos textos compilados em *A viagem à Itália*¹⁶⁴ arte e natureza são afins e se complementam, embasando o desígnio classicista de Goethe centrado no estudo das ciências naturais e das artes sob o imperativo da sensibilidade do olhar que sempre é dinâmico e transformador¹⁶⁵. Para Cláudia Valladão de Mattos, investigar a natureza em profundidade, familiarizar-se com ela e compreendê-la em todos os seus aspectos significou o desígnio central de Goethe na Itália, entrando em cena o Goethe cientista¹⁶⁶.

Ainda na Itália, Goethe acentuou seu interesse pela observação direta dos fenômenos naturais e, sobretudo, à apreciação da natureza em pintura de paisagem. Em Nápoles, ele se encontrou com Jacob Philipp Hackert, pintor do rei Fernando IV e um dos principais paisagistas da época. Goethe reconhecia que os desenhos feitos por Hackert, elaborados segundo a tradição figurativa do pintor francês Claude Lorrain, eram os modelos de representação da modernidade. A pintura de paisagem aparece como objeto dos discursos das trocas epistolares entre o poeta e o pintor do rei Fernando IV. Nelas, Goethe exprime que a paisagem “real” e sua transmutação para a imagem evocam uma natureza apreendida pelo constante treino do sentido da visão. Nesse aspecto, Goethe promove uma certa cultura do olhar adquirida após suas experiências, ou melhor, seu “renascimento” em terras italianas. Numa das cartas, Hackert escreve para seu amigo opinando que o artista deve ser, antes de tudo, um bom observador do mundo envolvente, dedicando tempo para desenhar e conhecer os

¹⁶⁰ *Correspondances between Schiller and Goethe from 1794 to 1805*, trans. George H. Calvert (New York and London: Wiley and Putnam, 1845), 195.

¹⁶¹ J. W. Goethe, “Resenha sobre as belas-artes de Sulzer (1772)”, trad. Marco Aurélio Werle (São Paulo: Humanitas; Imprensa Oficial, 2005), 54.

¹⁶² Os desenhos de Goethe encontram-se compilados em Javier Arnaldo et al, *Johann Wolfgang von Goethe: paisajes* (Madrid: Círculo de Bellas Artes; Weimar: Klassik Stiftung Weimar, 2008).

¹⁶³ Jean-Marc Besse, *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia* (São Paulo: Perspectiva, 2006).

¹⁶⁴ J. W. Goethe, *Viagem à Itália: 1786-1788* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999).

¹⁶⁵ Pedro Fernandes Galé, “Em torno do olhar – a formação do método morfológico de Goethe” (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2009), 29.

¹⁶⁶ Cláudia Valladão de Mattos (org.), *Goethe e Hackert: sobre a pintura de paisagem: quadros da natureza na Europa e no Brasil* (Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008), 29.

seus objetos¹⁶⁷. Com efeito, não bastava pintar uma tília por exemplo, senão aprofundar a relação entre artista e árvore para então transmitir, em cores e formas, a essência da natureza.

Também foi na Itália, especificamente no jardim botânico de Pádua, onde Goethe começou a esboçar a ideia de *Urpflanze*, ou a “planta original”, como o princípio formal que nortearia seus estudos de botânica¹⁶⁸. Em *A metamorfose¹⁶⁹ das plantas*, Goethe privilegia o método de inquérito científico que ia além da compreensão empírica dos fenômenos, visualizando a possibilidade de uma forma sensível (a planta original) tornar-se o arquétipo de uma “planta suprassensível”. Busca-se entender a natureza ultrapassando os limites da racionalidade mecanicista a partir de uma forma original, uma realidade viva e dinâmica intuída segundo uma linguagem poética¹⁷⁰.

A *Urpflanze* - assim como o *Urphänomen* (fenômeno original) utilizado para aludir à causa ideal de toda manifestação da natureza – pertence, de certo modo, aos fundamentos da teoria goetheana de visualidade, pois estimula ver o geral no particular e obter o geral no tratamento do particular. A expressão característica que subjaz qualquer planta sempre é, para Goethe, o resultado coordenado da “lei interna da natureza, no qual a planta foi constituída” e a “lei do meio ambiente, pelo qual a planta foi modificada”¹⁷¹. Nesse sentido, o desenvolvimento de formas orgânicas prossegue tanto do interior para o exterior como de fora para dentro. Nos parágrafos 24 e 25 de *A metamorfose*, Goethe menciona como a estrutura da folha pode ser afetada pela umidade ou secura do lugar¹⁷², e como a nutrição excessiva pode retardar a floração (§30)¹⁷³. Como veremos a seguir, a metodologia goetheana de estudo botânico influenciou positivamente os escritos de Humboldt, em especial seu livro *Essai sur la géographie des plantes*, cuja versão alemã foi dedicada ao seu amigo Goethe.

Num desenho que Goethe fez de seu olho envolvido por um arco-íris, ilustra-se perfeitamente o panegírico à visualidade. Além de nuvens e raios solares emanados do olho, um prisma e uma lupa, posicionados abaixo do órgão da visão, enfatizam, alegoricamente, a prevalência da mirada e das faculdades do espírito humano sobre o empirismo das teorias científicas. O “mundo do olho”, traduzido no olhar sensível e estetizante em consonância com aquele dos fenômenos objetivos, é o assunto eminente em *Doutrina das cores* e nos desenhos de paisagens elaborados no transcurso da

¹⁶⁷ Jacob Philipp Hackert and Johann Wolfgang von Goethe, *Lettere sulla pittura di paesaggio*, trans. Paolo Chiarini (Roma: Artemide, 2002).

¹⁶⁸ J. W. Goethe, *Viagem à Itália*, 71.

¹⁶⁹ No ensaio *Versuch die Metamorphose der Pflanze zu erklären* (Uma tentativa de explicar a Metamorfose das plantas), Goethe define o termo “metamorfose” como um processo gradual de desenvolvimento que se transforma de uma forma a outra até o pico da natureza”. Ver Heide. Poetically visualizing Crowford, “The union of nature, art and the love of a woman in Goethe’s “Die Metamorphose der Pflanze”. In Evelyn K. Moore and Patricia Anne Simpson. *The enlightened eye: Goethe and visual culture* (Amsterdam; New York: Rodopi, 2007), 285.

¹⁷⁰ Antonio Carlos Vitte and Roberison Wittgenstein Dias da Silveira, “Kant, Goethe e Alexandre Von Humboldt: estética e paisagem na gênese da geografia física moderna”, *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 4, n. 8 (jul./dez., 2010): 10.

¹⁷¹ Gordon L. Miller, “Introduction”. In J. W. Goethe, *The metamorphosis of plants*, xx.

¹⁷² J. W. Goethe, *The metamorphosis of plants*, 19.

¹⁷³ J. W. Goethe, *The metamorphosis of plants*, 23.

viagem à Itália. A teoria das cores goetheana refere-se à ativa conformidade entre o espírito e a visualidade. Em *Doutrina das cores*, Goethe explora polaridades (observador e observado; objetividade e subjetividade) no intuito de interpretar a gênese das cores à base do claro e escuro, numa clara oposição ao tratado de Newton que as considera como fragmentos da luz branca facilmente calculáveis em fórmulas matemáticas. A luz, fenômeno original (*Urphänomen*), se desdobra em sombras e cores, uma deflagração que repercute sobre os corpos e os faz ressoar como paisagem ao olhar do espectador. Por isso, a paisagem torna-se, sob esse aspecto cromático, o destino e a vocação da luz e a revelação da cor¹⁷⁴.

Olho e luz são afins na formação das cores¹⁷⁵. Isso sugere, de acordo com o comentário de Pedro Galé, que há “uma ligação produtiva do observador em relação aos objetos, existe no sujeito um ato criador ativo, que se desenvolve justamente com o contemplar, que fixa os mais estranhos e opostos fenômenos combinando seus elementos no intento de compreendê-los”¹⁷⁶. O que de fato Goethe busca explicar com sua teoria das cores é a natureza revelada através do olho sensível. Uma natureza reconhecida como unidade que sempre está em harmonia com suas partes num processo vivo e infinito, e essa é ideia de natureza que vai se potencializar, ou, no mínimo, terá sua aplicabilidade nos estudos de Alexander von Humboldt.

Os quadros da natureza de Alexander von Humboldt

Joaquim Ritter, em texto já considerado clássico pelos filósofos da paisagem, argumenta a expressividade dos escritos de Humboldt de tornar a natureza compreensível segundo dispositivos poéticos e pictóricos, na sua relação com o olho sensível de convertê-la esteticamente em paisagem¹⁷⁷. Com efeito, ao comentar sobre as estepes em *Quadros da natureza (Ansichten der Natur* ou *Tableaux de la Nature*), Humboldt imprime emoção na sua descrição de planícies que suscitam a imagem do infinito: “quando a extremidade das planícies se iluminam com o nascimento rápido de astros brilhantes, ou ao refletir sua trêmula luz sobre as camadas inferiores dos vapores ondulantes, acredita-se que tenha diante dos seus olhos um imenso oceano. Assim, as estepes também enchem a alma com o sentimento de infinito”¹⁷⁸. O impulso de compreender a natureza sensivelmente aparece, sobretudo, em *Cosmos*, sua obra mais importante que define a natureza como “uma unidade na diversidade dos fenômenos”¹⁷⁹. Nessa obra, a explicação da totalidade

¹⁷⁴ Jean-Marc Besse, *Ver a terra*, 55.

¹⁷⁵ J. W. Goethe, *Doutrina das cores*, 45.

¹⁷⁶ Pedro Fernandes Galé, *Em torno do olhar*, 70.

¹⁷⁷ Joaquim Ritter, “Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna”, in *Filosofia da paisagem: uma antologia*, coord. Adriana Veríssimo Serrão (Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013), 109.

¹⁷⁸ Alexander von Humboldt, *Cuadros de la naturaleza*, trans. Bernardo Giner (Madrid: Imprenta y Librería de Gaspar editores, 1876), 2.

¹⁷⁹ Humboldt, *Cosmos*, 9.

natural surge sob a forma de dois aspectos complementares: observar os fenômenos em sua realidade objetiva e refletir como a humanidade projeta seus sentimentos sobre a natureza. Se as ciências fundadas em observação rigorosa transmitem leis dando a conhecer os fenômenos do universo, o espetáculo da natureza ficaria incompleto caso não fossem considerados o pensamento e a imaginação dispostos em impressões poéticas¹⁸⁰. Ele recorda, ainda, que a destinação do homem seria “captar o espírito da natureza oculto por detrás das manifestações”, a fim de abarcar a natureza como um todo, para então “submeter simultaneamente a matéria bruta da intuição empírica através das ideias”¹⁸¹.

Como em Goethe, a paisagem para Humboldt ocorre em decorrência da apreciação poética e figurativa de um quadro da natureza. No segundo tomo de *Cosmos*, o naturalista prussiano comenta três maneiras de propagar o estudo da natureza pelas quais a imaginação e a sensibilidade criadora do homem são manifestadas: a primeira seria a poesia ou as descrições animadas de cenas da natureza; a pintura de paisagem vem a ser a segunda forma, aliás ela mesma uma modalidade de poesia; e, por último, os jardins, *locus* simultâneo de contemplação e investigação dos fenômenos naturais, particularmente os botânicos¹⁸². Ao definir esses três dispositivos de compreensão da natureza, Humboldt pretendia expor de modo particular como o mundo exterior interferiu diversamente sobre o pensamento e imaginação em diferentes épocas e povos. Através da literatura consegue-se perceber como o espírito humano qualifica a paisagem. Assim, dos gregos a Goethe, a poesia explicou em rimas as leis que movem a natureza. O elogio à produção bibliográfica de Goethe é flagrante quando Humboldt cita *O sofrimento do jovem Werther*, *Viagem à Itália* e *Metamorfose das plantas*, obras cujo teor poético respira sentimentos profundos pela natureza e paisagem¹⁸³.

Compreender de que maneira Humboldt utilizou a pintura de paisagem, como instrumento de análise científica e artista, terá consequências no desenvolvimento do gênero nas Américas como um todo¹⁸⁴. A pintura de paisagem devota à natureza uma espécie de discurso codificado em imagens desenhadas conforme se vê *in natura* os objetos orgânicos: “os esforços dos artistas serão mais felizes...se eles pintaram, ao ar livre, as copas das árvores carregadas de flores e frutos, árvores cheias de orquídeas, algumas rochas, uma pequena escarpa, alguma parte no fim da selva...”¹⁸⁵. Mas, a vocação da pintura seria apresentar a rica variedade das formas exteriores, inclusive podendo unir o visível ao invisível. Para elucidar essa dualidade, Humboldt prossegue: “a pintura de paisagem

¹⁸⁰ Humboldt, *Cosmos*, 6.

¹⁸¹ Humboldt, *Cosmos*, 15.

¹⁸² Humboldt, *Cosmos*, 9.

¹⁸³ Humboldt, *Cosmos*, 31.

¹⁸⁴ Cláudia Valladão de Mattos, “A pintura de paisagem entre a arte e a ciência: Goethe, Hackert, Humboldt”, *Terceira Imagem*, ano VIII, nº 10 (Rio de Janeiro, 2004): 154.

¹⁸⁵ Humboldt, *Cosmos*, 36.

possibilita a contemplação da fisionomia das plantas nos diferentes espaços da terra, convidando-nos de um modo instrutivo e agradável a entrar em acordo com a livre natureza”. Nesse sentido, cada região do globo terrestre, seja a floresta, as Cordilheiras dos Andes, o deserto, o “céu da Grécia” ou os alpes suíços, caracteriza-se por uma fisionomia individual e diversificada das demais. Imaginar a paisagem em termos fisionômicos significa atribuir-lhe uma carga ontológica própria, isto é, se o quadro da natureza possui uma fisionomia, é preciso entendê-la como uma unidade expressiva animada por uma realidade exterior (visível) conjugada com um “espírito interno” (invisível) do qual se pode extrair o sentido da livre natureza¹⁸⁶.

Para Humboldt, no entanto, existe um limite na pintura de paisagem: a apreciação da natureza é incompleta na medida em que a tela excita menos o espírito do que a contemplação imediata de plantas agrupadas em jardins¹⁸⁷. O jardim de princípios do século XIX converte-se no lugar onde ciência e arte mesclam-se com objetivos estéticos e pedagógicos. Propósitos que não se circunscrevem unicamente na disseminação de estudos científicos; ao contrário, o jardim pode servir à arte de criar paisagens. Criar porque todo jardim origina-se de um projeto que reúne aspectos empíricos e sensíveis, como a técnica da perspectiva, a simetria, a modulação, o jogo da luz e da sombra, a solidão, o repouso e a variedade das plantas.

Alguns comentadores sugerem que o estudo da vegetação, em vez das especificidades botânicas das plantas, revelou ser outra novidade do inquérito científico humboldtiano¹⁸⁸. Em 1802, durante suas expedições na América espanhola, Humboldt, na companhia de Aimé Bonpland, traçou suas primeiras reflexões acerca da interferência do mundo natural e da humanidade na formação de grandes massas vegetativas¹⁸⁹. O livro – *Essai sur la géographie des plantes*¹⁹⁰ – finalizado em 1807, é a peça-chave de um trabalho dedicado a compreender a vegetação, estética e cientificamente, como a totalidade da conjunção dos fenômenos naturais e humanos: “eu deveria chamar a atenção dos físicos aos fenômenos exibidos pela natureza nas regiões que tenho visitado. É seu todo que tenho considerado neste ensaio”¹⁹¹. O autor de *Cosmos* direcionou seu propósito heurístico à vegetação (totalidade), tendo em vista que a compreensão da natureza é parcial quando pensada unicamente no particular (plantas), nada pode ser considerado isoladamente¹⁹².

¹⁸⁶ Jean-Marc Besse, *Ver a terra*, 72.

¹⁸⁷ Humboldt, *Cosmos*, 41.

¹⁸⁸ Ver os artigos de Malcolm Nicolson, “Alexander von Humboldt, humboldtian science. And the origins of the study of vegetation”, *Hist. Sci.*, xxv: 165-193; Anne Buttner, “Beyond humboldtian science and Goethe’s way of science: challenges of Alexander von Humboldt’s Geography”, *Erdkunde*, vol. 55, n. 2 (Bonn, 2001): 105-120.

¹⁸⁹ Malcolm Nicolson, Alexander von Humboldt, humboldtian science, 177.

¹⁹⁰ Para este trabalho utilizamos a versão em inglês Alexander von Humboldt, *Essay on the geography of plants*, trans. Sylvie Romanowski (Chicago: The University of Chicago Press, 2009).

¹⁹¹ Alexander von Humboldt. *Essay on the geography of plants*, 61.

¹⁹² Malcolm Nicolson, Alexander von Humboldt, humboldtian science, 178.

Para Humboldt, como se sabe, os resultados dos experimentos científicos devem ser esteticamente satisfatórios. Dessa maneira, a vegetação expressaria, dentre alguns aspectos, as condições materiais e espirituais de uma região. Mas é a sensibilidade humana que imprime o verdadeiro caráter da vegetação: “O homem que é sensível às belezas da natureza...terá prazer em examinar as variadas sensações que a vegetação produz na alma ao contemplá-la”¹⁹³. Sob esse ponto de vista, deve-se chamar a atenção do *Tableaux physique des Andes et pays voisins*¹⁹⁴. O *tableaux* é uma representação de um perfil dos andes na altura do Chimborazo com o Coto-Paxi. Ali, estão mapeadas a localidade onde determinadas espécies de plantas crescem, a altitude favorável para o surgimento de diferentes vegetações, quais espécies de animais conseguem viver em altas latitudes e os métodos de dimensionar os parâmetros orográficos. Trata-se do emblema de uma paisagem percebida segundo a empiria e a imaginação: “eu penso que o meu quadro (*tableaux*) é capaz de sugerir analogias inesperadas aos que estudarão (os Andes) com mais detalhe, também seria capaz de aguçar a imaginação e proporcionar prazer aos que vêm apreciar a benéfica e majestosa natureza”¹⁹⁵. Humboldt, nessa passagem, deixa clara a complementariedade da razão com o espírito, mostrando como a imaginação torna-se uma categoria essencial ao inquérito científico.

A paisagem narrada no *Essai sur la géographie des plantes* combina variáveis da natureza (vegetação, cor do céu, montanha, clima) com os aspectos culturais de determinada sociedade, quer dizer, Humboldt considerou o homem e os efeitos do seu trabalho como mediações indispensáveis à formação das fisionomias da natureza. Ele se pergunta: “por que os povos agrícolas não se mudam para climas onde a natureza produz espontaneamente tudo e onde o trabalho é mais favorável?...Hábito e amor à terra nativa, estes são as únicas razões que podem ser dadas”. Em seu *Vue des Cordillères et monuments des peuples indigènes de l’Amérique*¹⁹⁶ (1810), Humboldt se preocupa em averiguar como a natureza possibilitou o aparecimento de novas modalidades de expressão cultural, sem, contudo, se afastar de uma origem comum. Por exemplo, as línguas dos povos indígenas da América, embora difiram entre si das de origem germânica, apresentam certas similaridades no conjunto de sua organização¹⁹⁷. Porém, os elementos materiais da cultura – arquitetura, pintura, hieróglifo, equipamentos bélicos – seriam os instrumentos que revelariam antigos contatos entre os povos da América com as sociedades da Ásia e da Europa. As armas de bronze e pedra produzidas no Alto Canadá e no deserto de Orinoco apresentavam o mesmo

¹⁹³ Alexander von Humboldt. *Essay on the geography of plants*, 73.

¹⁹⁴ Alexander von Humboldt, “Tableaux physique des Andes et pays voisins”, in *Essay on the geography of plants*, 76-143.

¹⁹⁵ Alexander von Humboldt. *Essay on the geography of plants*, 79.

¹⁹⁶ Adotamos a versão espanhola para esse trabalho Alexander von Humboldt, *Sítios de las cordilleras y monumentos de los pueblos indígenas de América*, trans. Bernardo Giner (Madrid: Imprenta y Librería de Gaspar Editores, 1878).

¹⁹⁷ Alexander von Humboldt, *Sítios de las cordilleras*, 11.

formato¹⁹⁸. Essa aproximação é notória quando Humboldt cita a pirâmide (teocali) de Cholula, a qual, seguindo a exata direção do alinhamento do meridiano e do paralelo do lugar, assemelhava-se à implantação dos templos da Grécia¹⁹⁹.

O *Vue des Cordillères...*, alinhado às reflexões postuladas em *Ansichten der Natur*, descreve paisagens à maneira dos relatos de viagem escritos por Goethe em seu périplo pela Itália. A mirada do espectador narraria a natureza com toda acurácia científica sem abandonar “o sopro benéfico da imaginação”. Isso acontece quando Humboldt descreve o Paso de Quindiu:

Descobre-se uma vista pitoresca à entrada da montanha de Quindiu, nas cercanias de Ibagá e junto a um lugar que se chama Pie de la Cuesta. Aparece por encima de uma grande massa de rochas graníticas, o cone truncado de Tolima coberto de neve perpetua, e recordando em sua forma o Catopaxi e o Cayambo; o pequeno arroio de Combeina, que mescla suas águas às do rio Cuello, serpenteia por um vale estreito, abrindo caminho através de um bosque de palmeiras, e além, ao fundo, se divide com parte da cidade de Ibagá o grande vale de Magdalena e a cadeia oriental dos Andes²⁰⁰.

Percebe-se que Humboldt busca aplicar qualificativos da paisagem (pitoresco) a lugares exóticos conhecidos através de mapas ou pinturas de paisagens. Convém recordar que, no segundo volume de *Cosmos* há um capítulo devotado a explicar como o descobrimento da América reformulou o imaginário da Europa. Para tanto, os quadros do pintor flamengo Franz Post elucidam “formas individuais da natureza”²⁰¹ de regiões de difícil acesso, como o Brasil, que até 1808 a Coroa portuguesa havia proibido expressamente a presença de naturalistas estrangeiros em seus domínios americanos²⁰².

¹⁹⁸ Alexander von Humboldt, *Sítios de las cordilleras*, 13.

¹⁹⁹ Alexander von Humboldt, *Sítios de las cordilleras*, 89.

²⁰⁰ Alexander von Humboldt, *Sítios de las cordilleras*, 55.

²⁰¹ Humboldt, *Cosmos*, 35.

²⁰² O rei de Portugal emitiu cartas régias a todas as vilas e cidades coloniais impedindo a entrada de Humboldt no Brasil, tratando-o como perigoso e dotado de ideias prejudiciais. Nas vereações da câmara da vila do Icó (capitania do Ceará) encontramos a seguinte ordem: “registro de uma ordem régia a todas as povoações com data de 20 de outubro de 1800 por intermédio do governador, com especial empenho a fim de ser preso um tal barão de Humboldt, subdito da Prússia, que á pretexto de estudar a geographia e topographia do centro da America, e debaixo do especioso pretexto de outras observações científicas, procura surpreender e tentar, com ideias novas e capciosos principios, os animos dos povos seus fieis vassallos. Declara S. M. que estas viagens nos domínios de S. M. são summamente perigosas e prejudiciais aos interesses políticos de S. M., e o governador encarecendo sobre a opinião do seu monarcha, offerece um premio de 200\$ rs. a quem trazer preso este homem perigoso”. Ver *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXV (Rio de Janeiro, 1862): 75.

Considerações finais: afinidades entre o poeta e o naturalista

De acordo com Cláudia Valladão de Mattos, o encontro de Goethe com Humboldt trouxe às proposições do naturalista a plena realização do pensamento do poeta sobre a ciência; de fato, Humboldt completou as pesquisas de Goethe sobre natureza²⁰³. Eles compartilharam a crença de que a maravilha do homem pela beleza e infinitude da natureza poderiam inspirar a arte e a ciência. Eram conscientes da importância da estética no entendimento da natureza e da paisagem. Ambos reconheceram que o aspecto holístico da natureza não se reduz unicamente a modelos empíricos e mecanicistas, como o sistema botânico de Lineu que apresentava falhas conceituais, especulando a natureza segundo categorias abstratas e estanques em vez de divulgar a dinâmica e a transformação da vida natural²⁰⁴. Por outro lado, Goethe se interessou em unificar o belo e a natureza numa mesma fonte. Para ele, por exemplo, precisava-se estudar a aparência das plantas e a partir dela pressupor a lei que controlava todas as manifestações individuais (*Urphänomen* ou protofenômeno). Humboldt acordava com o pensamento goetheano na medida em que a natureza, em sua harmoniosa unidade, é bela e significativa, inspirando a sensibilidade do artista e a racionalidade do cientista na busca dos princípios que elucidam os fenômenos naturais.

Sabe-se que Goethe enfatizou as características pelas quais todas as plantas mantiveram em comum, oriundas de uma planta arquetípica e de um *Urphänomen*. Em *A metamorfose das plantas*, Goethe verificou que as folhas submersas de determinadas plantas semiaquáticas (a *Ranunculus aquaticus*) diferiam morfológicamente daquelas aéreas²⁰⁵. A morfologia, como um vivo processo, é a proposta de Goethe para o estudo do conjunto orgânico pela qual a exterioridade da forma complementa-se com os fenômenos ocultos ao sentido da visão. Em suas palavras: “nosso espírito está em harmonia com o mais simples poder encontrado no fundo da natureza, e é capaz de representa-lo tão puramente como os objetos do mundo visível são formados claramente nos olhos”²⁰⁶. Com efeito, a morfologia é um processo vital, assim como a formação das cores oriunda do íntimo contato entre luz (o protofenômeno) e o olho. No entanto, Humboldt tem uma ideia que é simultaneamente contrária e afim à teoria das cores goethena. Em *Quadros da natureza* ele esclarece: “todos os fenômenos nascem de uma fonte única, como as cores que se decompõem do raio luminoso; todos são resolvidos em uma força eterna e universalmente vital”. Aqui, Humboldt reconhece o *Urphänomen*. Todavia, o Humboldt cientista não recusa por completo a teoria newtoniana de surgimento das cores a partir da fragmentação da luz branca. O ponto de confluência com Goethe,

²⁰³ Cláudia Valladão de Mattos, *A pintura de paisagem entre a arte e a ciência*, 153.

²⁰⁴ Ana Maria de Moraes Beluzzo, *O Brasil dos viajantes*, 4 ed, vol. II (Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 2000), 21.

²⁰⁵ J. W. Goethe, *The metamorphosis of plants*, 19.

²⁰⁶ *Apud* WALLS, Laura Dassaw, *The passage to cosmos: Alexander von Humboldt and the shaping of America* (Chicago: The University of Chicago Press, 2009), 229.

expresso nessa passagem, é justamente a força vital que rege todos os fenômenos, nomeada por Humboldt de *Gênio Ródio*. Sucintamente, o Gênio Ródio seria a existência de uma força oculta atuante na formação da natureza, designando uma unidade e uma progressão no mundo²⁰⁷.

A paisagem para Goethe e Humboldt aparece como uma porção vital da totalidade natural enquadrada pela sensibilidade do olhar treinado e transfigurada em arte (literatura e pintura). Como Vitte e Silveira refletiram, em Goethe a paisagem se transforma no ponto de reunião de formas tomadas pela intuição reveladora do todo²⁰⁸. Essa noção será maximizada em Humboldt, cujos fundamentos da representação de paisagem não se restringiram à descrição de eventos; ao contrário, a paisagem possui uma fisionomia que lhe é própria derivada da conjunção harmoniosa de fatores humanos (terras agricultáveis, navegação, pastoreio, arquitetura) e naturais (nuvens, céu, vegetação, montanha) em um enquadramento, seja material (moldura) ou visual. Os desenhos de Goethe esboçados ao longo da viagem à Itália, os retratos do mundo “pintados” na narrativa epistolar do jovem Werther²⁰⁹ e as vistas dos monumentos dos povos indígenas da América ilustrados por Humboldt corroboram essa premissa.

²⁰⁷ Roberison Wittgenstein Dias da Silveira, “O Gênio Ródio de Alexander von Humboldt”, *Sociedade e Natureza*, v. 27, n. 1, (Uberlândia, jan./abr., 2015):14.

²⁰⁸ Antonio Carlos Vitte; Roberison Wittgenstein Dias da Silveira, Kant, Goethe e Alexandre Von Humboldt, 11.

²⁰⁹ Verificar a carta de 26 de maio de 1774, pela qual o jovem Werther narra em vivas pinceladas a paisagem dos arredores do vilarejo de Wahlheim. Em J. W. Goethe, *Os sofrimentos do jovem Werther*, 23.

LA DESPROTECCIÓN DEL PATRIMONIO PAISAJÍSTICO DE LA ZONA DE ACANTILADOS DE LIMA (COSTA VERDE): EL CASO DE LAS EDIFICACIONES ILEGALES REALIZADAS EN EL DISTRITO DE BARRANCO DESDE 2003

Esteban Poole Fuller

Resumen: Lima, capital de Perú, cuenta con una franja de acantilados de 15 km en su borde costero denominada “Costa Verde”. Durante las últimas décadas, se han realizado numerosas edificaciones que han atentado contra la conservación de dicho paisaje natural. Dichas actuaciones han infringido frecuentemente las disposiciones del Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde, vigente desde 1995, evidenciando la ineficacia de dicho instrumento de planeamiento.

Un conjunto de casos que grafican esta problemática, ha sido el de las construcciones ilegales de bloques de apartamentos realizadas desde 2003 en los acantilados de Barranco, distrito limeño ubicado frente al litoral de la Costa Verde que alberga numerosas edificaciones de inicios del siglo XX, declaradas patrimonio cultural. Las edificaciones en los acantilados de dicho distrito no sólo han violado el Plan Maestro de la Costa Verde, sino asimismo la normativa urbanística de protección de la Zona Monumental de Barranco.

Mediante la exposición de la casuística de las edificaciones ilegales en los acantilados de Barranco, la presente comunicación se propone evidenciar la debilidad de los instrumentos de planeamiento, y de la normativa urbanística y de protección del patrimonio cultural inmueble vigente en el área litoral de Lima.

Palabras clave: Lima; Acantilado; Costa Verde; Barranco; Edificaciones.

THE LACK OF PROTECTION OF THE LANDSCAPE HERITAGE OF THE CLIFF AREA OF LIMA (COSTA VERDE): THE CASE OF THE ILEGAL BUILDING OF HIGHRISES IN THE DISTRICT OF BARRANCO SINCE 2003

Esteban Poole Fuller

Abstract: Lima, capital of Peru, has a 15 km long strip of cliffs on its coastline named Costa Verde (“Green Coast” in english). Over recent decades, several buildings have been developed in this area, undermining the preservation of this natural landscape. Much of this real state development has infringed the provisions of the Costa Verde Development Master Plan, in force since 1995, making apparent the ineffectiveness of this planning instrument.

A set of cases that illustrates this problem has been the illegal construction of apartment blocks made carried out since 2003 in the cliffs of Barranco, a district of Lima located off the coast of the Costa Verde that houses many buildings of the early XXth century, which have been declared cultural heritage. The high rises built on the cliffs of this district not only have violated Costa Verde’s Master Plan, but also the urban regulations for the protection of the Monumental Zone of Barranco. Through the display of the cases of ilegal high rise buildings in the cliffs of Barranco, this paper aims to evidence the weakness of the planning instruments as well as the land use and cultural heritage protection regulations in force for the coastal area of Lima.

Keywords: Lima; Cliff; Costa Verde; Barranco; Buildings.

LA DESPROTECCIÓN DEL PATRIMONIO PAISAJÍSTICO DE LA ZONA DE ACANTILADOS DE LIMA (COSTA VERDE): EL CASO DE LAS EDIFICACIONES ILEGALES REALIZADAS EN EL DISTRITO DE BARRANCO DESDE 2003

Esteban Poole Fuller

1 - Introducción

Lima, capital de Perú, es una metrópolis de cerca de 10 millones de habitantes ubicada en la costa del Océano Pacífico. La principal sección de su borde costero consiste en una franja de acantilados, de 15 km de extensión, de norte a sur, con alturas de hasta 70 metros denominada Costa Verde. Pese a su denominación, la mayor parte de esta zona presenta un terreno eriazo, exceptuando algunos sectores con vegetación debida a la presencia de acuíferos producto de filtraciones de la napa freática (Teves, 2016)²¹⁰. Debajo de los acantilados, existe una franja de playas, en su mayoría creadas artificialmente entre las décadas de 1960 y 1970, período durante el cual se construyó el Circuito de Playas, autovía que recorre el borde costero.

Particularmente desde la década de 1990, la Costa Verde se ha visto sujeta a intensas presiones urbanísticas, que han coincidido con un período de fuerte expansión de la actividad inmobiliaria en Lima²¹¹, facilitada por una regulación permisiva. El Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde, vigente desde 1995, no ha regulado eficazmente las intervenciones sobre dicho ámbito. Ello ha

²¹⁰ Si bien la vegetación de la zona de los acantilados nunca ha sido abundante ni continua, dicha área ha sufrido un proceso de desertificación durante los últimos 50 años, al desaparecer los manantiales que existían en un sector del acantilado por el incremento del consumo de agua y las distorsiones ambientales ocasionadas por la construcción de autovías en la zona desde la década de 1970 (Teves, 2016).

²¹¹ Vinculada a un ciclo de expansión de la economía peruana (particularmente entre 2003 y 2013) debido al incremento de las exportaciones de materias primas.

llevado, en años recientes, a la construcción de numerosos establecimientos comerciales y de ocio, y de complejos de apartamentos, que han traído significativas alteraciones al paisaje de los acantilados y privatizado espacios públicos.

Las actuaciones inmobiliarias sobre la Costa Verde han sido particularmente intensas en el área de dicho acantilado ubicada en el distrito de Barranco. Este distrito, ubicado en la zona sur de Lima, se ha visto sometido a fuertes presiones urbanísticas, pese a gozar de un régimen de protección especial, en tanto que parte importante de su superficie ha sido declarada como Zona Monumental por el Ministerio de Cultura peruano. En años recientes se han producido una serie de operaciones inmobiliarias en el distrito que, frecuentemente, han estado reñidas con la regulación urbanística vigente, frente a la pasividad de las administraciones públicas.

En dicho contexto, desde 2003 se han edificado 4 complejos de apartamentos en la parte superior de los acantilados de Barranco. Dichas edificaciones se han realizado de forma irregular, en tanto que el Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde disponía la protección de la zona superior de los acantilados de Lima en vista de su valor paisajístico y de los riesgos derivados del carácter de suelo sísmico de los mismos. A fin de evadir la regulación urbanística que restringía las edificaciones en los acantilados, los promotores inmobiliarios abusaron de determinados mecanismos legales, tales como el Silencio Administrativo Positivo para el otorgamiento de licencias de edificación, y los recursos judiciales de amparo, cuando la municipalidad de Barranco pretendió paralizar las obras.

Recién desde 2010, cuando una ordenanza metropolitana declaró la intangibilidad de la parte superior de los acantilados de Lima y, por tanto, la prohibición de edificar sobre los mismos, dejaron de emprenderse nuevas operaciones inmobiliarias en el acantilado de Barranco. No obstante, desde dicha fecha han seguido construyéndose establecimientos comerciales y de ocio en la zona de playas ubicada en la parte inferior del acantilado, infringiéndose el Plan Maestro de la Costa Verde.

Por tanto, la problemática suscitada por las edificaciones conserva vigencia. En primer lugar, las edificaciones irregulares en el acantilado de Barranco han tenido impactos ambientales negativos. Por una parte, generan el desgaste del talud del acantilado, provocando riesgos de derrumbes, particularmente en caso de sismo, amenazando no sólo la vida e integridad de los ocupantes de dichos inmuebles, sino de quienes se desplazan en la autovía debajo de los acantilados y de los bañistas de las playas del borde costero.

Adicionalmente, la presencia de dichas estructuras ha conllevado alteraciones al paisaje natural y urbano. Por un lado, los complejos de apartamentos han obstruido la vista al mar desde las calles adyacentes a la parte superior de los acantilados de Barranco. De otro lado, han introducido

elementos artificiales de amplios volúmenes en el panorama del acantilado, alterándolo significativamente.

Por último, el hecho de que haya podido construirse dichos bloques de apartamentos, infringiendo las regulaciones urbanísticas y con un claro impacto negativo sobre el entorno urbano y paisajístico, en una de las áreas de Lima con mayores protecciones para el mismo, expresa la débil capacidad institucional (o voluntad) de las administraciones municipales de Lima para regular y planificar el desarrollo de la capital peruana. Ello ha dejado en gran medida el mismo en manos de agentes privados, formales o informales²¹², quienes frecuentemente han desconocido las regulaciones urbanísticas.

Pese al carácter acotado del caso de estudio, el mismo resulta de interés al momento de analizar las dinámicas urbanas de Lima durante el *boom* inmobiliario de años recientes, al tiempo que permite apreciar las deficiencias y vacíos de la regulación de protección del patrimonio histórico y del paisaje, así como de los instrumentos de planeamiento urbano con los que cuenta la capital peruana. Finalmente, la casuística que se expondrá evidencia la debilidad de las instituciones locales responsables de la regulación urbanística, que no se han mostrado capaces de garantizar su vigencia frente a las presiones de los operadores inmobiliarios.

En primer término, se hará referencia, brevemente, a la historia y características urbanas del distrito de Barranco, resaltando la protección de la que goza dicho sector de Lima al haberse declarado como conjunto histórico a parte del mismo. Asimismo, se hará una exposición análoga con respecto al sector de acantilados de Lima, o Costa Verde. Posteriormente, se reseñará el Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde, así como otros instrumentos legales que, formalmente, constituyen el marco de la regulación urbanística de los acantilados de Barranco, enfatizando aquellos que se encontraban vigentes entre 2003 y 2010, fecha del inicio de la primera edificación en los acantilados de Barranco y de declaración de intangibilidad de los mismos, respectivamente. Realizada esta exposición, se abordarán las edificaciones realizadas en el área de los acantilados de Barranco, evidenciando las contravenciones que las mismas han supuesto a la normativa urbanística. El análisis se centrará en el caso del Proyecto *Inifinty*, uno de los 4 bloques de apartamentos construidos en los acantilados barranquinos. El artículo cerrará con una reflexión sobre cómo los casos analizados evidencian la debilidad de la protección del patrimonio histórico y paisajístico de Lima frente a las presiones de la industria inmobiliaria, y la necesidad de hacer prevalecer el interés público ante las mismas.

²¹² En tanto que más del 60% de la población de Lima habita en urbanizaciones de origen informal, surgidas desde mediados del siglo XX a raíz de la inmigración masiva de población rural peruana, donde frecuentemente se dan condiciones de infravivienda y déficit de servicios y equipamientos públicos.

2 - Antecedentes y marco jurídico

2.1 - El distrito de Barranco y la presión inmobiliaria sobre su zona de acantilados

Barranco es uno de los 43 distritos que conforman la Municipalidad Metropolitana de Lima.²¹³ Ubicado al suroeste de la ciudad, tiene una superficie de 3.3 km², y un borde costero de aproximadamente 1.5 km de extensión, el cual coincide con la zona de acantilados de la Costa Verde.



Fig. 1: Mapa de la ciudad de Lima donde se aprecia, resaltado en rojo, el distrito de Barranco. Fuente: Wikipedia.

Según el Censo de 2007²¹⁴, Barranco contaba con una población de 33903 habitantes. En términos socioeconómicos, el distrito suele caracterizarse como de clase media alta. Sin perjuicio de dicha caracterización, en la zona este del distrito predominan los residentes de clase media baja. Pese a las reducidas dimensiones del distrito, se aprecia una situación de segregación socio-espacial entre las dos capas de residentes.

²¹³ En Perú existen municipalidades de nivel provincial y distrital, con competencias exclusivas y compartidas.

²¹⁴ El más reciente realizado en Perú respecto al cual se cuenta con datos, en tanto que los resultados del Censo realizado en Octubre de 2017 se encuentran en fase de procesamiento.

El proceso de urbanización del distrito se remonta a la segunda mitad del siglo XIX, cuando en 1858 se inauguró un ferrocarril enlazando Barranco con la ciudad de Lima²¹⁵. En 1874 se creó el distrito de Barranco, que se desarrolló como un balneario para las segundas residencias de verano de las clases altas de Lima. Entre fines del siglo XIX e inicios del XX se construyeron numerosas mansiones en el distrito, principalmente de estilo *art nouveau*²¹⁶ y neocolonial, actualmente declaradas como patrimonio cultural. Con cerca de 300 inmuebles con condición de bienes culturales, Barranco cuenta actualmente con el segundo conjunto histórico protegido de mayores dimensiones después del casco histórico de Lima. Asimismo, durante dicha época se construyeron paseos peatonales y parques sobre los acantilados, que contribuyeron a moldear el paisaje de Barranco, estableciendo una relación escenográfica con el panorama costero (Zamora, 2011)



Fig. 2: Casa Pedro de Osma, inmueble de inicios del siglo XX declarado patrimonio cultural. Fuente: Svenson, 2004.

²¹⁵ Con anterioridad, y durante los años inmediatamente posteriores a la independencia de Perú de España (1821), el poblado de Chorrillos (actualmente convertido en un distrito de Lima), única zona del litoral limeño con playas naturales, empezó a ser frecuentado por las clases altas limeñas, convirtiéndose en el primer balneario limeño (Zamora, 2011). Barranco, adyacente a Chorrillos, se desarrolló como zona de segundas residencias para las familias que acudían a dichas playas.

²¹⁶ Entre las que destaca la Casa de Osma, mansión de estilo *Art Nouveau* erigida en 1906 para Pedro de Osma y Pardo, acaudalado minero y político que llegó a ser alcalde de Lima entre 1915 y 1916. Desde 1987 alberga un museo de arte virreinal.



Fig. 3: Bajada de Baños, Barranco. Fuente: Solórzano, 2013.

En 1904 se inauguró una línea de tranvía eléctrico que intensificó la conectividad con el centro de Lima. Posteriormente, a partir de la década de 1920, se produjo el ensanche de la ciudad hacia el sur, con la urbanización de los distritos del borde costero (San Isidro, Miraflores) ubicados entre el casco histórico de Lima y Barranco. Hacia mediados del siglo XX, Barranco se encontraba efectivamente conurbado con Lima y, progresivamente, pasó de formar parte de la periferia a integrar el área urbana central²¹⁷.

Durante las últimas décadas Barranco se ha transformado, progresivamente, en un centro de vida nocturna y, en menor medida, de actividad cultural. La creciente fama de “distrito bohemio” ha convertido a Barranco en una zona atractiva para nuevos residentes, sobre todo a partir del *boom* inmobiliario iniciado en Lima durante la década de 2000. Ello ha generado presiones urbanísticas en la zona de los acantilados dado que, al contar con un paisaje altamente apreciado por encontrarse próxima al mar, se trata de una de las áreas donde el precio de la vivienda resulta más elevado en Lima²¹⁸.

²¹⁷ Debido al abandono progresivo del casco histórico de Lima durante la segunda mitad del siglo XX, que provocó una migración de residentes (y posteriormente del comercio y servicios) a los distritos del sur, particularmente San Isidro y Miraflores, próximos a Barranco, que desde la década de 1990 han asumido una posición de centralidad metropolitana.

²¹⁸ Alcanzando las viviendas próximas a dicha zona valores en torno a los \$2000 por m².

Ahora bien, el referido *boom* inmobiliario ha sido menos intenso en Barranco que en otros distritos aledaños a los acantilados limeños (como Miraflores, San Isidro o Magdalena del Mar). Pese a la existencia de una legislación urbanística altamente permisiva, particularmente desde las reformas neoliberales implementadas en Perú durante la década de 1990, la existencia de numerosos inmuebles protegidos como patrimonio cultural ha contribuido a preservar parte importante del distrito de las presiones inmobiliarias. A ello se ha sumado el régimen de protección de más de la mitad de la superficie del distrito declarado como Zona Monumental por el Estado peruano en 1972²¹⁹.

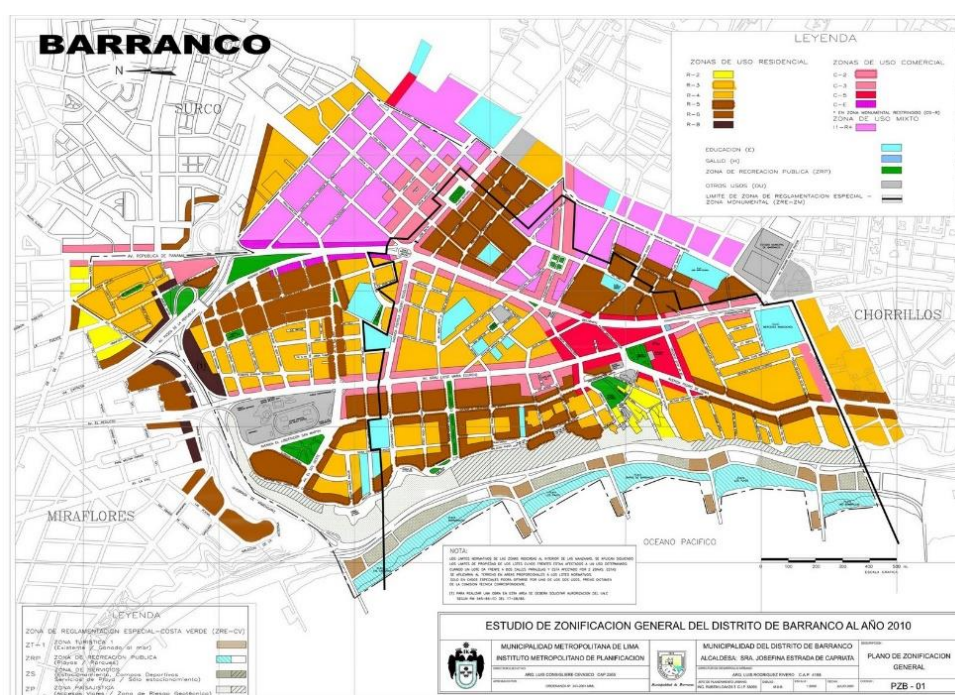


Fig. 4: Plano de zonificación de Barranco (2010) donde se aprecia la Zona Monumental (perímetro en negrita).
Fuente: Instituto Metropolitano de Planificación.

Si bien la normativa descrita ha contenido los procesos de densificación del tejido urbano barranquino, en contraste con otros distritos del suroeste de Lima, han existido presiones de promotores inmobiliarios que han propiciado un progresivo relajamiento de la protección urbanística de la zona monumental de Barranco, respaldadas en ocasiones por la propia municipalidad

²¹⁹ Dicha zona monumental comprende, según la Resolución Jefatural N° 509-88-INC/J emitida el 01 de septiembre de 1988 por el Instituto Nacional de Cultura (actualmente Ministerio de cultura), "el perímetro formado desde la Ribera (acantilados), la Av. Centenario, Av. Piérola hasta el Ovalo, Av. Balta, Plaza Butters, Jr. Lima, Jr. Caraz, Av. Surco, ir. Lima, Jr. Corpancho, Av. Bolognesi, Av. Independencia (límite el distrito de Chorrillos con Chorrillos) hasta la Av. Centenario."

distrital²²⁰. De este modo, en años recientes se ha pretendido reducir la extensión de la zona monumental y se ha autorizado edificaciones dentro de la misma que serían incompatibles con el carácter protegido de la zona. Donde dichas operaciones han sido particularmente controvertidas ha sido en el borde costero del distrito. En esta área, pese a encontrarse en la Zona Monumental, entre 2003 y 2010 se edificaron 4 bloques de apartamentos de forma irregular.

Antes de exponer dichos casos, se hará referencia a la problemática general del área de acantilados de Lima, al marco normativo e institucional establecido para la ordenación y protección de dicho entorno, y a las deficiencias que la normativa ha presentado a la fecha. Se enfatizará el marco legal existente en el período comprendido entre 2003 y 2010 (fechas de la primera edificación en los acantilados y de la Ordenanza que prohibió taxativamente dichas edificaciones), para determinar las irregularidades en las que incurrieron las edificaciones realizadas en los acantilados de Barranco.

2.2 - Problemática urbanística de la Costa Verde limeña

La zona de los acantilados del distrito de Barranco se encuentra comprendida dentro del ámbito de la franja de litoral limeño, denominada Costa Verde, y la problemática de las edificaciones en los acantilados barranquinos se enmarca en el contexto más amplio de las intervenciones sobre dicho paisaje costero²²¹.

Como ya se señaló, gran parte de la franja de playas de la Costa Verde fue reclamada al mar durante las décadas de 1960 y 1970. Si bien desde entonces se constituyeron algunas playas, la principal función que desarrolló la parte inferior de los acantilados limeños fue la de arteria de circulación vehicular, plasmada en la construcción del Circuito de Playas en el suelo ganado al mar. Por tanto, Lima, a diferencia de otras urbes costeras iberoamericanas (como Barcelona y Montevideo), no ha desarrollado las playas de su borde costero como un espacio público potente.

²²⁰ En 2007 se modificó la zonificación de Barranco, permitiéndose edificaciones de hasta 8 plantas en algunas áreas de la Zona Monumental. En tal sentido, la entonces alcaldesa de Barranco, Jessica Vargas, declaró en 2012, que buscaba modificar la zonificación del distrito para fomentar las inversiones inmobiliarias, si bien dichos cambios no llegaron a aprobarse por la Municipalidad Metropolitana. Posteriormente, en 2016, el gerente municipal de la municipalidad de Barranco declaró expresamente que se deseaba reducir la zona monumental del distrito para “cambiar de cara” y atraer inversiones. Ver: “Desbarranco Patrimonial”. Caretas. 31/05/2012
<https://gestion.pe/inmobiliaria/barranco-busca-cambiar-cara-y-mas-atractivo-inversion-inmobiliaria-2166456>
“Barranco busca “cambiar de cara” y ser más atractivo para la inversión inmobiliaria.”
Gestión. 27/07/2017.
<https://gestion.pe/inmobiliaria/barranco-busca-cambiar-cara-y-mas-atractivo-inversion-inmobiliaria-2166456>

²²¹ El litoral de la Costa Verde se extiende por 6 distritos los cuales, de norte a sur, son los siguientes: San Miguel, Magdalena del Mar, San Isidro, Miraflores, Barranco y Chorrillos.

En adición al uso preferente de la zona baja de la Costa Verde como vía de circulación vehicular, el conjunto de la misma (particularmente la zona sur) se ha visto sujeta a presiones inmobiliarias, especialmente desde la década de 1990, enmarcadas en un proceso general de urbanización y privatización del litoral limeño (Ciriani, 2012), que han llevado a la construcción de numerosas instalaciones de ocio (restaurantes, bares y discotecas) en las playas²²² y de complejos inmobiliarios de vivienda y comercio en los acantilados. Las presiones inmobiliarias han sido particularmente intensas en los distritos meridionales del acantilado (Miraflores, Barranco y Chorrillos), donde se han producido numerosas edificaciones irregulares.



Fig. 5: Foto panorámica de la Costa Verde. Fuente: Fairlie, 2015.

Frente a la situación descrita, existen dos visiones contrapuestas con respecto al litoral limeño: aquella que fomenta la urbanización de la Costa Verde, liderada por la inversión privada; y la que defiende su potenciación como espacio público y re-naturalización, de la mano con una mayor intervención del sector público (Suazo, 2015). Salvo algunas excepciones, puede afirmarse que hasta la fecha ha prevalecido la primera visión, en la ordenación del espacio y, más aun, en la actuación de los agentes públicos y privados sobre el mismo.

²²² Si bien la instalación del primero de dichos establecimientos, el restaurante “Costa Verde”, se remonta a 1974. en 2016 dicho restaurante fue desalojado por la municipalidad de Barranco, al término de un proceso judicial en el que se dispuso la anulación del contrato de compraventa del predio donde se encontraba el establecimiento. Este desalojo quizás represente un hito de un incipiente proceso de recuperación de los espacios privatizados del litoral limeño.

2.3 - Instrumentos de ordenación de los acantilados de Lima:

el Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde

Ahora bien, debe señalarse la existencia de un marco regulatorio para la Costa Verde que ha sido generalmente eludido al momento de realizarse las edificaciones en los acantilados y en el borde costero.

Las primeras regulaciones urbanísticas de la Costa Verde se remontan a 1977, cuando se aprobó el Reglamento de usos del suelo en la Costa Verde de Lima Metropolitana. El art. 1.3 de dicho Reglamento calificaba el íntegro del área de la Costa Verde como Zona de Recreación Pública, lo que conllevaba la prohibición de construir establecimientos comerciales y viviendas.

Posteriormente, el Plan de Desarrollo Metropolitano de Lima-Callao de 1990 calificó a la Costa Verde como Zona de Reglamentación Especial (ZRE), específicamente como Zona de Recreación Metropolitana. Dicho cambio de zonificación fue especialmente relevante en tanto que, en el ordenamiento urbanístico peruano, la calificación de un área urbana como Zona de Reglamentación Especial permite la elaboración de un Plan Parcial para la misma. La calificación de la Costa Verde como ZRE sentó las bases para la elaboración del Plan Maestro pocos años después.

En 1994 se promulgó la Ley 26306, que estableció la Autoridad del Proyecto Costa Verde (APCV), entidad compuesta por representantes de la Municipalidad Metropolitana de Lima y de las municipalidades distritales adyacentes a los acantilados²²³ a cargo de coordinar las actividades de planeamiento urbano sobre dicho ámbito territorial. Los alcances de dicho marco institucional fueron desarrollados por el Reglamento de dicha Ley, promulgado en 1995 mediante el Decreto Supremo N° 01-95-MTC. La Ley 26306 dispuso, asimismo, en su art. 2, que la APCV debía elaborar el Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde. Dicho Plan fue aprobado mediante el Acuerdo de Consejo N° 79 de la APCV²²⁴, de noviembre de 1995.

El Plan Maestro de la Costa Verde se define como “el instrumento que norma el desarrollo integral de la franja costera denominada Costa Verde, a través del Reglamento de Uso de Suelos

²²³ Conforme al art. 9 del Reglamento de la Ley 26306, la APCV cuenta con un consejo de administración compuesto por los alcaldes de las municipalidades ribereñas a la Costa Verde y el alcalde de Lima Metropolitana, o en su defecto, delegados designados por dichas autoridades (en la práctica, los puestos en el Consejo son ocupados por los delegados de los alcaldes); así como un representante del Fondo Metropolitano de Inversiones – INVERMET (adscrito a la Municipalidad Metropolitana de Lima). La APCV es presidida por el alcalde metropolitano de Lima o su representante.

²²⁴ El Plan debía regir hasta 2010. Sin embargo, sigue vigente por no haberse aprobado un nuevo instrumento de planeamiento urbano para el área.

y del Mar, Habitación Urbana, Construcción y Medio Ambiente (APCV, 1995)”. Dicho instrumento contiene “el conjunto de lineamientos y normas generales promotoras y orientadoras del Desarrollo de la Costa Verde, a las cuales deberán someterse todas las acciones del sector público y privado en todo el espacio territorial de la Costa Verde.” (APCV, 1995). Entre los objetivos de dicho instrumento, se dispone que el área de la Costa Verde “debe estar [físicamente] organizada bajo estrictos criterios de respeto al orden ecológico y en donde, la vialidad, el urbanismo y la arquitectura armonicen con el medio ambiente y revaloricen el paisaje natural de su mar, playas, acantilados y terrazas urbanas.” (APCV, 1995).

Conforme al art. 23 del Reglamento de la Ley 26306, el establecimiento de actividades, los usos del suelo y las construcciones en general en el ámbito de los acantilados limeños se deben autorizar conforme con las disposiciones del Plan Maestro. Según dispone el mismo, la Costa Verde abarca 3 sectores (APCV, 1995):

Sector A: Comprendido entre la línea de más alta marea y la Vía Malecón Peatonal. (...) Incluye playas existentes y proyectadas.

Sector B: Comprendido entre la Vía Malecón Peatonal y la Vía Circuito de Playas.

Sector C: Comprendido entre la Vía Circuito de Playas y la parte superior del acantilado.

Conforme al Plan Maestro, la zona de acantilados de Barranco se encuentra en el ámbito del Sector C de la Costa Verde.

Se subdividió la Costa Verde en zonas edificables y no edificables. Se dispuso que el Sector A (franja de playas) era no edificable²²⁵, en tanto que serían edificables el Sector B y, con mayores restricciones, el Sector C (los acantilados), denominados como Zona Turística 1 y 2, respectivamente.

El Plan Maestro de la Costa Verde supuso, en términos prácticos, un relajamiento de las disposiciones urbanísticas frente al Reglamento de Usos del Suelo de 1977, en tanto que dicho instrumento había declarado como No Edificable al conjunto de la Costa Verde²²⁶. Sin perjuicio de ello, las disposiciones del Plan se han visto desbordadas, en tanto que, desde su entrada en vigencia en 1995, se han realizado edificaciones en la zona de playas y en los acantilados que

²²⁵ Excepcionalmente en la franja de playas (Sector A) se permitieron edificaciones denominadas Núcleos Turísticos de Mar, consistentes en edificaciones sobre espigones de hasta 2500 m² de extensión y 2 plantas o 10 metros de altura, destinados a fines de ocio (restaurantes, bares, discotecas, clubes náuticos).

²²⁶ En tal sentido, Stiglich (2012) señala que el propósito real del Plan Maestro de la Costa Verde fue abrir dicha área a la inversión inmobiliaria privada, en el marco de la lógica urbanística neoliberal que ha imperado en Perú desde la década de 1990.

han contravenido la reglamentación establecida por dicho instrumento urbanístico. Ello ha conllevado una progresiva erosión de la calidad paisajística del litoral limeño, conjuntamente con la privatización del espacio público de las playas.



Fig. 6: Fotografías de la misma sección la Costa Verde, en 1984 y 2016, en las que se evidencia la proliferación de edificaciones y equipamientos privados. Fuente: Rey, 2016.

En relación a las construcciones en los acantilados, si bien el Plan Maestro de la Costa Verde permitía las mismas hasta 2010, toda edificación debía cumplir con dos condiciones mínimas:

- Contar con un pronunciamiento previo de la APCV, conforme al art. 8.1 del Reglamento de la Ley 26306;
- Contar con un estudio de impacto ambiental aprobado por la APCV, conforme al art. 33 del mismo Reglamento.

Adicionalmente, la Ordenanza 750-MML, aprobada por la Municipalidad Metropolitana de Lima en 2005, dispuso, en su art. 8, que toda licencia, autorización o permiso emitido por los ayuntamientos ribereños de la Costa Verde carecería de efecto en tanto que la APCV no hubiese emitido la Constancia de Compatibilidad de Proyecto Definitivo, acto administrativo señalando la concordancia de la operación inmobiliaria con el Plan Maestro. Asimismo, los inversionistas debían obtener, previamente, una Certificación Previa de Adecuación de Iniciativa por parte de la APCV (art. 26)

Finalmente, en 2010 con la aprobación de la Ordenanza 1414-MML se dispuso la intangibilidad de los acantilados de la Costa Verde, declarándolos Zona Paisajística, y prohibiendo toda nueva edificación en los mismos, salvo obras de infraestructura vial (en tanto no menoscabasen el paisaje natural y fuesen autorizadas por la APCV). Sin perjuicio de ello, las operaciones inmobiliarias realizadas en el acantilado con anterioridad a dicha fecha incumplieron con los procedimientos exigidos por la APCV arriba descritos.

Adicionalmente, varias décadas antes se había determinado la peligrosidad de edificar en los acantilados. En tal sentido, un estudio de ingeniería realizado en 1971 para el Ministerio de Vivienda peruano concluyó que no se deberían realizar edificaciones en los acantilados a una distancia menor a entre 100 y 200 m del borde de los mismos, debido al riesgo de colapso de los taludes²²⁷ (Teves, 2016). Una serie de estudios más recientes han confirmado los riesgos de construir a una distancia menor de 150 m de los acantilados, debido a la vulnerabilidad de los taludes frente a sismos y tsunamis, que no resistirían el peso masivo de las edificaciones²²⁸. Pese a la existencia de dichos riesgos, la APCV ha aprobado algunos proyectos inmobiliarios de envergadura en esta zona²²⁹.

Habiendo reseñado el marco normativo, a continuación, se describirá la casuística en torno a las edificaciones en los acantilados de Barranco que infringieron dicha normativa, y se reflexionará cómo dichos casos reflejan la fragilidad de la regulación urbanística en Lima y Perú.

²²⁷ Al respecto, cabe señalar que gran parte del territorio de Perú y Chile se encuentra en el área de confluencia de las placas de Nazca y del Pacífico, zona de alto riesgo sísmico. Lima ha sufrido dos terremotos catastróficos, en 1746 (que destruyó la mayor parte de la ciudad existente) y 1940.

²²⁸ Un estudio publicado en 2011 por la Sociedad Geológica del Perú afirmaba que “la mayor parte de los acantilados muestran materiales poco consolidados (...) constituidos por gravas y gravillas (rocas pequeñas)” (Ayala y Marcharé, 2011), es decir, que los mismos no soportarían mayor peso en su superficie.

²²⁹ En 1995 la APCV autorizó la construcción del centro comercial Larcomar, ubicado en el acantilado del distrito de Miraflores (circunscripción vecina a Barranco), que fue inaugurado en 1998. Posteriormente, en 2012, la APCV autorizó la construcción de un establecimiento de la cadena de hoteles Hyatt en la zona de acantilados debajo del centro comercial Larcomar, pese a ya encontrarse vigente la Ordenanza 1414-MML que declaraba intangibles los acantilados (Rodríguez, 2015). La APCV alegó que la Municipalidad de Miraflores había autorizado el proyecto en 1995, sin tener en cuenta que el plazo de dicha autorización había expirado en 2005 (Stiglich, 2012). A la fecha, la edificación del hotel Hyatt en el acantilado limeño no se ha llevado a cabo debido a dificultades financieras de los promotores.

3 – Examen de la casuística

3.1 - Las edificaciones irregulares en los acantilados de Barranco

Entre 2003 y 2010 se construyeron 4 edificios de apartamentos en los acantilados del distrito de Barranco. Dichos proyectos inmobiliarios fueron los siguientes:

- Edificio Bresciani: Inmueble de 12 plantas, 7 de ellas debajo del acantilado. Fue el primero en ser edificado, después de que en 2003 el entonces Instituto Nacional de Cultura (actualmente ministerio de Cultura) desafectase un inmueble anteriormente calificado como patrimonio cultural;
- Edificio Aquamarina: Inmueble de 11 plantas. Durante su construcción se ocuparon ilegalmente 102 m2 de suelo público destinados a parques, que la municipalidad de Barranco finalmente vendió a los promotores inmobiliarios en 2016 mediante una subasta.
- Proyecto La Quebrada de Barranco: Edificio de 11 plantas, 6 de ellas debajo de los acantilados.
- Proyecto Infinity: Edificio de 11 plantas, 6 de ellas debajo de los acantilados.

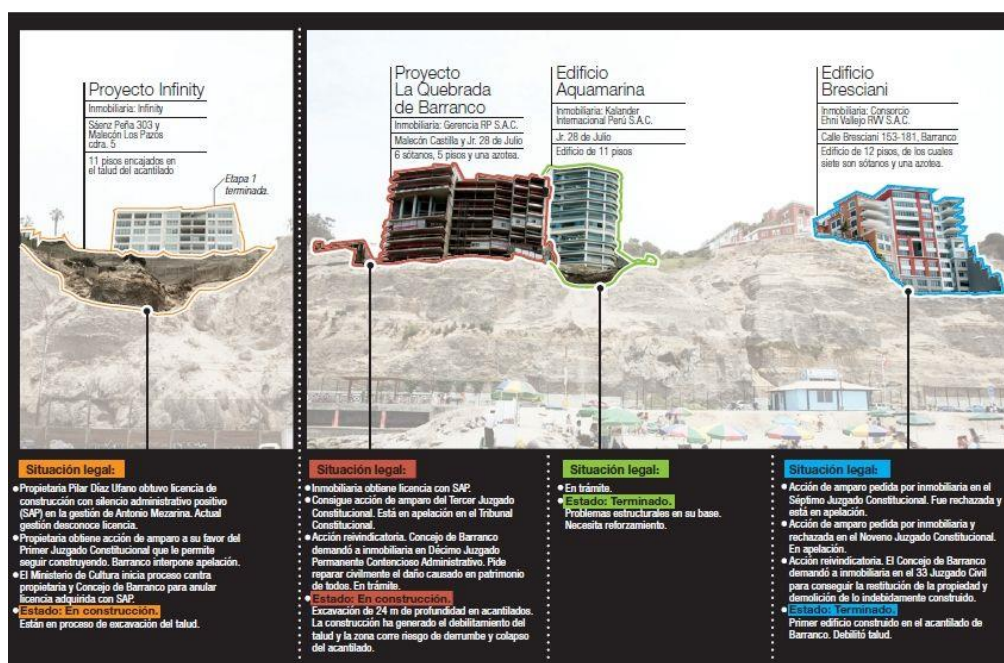


Fig. 7: Infografía de las edificaciones irregulares realizadas en los acantilados del distrito de Barranco entre 2003 y 2010 (situación en 2012).²³⁰ Fuente: El Comercio, 2012.

²³⁰ Actualmente, la construcción de todos los 4 complejos de apartamentos reseñados se encuentra finalizada y la totalidad o mayoría de las viviendas han sido vendidas.

Como se aprecia, los niveles inferiores de dichos inmuebles ocupan los taludes de los acantilados. Por otra parte, las plantas superiores bloquean la vista del mar, produciendo una degradación del entorno paisajístico. Cabe añadir que la altura de dichos inmuebles excede el máximo de 5 plantas (14 metros) dispuesto en la zonificación de la Zona Monumental de Barranco, que incluye la zona de acantilados.

Ninguna de las edificaciones realizadas en los acantilados contó con informe técnico favorable de la APCV, y las empresas promotoras en ningún caso presentaron estudios de impacto ambiental; actuaciones legalmente exigidas al momento de autorizarse las obras. Dichos proyectos inmobiliarios ni siquiera se ciñeron al procedimiento reglado para obtener una licencia de edificación por parte de la municipalidad de Barranco. Más bien, el *modus operandi* de los promotores consistió en abusar, en forma sistemática, de tecnicismos legales para edificar irregularmente.

A fin de explicar los mecanismos legales con los cuales los promotores inmobiliarios eludieron la normativa (urbanística, de protección del patrimonio y del entorno natural) que regía en la zona de acantilados de Barranco, se desarrollarán los avatares de una de las edificaciones irregulares, el Proyecto Infinity.

3.2 - El Proyecto Infinity

El Proyecto Infinity obtuvo licencia de edificación el 20 de enero de 2009, mediante la figura del Silencio Administrativo Positivo, contemplada en el art. 10 de la Ley 29090-Ley de Regulación de Habilitaciones Urbanas y de Edificaciones, de 2007. En virtud de dicha disposición, si después de un plazo de 30 días calendario la solicitud de licencia de edificación no ha sido resuelta por la municipalidad distrital, se presume que la respuesta ha sido favorable, autorizándose automáticamente la edificación. Cabe añadir que dicho bloque de apartamentos fue construido sobre el que había sido el jardín de un inmueble calificado como patrimonio cultural, la Casa Dasso, construida en 1917. La subdivisión del inmueble, a fin de transformar el jardín en parcela edificable, fue rechazada por el Ministerio de Cultura²³¹, pero mediante un proceso judicial de amparo, la propietaria consiguió llevar a cabo la independización y venta del lote²³².

²³¹ Entidad que alegó que, conforme al art. 20 de la Ley 28296-Ley General del Patrimonio Cultural de la Nación, de 2006, se prohíbe el desmembramiento de inmuebles declarados patrimonio cultural.

²³² Ver “Estropicio monumental”. Caretas. 17/09/2009.

El Proyecto Infinity, al igual que el resto de edificios construidos en los acantilados de Barranco, obtuvo licencia de edificación sin contar con un pronunciamiento previo de la Autoridad del Proyecto Costa Verde (APCV) respecto a su conformidad con el Plan Maestro de la Costa Verde, y sin presentar un Estudio de Impacto Ambiental a dicha entidad. Ello con el agravante de que la APCV advirtió a la municipalidad de Barranco que los promotores de dicho proyecto no habían sometido el mismo a dicha Autoridad²³³.

Tras autorizarse la edificación, residentes de Barranco denunciaron los vínculos del gerente de Desarrollo Urbano de la municipalidad distrital con los promotores inmobiliarios, lo que condujo a su destitución²³⁴. Las denuncias de colusión alcanzaron al propio alcalde distrital, Antonio Mezarina. Ante las protestas vecinales, en abril de 2010 la municipalidad de Barranco dispuso la paralización de las obras. En respuesta, Pilar Díaz Ufano, propietaria original del predio donde se construiría el proyecto y accionista de la empresa promotora entabló un proceso judicial de amparo contra la municipalidad de Barranco ante el Primer Juzgado Constitucional de Lima, y la construcción del inmueble prosiguió mediante medidas cautelares. Por su parte, el Ministerio de Cultura inició un proceso contencioso administrativo paralelo contra la propietaria y el Consejo de Barranco, demandando la nulidad de la sentencia obtenida por silencio administrativo y alegando la vulneración de la Ley 28296, Ley del Patrimonio Cultural de la Nación, de 2006.

La obra fue suspendida en varias ocasiones. Sin embargo, y pese a las acciones legales de la municipalidad de Barranco y del Ministerio de Cultura, la obra prosiguió, amparada en medidas cautelares otorgadas por juzgados constitucionales hasta quedar finalizada en 2013.

²³³ Mediante oficio N° 251-2009-MML-APCV-STP, del 14 de septiembre de 2009, la APCV señaló que se había comunicado reiteradamente con la municipalidad de Barranco, advirtiendo que “el Expediente Técnico de la obra no había sido presentado a esta Autoridad para su evaluación de compatibilidad con el Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde”.

²³⁴ El gerente de Desarrollo Urbano del distrito de Barranco, Alfred Silva, fue fotografiado en una fiesta de los promotores del edificio Infinity, realizada en octubre de 2009. Frente a las denuncias por conflictos de intereses, fue finalmente destituido en abril de 2010.

Ver: Bustamente, Roberto (2010) “Barranco, cierran malecón de nuevo”. El Morsa. 10/09/2010.
<http://www.elmorsa.pe/2010/09/01/barranco-cierran-malecon-de-nuevo/>



Fig. 8: Vista desde la parte inferior del acantilado del edificio de apartamentos Infinity. Fuente: Adondevivir (S/F).

3.3 - Mecanismos de elusión de la normatividad urbanística y de protección de los acantilados

El caso expuesto del proyecto Infinity resulta un ejemplo paradigmático del proceder de las empresas que edificaron complejos de apartamentos en los acantilados de Barranco. Evidencia, por una parte, un empleo indebido de determinados instrumentos legales, deficientemente regulados en el ordenamiento jurídico peruano, y, por otra, una actuación negligente (si no cómplice) de las instituciones responsables de la protección del área.

En primer término, los promotores inmobiliarios recurrieron al Silencio Administrativo Positivo. Ante el “silencio” del municipio, los promotores iniciaron la construcción de los edificios. Posteriormente, y ante las protestas de los residentes, la municipalidad de Barranco dispuso la paralización de las obras, mas no la anulación de la licencia de edificación (contando con un plazo de un año para ordenar la misma). Para salvar dicho impasse, los promotores inmobiliarios recurrieron a un segundo mecanismo legal: el proceso de amparo²³⁵. El mismo resultaba conveniente para las pretensiones de los promotores, en tanto que, al estar concebido para la protección de derechos fundamentales,

²³⁵ El proceso de amparo es una figura procesal común en los países hispanoamericanos, concebida para la tutela de los derechos fundamentales (es decir, aquellos protegidos por la Constitución).

resulta más expeditivo que el proceso judicial contencioso administrativo (vía procesal regular para impugnar decisiones de las administraciones públicas en materia urbanística)²³⁶ y es más flexible en el otorgamiento de medidas cautelares por parte de los tribunales²³⁷, en el entendido de que las mismas buscan proteger un derecho fundamental frente a una vulneración inminente.

Los promotores inmobiliarios aprovecharon dicho instrumento legal, interponiendo recursos de amparo contra la municipalidad de Barranco, invocando la protección al derecho de propiedad y a la seguridad jurídica, y, mediante medidas cautelares emitidas por el juzgado que conocía las causas, prosiguieron con las construcciones hasta su finalización. Finalmente, la presencia de los edificios en el acantilado quedó sancionada como un “hecho consumado”, pese a haberse eludido los controles urbanísticos.

A la fecha, los inmuebles edificados en los acantilados de Barranco siguen en pie, pese a haberse edificado irregularmente, sin aprobación de la APCV, violentando la zona monumental de Barranco, y representando un riesgo latente de derrumbes de producirse un sismo de cierta magnitud. La demolición de dichos inmuebles no ha sido contemplada en ningún momento. Por el contrario, la municipalidad de Barranco ha legitimado la presencia de dichas edificaciones ilícitas, al extremo de que, en 2016, subastó terrenos públicos apropiados ilegalmente por los promotores del Proyecto Aquamarina en el curso de las actividades de edificación²³⁸.

4 - Conclusiones

Si bien el distrito de Barranco cuenta con un régimen urbanístico especial, más estricto que el vigente en otras zonas de Lima, en tanto que la mayor parte de la superficie del distrito está declarada como zona monumental, los casos analizados en el presente artículo evidencian la fragilidad de dicha protección ante las presiones inmobiliarias.

²³⁶ “Poder Judicial atenta contra patrimonio”. La Primera, 23/06/2012

<https://www.diariolaprimeraperu.com/online/actualidad/poder-judicial-atenta-patrimonio-113909/>

²³⁷ Las medidas cautelares son órdenes emitidas por los tribunales que instruyen un proceso judicial, en el curso del mismo, favoreciendo a una de las partes o restringiendo sus derechos.

²³⁸ Los promotores del Proyecto Aquamarina se apropiaron ilegalmente de 105.08 m² de suelo de propiedad de la municipalidad de Barranco, correspondientes a áreas verdes, mientras edificaban el complejo residencial (sin que la municipalidad fiscalizase la obra). En 2012 la empresa constructora no pudo registrar la propiedad del predio, en tanto que el área declarada para el mismo no correspondía con el área real (que incluía el suelo ilícitamente apropiado). Para salvar este impasse, la constructora negoció con la municipalidad la subasta del suelo público, llevada a cabo en 2016 por un monto de \$262000 pese a las protestas de los residentes de Barranco.

Ver “Barranco legalizará invasión de edificio en acantilado”. El Comercio. 30/06/2016

<https://elcomercio.pe/lima/barranco-legalizara-invasion-edificio-acantilado-229503>

Las edificaciones realizadas en la zona de acantilados del distrito de Barranco eran notoriamente ilegales. Si bien se iniciaron antes de 2010, fecha en que se prohibió construir nuevos edificios en los acantilados de la “Costa Verde” de Lima, los promotores incumplieron con la obligación de presentar Estudios de Impacto Ambiental a la Autoridad del Proyecto Costa Verde (APCV) y de contar con informe técnico favorable de dicha entidad. Asimismo, los promotores emplearon indebidamente mecanismos jurídicos como el Silencio Administrativo Positivo y el proceso de amparo. Dichas actuaciones, por sí solas, evidenciarían la situación de ilegalidad en la que incurrían los proyectos inmobiliarios, que habrían llevado a sus promotores a eludir los procedimientos regulares para su aprobación.

Los casos analizados evidencian la debilidad de la normativa urbanística, de protección del patrimonio y del entorno natural de los acantilados de Lima. Asimismo, se evidencia la virtual inoperancia del Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde. Ello se debería, en gran medida, a la fragilidad institucional de las administraciones públicas responsables de regular y planificar el desarrollo urbano de Lima, las cuales han dejado el mismo, en gran medida, en manos de agentes privados.

Frente a la situación constatada, harían falta actuaciones más enérgicas de las autoridades responsables de la protección de los acantilados del distrito de Barranco. Se ha apreciado que sólo con la prohibición tajante de nuevas edificaciones en 2010 se paralizaron dichas actuaciones, si bien no se pudo interrumpir las construcciones en marcha. Ello evidenciaría la idoneidad de adoptar prohibiciones expresas de determinadas actuaciones que atenten contra el patrimonio urbano y el medio natural, a fin de prevenir el abuso de vacíos legales y mecanismos de subsanación por parte de los promotores inmobiliarios. De forma más general, debe plantearse la elaboración de un nuevo instrumento de ordenación territorial para la Costa Verde que sustituya al Plan Maestro, que ha devenido ineficaz, y que potencie la protección del paisaje y del espacio público. Conjuntamente con la aprobación de un nuevo Plan, debería repensarse la estructura de gobernanza de la Autoridad del Proyecto Costa Verde, en vista de que la actual configuración de dicho ente resulta en gran medida inoperante.

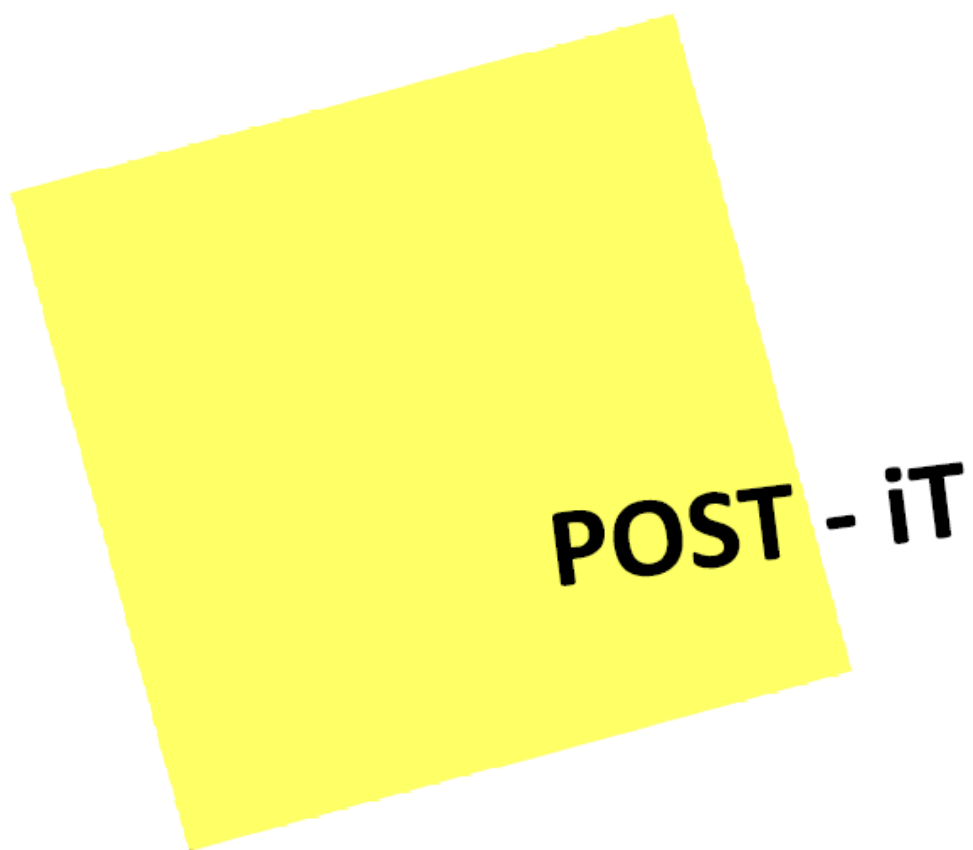
Finalmente, y refiriéndonos nuevamente a las edificaciones en los acantilados de Barranco, la actuación de las administraciones competentes no debería limitarse a impedir nuevas construcciones, sino también debería contemplarse la demolición de aquellas existentes. Debe considerarse que la presencia de edificaciones de amplio volumen en los acantilados genera riesgo de derrumbes, potencialmente catastróficos, como han evidenciado diversos estudios de ingeniería. Por tanto, al realizarse una ponderación entre la seguridad jurídica y el interés general, debería primar este último.

Si bien no se han autorizado nuevas construcciones en los acantilados de Barranco, y en la Costa Verde de Lima en general, no puede desestimarse el riesgo a que la protección normativa de los mismos vuelva a relajarse. En cualquier caso, las situaciones analizadas evidencian la necesidad de que la legislación urbanística brinde mayor protección al patrimonio urbano y el medio natural frente al ánimo de lucro de la industria inmobiliaria, eliminando vacíos legales que puedan afectar su vigencia, y la necesidad de contar con instituciones más solventes para hacer cumplir dicha normativa.

5 - Bibliografía

- Adondevivir. "Departamento en Edificio Infinity en Acantilado Costa Verde". Visitado el 16 de febrero, 2017, <http://www.adondevivir.com/propiedades/departamento-en-edificio-infinity-en-acantilado-costa-51309390.html>
- Arteaga, Alejandro, "Poder Judicial atenta contra el patrimonio". Diario La Primera, 23 de Junio, 2012, <https://www.diariolaprimeraperu.com/online/actualidad/poder-judicial-atenta-patrimonio-113909/>
- Autoridad del Proyecto Costa Verde. "Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde". Lima: Autoridad del Proyecto Costa Verde, 1995. <http://www.apcvperu.gob.pe/index.php/plan-maestro>
- Ayala, Luis y José Marcharé. *Geología y conservación de los Acantilados de la Costa Verde – Lima*. Lima: Sociedad Geológica del Perú, 2011
- Bustamante, Roberto. "Cierran de nuevo malecón de Barranco". El Morsa, 10 de Septiembre, 2010, <http://www.elmorsa.pe/tag/proyecto-infinity/>
- Caretas. "Desbarranco patrimonial", Caretas, 31 de Mayo, 2012,
- Ciriani, Patricia. "¿Cómo y cuándo dará la cara la Costa Verde?" Revista ARQ, Septiembre 2012, https://www.academia.edu/12554045/_C%C3%B3mo_y_cu%C3%A1ndo_dar%C3%A1_la_cara_la_Costa_Verde
- Gestión. "Barranco busca "cambiar de cara" y ser más atractivo para la inversión inmobiliaria". Diario Gestión, 27 de Julio, 2016, <https://gestion.pe/inmobiliaria/barranco-busca-cambiar-cara-y-mas-atractivo-inversion-inmobiliaria-2166456>
- Fairlie, David "2015 Costa Verde - ¿Vía Rápida? Tráfico en contra". 22 de agosto, 2015, <https://dafairlie.wordpress.com/2015/08/22/costa-verde-via-rapida/>
- Gallegos, Carmen. "Construcciones debilitan el talud en los acantilados de Barranco", El Comercio, 28 de Marzo, 2012, <http://archivo.elcomercio.pe/sociedad/lima/construcciones-debilitan-talud-acantilados-barranco-noticia-1366818>
- Instituto Metropolitano de Planificación. "Estudio de zonificación general de Barranco al año 2010". Lima: Municipalidad Metropolitana de Lima, 2010. <http://www.munlima.gob.pe/documentos%5Csgc%5CORD-1076.pdf>
- León, Juan Pablo. "Barranco legalizará invasión de edificio en acantilado". El Comercio, 30 de Junio, 2016, <https://elcomercio.pe/lima/barranco-legalizara-invasion-edificio-acantilado-229503>
- Morante, Thor. "Estropicio monumental". Caretas, 17 de Septiembre, 2009, <http://www2.caretas.pe/Main.asp?T=3082&idE=845&idS=355#.WhrOc0ribIU>

- Rodríguez, Fabio. "Al filo del acantilado: El debate en torno a las intervenciones en la Costa Verde de Lima". Arch Daily, 3 de Noviembre, 2015, <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/776396/al-filo-del-acantilado-el-debate-en-torno-a-las-intervenciones-en-la-costa-verde-de-lima>
- Salinas, Eduardo. "Edificio Bresciani podría ser demolido tras decisión constitucional", "La República", 27 de Junio, 2012, <http://larepublica.pe/sociedad/641552-edificio-bresciani-podria-ser-demolido-tras-decision-constitucional>
- Rey, Augusto (@AugustoReyH, Página oficial) "La Costa Verde antes y ahora". Fotografía publicada en Facebook, 04 de mayo de 2016, <https://www.facebook.com/AugustoReyH/photos/a.472052062981796.1073741828.472005189653150/500839120103090/?type=3&theater>
- Solórzano, Pablo. "Barranco: amor, mística y bohemia". La Brújula del azar, 22 de febrero, 2013, <http://labrujuladelazar.blogspot.com.es/2013/02/barranco.html>
- Stiglich, Matteo. "¿Qué hacer con la Costa Verde? Primero, no seguir regalándola". Lugares Comunes, 10 de Julio, 2012, <http://comuneslugares.wordpress.com/2012/07/10/que-hacer-con-la-costa-verdeempecemos-por-no-regalarla/>
- Teves, Nestor. "Vulnerabilidad en la Costa Verde". El Ingeniero, Enero, 2016, http://www.cdlima.org.pe/docs/revista/REV_EL_INGENIERO_75.pdf
- Suazo, Daniella. "Batalla en el litoral. Costa Verde urbanizada vs Costa Verde natural". Revista Arkinka, Diciembre 2015, https://issuu.com/revistaarkinka/docs/revista_arkinka_241
- Svenson, Hakan. "Museo Pedro de Osma in the Barranco District. Lima, Peru." Wikimedia Commons. 01 de agosto, 2004. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Barranco_Museo_Pedro_de_Osma.jpg
- Wikipedia, "Barranco". Visitado el 16 de febrero, 2017, https://es.wikipedia.org/wiki/Distrito_de_Barranco
- Zamora, Rafael "Playa Lima, paisajes de un litoral urbano", *Materia Arquitectura*, no. 3 (2011): 26-35, <https://ojstest.com/materiaa/index.php/MA/article/view/302/325>



PAISAJE Y SERVICIOS ECOSITÉMICOS

Ester Higuera García

El territorio es el soporte de la vida y las actividades humanas, que lo van transformando y adaptando a lo largo del tiempo, y hoy nos encontramos con un paisaje antropizado muy heterogéneo, frágil y valioso, del cual tenemos la responsabilidad de transmitirlo a las generaciones venideras. Así mismo, la naturaleza y el medio natural, nos brindan servicios ecosistémicos, que será necesario controlar, preservar y regenerar según el uso y capacidad de regeneración de los mismos.²³⁹ Enlazando ambos conceptos cabe preguntarse: ¿Dónde encaja el paisaje cotidiano (Convenio Europeo 2000) en estos servicios²⁴⁰?, ¿Pertenece a ellos o es algo transversal de otra dimensión?

Desde mi punto de vista²⁴¹, el paisaje pertenece a los servicios culturales que nos prestan los ecosistemas, que son relevantes y determinantes para la identidad de los pueblos, y su valor es tanto físico como ambiental como psicológico y de empatía social de sus habitantes. Aunque existen muchas clasificaciones de los servicios que nos prestan los ecosistemas naturales a los urbanitas, las tres categorías de abastecimiento, regulación y culturales, aparecen consensuadas por numerosos organismos internacionales.²⁴²

²³⁹ José Manuel Naredo *Sostenibilidad, diversidad y movilidad horizontal en los modelos de uso del territorio* . <http://habitat.aq.upm.es/cs/p2/a006.html>

²⁴⁰ Ramón Folch *El territorio como ecosistema*, Diputación de Barcelona, 2003

²⁴¹ Higuera García, Esther (2013) *La gestión eficaz de los recursos naturales para disminuir los impactos negativos de la urbanización*. Monografía(Artículo de Discusión). E.T.S. Arquitectura (UPM), Madrid.

²⁴² Eugene P. Odum *La estrategia de desarrollo de los ecosistemas* <http://habitat.aq.upm.es/boletin/n26/aeodu.html>
AAVV. *Servicios ecosistémicos y biodiversidad*, Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO): <http://www.fao.org/ecosystem-services-biodiversity/es/>
AAVV; *Guía metodológica para el cartografiado de los servicios de los Ecosistemas de Euskadi*, Cátedra UNESCO sobre Desarrollo Sostenible y Educación Ambiental de la UPV www.ehu.es/cdsea/ iraunkortasun.katedra@ehu.es
2016 Financiado por: Gobierno Vasco y Diputación Foral de Bizkaia.

Los Servicios de Abastecimiento engloban todos los alimentos procedentes de la agricultura, ganadería, pesca, acuicultura, apicultura, etc. obtenidos directamente de los ecosistemas naturales o poco modificados culturalmente; el agua para consumo humano o para usos agrícolas e industriales; las materias primas de origen biótico y geótico; y las fuentes de energías renovables: hidráulica, solar, eólica, geotérmica, marina, biomasa. Los Servicios de Apoyo y Regulación, proporcionan la regulación climática (secuestro y almacenamiento de carbono); regulación de la calidad del aire; regulación hídrica y depuración del agua; prevención de la erosión y conservación de la fertilidad del suelo; regulación de las perturbaciones naturales y moderación de fenómenos extremos; la polinización de cultivos agrícolas y plantas aromáticas o medicinales; y son los hábitats para todas las especies

Finalmente, los Servicios de los Ecosistemas Culturales ²⁴³, establecen el interés histórico, social y educativo del territorio mediante la creación de una identidad local y de identidades supralocales. Es en este sentido donde el paisaje cultural aporta ahora una dimensión integradora y también ecosistema que sin duda ayudará a establecer nuevas diagnósis y nuevas propuestas de regeneración, uso y preservación del mismo ²⁴⁴, que determinen un territorio menos insostenible.²⁴⁵



Dique, paseo marítimo y catedral de Cádiz (España). Archivo del autor 2016.

Onaindia, M., Madariaga, I., Palacios, I., Arana, X. (2015). Naturaleza y bienestar en Bizkaia. *La Evaluación de los Servicios de los Ecosistemas; investigación aplicada a la gestión*. Universidad del País vasco (UPV/EHU). Leioa, España 130 pp. ISBN: 978-84-9082-179-4

²⁴³ FORMAN Y GORDÓN, 1986 , *Paisaje Ecológico*

²⁴⁴ *Gestión sostenible de Paisajes*, I. Cañas, Fundación Alfonso Martín Escudero. 2002

²⁴⁵ José Fariña Tojo *Ciudades menos insostenibles* <http://habitat.aq.upm.es/boletin/n25/ajfar.html>

NOTAS CURRICULARES

Carlos Vargas é Assistente Convidado do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do programa de mestrado Práticas Culturais para os Municípios; Doutorando em Ciência Política, especialidade de Políticas Públicas, FCSH/ UNL, sob a orientação da Prof.^a Doutora Cristina Montalvão Sarmento e do Prof. Doutor Rui Vieira Nery, desenvolvendo o seu trabalho de investigação no âmbito das políticas públicas para a cultura em Portugal, no pós-25 de Abril; Investigador do Instituto de História Contemporânea IHC. FCSH/ UNL e membro fundador do Observatório Político; É Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Engenheiro de Máquinas pelo Instituto Militar dos Pupilos do Exército; No triénio 2012-2014, desempenhou as funções de Presidente do Conselho de Administração do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.; Desempenha as funções de Presidente do Conselho de Administração do OPART, E. P. E., desde Março de 2016. Em 2014, juntamente com João Mascarenhas-Mateus, publicou *São Carlos: um teatro de ópera para Lisboa. Património e arquitetura*. Lisboa: INCM. Com João Mascarenhas-Mateus, prepara a edição na INCM, em 2017, de *A casa de Garrett. Património e arquitectura do Teatro Nacional D. Maria II*.

Carlos Gonçalves Terra possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas (1986), mestrado em Artes Visuais/PPGAV/EBA/UFRJ (1993) e doutorado em Artes Visuais/PPGAV/EBA/UFRJ (2004). Atualmente é Professor Associado da Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando como seu Diretor. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Paisagismo, atuando principalmente nas seguintes áreas: História da Arte e História dos Jardins. Membro do Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA), da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA) e do ICOMOS-Brasil. Organizador da *Revista Leituras Paisagísticas: teoria e práxis* (ISSN 1809-0540) e da coleção *Paisagens Culturais* já no seu sexto número (ISBN).

Cassandra Helena Faes possui graduação em Arquitetura e Urbanismo(FURB/1999/Brasil), especialização em Planejamento Urbano e Regional(FURB/2004/Brasil); especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural (UNERJ/2005/Brasil); mestrado em Desenvolvimento Regional(FURB/2008/Brasil) e doutorado em Urbanismo na Universidade Lusófona de Ciências e Tecnologias(Lisboa/2017/Portugal). Foi secretária municipal de Planejamento, Transito e Meio Ambiente da Prefeitura de Timbó/SC/Brasil. Foi membro da equipe técnica de campo dos Roteiros Nacionais de Imigração IPHAN/SC/ Brasil. Trabalhou no IPHAN/DF/Brasil como consultora de mobilidade urbana. Foi servidora do Governo do Distrito Federal atuando no Plano de Mobilidade da Copa.

Atualmente é coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Leonardo da Vinci/UNIASSELVI/SC/Brasil e da Faculdade Leonardo da Vinci/FAVINCI/SC/Brasil e docente da pós graduação. Atua principalmente em desenvolvimento regional, patrimônio cultural, paisagem cultural, planejamento territorial e planos diretores.

Catarina de Almeida Pinheiro licenciou-se em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho em 2010, e concluiu na mesma universidade o Mestrado em Geografia – Especialização em Planeamento e Gestão do Território, no ano de 2012. No presente, encontra-se a frequentar o Doutoramento em Geografia na Universidade do Minho, com o financiamento da investigação através de uma Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Os principais interesses de investigação centram-se na Detecção Remota e Sistema de Informação Geográfica, na Climatologia Urbana, na Geografia Urbana e no Planeamento Urbano.

Chilavert Topolski é acadêmico do curso de Geografia da Universidade de Passo Fundo, Bolsista de Iniciação à Docência. Faz parte, também, do Projeto Extensão “Aluno Apoiador” da mesma universidade. Tem interesse nos seguintes temas: epistemologia da geografia, educação em geografia e produção do espaço.

Cidália Ferreira Silva é Professora Auxiliar na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho e membro integrada do Lab2PT. Desenvolve investigação sobre a questão do tempo aplicada aos lugares contemporâneos e à pesquisa sobre metodologias de investigação que integrem a incerteza no processo criativo. É editora do The International Journal of the Constructed Environment.

Clara García Mayor es arquitecta por la Universidad Politécnica de Valencia y Doctora por la Universidad de Alicante. Desde 2003 es profesora del Área de Urbanística y Ordenación del Territorio perteneciente al Departamento de Edificación y Urbanismo de la Universidad de Alicante, donde también desarrolla su faceta investigadora. Su principal ámbito de investigación se desarrolla en torno al estudio del paisaje y la percepción, como instrumentos de caracterización y herramientas para la ordenación territorial, incluyendo la elaboración de cartografías analíticas para la parametrización de valores de referencia en la interpretación del territorio. Ha publicado artículos y libros, impartido conferencias y ejercido en el ámbito profesional de la arquitectura y el urbanismo. Así mismo, ha sido profesora del Máster de Urbanismo y Ordenación del Territorio, título propio de la Universidad de Alicante (convocatorias 2005 a 2009) y Profesora del Máster y Especialista en Gestión del Patrimonio del Departamento de Geografía Humana de la Universidad de Alicante (2014 - 2015).

Claucionei Lucimar Gengnagel possui graduação em Geografia - Licenciatura Plena pela Universidade de Passo Fundo (2007), graduação em Geografia - Bacharelado pela Universidade de Passo Fundo (2007), mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2013) e cursa doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (desde 2017). Atualmente é professor no curso de Geografia (Licenciatura) da Universidade de Passo Fundo e professor de geografia no Ensino Médio Integrado da Universidade de Passo Fundo.

Cláudia Ávila Gomes é arquiteta paisagista doutorada pelo Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa. A sua tese, intitulada “ O conceito de carácter da paisagem e a sua aplicação na gestão de áreas protegidas: caso de estudo dos Açores”, incidiu sobre o estudo do carácter da paisagem deste arquipélago e das suas áreas protegidas a diversas escalas de trabalho, tendo em conta as determinações da Convenção Europeia da Paisagem. A

vontade de aprofundamento desta temática e da concretização efetiva do ordenamento e gestão das áreas protegidas estudadas conduziu a que se estabelecesse nos Açores, efetuando esforços no sentido da elaboração dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha.

Simultaneamente exerce, desde há 18 anos, uma prática ativa como profissional de arquitetura paisagista nas áreas de projeto e ordenamento do território, tanto nos Açores como no continente português e em Bruxelas. A sua capacidade de trabalhar em equipa e de se adaptar aos diversos meios onde se encontra inserida, assim com a sua sempre atenta curiosidade sobre a paisagem que a rodeia têm sido a chave para a transformação de uma profissão num verdadeiro modo de vida, onde cabe o maravilhamento e a diversão.

Cláudia Gaspar é Doutorada em Arquitetura pela Universidade de Évora (CHAIA-IIFA-UÉ, 2012-2017). Mestre em Arquitetura e Cultura Urbana pela *Universitat Politècnica da Catalunya* (UPC/CCCB, 2004-2005). Licenciada em Arquitetura pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT, 1995-2000) com um ano de frequência na *Facoltà di Architettura, Politécnico di Milano* (POLIMI, 1999-2000). Membro doutorado integrado do Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA-UÉ).

Exerce profissão no âmbito da arquitetura e planeamento urbano em atelier próprio, *Loja de Architectura*, desde 2011, tendo anteriormente colaborado com diversos ateliers em Milão, Amesterdão, Barcelona e Lisboa. Em 2005, lecionou um workshop no Instituto Tecnológico de Campeche/ Instituto de Antropologia e Historia de Campeche, México.

Colaboradora no grupo de investigação do livro *Wonen a la carte* (Amesterdão, 2003). Membro fundador e parte do grupo editorial da zine independente *Motel_Urban Sketches*. Autora de artigos em revistas e livros, nomeadamente *Arquitectura tradicional e paisagem no litoral alentejano* in “Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental, I Congresso Internacional” (Mértola, 2015). Oradora em congressos, seminários e encontros.

Os interesses da investigação incidem na arquitetura vernácula rural e nos modos de assentamento, passados, presentes e futuros, na região do Alentejo litoral, equacionando a edificação dos montes e o seu papel na paisagem contemporânea.

Cristian Rojas Cabezas es Arquitecto. Magíster en Desarrollo Regional y Medio Ambiente en la Universidad de Valparaíso. Doctorando del programa de Doctorado en Arquitectura de la Universidad de Sevilla. Académico jornada completa en la Escuela de Arquitectura de la Universidad de Valparaíso. Profesor del Taller de proyectos de Lugar y Paisaje de la Escuela de Arquitectura de la Universidad de Valparaíso.

Daniela Pereira Alves Ribeiro (Espinho, 1986) é arquiteta pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; obtém o grau de Mestre em 2010.

Em 2011 integra a equipa multidisciplinar que desenvolve o Plano Estratégico “Regeneração Urbana. Uma visão estratégica para Castelo de Paiva”, tendo estado envolvida na execução de diferentes documentos de planeamento estratégico e gestão urbanística.

Em 2012 ingressa no Curso de Estudos Avançados em Património Arquitetónico (CEAPA-FAUP), no qual inicia a investigação relativa a complexos mineiros.

Atualmente encontra-se a frequentar o Programa de Doutoramento em Arquitetura (PDA-FAUP), desenvolvendo investigação em torno de territórios de produção energética e património paisagístico, tendo já apresentado uma

série de comunicações e artigos relativos à investigação então desenvolvida na Bacia Carbonífera do Douro; é bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Foi bolsista de diferentes edições do Programa de Bolsas de Investigação na Área da Cidade e da Arquitetura “Cidade e Património Arquitetónico do século XX: 1910-1974” (Fundação da Juventude, Ordem dos Arquitetos) - 2012 e 2015/16-, tendo já integrado outros projetos de investigação, nomeadamente no Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Universidade Católica Portuguesa (2017) e o Projeto de Investigação ESTEJO (CITAD, Universidade Lusíada de Lisboa, 2014).

Dolores Gutiérrez Mora obtuvo el título de arquitecta en 2006 por la Universidad de Sevilla. En 2009 realizó el Máster en Ciudad y Arquitectura Sostenibles, y en el año 2017 se doctoró en la misma universidad con la tesis titulada *“Territorios culturales: Condicionantes desde la cultura contemporánea para la relación entre hombre y territorio”*, obteniendo la calificación de Sobresaliente Cum Laude. Ha recibido diversos premios en concursos de arquitectura entre los que destacan el *“Parque de las Graveras”* y la *“Feria de la Unión”* en San José de la Rinconada, Sevilla. Tras haber trabajado como arquitecta en España, en la actualidad desarrolla su carrera profesional en Escocia en el ámbito del paisajismo.

Duarte Natário é arquiteto paisagista. Exerce a sua profissão desde 2010, após conclusão do mestrado na Universidade do Porto. Em 2012 interrompeu a sua pós-graduação em Urbanismo Sustentável na FCT/NOVA para realizar uma tese de investigação na British School at Rome, depois de ter recebido a primeira bolsa de investigação da IFLA, Sir Geoffrey Jellicoe Fellowship in Landscape Architecture. Trabalhou na PROAP Italia, colaborou no Atelier do Beco da Bela Vista, tendo passado por gabinetes em Berlim e Macau, como TOPOTEK1 e CC atelier de arquitectura. É aluno de doutoramento no programa LINK: Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana. Escreve igualmente no jornal o Público.

Esdras Araujo Arraes é Pesquisador de pós-doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (2017) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2012) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Licenciado em Arquitetura e Urbanismo (2006) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem publicado artigos sobre o tema da história da paisagem e suas vinculações com a pintura e filosofia.

Esteban Poole Fuller es Licenciado en Derecho por la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP) en 2016 y actualmente candidato al Máster Universitario en Planeamiento Urbano y Territorial, con mención en Estudios Urbanos, por la Universidad Politécnica de Madrid.

Entre 2014 y 2015 realizó una pasantía en el Ministerio del Ambiente de Perú, y de 2016 a 2017 fue Asistente de Docencia en el Departamento de Derecho de la PUCP. Integra los grupos de investigación en Derecho y Gobernanza Pública y de Derecho Administrativo de la PUCP. Realiza actividades de investigación sobre Derecho Urbanístico, políticas urbanas, y las medidas de reordenamiento del transporte público en Lima y otras urbes latinoamericanas. En 2012 obtuvo el 2do premio en un concurso de investigación sobre Derecho y Responsabilidad Social por un artículo sobre la utilización indebida de recursos judiciales por los promotores de edificaciones ilegales en Lima. En 2016 ganó el Concurso Anual de Apoyo a la Investigación convocado por la PUCP por un proyecto de investigación sobre la reforma del marco institucional del transporte público de Lima.

Ester Higuera es Doctor Arquitecto, Profesor Titular de la UPM, y Profesora de Postgrado del Master de Medio Ambiente y Arquitectura Bioclimática de la UPM, así como del Master Universitario de Planeamiento Territorial de la UPM. Ha participado en numerosos cursos de post-grado y conferencias. Lleva más de 10 tesis doctorales como directora y ha sido tutor de más de 60 Trabajos Fin de Master de la UPM. Pertenece al grupo de investigación ABIO (Arquitectura Bioclimática en un entorno sostenible de la UPM). Desde su tesis doctoral leída en 1997, lleva trabajando desde la teoría y la práctica en cuestiones de planificación ambiental, urbanismo bioclimático, criterios de acondicionamiento pasivo en la escala urbana, paisaje cultural y medioambiente y ordenanzas ambientales. Ha escrito numerosos artículos, libros (*Urbanismo Bioclimático*, GG 2006; y *El reto de la ciudad habitable y sostenible*, DAPP 2009) y artículos docentes, de investigación y de difusión.

Ha desarrollado investigación aplicada sobre urbanismo bioclimático y ambiental, destacándose, por orden de ejecución: 2005. Ordenanza Bioclimática de la Ciudad de Tres Cantos (Madrid); 2006. Plan Especial del Espacio Público de Moratalaz, (Madrid) en colaboración con J. Pozueta y P. Lamiquiz. Plan Piloto en tramitación Ayuntamiento de Madrid 2010; 2009. Asesoramiento para proyectos residenciales sostenibles; 2010. Consultoría para el desarrollo sustentable de desarrollos urbanos integrales en México, Avenue TWC-Innocsa; 2012 Plano solar del potencial fotovoltaico de la ciudad de Vitoria-Gasteiz (España); 2013. Manual de Buenas Prácticas Bioclimáticas para Vitoria-Gasteiz. Manual de rehabilitación de zonas residenciales e industriales; Manual para la nueva edificación; Manual para las áreas de densificación urbana; Manual para las zonas verdes y espacios libres y Manual para los equipamientos y dotaciones urbanas; 2016. Paisaje Urbano, Necesidades y funcionalidad del sistema de planas del entorno de Sol de Madrid. Convenio entre el Instituto Juan de Herrera de la UPM y la Dirección General del Ayuntamiento de Madrid. Directora del trabajo; 2016. Proyecto Distritos vivos. Propuestas de evaluación, diagnóstico y diseño de una red ambiental en los distritos de Ciudad Lineal sur y San Blas Oeste de Madrid. Convenio entre la Dirección General de Desarrollo Sostenible del Ayuntamiento de Madrid y el Instituto Juan de Herrera de la UPM. Co-dirección con Patxi Lamiquiz.

Gregorio Canales Martínez es Licenciado en Filosofía y Letras por la Universidad de Valencia (1980) y Doctor en Filosofía y Letras (sección Geografía) por la Universidad de Alicante (1987). Desde 1998 es Director Académico de la Sede Universitaria de Orihuela de la Universidad de Alicante. Desde el año 2002 es Catedrático de Universidad en el área de Geografía Humana de la Universidad de Alicante, donde ha impartido asignaturas de Geografía en diversas titulaciones (Licenciaturas de Filosofía y Letras, Filología Inglesa, Sociología, Humanidades y Geografía; así como en la Diplomatura en Turismo y en el Título Superior de Turismo propio de la Universidad de Alicante).

Su actividad investigadora supera el centenar de publicaciones (49 artículos, 25 libros y 60 capítulos de libros) y ha organizado más de cien cursos y seminarios. Su experiencia le ha llevado a participar en cursos internacionales impartidos en las Universidades de Lambayeque y Cajamarca (Perú), Caen (Francia), Maringá y Sao Paulo (Brasil) y La Habana (Cuba), en esta última como coordinador de la Maestría en Geografía, Medio Ambiente y Ordenamiento Territorial. Así como seminarios en las Universidades de Cali (Colombia), Oriente (Cuba), Santa Fe (Argentina), Puerto Rico y Oradea (Rumanía).

Graciela Márcia Fochi possui mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville/UNIVILLE (2011) e graduação em História pela Universidade de Passo Fundo/UPF(2003). Atua como docente no curso de História, cursos de Licenciaturas e Serviço Social na modalidade EAD da Uniasselvi, docente das disciplinas de Técnicas Retrospectivas, Restauro e Patrimônio Cultural no curso de Arquitetura e Urbanismo/UNIASSELVI. Possui experiência como docente em curso de pós-graduação, na Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos/EJA e na

Formação continuada de professores. Realizou estágio junto à Museu de Histórico e de Artes Visuais, participou de projetos de levantamentos antropológico junto à comunidades remanescentes de quilombos, atuou como bolsista/pesquisadora para os temas de produção do conhecimento e didática da História/CNPq, relações interétnicas, genealogia e história oral, patrimônio histórico e cultural (material e imaterial). Atualmente estuda/pesquisa temas de morte e cemitérios, patrimônio histórico e cultural, memória e identidade na região do Vale do Itajaí-SC.

Joana da Cunha Fernandes é Mestrada em Arquitetura pela Universidade do Minho desde 2013. Realizou o trabalho final de mestrado sobre a temática dos Interstícios como espaços Indeterminados com o título “Loteamentos de moradias em banda: do Interstício à Indeterminação”, na área de Planeamento do Território, temática que sempre lhe suscitou interesse e preocupação.

Trabalha há 5 anos como Arquiteta, tendo colaborado em diferentes áreas, desde a investigação e consultoria BIM (Building Information Modeling), arquitetura de edifícios e arquitetura de Interiores.

José Ramón Moreno Pérez es Dr. Arquitecto. Subdirector de Investigación de la Escuela de Arquitectura de la Universidad de Sevilla. Profesor Titular de la Escuela de Arquitectura de la Universidad de Sevilla. Profesor del departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónica. Miembro del grupo de investigación Composite (Composición y Teoría de la Arquitectura). Cuenta con un amplio número de publicaciones, libros, capítulos de libros, publicaciones en revistas y aportaciones a congresos en temáticas relativas a la teoría de la arquitectura, el pensamiento crítico y el patrimonio.

Luz Fernández-Valderrama Aparicio es Dr. Arquitecto. Profesora Titular de la Escuela de Arquitectura de la Universidad de Sevilla. Profesora del departamento de Proyectos Arquitectónicos. Directora del grupo de investigación In-gentes (Investigación en generación de territorios). Cuenta con un amplio número de publicaciones, libros, capítulos de libros, publicaciones en revistas y aportaciones a congresos en temáticas relativas al territorio, arquitectura y sostenibilidad.

Maria Manuela Laranjeira é doutorada em Geografia, no ramo de Geografia e Estudos Ambientais, pela Universidade do Minho. Atualmente, desenvolve atividade como Professora Auxiliar do Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Minho, sendo diretora do Mestrado em Geografia (2º ciclo de estudos). Os principais interesses de investigação residem na Climatologia Urbana, Ecologia da Paisagem, Detecção Remota em Áreas Urbanas e no Planeamento Urbano.

Mateus Pessetti é acadêmico do curso de Geografia da Universidade de Passo Fundo, Bolsista de Iniciação à Docência e Monitor de Educação Especial. Desenvolve pesquisas sob orientação da Professora Luciane Rodrigues de Bitencourt. Tem interesse nos seguintes temas: transformações do espaço rural, epistemologia da geografia, desenvolvimento regional e ensino de geografia.

Miguel Bandeira é doutorado em Geografia Humana pela Universidade do Minho, é Professor Associado com Agregação do Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Minho. Presentemente é Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga. Os principais interesses de investigação centram-se na Geografia Urbana e Urbanismo, na Geografia Cultural e Histórica e no património cultural e natural.

